

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM INTEGRAÇÃO DA  
AMÉRICA LATINA – PROLAM/USP

MARCELLE CRISTINE DE SOUZA

***‘No estás sola’:***

**Aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a  
descriminalização social na América Latina**

(versão corrigida)

SÃO PAULO

2021

**MARCELLE CRISTINE DE SOUZA**

*‘No estás sola’:*

**Aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a  
descriminalização social na América Latina**

(versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Interunidades em Integração da América Latina da  
Universidade de São Paulo para obtenção do título de  
Doutora em Ciências

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Grace Fernández-  
Dávila Urquidi.

SÃO PAULO

2021



Universidade de São Paulo – PROLAM USP  
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



## ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

### Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): Marcelle Cristine de Souza

Data da defesa: 16/12/2021

Nome da orientador(a): Prof(a). Dr(a). Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi.

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 17/02/2022

  
Assinatura do(a) orientador(a)

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Souza, Marcelle 'No estás sola': Aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina / Marcelle Souza; orientadora Vivian Urquidi - São Paulo, 2021. 266 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. Área de concentração: Integração da América Latina.

1. aborto. 2. direitos reprodutivos. 3. feminismo. 4. américa latina. I. Urquidi, Vivian, orient. II. Título.

Nome: SOUZA, Marcelle Cristine de.

Título: *'No estás sola'*: Aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a) \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a) \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a) \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a) \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Para Júlia*

## AGRADECIMENTOS

Uma tese é resultado de alguma dor, mas também de carinho e muitos abraços. Especialmente em tempos de pandemia, sou extremamente grata aos afetos feministas e ao apoio familiar, acadêmico e institucional que recebi ao longo dos quatro anos de doutorado.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, que me ensinou o valor da educação e que sempre torceu por cada conquista minha. Mãe, obrigada por dizer ‘sim’ para mim, mesmo que eu não tivesse sido planejada, mesmo que você tivesse que interromper seus estudos e planos por conta dessa gestação. Como diz uma amiga: “se hoje eu consegui, é porque outra mulher abriu mão de muitas coisas para que eu estivesse aqui”. Obrigada.

Quero agradecer também à minha orientadora Vivian Urquidi, que me guiou de forma tão respeitosa e amável nesse percurso, com seus questionamentos e sugestões. Em nome dela, agradeço também a todas as companheiras do grupo de estudos de gênero do PROLAM-USP por fazer da academia um espaço de acolhimento e me ajudar na desconstrução diária de preconceitos e estereótipos.

Meus agradecimentos à professora Martha Patricia Castañeda Salgado, que me recebeu tão gentilmente e me orientou nos meus meses de intercâmbio no CEIICH-UNAM.

Sou grata ainda às professoras Elisabete Franco Cruz e Catalina Zambrano, pela avaliação apurada e pela preciosa contribuição a esta pesquisa durante a banca de qualificação.

Esta tese não existiria sem o trabalho das ativistas feministas pela promoção do aborto seguro e sua atuação pela descriminalização social da prática em toda a América Latina. Sou grata por compartilhar esse tempo histórico com vocês e poder registrar um pouco da luta e do conhecimento que têm desenvolvido em toda a Região. Em especial, queria dizer obrigada a Ruth, Lidia, Belén, Maria, Irina, Eugenia, Ceci, Jenni, Romina, Ana, e eu seu nome todas as que me apoiaram na Argentina; e Vero, Sofi, Libertad, Sofi, Dani, Oriana, Stephanie, estendendo o meu muito obrigada às que me ajudaram no México. Também registro os meus agradecimentos às organizações *Fondo MARIA*, *Las Libres*, *Lesbianas y Feministas* e *Socorristas en Red*.

Ao longo desta pesquisa, foram valiosas as trocas acadêmicas, especialmente com as que, como eu, se dedicam à investigação sobre aborto na América Latina. Nesse sentido, agradeço o carinho e as ricas discussões que tive com Nanda, Maíra, Antonella, Mel, Gabi, Ana Paula e com as demais ativistas com quem tive o prazer de cruzar no Brasil. Um agradecimento especial à minha amiga Alessandra Brigo, com quem compartilhei mesas de congressos,

organização de eventos, projetos de pesquisa, produção de artigos científicos e cada etapa desta pesquisa. Também as trocas com Nayla, Mariana Romero, Ana Mines, Mariana Palumbo, Giovanna, Martin e Gerardo na Argentina e no México.

Agradeço ainda os abraços e palavras de apoio dos meus queridos Guilherme, Hendrick, Marina, Anne, Karina, Bruna, Iara, Hayes e minha irmã Marianne e, em nome deles, todes que torceram e que me disseram que eu ia conseguir. Ao Caio que, além do apoio emocional, dedicou tempo e atenção à revisão desta tese.

À Capes, agradeço o apoio financeiro pelas bolsas de doutorado no Brasil e de doutorado-sanduiche, que me levou ao intercâmbio no México. À Rede de Macro Universidades da América Latina e do Caribe, pelo apoio financeiro em parte do intercâmbio na UNAM.

Ao PROLAM-USP, pela oportunidade de realização do curso de doutorado, e aos técnicos, Rodrigo, William e Agda, que sempre me ajudaram nos procedimentos da pós-graduação.

Aos muitos professores, da vida e da escola, que acreditaram em mim e me ensinaram sobre afetos e saberes diversos.

Agradeço a todas as mulheres que vieram antes de mim e que lutaram para que eu pudesse estudar, trabalhar e ser uma mulher independente. A todas que se dedicaram aos estudos e ao ativismo para que tantas de nós tivéssemos a oportunidade de vida um pouco menos desigual e mais digna.



“The kind of feminism I identify with is a method for research but also for activism”.  
(DAVIS, 2014)

“Soy una tortuga: donde quiera que voy llevo ‘mi hogar’ a cuestas”  
(ANZALDÚA, 2015, p. 79)

## RESUMO

Esta tese de doutorado tem como tema as estratégias feministas de acompanhamento de abortos seguros na América Latina, mesmo em contextos de criminalização. Trata-se de um estudo de caso focado em organizações com atuação na Argentina e no México, bem como o diálogo que estabelecem com outros países da Região. O objetivo desse estudo foi analisar como quatro grupos feministas de acompanhamento de aborto (*Socorristas en Red*, *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto*, *Fondo MARIA* e *Las Libres*) surgiram, como se identificam e como atuam, de que maneira se situam no debate sobre aborto, quais são seus mecanismos operativos e quem são os seus principais antagonistas. Desde uma epistemologia feminista e uma abordagem transdisciplinar, a metodologia adotada foi composta por revisão bibliográfica, observação e entrevistas com as ativistas. Por fim, concluiu-se que as grupos em análise, com suas estratégias feministas inovadoras e emancipadoras, contribuem para combater o estigma e têm como objetivo final a descriminalização social do aborto.

Palavras-chave: aborto; direitos reprodutivos; movimento feminista; Argentina; México

## RESUMEN

El tema de esta tesis de doctorado son las estrategias feministas de acompañamiento de abortos seguros en América Latina, aún mismo en contextos de criminalización. Se trata de un estudio de caso de organizaciones que actúan en Argentina y México, y los diálogos que establecen con otros países de la Región. El objetivo de dicho estudio fue analizar cómo cuatro grupos feministas de acompañamiento de aborto (Socorristas en Red, Lesbianas y Feministas por La Descriminalización del Aborto, Fondo MARIA y Las Libres) surgieron, como se identifican y cómo actúan, de qué manera se posicionan en el debate sobre el aborto, cuáles son sus mecanismos operativos y quien son sus principales antagonistas. Desde una epistemología feminista y un abordaje transdisciplinario, la metodología adoptada es compuesta por revisión de la bibliografía, observación de campo y entrevistas con las activistas. En fin, concluyo que las grupos analizadas, con sus estrategias feministas innovadoras y emancipadoras, contribuyen para la lucha en contra el estigma y tienen como objetivo final la descriminalización social del aborto.

**Palabras clave: aborto:** derechos reproductivos; movimiento feminista; Argentina; México.

## ABSTRACT

The theme of this doctorate thesis is the feminist strategies of accompanying safe abortions throughout Latin America, even in criminalized contexts. This is a case study focused on organizations who carry out this act in Argentina and México, as well as their dialogues with other countries in the Region. The objective of this study was to analyze how four feminist groups of accompanying abortions (*Socorristas en Red*, *Lesbianas y Feministas por La Descriminalización del Aborto*, *Fondo MARIA* y *Las Libres*) how they emerged, how they identified themselves and how they acted, what were their operative mechanisms and who are their principal antagonists. Using a feminist epistemology and a transdisciplinary approach, the methodology was composed by literature review, observation and interviews with the activists. Finally, I conclude that these groups, with their innovative and emancipatory feminist strategies, contribute to the fight against the stigma and their final objective is the social decriminalization of the abortion.

**Keywords:** abortion; reproductive rights; feminist movement; Argentina; Mexico.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Banner de divulgação da linha “Aborto: más información, menos riesgos”
- Figura 2 – Verso dos dois manuais de aborto seguro de Lesbianas y Feministas
- Figura 3 – 33º Encontro Nacional de Mulheres, em Trelew, 2018
- Figura 4 – Publicação na imprensa sobre o protesto pela legalização do aborto em 1984 na Argentina
- Figura 5 – Feto gigante durante a marcha realizada em novembro de 2020 na Argentina
- Figura 6 – Grupo reza na porta de uma clínica de aborto legal na Cidade do México
- Figura 7 – Cartaz de grupo antidireitos na Cidade do México
- Figura 8 – Qual é o tamanho do saco gestacional?
- Figura 9 – Bandeira LGBTQIA+ em meio à marcha das Socorristas en Red durante o 33º ENM
- Figura 10 – Ação de lançamento da linha de aborto seguro no Equador
- Figura 11– Lançamento da linha “Aborto: más información, menos riesgos”, de Lesbianas y Feministas da Argentina
- Figura 12 – Duas edições do manual produzido por Lesbianas y Feministas
- Figura 13 – Manuais de aborto seguro produzidos por coletivas feministas na América Latina

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM - Ação Católica Mexicana

ADAS - Acompanhamento Depois de um Aborto Seguro

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AMIU - Aspiração Manual Intra-Uterina

CAEL - Coalizão Argentina para um Estado Laico

CAM - Centro de Ajuda para a Mulher

CDHDF - Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CLACAI - Consórcio Latino-americano Contra o Aborto Inseguro

CLADEM - Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

EFLAC - Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

ENM - Encontro Nacional de Mulheres

ENPAA - Encontro Nacional de Pesquisa e Ativismo sobre Aborto

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FALBGT - Federação Argentina de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans

FLASOG - Federação Latinoamericana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia

FMI - Fundo Monetário Internacional

FPNU - Fundo de População das Nações Unidas

GIRE - Grupo de Informação em Reprodução Escolhida

ICMA - Consórcio Internacional de Aborto com Medicamentos

ILE- Interrupção Legal da Gestação

IVE – Interrupção Voluntária da Gestação

INROADS - Rede Internacional para a Redução da Discriminação e Estigma do Aborto

IRI - Instituto Republicano Internacional

IRMA - Instituto para a Reabilitação da Mulher e da Família

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais

MIAAS - Modelo Integral de Acompanhamento para um Aborto Seguro

NOM - Norma Oficial Mexicana

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAN – Partido de Ação Nacional

PAS - Partido Sinaloense

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido do Trabalho

PRD - Partido da Revolução Democrática

PRI - Partido Revolucionário Institucional

PVEM - Partido Verde Ecologista do México

SUS - Sistema Único de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

UCR - União Cívica Radical

UNAM - Universidade Nacional Autônoma do México

USP - Universidade de São Paulo

VHI - Vida Humana Internacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<i>Entre avanços e retrocessos: um estudo feminista em um Brasil conservador.....</i>	<i>21</i>
<i>O tecer de uma pesquisa .....</i>	<i>25</i>
<i>O percurso de leitura.....</i>	<i>29</i>
<b>1 NOSOTRAS ABORTAMOS: O corpo que aborta, o corpo que ativa e o corpo que pesquisa .....</b>	<b>32</b>
1.1 <i>Uma experiência (in)feliz.....</i>	<i>32</i>
1.2 <i>Trabalho de campo, experiência no corpo .....</i>	<i>36</i>
1.2.1 <i>Da maternidade voluntária à justiça reprodutiva .....</i>	<i>37</i>
1.3 <i>Fazendo ciência a partir do feminismo .....</i>	<i>41</i>
1.3.1 <i>O método e a metodologia: as escolhas de pesquisa .....</i>	<i>44</i>
1.4 <i>Nosotras, aborteras: apresentação das grupas na Argentina e no México .....</i>	<i>52</i>
1.4.1 <i>Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto .....</i>	<i>53</i>
1.4.2 <i>Socorristas en Red .....</i>	<i>57</i>
1.4.3 <i>Fondo MARIA (Balance) .....</i>	<i>61</i>
1.4.4 <i>Las Libres .....</i>	<i>64</i>
1.5 <i>Aborto: uma experiência plural.....</i>	<i>68</i>
<b>2 ‘SOMOS LAS NIETAS DE TODAS LAS BRUJAS QUE NUNCA PUDIERON QUEMAR’: UMA GENEALOGIA DA LUTA .....</b>	<b>70</b>
2.1 <i>Brujas aborteras, sanadoras y parteras .....</i>	<i>73</i>
2.2 <i>O aborto nos Códigos Penais e a descriminalização em caso de estupro .....</i>	<i>76</i>
2.3 <i>Segunda Onda do Feminismo: novas estratégias de ação .....</i>	<i>79</i>
2.4 <i>Oportunidades políticas e virada narrativa: aborto seguro, mesmo que ilegal.....</i>	<i>87</i>
2.4.1 <i>Conferências da ONU.....</i>	<i>90</i>
2.4.2 <i>A revolução do Misoprostol.....</i>	<i>94</i>
2.4.3 <i>Women on Waves .....</i>	<i>98</i>
2.5 <i>Oportunidades políticas na Argentina e no México .....</i>	<i>101</i>
<b>3 “PRÓ-VIDA”... DE QUEM? ESTRATÉGIAS DOS GRUPO CONSERVADORES NA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA ANTIDIREITOS.....</b>	<b>107</b>
3.1 <i>As ondas conservadoras na América Latina .....</i>	<i>110</i>
3.2 <i>Ativismo heteropatriarcal.....</i>	<i>116</i>
3.2.1 <i>Estratégias de ação.....</i>	<i>119</i>
3.2.2 <i>O falso acompanhamento .....</i>	<i>122</i>
3.3 <i>Ativismo político-institucional .....</i>	<i>126</i>
3.3.1 <i>México: um partido protagonista nas ações antidireitos.....</i>	<i>126</i>
3.3.2 <i>Argentina: Hierarquia católica e a influência no Executivo .....</i>	<i>131</i>
3.4 <i>Estratégias múltiplas para a manutenção do status machista e heterossexual .....</i>	<i>133</i>



<b>4 ABORTO SEGURO, ACOMPANHADO E FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HETEROTOPIA .....</b>	<b>137</b>
4.1 <i>Feministas combatendo o estigma do aborto .....</i>	138
4.2 <i>Cada aborto es un mundo. Abortar es un acto político. Acompañar también .....</i>	142
4.2.1 <i>A acompanhante de abortos .....</i>	148
4.2.2 <i>Escuta ativa .....</i>	151
4.2.3 <i>Autonomia.....</i>	155
4.2.3 <i>A micropolítica da alteridade .....</i>	158
4.3 <i>Eu aborto, tu abortas, elas abortam?.....</i>	165
4.3.1 <i>Raça e etnia .....</i>	166
4.3.2 <i>Perspectiva juvenil.....</i>	171
4.3.3 <i>Outras interseccionalidades .....</i>	172
4.4 <i>Tortillera, feminista y abortera .....</i>	174
4.5 <i>Feministas tecendo resistências e construindo uma heterotopia.....</i>	180
<b>5 TECENDO FORMAS DE RESISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS FEMINISTAS PARA A DESCRIMINALIZAÇÃO SOCIAL DO ABORTO.....</b>	<b>186</b>
5.1 <i>As margens como espaço de disputa pelo aborto legal, seguro e legítimo .....</i>	189
5.2 <i>Visibilidade como estratégia de resistência .....</i>	194
5.2.1 <i>Poner el cuerpo en la calle para a produção de novas narrativas sobre aborto.....</i>	197
5.2.2 <i>Manuais, livros e reflexões teóricas sobre a ação política.....</i>	202
5.2.3 <i>Registro e produção de dados estatísticos .....</i>	208
5.3 <i>“Yo aborté”: narrativa em primeira pessoa sobre a experiência de interrupção da gestação .....</i>	211
5.4 <i>Ferramentas de segurança e privacidade: ‘armas’ contra o punitivismo .....</i>	216
5.5 <i>Articulação em rede .....</i>	220
5.6 <i>A despenalização social do aborto, porque a luta não termina aqui .....</i>	224
<b>INQUIETAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>229</b>
<i>Sonhei alto, voei longe, aterrissei onde era possível .....</i>	230
<i>Uma contribuição para um terreno fértil de pesquisa .....</i>	233
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>236</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>259</b>
ANEXO A – <i>Mapa das leis de aborto no mundo.....</i>	259
ANEXO B - <i>O aborto nos Código Penais do México (por UF) .....</i>	260
ANEXO C – <i>A criminalização do aborto no México (por UF) .....</i>	261
ANEXO D – <i>A criminalização do aborto na Argentina por jurisdição (2012-2020).....</i>	262
ANEXO E – <i>Folder “ILE: Medicamento y quirúrgico”, distribuído por grupos antidireitos no México.....</i>	263
ANEXO F – <i>Folder “Síndrome Post Aborto”, distribuído por grupos antidireitos no México .....</i>	265

## INTRODUÇÃO

Era madrugada do dia 30 de dezembro de 2020, quando as feministas da Argentina choraram em comemoração a uma luta que haviam travado há décadas. Depois de uma dura batalha no Congresso Nacional, o Senado aprovou a lei que modificava o Código Penal para legalizar o aborto até a 14ª semana de gestação. A conquista se tornou um marco para as mulheres de toda a América Latina.

A aprovação da lei era uma promessa de campanha do presidente argentino Alberto Fernandez, que nas eleições de 2019 tinha anunciado que, assim que assumisse o cargo, apresentaria o projeto para legalizar o aborto no país. O texto, no entanto, precisou esperar quase um ano até ser apreciado pelos deputados e senadores, já que em 2020 o principal assunto foram as medidas sanitárias e econômicas adotadas por conta da emergência da pandemia de Covid-19.

Entre as feministas, o grito de dezembro de 2020 estava engasgado desde 2018, quando senadores haviam rejeitado o projeto antes aprovado pelos deputados. “*No fue ayer. Será mañana*”, escreveu a jornalista Mariana Carbajal (2018) no diário “Página 12”.

Quando a despenalização do aborto voltou ao debate, no fim de 2020, as marchas e vigílias feministas passaram a ser formadas não só pelos tradicionais lenços verdes<sup>1</sup>, mas também pelas máscaras faciais, obrigatórias em meio à pandemia da Covid-19. Os protocolos sanitários reduziram em tamanho as mobilizações e tiraram da rua algumas das protagonistas dos atos de 2018, como a socióloga Dora Barrancos, 80 anos, a médica Martha Rosenberg, 84, e as advogadas Nelly Minyersky, 92, e Nina Brugo, 77, veteranas na luta pela legalização do aborto e grupo de risco para a infecção pelo novo coronavírus.

Do Brasil, eu acompanhava os discursos, recebia as notícias de amigas na Argentina e amargava a solidão do quarto de casa em meio ao isolamento social. Com a notícia da aprovação na Câmara do Deputados e as previsões otimistas no Senado, cheguei a comprar passagens para acompanhar de perto a votação em Buenos Aires. Dois dias antes do embarque, no entanto, o

---

<sup>1</sup> O lenço verde é um símbolo do movimento da luta pelo aborto legal na Argentina e passou a ser usado pelas feministas a partir do Encontro Nacional de Mulheres realizado em 2003 em Rosário (TARDUCCI, 2017). Ele é uma homenagem aos lenços brancos usados pelas Mães da Praça de Maio, que buscam até hoje filhos e netos desaparecidos durante a Ditadura Militar. A cor foi decidida coletivamente por eliminação: não podia ser azul (associada à bandeira do país), violeta (do feminismo) nem branco (usado pelas Mães de Maio). No lenço, está inscrito o lema “Educação sexual para decidir, anticonceptivos para não abortar e aborto legal e gratuito para não morrer”, inspirado no usado por feministas italianas na década de 1970.

governo argentino anunciou novamente o fechamento das fronteiras com os países vizinhos, entre eles o Brasil, e meu voo estava cancelado. Naquele momento, já fazia parte da nossa rotina as mudanças repentinas de planos e o abre e fecha do comércio e serviços.

Não foi fácil escrever uma tese em meio à pandemia. Atravessei os confusos primeiros meses de isolamento social ainda no México, precisei interromper de forma abrupta a pesquisa de campo e tive medo quando testei positivo para a Covid-19, a poucas horas do embarque de volta para o Brasil. Em alguns momentos, a escrita foi uma fuga da dura realidade, da contagem diária dos mortos, das frustrações e da saudade que o distanciamento provocava. Em outros, as páginas em branco se somavam a tantas angústias que marcaram os últimos anos de investigação.

Entre pessoas pesquisadoras, eram comuns as narrativas de crises de ansiedade, relatos de depressão e a frustração de não conseguir escrever ou estudar em meio ao caos que tinha se tornado as nossas vidas. Agora boa parte das relações eram mediadas apenas pelo virtual e parecia difícil fazer planos para o futuro.

No Brasil, além da pandemia, vivíamos o avanço do ultraconservadorismo liberal, o aumento da inflação<sup>2</sup> e do desemprego<sup>3</sup>, e os cortes de orçamento para a educação pública e a ciência<sup>4</sup>. Era, portanto, inegável que as teses da nossa geração fossem atravessadas pelas crises (econômica, psicológica e social) pelas quais passamos.

A pandemia ainda afetou de modo particular o tema e as sujeitas desta pesquisa, impondo novas barreiras para o acesso ao aborto nos casos previstos em lei e dificultando o trabalho das acompanhantes para garantir procedimentos seguros em contextos de criminalização. Os problemas eram de toda ordem: o fechamento de serviços de aborto legal e de planejamento familiar, escassez de medicamentos e dificuldades de acesso à ultrassonografia, o aumento da violência de gênero, do desemprego e da carga de trabalho de cuidado e doméstico para as mulheres. Isso tudo somado ao medo de contaminação, de ter uma pessoa próxima internada pela doença, dos efeitos emocionais e psicológicos do isolamento social e do luto pelos milhares de mortos.

---

<sup>2</sup> No acumulado de 12 meses, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), chegou a 10,25% em setembro de 2021. O dado significou a maior variação mensal para um mês de setembro desde 1994, início do Plano Real (BARROS, 2021a).

<sup>3</sup> O Brasil tinha 14,8 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2021, o maior contingente da série histórica do IBGE, iniciada em 2012 (BARROS, 2021b).

<sup>4</sup> Em outubro de 2021, por exemplo, o presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei com uma redução de R\$ 600 milhões no orçamento do financiamento de pesquisas e projetos científicos no Brasil, uma redução de quase 90% comparado ao ano anterior (RACANICCI, 2021).

No momento da escrita desta tese, o efeito real da pandemia para as mulheres ainda não havia sido calculado em sua totalidade, mas alguns números já mostravam que seria devastador. Estimativa publicada por pesquisadoras do Guttmacher Institute (RILEY et al., 2020), por exemplo, mostra que em um contexto de redução de 10% da oferta de contraceptivos de curta ou longa duração resultaria em um adicional de 15 milhões de gestações indesejadas em um ano em países de renda baixa e média. O mesmo estudo considera que, em uma pandemia, se 10% dos abortos seguros se tornassem inseguros (o que pode ocorrer pela falta de serviços especializados, de profissionais, de informação e de medicamentos), poderia haver um aumento de 3,3 milhões de abortos inseguros e 1.000 mortes maternas adicionais ao longo de um ano nesses países.

No Brasil, a epidemia justificou a adoção de políticas que limitaram ou impediram o cumprimento dos direitos reprodutivos. Houve cortes na distribuição de contraceptivos pelo SUS (Sistema Único de Saúde) (SILVA, FERREIRA, LARA, 2020) e a revogação de uma nota técnica sobre a necessidade de acesso a tais métodos e ao aborto nos casos previstos em lei. Um levantamento realizado pela Artigo 19, em parceria com a Revista AzMina e a Gênero e Número (FERREIRA, SILVA, 2020), mostrou que 55% dos serviços que realizavam aborto legal no sistema público deixaram de oferecer o serviço durante a pandemia do novo coronavírus.

Na Cidade do México, o número de abortos legais despencou no primeiro ano das medidas restritivas: em 2020, foram 11.269, o menor desde 2007, quando a norma lei entrou em vigor<sup>5</sup>. Na Argentina, segundo um monitoramento realizado pela organização ELA - Equipo Latinoamericano de Justicia y Género (2020), algumas unidades de saúde não consideraram os serviços de saúde sexual e reprodutiva como essenciais e não deram atenção adequada às pessoas que solicitavam informação e contraceptivos. Além disso, apesar da orientação do governo federal para que fossem adotados serviços de telemedicina no caso do aborto legal, alguns centros de saúde distantes das capitais e dos centros urbanos não tinham medicamentos disponíveis ou pessoal capacitado para prestar o serviço nesse período.

A pandemia também mudou a rotina das feministas acompanhantes de abortos e as grupos pesquisadas nesta tese tiveram que fazer adaptações para manter os trabalhos. Em geral, suspenderam encontros presenciais em grupo e as atividades em seus escritórios foram

---

<sup>5</sup> Segundo o Sistema de Información de Interrupción Legal del Embarazo (GOBIERNO DE LA CIUDAD DE MÉXICO, 2021), o total de abortos realizados por ano foi: 4.799 em 2007, 13.404 em 2008, 16.475 em 2009, 16.945 em 2010, 20.319 em 2011, 20.482 em 2012, 20.765 em 2013, 20.559 em 2014, 18.770 em 2015, 18.087 em 2016, 17.595 em 2017, 17.259 em 2018, 15.173 em 2019 e 11.269 em 2020.

substituídos pelo *home office*. Na Argentina, *Socorristas en Red* tiveram que cancelar a plenária anual realizada com todas as coletivas da rede, realizada na Semana Santa de 2020, por conta do isolamento social preventivo e obrigatório decretado pelo governo. No ano seguinte, o encontro foi realizado virtualmente.

Na outra ponta, as mulheres continuavam abortando, com ou sem pandemia.

Seja diante dos perigos de um vírus ou das ameaças de um Estado que não garante os direitos reprodutivos, a resposta das feministas tratadas nesta pesquisa sempre foi a mesma: dizer à pessoa que precisa de ajuda que “*No estás sola*”. Essa foi uma das frases que escutei inúmeras vezes, em suas conversas presenciais ou por telefone, que li nas mensagens, e-mails e em suas publicações nas redes sociais.

Na Argentina e no México, mas também em muitos pontos da América Latina, a resistência feminista frente a impedimentos legais ou sociais foi criar caminhos para apoiar as decisões de mulheres e tornar o aborto um procedimento seguro, mesmo em contextos de criminalização. Não se trata de uma abordagem “savalдора” ou paternalista, mas uma forma pensar coletivamente saídas diante de políticas tantas vezes misóginas, racistas e heteronormativas.

### **Entre avanços e retrocessos: um estudo feminista em um Brasil conservador**

O momento histórico em que escrevi esta tese foi de forte debate sobre legalização do aborto na América Latina, em especial nos dois países pesquisados. Entre os anos de 2017 e 2021, a Argentina votou duas vezes no Congresso um projeto de lei sobre o tema, legalizando-o, por fim, em dezembro de 2020.

No México, o aborto foi despenalizado em Oaxaca em 2019, e em Hidalgo e Veracruz em 2021. A Suprema Corte de Justiça (2021a) decidiu ainda que era inconstitucional a lei que criminalizava a interrupção voluntária da gestação em Coahuila, orientando os juízes de primeira instância a seguir a decisão e deixar de aplicar a pena no demais estados<sup>6</sup>. Em outro julgamento (SCJN, 2021b) que ocorreu na mesma semana, os ministros declaram inconstitucional o artigo da Constituição do estado de Sinaloa que defendia o direito à vida desde a concepção – redação que visava barrar a possibilidade de legalização do aborto (LAMAS, 2015; 2017).

---

<sup>6</sup> A decisão versava apenas sobre o Estado de Coahuila e, apesar da orientação da Corte de não aplicar a pena, o aborto continuou fazendo parte do Código Penal dos demais estados.

No Brasil, por outro lado, o cenário era de acentuado avanço de grupos conservadores antidireitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, lembro-me de ler, enquanto esperava o embarque de volta ao Brasil depois de dez dias de pesquisa na Argentina em 2018, as notícias de que Jair Bolsonaro (então no PSL) havia sido o candidato mais votado no primeiro turno das eleições presidenciais. Dali a um mês, disputaria e ganharia o segundo turno contra o economista e ex-ministro da Educação Fernando Haddad (PT).

Para as feministas, aquele de 2018 incitou sentimentos confusos de esperança e tristeza. Além da vitória argentina do projeto de legalização do aborto na Câmara dos Deputados e da *Marea Verde* que inundou várias cidades da América Latina, as brasileiras acompanharam com atenção a audiência pública que discutiu no STF (Supremo Tribunal Federal) uma ação (BRASIL, 2017) que pedia a legalização da prática<sup>7</sup>.

Três meses após a audiência no STF, Jair Bolsonaro foi eleito, apesar das falas machistas<sup>8</sup>, homofóbicas<sup>9</sup>, racistas<sup>10</sup> e de apoio à Ditadura Militar (1964-1985)<sup>11</sup>. Trazia consigo um grupo de políticos ultraliberais na economia e outro de líderes religiosos evangélicos, dispostos a travar uma batalha moral no país contra o que chamavam de “ideologia de gênero”.

Eu acompanhava essa mudança de cenário enquanto fazia pesquisa de campo na Argentina e observava atenta a luta das *hermanas* pelo aborto legal, seguro e gratuito – a mesma que a nossa, mas com obstáculos diferentes. Em cada encontro dessa viagem, era comum que muitas delas viessem me perguntar como o Brasil havia feito tamanha virada conservadora.

A surpresa e o temor das feministas tinham explicação: além de ser uma potência, com capacidade de influenciar outros países da América Latina, o Brasil era lembrado pelos avanços

---

<sup>7</sup> A ADPF 442 (BRASIL, 2017) é uma ação protocolada pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) que questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal e pede a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação no Brasil. Até junho de 2021, no entanto, não havia data para o julgamento da ação pelo STF.

<sup>8</sup> Em 2014, Jair Bolsonaro disse que não estupraria a deputada Maria do Rosário porque ela “não merecia”, sugerindo que em algum contexto o estupro poderia ser justificável. A declaração foi dada logo depois que Rosário criticou a ditadura militar, defendida por Bolsonaro. Em 2015, ele foi condenado ao pagamento de uma indenização de R\$ 10 mil em danos morais e fazer uma retratação pública contra o ocorrido. (MIGALHAS, 2019).

<sup>9</sup> Em 2011, quando era deputado federal, Jair Bolsonaro disse que “seria incapaz de amar um filho homossexual”, preferindo que ele morresse: “Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo” (TERRA, 2011).

<sup>10</sup> Durante uma palestra realizada em 2017, o então pré-candidato Jair Bolsonaro disse que quilombolas eram preguiçosos e os comparou com gado: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”.

<sup>11</sup> Na votação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro votou a favor a destituição da presidenta fazendo uma homenagem ao coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador. Uma das vítimas do coronel havia sido a própria Dilma Rousseff (BBC BRASIL, 2016).

em políticas sociais e a redução da pobreza no início dos anos 2000. No campo dos direitos reprodutivos, chegamos a ser referência na criação de protocolos sobre aborto legal, como lembra a pesquisadora em direitos sexuais e reprodutivos Sônia Correa (2020). Também em entrevista ao portal de notícias UOL<sup>12</sup>, feministas do México e da Argentina me disseram como as normas *Atenção Humanizada ao abortamento*, com primeira edição de 2005, e *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes*, em vigor desde 1999, foram importantes para toda a Região. Segundo Veronica Cruz, diretora e umas das fundadoras da organização *Las Libres*:

Há 20 anos, o Brasil era uma referência para toda a América Latina. Foi onde primeiro as feministas lutaram, fizeram muita incidência política. Vocês foram a nossa inspiração para a construção de uma norma de aborto legal para o setor de saúde, mas reconheço que nos últimos anos o Brasil parece ter andado para trás. (SOUZA, 2020)

Tudo isso estava sob ameaça. O aumento do número de políticos conservadores no Congresso Nacional, como mostrou o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2018), acompanhou o crescimento de projetos tentando restringir o aborto no país (SOBRINHO, 2020). Na pauta, chegaram a ser discutido projetos como o 5069/2013, de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha, que tentava criminalizar até quem dava informação sobre aborto seguro, mesmo que sob o argumento de redução de danos<sup>13</sup>.

O período de desenvolvimento desta pesquisa também foi de crescimento dos ataques a grupos progressistas, especialmente a ativistas de direitos humanos, feministas e de proteção ao meio ambiente, pelas polícias, pelo governos e representantes do sistema judiciário. Exemplo disso foi o vídeo *Manual de Redução de Danos para o Abortamento Inseguro* publicado pela médica Débora Anhaia Campos em 2017, com informações básicas de segurança para mulheres que desejam abortar. Após receber denúncia de que ela estaria fazendo apologia ao crime de aborto, Débora passou a ser investigada pelo Ministério Público Federal no Paraná e foi alvo de perseguições na cidade de Londrina, no mesmo estado (BERTHO, 2018).

---

<sup>12</sup> Na reportagem “Conhecer lei é essencial para exigir aborto legal, dizem ativistas da AL” (SOUZA, 2020), discuto especialistas e ativistas da América Latina o caso de uma menina de 10 anos que engravidou após anos de violência sexual e teve que viajar 1.500 km, porque o serviço de saúde do Espírito Santo, onde ela morava, se recusou a fazer o aborto previsto em lei.

<sup>13</sup> O projeto causou forte reação do movimento feminista, que realizou manifestações em diversas partes do Brasil em 2015, e conseguiu interromper a sua tramitação. O texto prevê o acréscimo do artigo 127-A ao Código Penal, segundo o qual (BRASIL, 2013): “Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto, induzir ou instigar gestante a usar substância ou objeto abortivo, instruir ou orientar gestante sobre como praticar aborto, ou prestar-lhe qualquer auxílio para que o pratique, ainda que sob o pretexto de redução de danos: Pena: detenção, de quatro a oito anos”.

Depois da audiência pública da ADPF 442 no STF, a professora da UnB (Universidade de Brasília) e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética, Débora Diniz, foi uma das que tiveram que deixar o país por conta de ameaças. No seu caso, pesava o fato de ser uma voz conhecida na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Além de vários artigos e palestras sobre o tema, a antropóloga foi uma das responsáveis pelas duas Pesquisas Nacionais de Aborto (DINIZ; MEDEIROS, 2010; DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017), que apresentaram um perfil e uma estimativa da prática no Brasil. A Anis, organização que ajudou a fundar, foi ainda uma das envolvidas na elaboração do texto da ação protocolada no STF para pedir a legalização do aborto.

A esse contexto, soma-se a proibição da circulação do Misoprostol no Brasil fora do ambiente hospital, apesar de o medicamento ser reconhecido pela OMS (2013) como seguro e eficaz para a realização de um aborto e constar em sua Lista de Medicamentos Essenciais (OMS, 2004). Isso faz com que muitas mulheres tenham que acessar redes de traficantes de drogas para comprar um composto no país.

Diante desse cenário, tornou-se emergente discutir o aborto como um direito, não apenas registrando os retrocessos e as ameaças na política brasileira, mas também com exemplos de como avançar na segurança, no acesso e na legalidade de prática. Decidi fazê-lo a partir dos movimentos feministas, que, desde o tensionamento das margens do Estado (POOLE, DAS, 2008), usam a resistência como poder e produção de outros espaços (FOUCAULT, 2003) de vida<sup>14</sup>.

No caso das feministas latino-americanas, esse resistir é um lutar contra diversas camadas de opressão, que por séculos tentam restringir o exercício de direitos e excluí-las do acesso a uma vida com igualdade. No caso do aborto, a resposta de algumas delas tem sido promover o acesso à informação de qualidade e ao acolhimento emocional em contextos em que a prática está criminalizada. Atuam, dessa forma, como verdadeiras redes de apoio à margem das políticas públicas, alternativas possíveis no cenário de proibição. Tratam de desconstruir os sentimentos de medo, solidão, vergonha e, às vezes, desespero tantas vezes associados ao aborto (LOPES; MARTINS; MORENO, 2016; ORTIZ ORTEGA, 1994; HEILBORN et al., 2012; SILVEIRA; MCCALLUM; MENEZES, 2016) para, a partir de

---

<sup>14</sup> Esta pesquisa se inscreve em diálogo com outras feministas sobre acompanhamento na América Latina. Nesse sentido, cito como importantes referências especialmente as companheiras argentinas Nayla Vacarezza e July Chaneton (2013); Nayla Vacarezza, July Chaneton, e Ariel Sanchez (2013); Nayla Vacarezza e Barbara Sutton (2020); Daniel Busdygan, Nayla Vacarezza e Mabel Alicia Campagnoli (2018); Barbara Sutton e Nayla Vacarezza (2021); Julia Burton (2021a, 2021b, 2018, 2017, 2015).



diálogos de afeto, dar o protagonismo às mulheres nas decisões sobre o seu próprio corpo, fazendo ainda circular discursos de resistência e de autonomia em resposta à omissão do Estado.

### **O tecer de uma pesquisa**

Esta tese de doutorado tem como *tema* as *estratégias feministas de acompanhamento de abortos seguros na América Latina*, mesmo que em contextos de criminalização da prática. O recorte temporal vai do início da atuação dessas organizações, a partir dos anos 2000, até março de 2020, quando foi encerrada pesquisa de campo. As grupos que compõem esse estudo são: *Socorristas en Red, Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto, Fondo MARIA e Las Libres*.

Apesar do diálogo com iniciativas de vários países da América Latina, este é um estudo de caso focado na Argentina e no México<sup>15</sup>. Tal delimitação geográfica se deve ao contexto jurídico-político, diferente em cada um deles, e à sólida atuação pública de grupos feministas de acompanhamento de abortos nesses dois territórios.

Na Região, registra-se a ação de coletivas similares também no Equador, Chile, Peru e Uruguai, entre outros, mas foi na Argentina que elas ganharam maior visibilidade a partir de 2010, com a formação de redes nacionais de ativismo. No México, por sua vez, chamou-nos a atenção o intenso intercâmbio (com atividades de formação e pesquisa) das coletivas de acompanhamento de abortos com as ativistas da Argentina. Soma-se a isso o desafio do contexto jurídico que as mexicanas enfrentavam, levando em conta os 33 Códigos Penais (um para cada Estado e um Federal), que estalecem diferentes níveis de criminalização da prática e perseguição às mulheres.

Tal escolha, marcada por limitações de tempo e de recursos, influenciou também os critérios utilizados para a seleção das grupos, que foram os seguintes: a) ter como atividade o acompanhamento de mulheres e pessoas com capacidade de gestar que desejam realizar um aborto; b) atuar de forma pública e visível em relação ao acompanhamento; c) fornecer informação sobre como realizar o procedimento de forma segura, baseando-se em protocolos da OMS. A escolha de quatro grupos, portanto, permitiu uma análise diversa e aprofundada da realidade nos dois países.

---

<sup>15</sup> Até a banca de qualificação, pensei que poderia pesquisar Argentina, Chile e México, mas as limitações de tempo e dinheiro, me fizeram descartar o Chile.

Importante registrar que considero nesta pesquisa que não só mulheres, mas também outras pessoas com útero e vagina (como pessoas trans e não-binárias) têm capacidade de gestar e de abortar. Apesar disso, optou-se por utilizar majoritariamente ao longo do texto o termo *mulher* como sujeita do aborto. Assim o faço porque, em primeiro lugar, as grupas que visitei, até aquele momento, só tinham acompanhado mulheres cisgêneras durante o procedimento. Todas, no entanto, estavam abertas e discutiam como acolher outras corporalidades nesse processo. Em segundo lugar, estou de acordo com Erica Millar (2017), para quem o uso da categoria *mulher* como sujeita da experiência de um aborto é um ato político, já que carrega uma construção histórica, simbólica e social, mas não exclui a necessidade de políticas que possibilitem uma interrupção segura para todos os corpos<sup>16</sup>.

Outro termo que aparece ao longo do texto é *feminista*, como “investigação feminista”, “perspectiva feminista”, “metodologia feminista”, “estratégia feminista” e “acompanhamento feminista”, entre outros. É preciso dizer que, neste estudo, o *agir feminista* é o que encara corpos das mulheres<sup>17</sup> como territórios de experiência criativa e de emancipação, que nos reconhecem como seres humanas, como escreve Marcela Lagarde no livro “El feminismo en mi vida” (2012). Daí que, enquanto feminista, penso o direito ao aborto seguro como chave na disputa pela liberação desses corpos.

Refiro-me ainda às iniciativas sociais de feministas que acompanham pessoas que desejam realizar um aborto como *grupas* ou *coletivas*, respeitando sua autoderminação no feminino e reconhecendo que se trata de um movimento generificado, marcado pelo protagonismo das mulheres.

Dito isto, o *objetivo* desse estudo foi analisar como iniciativas feministas de acompanhamentos de aborto surgiram, como se identificam e como atuam, de que maneira se situam no debate sobre aborto, quais são seus mecanismos operativos e quem são os seus principais antagonistas. A partir daí, verificou-se a *hipótese* de que o posicionamento e a atuação dessas grupas contribui de forma inovadora, a partir de uma perspectiva feminista, não

---

<sup>16</sup> Em seu livro “*Happy Abortions*”, a autora afirma: “Progressive politics certainly need to account for the marginalisation of and failure to recognise the gender identity of trans and gender non-conforming people. While recognising such critiques, and the fact that people who do not identify as women have abortions, I nevertheless refer 'woman' as the subject of abortion throughout this book. This book focuses on dominant modes of representing abortion, which invariably assume 'woman' as the subject and are only intelligible within cultural meanings ascribed to femininity. The argument that cultural representations of abortion are gendered feminine is not the same as pronouncing that only women have abortions; and, in fact, the gendering of abortion is precisely why trans and non-binary people are so often excluded from abortion discourse and services” (MILLAR, 2017, p. 27)

<sup>17</sup> Entendendo mulheres em sua diversidade.

apenas para o debate em torno da legalização, mas também para a descriminalização social do aborto.

A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2017 e março de 2020, quando Argentina e México tinham legislações que criminalizavam o aborto, contexto que felizmente mudou até a conclusão da escrita desta tese. À época, o Código Penal Argentino previa pena de prisão a quem realizasse um aborto, salvo nos casos em que havia risco de morte ou de saúde para a mulher, ou quando a gravidez era produto de um estupro.

No México, com leis diferentes em cada Estado, a única previsão legal comum a todos os Códigos Penais era a possibilidade de interromper uma gestação decorrente de estupro. O cenário mais permissivo era o da Cidade do México, onde desde 2007 uma lei regulamenta o aborto até a 12ª semana de gravidez em qualquer situação. Na outra ponta, o Estado de Sonora era um dos mais restritivos, com pena de prisão de até seis anos para a mulher ou profissional que realizar o procedimento (GIRE, 2018).

No momento de realização deste estudo, estimava-se que 97% das mulheres da América Latina viviam em países onde a prática era considerada crime (GUTTMACHER INSTITUTE, 2016), enquanto apenas 3% estavam em lugares onde o procedimento era legal (Cuba, Uruguai e Cidade do México). Se não impediam que o procedimento fosse realizado, os abortos clandestinos e inseguros eram a causa de 10% das mortes de gestantes e da internação de 760 mil mulheres por ano por complicações resultantes de procedimentos inseguros (Ibid.).

Nesse contexto, a taxa de mortalidade por aborto era de 10 para cada 100 mil nascidos vivos na América Latina. Na Europa, onde a maior parte dos países legalizou a prática, a proporção cai para 1 a cada 100 mil nascidos vivos. (FAÚNDES; SHAH, 2015). Só na Argentina, 30 mulheres morriam por conta de um aborto inseguro antes da legalização (DEIS, 2018).

Há ainda outros custos da criminalização para a sociedade. Em toda a América Latina, estima-se que, por ano, sejam gastos 113 milhões de dólares com procedimentos pós-aborto (VLASSOFF et al., 2008). Não por acaso, mortalidade materna e legislação sobre aborto são itens avaliados pelo Fórum Econômico Mundial para a elaboração do relatório de desigualdade de gênero em 144 países (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016).

Nesse contexto, a escolha das grupos de acompanhamentos de abortos seguros teve duas etapas. A primeira, exploratória, foi o levantamento das iniciativas feministas na América

Latina a partir dos dados do site *Cómo hacerse un aborto seguro*<sup>18</sup>, de uma rede latino-americana de comunicadoras não identificadas que reúne informações sobre coletivas e grupos que acompanham o procedimento. A segunda etapa da pesquisa baseou-se no método bola de neve, começando por um contato feito com *Socorristas en Red* por intermediação de uma amiga feminista.

A pesquisa na Argentina foi realizada em outubro de 2018 durante dez dias, nas cidades de Buenos Aires, Neuquén e Trelew. No México, o estudo foi realizado entre setembro 2019 e março de 2020 e precisou ser interrompido pela pandemia de Covid-19. Além da Cidade do México, viajei para San Cristóbal de las Casas e Guanajuato.

A metodologia adotada foi composta por revisão bibliográfica, entrevistas e *encontros* com as sujeitas de pesquisas. Tal escolha metodológica leva em conta a necessidade de rigor para uma análise crítica dessas estratégias feministas de promoção do aborto seguro, mediada por uma abordagem transdisciplinar<sup>19</sup>, complexa e empática.

No lugar de observação-participante, em que a pessoa que pesquisa “observa à distância” os sujeitos em um determinado contexto sociocultural, prefiro chamar de *encontros*<sup>20</sup> os momentos em que estive com as feministas que integram essa pesquisa. Assim como nas *estancias con las mujeres*, da antropóloga Marcela Lagarde, não pretendia, nesses encontros, manter-me distante ou neutra. Ao contrário, como diz a autora (LAGARDE, 2005, p. 55): “considero que [quien investiga] influye en el hecho de la investigación, con su sola presencia, con sus decires y acciones y que simultáneamente, es observada, analizada, investigada por las mujeres. Una parte del conocimiento es elaborada en este diálogo”.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e em profundidade com onze ativistas das quatro organizações no formato *entrevista-diálogo* (MORIN, 1973), aberto a captar não só a linguagem verbal, mas também os silêncios e os mistérios do não dito. Não houve um questionário único para todas, porque o objetivo era complementar as informações que não tinham sido encontradas na pesquisa bibliográfica nem nos *encontros*.

<sup>18</sup> As informações estão disponíveis no site <<http://comohacerseunaborto.com/pt/quem-somos-nos/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

<sup>19</sup> A pesquisa transdisciplinar atende a três características fundamentais: rigor, abertura e tolerância (FREITAS; MORIN; NICOLESCU, 1994, art.14): “O rigor na argumentação, que leva em conta todos os dados, é a barreira às possíveis distorções. A abertura comporta a aceitação do desconhecido, do inesperado e do imprevisível. A tolerância é o reconhecimento do direito às ideias e verdades contrárias às nossas”. Segundo os mesmos autores, a abordagem transdisciplinar não exclui o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade e do corpo na transmissão dos conhecimentos.

<sup>20</sup> Durante os encontros, foi utilizado caderno de campo (físico e digital) para anotação das observações.

Cada entrevista foi gravada e depois transcrita. Todas as participantes assinaram o termo de consentimento informado e apenas uma ativista (indígena e que atua de forma autônoma, ou seja, não pertence a uma rede ou coletiva) pediu que para que, por segurança, não tivesse o seu nome divulgado. Todas as demais autorizaram a publicação de nome e sobrenome sob a justificativa de que atuam publicamente como acompanhantes de abortos.

Tanto no México quanto na Argentina foram realizadas, antes das entrevistas e dos *encontros*, reuniões com as ativistas das grupas para apresentar e discutir os objetivos da pesquisa, a metodologia e os dados sensíveis de sua atuação. A partir dessas reuniões, decidimos coletivamente os limites e os cuidados que deveria ter. Optou-se, por exemplo, pelo contato apenas com as ativistas, e não com as mulheres que as procuravam para interromper uma gestação.

Durante visitas aos escritórios das grupas ou a clínicas de aborto legal, eventos de ativismo e após cada uma das entrevistas, anotei no caderno de campo informações sobre o espaço (cartazes, móveis, etc.), vestimentas, silêncios e emoções que eu sentia ou que percebia nas ativistas. Em alguns episódios, também utilizei um gravador pessoal para fazer esses registros. Depois, transcrevia as observações para um arquivo digital, em que buscava acrescentar novas informações, levantar hipóteses, fazer breves conexões com a bibliografia e com episódios anteriores que havia experienciado no ativismo.

As entrevistas foram feitas a partir da revisão de materiais publicados pelas próprias feministas em meios digitais e impressos sobre as atividades que realizam e pessoas que acompanham. Para encontrar livros, vídeos, guias e manuais, foi feito um levantamento no site de cada organização e consultei as próprias ativistas para que me informassem quais eram os mais relevantes para cada grupa. De modo exploratório e qualitativo, também analisei os perfis das organizações em redes sociais como Facebook, Youtube e Instagram em busca de informações sobre como se posicionam publicamente, os diálogos transnacionais que realizam e temas transversais ao ativismo sobre aborto.

Todo o material descrito foi catalogado e analisado durante o doutorado. O resultado será apresentado nos capítulos a seguir.

### **O percurso de leitura**

Esta tese deve se lida como o produto de um percurso acadêmico e de uma experiência de vida. É a soma de dor, abraços, satisfação, esperança, medo (de não dar conta, de não merecer

ocupar certos espaços etc.), tudo enquadrado pelos prazos e formatos inerentes à pesquisa acadêmica.

Uma tese é escrita por um corpo, atravessado por memórias, experiências, que vive cada etapa de um modo particular. Tomo a liberdade, então, de registrar que esta foi escrita desde um corpo de mulher cisgênera e heterossexual, mestiça, jornalista, de classe média e que nasceu em Mato Grosso do Sul, Brasil. É este corpo que, ao longo dos 48 meses do doutorado, fez uma imersão nas grupas feministas que acompanham mulheres que desejam realizar um aborto na Argentina e México, mas que também leu, discutiu e analisou iniciativas em outros países da América Latina.

Dito isto, esta tese está dividida em cinco capítulos, com uma sequência sugerida de encadeamento do conteúdo.

O **Capítulo 1** insere esta tese no diálogo acadêmico feminista, explica as escolhas de pesquisa, a metodologia e os métodos utilizados nessa trajetória. Nesse item, faço ainda uma apresentação de cada uma das quatro grupas de acompanhamento de aborto que são foco desta investigação, aponto o contexto histórico e geográfico em que surgiram, alguns dos seus mecanismos operativos e dados que contribuam para a leitura dos itens seguintes.

No **Capítulo 2**, faço uma genealogia das lutas feministas pela legalização do aborto na América Latina, com foco no século XX. Nesse item, destaco ainda episódios históricos importantes para discussão do tema na Argentina e no México. Além disso, mostro como se construiu a discussão sobre o aborto como um tema de saúde pública em espaços transnacionais e identifico alguns dos marcos de oportunidades políticas para o surgimento, no início do século XXI, das grupas feministas de acompanhamento de abortos.

Essa genealogia feminista está diretamente ligada às ameaças conservadoras de grupos antidireitos na América Latina, que são tema do **Capítulo 3**. Nesse item, identifico alguns deles, disserto sobre como se articulam em redes internacionais e de que forma se interem, dialogam e se relacionam com o Estado. Além disso, apresento algumas das principais estratégias e ferramentas de ação desses que são os principais antagonistas das grupas feministas de acompanhamento de abortos.

No **Capítulo 4**, mostro como as ativistas tentam construir novas experiências de interrupção de gestação ao conceitarem e aplicarem o que chamam de “aborto feminista e acompanhado”. Nesse item, discuto como ferramentas do feminismo, como escuta-ativa,

alteridade e a promoção da autonomia, são a forma que utilizam para combater o estigma relacionado ao tema.

Mostro ainda como as grupas feministas em questão adotam ferramentas específicas para alcançar as mulheres em suas especificidades, por exemplo, ao produzir materiais sobre aborto em línguas indígenas e dando informação direcionada a adolescentes, mulheres imigrantes etc. Além disso, há uma discussão sobre a participação das mulheres lésbicas no ativismo pelo aborto seguro e no acompanhamento de abortos na América Latina.

Por fim, no **Capítulo 5** discuto algumas das estratégias da ação feminista para incidir sobre a descriminalização social, contribuindo para a construção de uma experiência política e coletiva para o aborto. Também neste item, são analisados alguns dos seus relatórios de atividades e demais materiais que servem para criar novas narrativas de disputa pelo aborto legal e seguro na Região.

Concluo que as grupas de acompanhamentos, com suas estratégias feministas inovadoras, contribuem para combater o estigma associado à interrupção voluntária da gestação, para criar experiências não-traumáticas, vividas desde o acolhimento e a segurança pelas mulheres que o realizam; e que têm como objetivo final a descriminalização social do aborto.

Atuam desde a resistência, aqui pensada não apenas como lugar de reação, mas principalmente de produção, dando ferramentas e promovendo discursos que contribuem para que mulheres o vivam como um direito e que exijam do Estado o cumprimento da lei.

## **1 NOSOTRAS ABORTAMOS: O corpo que aborta, o corpo que ativa e o corpo que pesquisa**

Neste primeiro capítulo, aponto de que forma a teoria feminista acadêmica e as práticas do movimento feminista dão as bases para o desenvolvimento desta pesquisa, baseada nas experiências e no diálogo.

Inicialmente, apresento uma narrativa ficcional baseada em histórias que ouvi, senti e experienciei a partir deste corpo de pesquisadora, que afeta e é afetado pelas sujeitas e experiências do campo de pesquisa. A partir dela, discuto referências da discussão sobre maternidade no feminismo; em seguida, a epistemologia e a metodologia feminista, utilizadas desde a escolha do tema até a escritura da tese.

Por fim, faço uma primeira apresentação das quatro grupos analisadas nesta tese: *Socorristas en Red e Lesbianas y Feministas*, da Argentina, e *Fondo MARIA e Las Libres*, do México. Aponto, em linhas gerais, como se dá sua atuação, o contexto de formação de cada iniciativa e suas principais características.

Pretende-se, dessa forma, que a pessoa que lê este texto tenha uma primeira aproximação com as sujeitas pesquisadas. Nos capítulos seguintes, aponto o contexto de oportunidades políticas que tornaram possíveis o surgimento dessas grupos, seus principais antagonistas, suas ferramentas e estratégias de atuação.

### **1.1 Uma experiência (in)feliz**

“E aí, só alegria?”, perguntou o médico ao entrar na sala de ultrassom ginecológico. Eu não respondi nem fiz esforço para esboçar um sorriso que disfarçasse o incômodo com a pergunta e a situação. Havia dois dias, o teste tinha dado positivo, estava mesmo grávida, e alegria não era bem o que eu sentia naquele momento.

Depois de uma noite insone, acordei em um domingo e fui ao banheiro para checar se a menstruação havia descido. Nada. Comprei um teste de farmácia e sozinha no banheiro de casa vi surgir os dois riscos azuis que poderiam mudar totalmente a minha vida. O teste, na verdade, era só uma confirmação.



Fazia dias sentia-me diferente, seios inchados, mudanças de humor e um medo grande. Tinha certeza de que algo estava errado. Fiz as contas mentalmente e estava certa de que eu tinha motivos suficientes para temer o resultado de um teste de farmácia. O calafrio atravessou a minha espinha.

Levei alguns dias para acreditar que aquilo havia acontecido. Logo eu, ativista, feminista, com tanta informação.... Sentia culpa. “Por que eu?” e “Por que agora?”. Comecei a imaginar como seria o futuro e pensei que, naquele momento, todos os meus planos pessoais e profissionais estavam suspensos. Lembrei da pesquisa que mostra que metade das mulheres deixa o mercado de trabalho até dois anos após a licença-maternidade<sup>21</sup>, imaginei as horas sem dormir, a falta de tempo sozinha e a exaustão relatada pelas amigas que acumulavam o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos.

Tentei, de verdade, fazer um esforço para me colocar no lugar de mãe. Não consegui. A tristeza era mais forte que eu. Não sentia vontade de estudar, de trabalhar, não via graça nos pequenos prazeres cotidianos. E o pior: não dava para esquecer um só minuto daquele positivo. Meu corpo lembrava a todo instante que havia algo ali. Lembrava e não sentia amor. Lembrava e só conseguia chorar encolhida na cama. Nada em mim sugeria a alegria que o médico me perguntava na sala de ultrassom. Não queria, não podia ser mãe naquele momento.

Comecei então a justificar a minha decisão: não tinha emprego fixo, a casa era alugada, precisava estudar. Inconscientemente, condenava-me, culpava-me, não aceitava que, apesar de todo o ativismo e dos privilégios, tivesse “deixado isso acontecer” comigo. Estava tão abalada emocionalmente que me esqueci do que eu havia repetido tantas vezes quando encontrava mulheres naquela situação: “a responsabilidade não é só sua”, “não se engravida sozinha”, “mais da metade das gestações no Brasil não foram planejadas”, “os métodos contraceptivos falham”, “você não está sozinha”. Era como se toda a minha empatia servisse apenas para acompanhar outras mulheres. Minha culpa desnudava cada um dos meus preconceitos, mostrava o peso da carga moral dos anos de educação cristã. Naquele momento, era como se eu estivesse em um grande tribunal, onde era, ao mesmo tempo, a juíza e a ré.

Não me lembro quanto tempo levei entre o teste de farmácia e a exame de ultrassom. Os enjoos, o cansaço, as dores nos seios não me deixavam ter a dimensão correta dos dias. Era tudo intenso demais. Além do mal-estar, me invadia uma tristeza profunda. Enfim, eu me dei conta de que não precisava de argumento ou justificativa. Não queria ser mãe naquele momento,

---

<sup>21</sup> Segundo pesquisa de Machado, Pinho Neto (2016).

e eu era a única que podia tomar aquela decisão. A partir de então, precisava, o mais rápido possível, terminar com aqueles dias de tortura.

Depois de superar o meu tribunal interno, viveria na pele os desafios de fazer um aborto em contexto de ilegalidade. Sabia que o método medicamentoso era seguro<sup>22</sup>, poderia realizá-lo em casa<sup>23</sup>, com uma amiga, e não seria difícil conseguir os comprimidos. Além disso, eu tinha descoberto a gravidez ainda no começo. Primeiro, no entanto, seria importante fazer um exame de ultrassom para confirmar a idade gestacional e saber se tudo ia bem com o meu corpo<sup>24</sup>.

Preferi não procurar o sistema público, por medo de ter meus dados registrados, de ser encaminhada para o pré-natal. Já tinha ouvido casos de denúncias e chamadas telefônicas cobrando as consultas seguintes. “Como está a gestação?”, perguntavam às mulheres. Tinha medo de ser criminalizada. Do alto do meu privilégio de mulher de classe média, fui atrás de uma clínica privada que tivesse horário para fazer o exame nos próximos dias. A escolhida ficava no primeiro andar de um pequeno edifício comercial no sul da cidade e oferecia ultrassom a preços populares e sem necessidade de apresentar pedido médico. Parecia perfeito.

“Você quer o DVD? Quer que coloque o vídeo no YouTube?”, perguntou-me a secretária, enquanto me entregava a ficha que eu deveria preencher antes do atendimento. Confesso que demorei alguns segundos para entender que ela fazia as questões para mim, e que o DVD continha as imagens do ultrassom. Afinal, era esperado que eu quisesse mostrar o exame para familiares e amigos. “Não, obrigada”, respondi sem me prolongar. Não queria vídeo, não queria estar ali, tinha pavor da palavra “grávida”. Eu só queria acabar logo com aquilo.

Na sala de espera, duas mulheres compartilhavam com suas acompanhantes a ansiedade para saber logo o sexo dos seus bebês. “Você prefere menino ou menina?”, perguntou uma delas. “E o seu marido, o que acha que é?”, questionou em seguida. Como foram longos os minutos em que precisei escutar, sem querer, as conversas alheias sobre o único tema a respeito do qual eu não queria pensar. Respirava fundo, olhava o relógio e tentava não vomitar na frente das outras pessoas.

---

<sup>22</sup> Segundo OMS (2013).

<sup>23</sup> As pesquisadoras Charlotte Ellertson, Batya Elul e Beverly Winikoff (1997) mostram que, desde que seguidos os protocolos, o aborto medicamentoso é efetivo, mesmo com mínima supervisão médica. Ao longo desta tese, mostro como as redes feministas de acompanhamento também conseguem garantir eficiência e segurança do procedimento em contextos de criminalização.

<sup>24</sup> O ultrassom antes do aborto é recomendado para verificar se a gestação é ectópica, quando o óvulo é fertilizado e implantado fora do útero. Isso porque, como afirmam Sabina Parveen et al. (2019), o uso de Misoprostol e Mifepristona pode gerar riscos à paciente por conta do risco de ruptura da trompa.

Finalmente, a recepcionista me chamou. Era hora de tirar a roupa, colocar o avental e me preparar para o exame. Eu só queria que passasse rápido.

“Deus abençoe este bebê!”, exclamou o médico com entusiasmo, ao ver as primeiras imagens do borrão na tela, enquanto movia o ultrassom pelo meu canal vaginal. Eu me mantive congelada, sem dizer uma só palavra. Tentava me desconectar do meu corpo, fazer com que aquilo não estivesse acontecendo comigo, em uma mistura de pavor, raiva e medo. Olhava o homem de jaleco branco ao meu lado, que me informava a medida do embrião (1 cm) e a idade gestacional (7 semanas). “Agora vamos ouvir os batimentos cardíacos do bebê”, comunicou ele, sem questionar se essa era a minha vontade; mas ele estava decidido a continuar aquela tortura.

Em silêncio, mentalizando que tudo terminaria logo, lembrava-me das vezes em que eu mesma havia comentado com outras mulheres: “Você pode dizer que não quer ouvir os batimentos, você não é obrigada a isso. E se o fizerem, é violência obstétrica”. Na minha vez, eu não conseguia falar, nem me mover. Escutei os sons captados pelo aparelho, vi os contornos na tela e mantive-me exatamente na mesma posição do início ao fim, sem dizer uma só palavra.

Não sentia amor, e a culpa já tinha ido embora nesse momento. Não queria ser mãe, tinha certeza disso. “Cada mulher vive a experiência de uma gestação e de um aborto de maneira distinta”, eu pensava como um mantra. Na imobilidade causada por aquela situação, acionei a mesma paixão que tinha tido com outras mulheres e entendi que o meu próprio percurso seria único. Tinha informação e acesso ao medicamento, e seria acompanhada por amigas feministas.

“Deus abençoe esse bebê! *Não é?*”, insistiu uma vez mais o médico antes de sair da sala, em uma tentativa de receber, ao menos nos instantes finais, uma resposta positiva. Ainda deitada na maca, permaneci imóvel, sem sorrir nem negar. Estava destroçada, é verdade, mas ao permanecer incógnita ele percebeu que, em algum nível, eu resisti. Meu silêncio e o aborto seguro e acompanhado que faria em seguida eram a minha resposta à maternidade compulsória<sup>25</sup> implícita na frase do médico que nunca mais vi. Naquela mesma tarde, comecei o procedimento na minha casa. No ultrassom que fiz duas semanas depois, dessa vez em outra clínica, o alívio e o sorriso deram lugar ao medo que senti na primeira vez. Ali sim, eu era só alegria.

---

<sup>25</sup> Maternidade compulsória refere-se à não possibilidade de uma pessoa de escolher quando e se deseja maternar. Sob essa perspectiva, ter filhos não é uma escolha, mas uma imposição social e cultural.

## 1.2 Trabalho de campo, experiência no corpo

Não foi fácil escutar e compartilhar algumas das histórias que me atravessaram ao longo desta pesquisa em que busco *analisar como feministas constroem, de maneira coletiva, estratégias para acompanhar e dar informação sobre como realizar um aborto seguro em contextos de criminalização na América Latina*. Eu, mulher jovem, heterossexual e cisgênera, muitas vezes vivi no corpo as dores e os medos das que entravam em contato com alguma das redes feministas que fazem parte desta investigação. Em alguns momentos, mesmo só ouvindo um lado da chamada (o das ativistas, e não o das que gestavam), era capaz de sentir no meu corpo os efeitos dos medicamentos, como se o meu ventre abortasse também. Em outros, colocava-me no lugar das que já haviam passado por golpes<sup>26</sup>, das que viviam relacionamentos abusivos, das que experienciavam em silêncio, algumas sozinhas, aquela decisão tão importante. Por outro lado, notava a satisfação, a gratidão e ficava igualmente feliz e aliviada ao saber das que podiam interromper a gestação com segurança e acompanhadas.

No caderno de campo, escrevi no dia 14 de novembro de 2019 que era “inevitável não sentir enjoos, tonturas leves e calafrios, pensar no sangue, sentir vontade de me deitar por conta da dor”, ao escutar sobre os efeitos do Misoprostol. Naquele dia, estava sentada em uma cadeira no canto de uma sala onde três ativistas atendiam telefonemas ou respondiam mensagens de mulheres que buscavam por um aborto seguro.

Em outra ligação, as orientações eram dadas a uma mulher que passaria, dali a alguns dias, por um aborto cirúrgico em uma clínica da Cidade do México, onde o procedimento é legal. Também por telefone, a feminista explicava como seria cada etapa do processo, enquanto eu, talvez já sensível das escutas anteriores, escrevi que podia sentir e imaginar o procedimento “como se fosse no meu próprio corpo: a anestesia, a visualização do colo do útero, a introdução da cânula do AMIU, a aspiração do feto”.

Não era a primeira nem a segunda vez que escutaria aquele tipo de narrativa. Já havia feito trabalho de campo na Argentina, tinha lido mais sobre o tema e sabia que o procedimento

---

<sup>26</sup> Em contexto de criminalização, é comum que as mulheres em busca de um aborto seguro sofram golpes de pessoas que dizem vender os medicamentos. Muitas são enganadas com comprimidos falsos ou nunca recebem pelo material que pagaram. Isso acontece porque os golpistas sabem que, por conta da ilegalidade, não há denúncia nem reclamação por parte das clientes. Essa dificuldade em conseguir os medicamentos afeta em maior grau as mulheres pobres e que estão fora dos grandes centros urbanos. Uma pesquisa coordenada pela antropóloga Maria Luíza Heilborn et. al (2012) mostra como o itinerário abortivo é mais complexo para as classes mais baixas, o que aumenta o tempo gestacional e as expõe a maiores riscos durante o procedimento.

era mais simples e menos traumático do que se passava pelo imaginário de maior parte da população. Naquele dia, no entanto, com o emocional abalado por conta de problemas pessoais, o meu corpo de pesquisadora recebeu de forma distinta as palavras que ouvia e anotava no caderno de campo. Mas não só dor eram as minhas observações daquele dia.

Senti-me também abraçada cada vez que escutava uma feminista falar de forma tão natural e aberta sobre um aborto, ao escutar com atenção cada história, ao responder as dúvidas como se fossem as primeiras do dia. Notava o silêncio de uma escuta atenta e empática, como as telefonistas tratavam de combater estigmas e julgamentos. Assim, mesmo sem escutar as mulheres do outro lado da linha, percebia como cada informação lhes deixavam mais calmas, apenas pelos comentários e pelas afirmações das ativistas que as acompanhavam.

Essas experiências, que me atravessaram e me conectaram às sujeitas de pesquisa, ajudaram a tecer cada capítulo desta tese. Elas se conectaram à bibliografia sobre gênero, feminismo e movimentos sociais, em uma busca por situar esta produção em um momento histórico, fruto de um esforço coletivo que não começou agora, referenciando mulheres que tem construído conhecimento na academia e no ativismo.

### *1.2.1 Da maternidade voluntária à justiça reprodutiva*

Comecei a pesquisar aborto ainda no mestrado, em 2015, e muitas vezes fui questionada sobre o por que havia escolhido esse tema “tão tabu”, “tão forte”. Na minha dissertação (SOUZA, 2017), respondo a essa questão citando a professora Malena Contrera (1996, p. 15, grifo nosso), para quem somos escolhidos por nossos temas, e não o contrário:

Apesar de esse texto ser o resultado de uma pesquisa acadêmica, pretendi evitar a agressão de um discurso que tentasse convencer o leitor, preferindo deixar que o tema mesmo se fizesse representar, para que ele seduzisse o leitor da mesma maneira que me seduziu. **Seduziu e escolheu, já que provavelmente somos nós os escolhidos por nossos temas, e não o contrário.**

É fato que muitas vezes intimidade e até uma certa magia (como prefiro chamar essa subjetiva relação) unem pessoas que pesquisam e os temas pesquisados. Nesse caso, não foi uma experiência pessoal ou próxima de interrupção de gestação, mas o fato de ser uma mulher em idade reprodutiva, com capacidade de gestar e de abortar, que me fez querer investigar a fundo esse assunto. Do ponto de vista acadêmico, eu sabia que a livre escolha de *se e quando* ser mãe tem sido uns dos debates centrais para ativistas e pesquisadoras ao longo da história do

movimento feminista. Apesar disso, havia poucas publicações, especialmente no Brasil, sobre as redes de acompanhamento de abortos na América Latina, já que se trata de um movimento recente, como mostro no **Capítulo 2**.

Em resumo, interessei-me em estudar aborto, porque via que esse ato podia ser uma forma de questionar a maternidade compulsória, um exercício de autonomia e de resistência, mesmo que as leis condenassem as mulheres a procedimentos inseguros.

Na genealogia da discussão sobre direito e justiça reprodutiva, uma das teóricas e ativistas mais importantes foi Simone de Beauvoir, que, ao lançar “O Segundo Sexo” em 1949, questionou os papéis atribuídos socialmente às mulheres e o determinismo biológico da maternidade. À sua época, a filósofa francesa defendia a anestesia para o parto, a utilização de métodos de controle de natalidade, a legalização do aborto e a tecnologia da inseminação artificial como formas de libertar a mulher da “escravidão da reprodução” (Ibid. p. 182). Para Beauvoir, só quando as mulheres puderem decidir livremente sobre a maternidade é que terão assegurada uma liberdade concreta. Isso porque, para ela e outras autoras, a maternidade era vista como a causa principal da dominação dos homens sobre as mulheres e o eixo central da desigualdade entre os sexos

Para a filósofa Luce Irigaray (1992, p. 9), as mulheres não poderiam desfrutar dos seus direitos enquanto não fosse reconhecido o seu valor em ser mulheres e não unicamente em ser mães.

Ao estudar o tema, a socióloga Lucila Scavone (2001b) explica que, a partir do livro de Beauvoir, a maternidade começou a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade. Para a autora, isso mudou no início do século XXI, quando os estudos já não discutiam a maternidade como eixo central da dominação masculina. Em seu lugar surgiram pesquisas mais centradas na relação das tecnologias (não)reprodutivas e suas relações com a saúde das pessoas com capacidade de gestar, tratando de contracepção, esterilização, aborto, partos e novas tecnologias de concepção. Em outra linha, diz a autora, alguns estudos tratam da construção e da discussão do conceito de “parentalidade”, a fim de descentralizar o trabalho de cuidado nas mulheres e pautando a responsabilidade compartilhada pelos filhos.

Em um esforço de desnaturalizar a maternidade e mostrar as complexas relações associadas ao processo de decisão (ou à impossibilidade de escolher) e os papéis que mulheres “devem” desempenhar como mães, outro marco foi o livro “Um amor conquistado: o mito do

amor materno”, da filósofa Elisabeth Badinter (1985). Na pesquisa, Badinter trata de desconstruir as ideias de que o amor materno é um sentimento inerente às mulheres e de que o trabalho do cuidado sempre foi exercido por elas. Ao contrário, para a filósofa, o sentimento é construído e a maternidade tal qual conhecemos hoje é um papel atribuído histórica e socialmente às mulheres.

Do ponto de vista da antropologia, algumas autoras investigaram a genealogia da ideia da maternidade como um caminho “natural” para todas as mulheres. Nesse sentido, uma das discussões mais recorrentes é que a maternidade sinônimo de “essência do feminino”, que estaria associada à uma concepção católica, que apresenta a Virgem Maria como uma mãe que aceitou o seu destino sem questionar, e que coloca os filhos à frente das suas próprias necessidades e desejos. Segundo esse paradigma cristão sobre a maternidade, o valor de uma mulher estaria na sua capacidade de receber e gerar uma nova vida, cumprindo assim “el imperativo que simboliza la feminidad: el conjunto de virtudes de abnegación, altruismo y sacrificio que exigen postergarlo todo en aras del hijo, del marido, de la familia” (LAMAS, 2001, p. 65). Para a autora, a ideia dessa sacralização da maternidade tem o objetivo de excluir a mulher do espaço público e da participação política e gerar uma carga excessiva de trabalho (Ibid. p. 35)

A socióloga israelense Orna Donath, por sua vez, buscou discutir um dos efeitos dessa relação de sacralidade com as mães, que é a possibilidade do arrependimento materno. Para ela, esse é um fenômeno complexo, cheio de tabus, caracterizado pelo sofrimento e os conflitos angustiantes que resultam da “discrepância entre o desejo de não serem mães de ninguém e o fato de que *são* mães de seus filhos” (DONATH, 2017, p. 13, grifo da autora).

Em sua pesquisa, Donath entrevistou 23 mulheres, entre 26 e 73 anos, que dissessem amar seus filhos como seres humanos que têm o direito a viver, mas que odeiam as atribuições e a solidão da maternidade. Nas entrevistas, as mulheres afirmaram que, se pudessem voltar atrás, não teriam engravidado, abrindo uma discussão sob um ponto de vista pouco explorado até então pela teoria feminista. Nesse sentido, diz a autora:

[...] arrepender-se de ser mãe lança luz de um ângulo diferente sobre a nossa (in)capacidade de tratar a maternidade como apenas mais uma das relações humanas, e não como um papel ou um reino de sacralidade. Nesse sentido, o arrependimento pode ajudar a abrir o caminho para romper com a ideia de que as mães são objetos cujo propósito é servir constantemente aos outros, vinculando estreitamente seu bem-estar ao dos filhos, em vez de reconhecê-las como sujeitos individuais, donas de seu corpo, seus pensamentos, suas emoções, sua imaginação e suas memórias, e capazes de determinar se tudo isso valeu a pena ou não. (DONATH, 2017, p. 14)

As que não se encaixam no estereótipo dessa maternidade quase santa, que não desejam gestar e/ou criar os filhos, que são mães e se arrependem, que abortam ou ajudam a abortar são duramente criticadas pela sociedade. São vistas como se não fossem “mulheres de verdade”, como “egoístas” e “más”. Em alguns casos, elas são atacadas e ameaçadas quando se manifestam publicamente. E olha que não é de hoje que as mulheres saem às ruas para dizer que querer poder decidir como, quando e se querem ser mães.

Nas décadas de 1960 e 1970, as tecnologias anticonceptivas e o aborto eram defendidos pelas feministas como uma forma de fazer a revolução sexual, de questionar os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e de subverter o determinismo biológico. A “maternidade voluntária” tornou-se então uma das pautas centrais do movimento feminista, especialmente na Europa e nos Estados Unidos; mas havia um problema.

Crítica ao feminismo hegemônico e branco dos anos 1970 que lutava pela legalização do aborto, a filósofa estadunidense Angela Davis chamou a atenção para o genocídio negro e para o fato de que a pauta feminista, da forma com que era apresentada, não atendia às mulheres que pertenciam a minorias raciais. Isso porque, para Davis (2016), não é possível discutir maternidade voluntária sem considerar a esterilização involuntária de milhares de mulheres racializadas nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe.

Por esse motivo, é preciso entender a maternidade como um fenômeno social (SCAVONE, 2001a), marcado por desigualdades e por questões como orientação sexual e identidade de gênero, além de raça, etnia e aspetos geracionais. Nesse sentido, também as escolhas não-reprodutivas, como aborto e anticoncepção, devem ser tratadas não apenas como uma questão individual. É preciso levar em conta as opressões e os contextos sociais e culturais que atravessam os corpos com capacidade de gestar e que limitam sua capacidade de decidir com informação e segurança.

Diante disso, o conceito de *justiça reprodutiva* parece-nos o mais adequado, pois é o que, de um lado, reconhece a existência desses atravessamentos – por alguns chamados de interseccionalidades (CRENSHAW, 2002) – e demanda um contexto que permita o exercício de direitos a partir da liberdade e da segurança. Nesse sentido, Loretta Ross e Rickie Solinger (2017) explicam que a teoria da justiça reprodutiva associa a ideia de *direitos reprodutivos* (que ganharam visibilidade durante as Conferências da ONU de 1990) ao conceito de *justiça social* para alcançar a *justiça reprodutiva*. Essa teoria (Ibid.) baseia-se então em três pilares: a) o



direito de não ter filhos; 2) o direito de ter um filho; e c) o direito de cuidar dos filhos em segurança e em ambientes saudáveis. Mas não se trata apenas do direito à escolha sobre (não)reprodução.

Como explica a enfermeira e especialista em saúde pública, Emanuelle Goes (2017), o conceito de *justiça reprodutiva* tem a finalidade de ampliar o olhar sobre os direitos reprodutivos, considerando que pessoas negras, indígenas, imigrantes e LGTQIA+, entre outras, podem ter maior dificuldade para acessar métodos contraceptivos, educação sexual, pré-natal adequado e aborto seguro. Assim, para que de fato uma pessoa tenha o livre direito ao aborto, diz a autora, existe a necessidade de que outros direitos sejam garantidos e de um ambiente livre das opressões racistas e sexistas. Isso significa acesso à informação, a serviços e profissionais de saúde que permitam o exercício desse direito.

Diante do exposto, esta pesquisa insere-se em uma linhagem de estudos que visam desconstruir a maternidade como destino “natural” e “compulsório” às pessoas com capacidade de gestar. Entendo ainda que há uma responsabilidade política ao discutir o tema a partir do ativismo feminista que acompanha abortos seguros mesmo em contextos de criminalização.

### **1.3 Fazendo ciência a partir do feminismo**

A escolha do tema desta pesquisa está intrinsecamente associada à epistemologia e à metodologia adotadas para realizá-la, uma perspectiva feminista frente à histórica injustiça epistêmica pelo qual passam as mulheres (e também outras pessoas com capacidade de abortar).

Para que isso fosse possível, é preciso lembrar que pesquisadoras de várias áreas, ao longo do século XX<sup>27</sup>, trataram de romper com a ciência positivista, que não abordava os problemas nem refletia a experiência das mulheres. No plano teórico, elas contribuíram para retirar a centralidade conceitual no sujeito cartesiano e, no sociológico, pensado como masculino<sup>28</sup>. O sujeito cartesiano do Iluminismo era entendido como um ser unificado, que possuía uma “essência” que surgia em seu nascimento e que carregava até a sua morte. Essa identidade unificada e nuclear, como afirma Hall (2005), também faz parte do sujeito

<sup>27</sup> Neste item, busco fazer uma breve genealogia das mulheres que vieram antes de mim, um recorte arbitrário, que não dá conta da vastidão e da profundidade da pesquisa bibliográfica feminista, mas tem que o intuito de mostrar que formam parte do meu percurso como pesquisadora e que, portanto, têm reflexos nesta tese.

<sup>28</sup> Segundo o sociólogo Stuart Hall (2005, p. 45), isso aconteceu porque elas a) questionaram a clássica distinção entre o público e o privado; b) abriram para a contestação política novas arenas, como família, sexualidade, cuidado e trabalho doméstico; c) politizaram os processos que nos fazem sujeitos generificados; d) expandiram-se para o debate identidades sexuais e de gênero; e) questionou a ideia de que homens e mulheres compartilham de uma mesma identidade, dos “humanos”.

sociológico. A diferença com relação ao cartesiano é que o segundo é construído na interação com o contexto e com outros sujeitos.

Essa identidade pensada como masculina e unificada torna-se alvo das teóricas feministas a partir da segunda metade do século XX, que passam a pensá-la a partir da experiência historicamente construída, não como algo fixo e biológico. Um dos problemas identificados era que o saber que se pretende “universal” se redime da responsabilidade pelo conhecimento que produz. E ser “irresponsável” significa ser “incapaz de ser chamado a prestar contas” (HARAWAY, 1995, p. 22), exatamente o que a proposta feminista da autora pretende combater: “A responsabilidade feminista requer um conhecimento afinado à ressonância, não a dicotomias” (Ibid., p. 29).

Trata-se de adotar uma outra epistemologia, que não a do paradigma moderno de um conhecimento “objetivo” e “imparcial”, mas uma forma de pensar a produção de saberes a partir do múltiplo, do humano e do localizado. Isso significa uma abordagem corporificada, que, segundo Sandra Harding (1993, p. 11), parte das próprias instabilidades como recursos de pensamento e prática epistemológica: “As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais”.

Entre as tantas contribuições das teorias feministas, a principal talvez seja a de desnaturalizar os corpos, tratando-os desde experiências cultural e historicamente localizadas, problematizando as violências e desigualdades, inicialmente entre homens e mulheres, e depois em relação com outros marcadores, como raça e sexualidade.

No caso da antropologia, Martha Patrícia Castañeda Salgado explica que as feministas deixaram de ver as mulheres como “o outro” para considerá-las como *sujeitas conhecedoras e conhecíveis*. Esse movimento, diz a autora, fez com que a antropologia pudesse fazer novas perguntas, desmontando velhas perspectivas e conceitos, ressignificando os campos, elaborando explicações e pensando em metodologias inovadoras, discutindo conceitos e categorias centradas em pensar as mulheres como sujeitas.

Ainda de acordo com Castañeda Salgado (2006), esse processo teve quatro efeitos para a antropologia: a) a utilização de informantes mulheres em lugar de apenas homens; b) a seleção de temas específicos, que estavam relacionados à experiência das mulheres; c) o reconhecimento das interações entre mulheres no campo de investigação empírica; d) a desconstrução das posturas essencialistas em torno das identidades de gênero.

A autora afirma também que foi a proximidade entre o ativismo e a academia feminista que colocou na agenda de pesquisa temas como violência contra as mulheres (e, acrescento, os direitos [não]reprodutivos), bem a discussão em torno de conceitos importantes relacionados ao gênero. Isso acontece, diz Castañeda Salgado (2014, p. 50), porque a eleição de sujeitos e temas de pesquisa passam pelo que é

vivido por las investigadoras, lo que han incorporado al cuerpo a partir de esas vivencias transformadas en experiencia, así como de su permanente toma de postura frente a los problemas socioeconómicos y políticos, añadiendo el análisis de que los campos de la ciencia, de investigación y la academia son, por si mismos, espacios de ejercicio de poder androcéntrico, clasista, racista y etnocéntrico.

Para tanto, a antropologia feminista adota um caráter múltiplo e não binário, e tem em sua base uma postura pela mudança social.

Além disso, considero a antropologia feminista decolonial, que, como afirma María Silvana Sciortino (2012), está comprometida com práticas e saberes que confrontam a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), mas que também se pergunta como a colonialidade e o patriarcado se articulam (LUGONES, 2007).

Diante do exposto, o feminismo é entendido nesta tese como um movimento social, mas também como crítica teórica e uma epistemologia. Em primeiro lugar, trata-se de feminismos no plural, considerando as diferenças entre nós e as desigualdades que precisamos combater. Isso porque, como discute Sonia Alvarez (1998, p. 265), o movimento feminista é um campo “amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico”.

Ao tratar o feminismo como movimento social, entendo-o como parte de um campo emaranhado de disputas por sentidos. Ao longo desta tese, portanto, discuto quem são os atores envolvidos nessas disputas e, principalmente, quais são as ferramentas e as estratégias que as feministas utilizam para combater o estigma e a insegurança associada ao aborto em contexto de criminalização.

Por fim, é preciso dizer que penso o *ser feminista* ou uma *ação feminista* como a que vê os corpos das mulheres como territórios de experiência criativa e de emancipação, da exigência de que nos reconheçam como seres humanas, como escreve Marcela Lagarde no livro “El feminismo en mi vida” (2012). Daí que, enquanto feminista, penso que discutir maternidade escolhida e os direitos (não)reprodutivos são pontos-chaves nessa disputa pela liberação dos corpos de pessoas com capacidade de gestar.

A epistemologia feminista leva também a uma metodologia feminista, com uma abordagem etnográfica que privilegia as protagonistas anônimas.

Essa forma de fazer ciência também se reflete na escrita desta tese. Isso porque a escrita positivista resulta em um certo apagamento do complexo que é o processo de produção de uma pesquisa. Ao ler alguns textos científico, por exemplo, eu não via os conflitos que me atravessaram em vários momentos do doutorado. Eles mostravam um caminho linear, sem crises (de tema, de metodologia, de formato, da bibliografia utilizada) e sem as pequenas alegrias e abraços que a gente recebe pelo caminho. Do outro lado, eu questionava: e as vezes que eu pensei em desistir? E o incômodo que eu senti ao pesquisar um tema tabu em uma sociedade cada dia mais conservadora? E os enjoos que senti ao escutar as recomendações das acompanhantes para mulheres que recebiam informação sobre como fazer um aborto seguro?

Nesse sentido, foi inspirador encontrar o texto “*Cuando contar la tesis es hacer la tesis*”, em que Elíza Aguirre-Armendáriz e Adriana Gil-Juárez (2015) narram como o medo de se colocar no texto e de como a narrativa poderia ser recebida pela banca e, depois, como esse posicionar fez com que sentissem uma forma de dor toda vez que tentavam voltar à escrita em terceira pessoa. Identifiquei-me de imediato com seu relato sobre os dias acelerados, o prazo comprimido e as páginas em branco do projeto que não avançava como o esperado. Entendi também quando falaram da sua relação de gratidão com certos autores (no meu, caso a maioria autoras), que lhes deram conforto e mostraram caminhos possíveis em meio às dúvidas que as cercavam em determinado momento.

### *1.3.1 O método e a metodologia: as escolhas de pesquisa*

A escolha pelo tema e pela metodologia desta pesquisa, algumas vezes, gerou reflexões em certos grupos de pesquisa. Será que ela poderia servir de ferramenta para os grupos antidireitos? Por mais de uma vez fui questionada sobre isso. O silêncio, no entanto, não me parecia a melhor saída. A meu ver, pesquisar e registrar a resistência latino-americana feminista como um lugar de produção de conhecimento e de novas experiências de aborto constitui uma forma de contribuir para combater o racismo e o sexismo epistêmicos (GROSFOGUEL, 2013).

Além disso, ter medo de discutir aborto seguro em meio à criminalização seria, a meu ver, aceitar os limites impostos pela própria sociedade, que tantas vezes se recusa a discutir o tema com profundidade e empatia. Ao longo do percurso, entendi ainda que a visibilidade é,

para as grupos feministas aqui tratadas, uma estratégia de atuação política – o que pode ser lido dentro do próprio feminismo como radical e/ou inovador.

Por outro lado, consciente de que se trata de um tema sensível, discuti com cada grupo os limites da pesquisa, entendendo que a metodologia feminista se faz na relação. Essa é uma postura inspirada nas próprias interlocutoras desta pesquisa, que também utilizam o dia a dia como forma de construir conhecimento sobre o aborto seguro e acompanhado. Nesse sentido, dizem *Socorristas en Red* (ZURBRIGGEN et al., 2018, p. 16): “Creemos en el valor de la producción de conocimiento sistemático sobre estos temas y en los saberes que va construyendo el hacer socorrista en diálogo con las mujeres que abortan”.

A escolha das grupos para esta pesquisa teve duas etapas. A primeira, exploratória, foi o levantamento de grupos que acompanham e/ou dão informação sobre como realizar um aborto seguro na América Latina a partir dos dados do site *Cómo hacerse un aborto seguro*<sup>29</sup>, de uma rede latino-americana de comunicadoras não identificadas que reúne informações sobre coletivas e grupos que acompanham o procedimento. Nessa fase também foram realizadas conversas informais com pesquisadoras e ativistas feministas de várias partes da América Latina, contatadas em eventos sobre o tema no Brasil, no Chile e na Argentina. A segunda etapa da pesquisa baseou-se no método bola de neve e nas limitações financeiras, de tempo e as geográficas de acesso às grupos. Desse modo, foram selecionadas quatro iniciativas: *Socorristas en Red* e *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* (Argentina) e *Fondo María e Las Libres* (México).

Os critérios utilizados para a escolha das grupos foram os seguintes: a) ter como atividade o acompanhamento de mulheres e pessoas com capacidade de gestar que desejam realizar um aborto; b) atuar de forma pública e visível em relação ao acompanhamento; c) fornecer informação sobre como realizar o procedimento de maneira segura, baseando-se em protocolos da OMS e/ou outras organizações médicas internacionais.

A estratégia, desse modo, seria garantir visibilidade na pesquisa apenas a organizações que já são conhecidas pelo seu trabalho, não discutir as que atuam fora do espaço público, respeitando suas justificativas e limites de segurança. Além disso, a escolha de quatro grupos permitiu uma análise diversa e aprofundada, em dois países distintos da América Latina.

---

<sup>29</sup> As informações estão no site *Como Hacerse Un Aborto*, disponível em <http://comohacerseunaborto.com/pt/quem-somos-nos/>. Acesso em 1 de set. 2021.

Em lugar do método comparativo, prefiro chamar a abordagem utilizada como *dialógica*, já que as grupas aqui pesquisadas estão inseridas em contextos (culturais, legais e sanitários) diferentes. Sendo assim, em lugar das ferramentas cartesianas da comparação, buscou-se aproximar realidades, técnicas e estratégias. Isso porque, em um diálogo, o objetivo não é comparar e valorar as partes envolvidas, mas encontrar pontos de conexão e de distanciamento entre elas. Diálogo é também como se buscou construir as relações com as feministas das grupas que compõem esta pesquisa.

Tal método se justifica, como afirma María Haydeé García Bravo (2019)<sup>30</sup>, porque “*investigar mujeres es reinventar metodologías*” (informação verbal). Pensar uma pesquisa feminista é, portanto, entender que todas somos parte da construção de conhecimentos, ora resistentes, ora revolucionários, cada uma desde seu lugar e sua área de atuação.

O primeiro contato foi feito com representantes das *Socorristas en Red*, meses antes de começar oficialmente o doutorado, por meio de uma amiga argentina que as conhecia. A partir daí, a ferramenta utilizada foi bola de neve, o que me permitiu também entender as conexões internacionais que essas redes estão envolvidas na América Latina.

A pesquisa na Argentina foi realizada em outubro de 2018 durante dez dias, por conta das limitações financeiras<sup>31</sup>. Em Buenos Aires, pude conversar com pesquisadoras e ativistas sobre aborto e com uma das fundadoras da grupa *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto*. Em seguida, viajei até Neuquén para observar e experienciar as atividades na sede da coletiva *La Revuelta*, que faz parte das *Socorristas en Red*, durante três dias. Depois, viajei com as mesmas *socorristas* e as acompanhei durante o 33º Encuentro Nacional de Mujeres<sup>32</sup>, realizado na cidade de Trelew, na patagônia argentina.

No México, apesar das intercorrências causadas pela pandemia da Covid-19, a pesquisa teve mais tempo e apoio financeiro<sup>33</sup>. Na Cidade do México, acompanhei, entre setembro e dezembro de 2019, os trabalhos no escritório de *Fondo MARIA* e fui a duas clínicas de aborto acompanhando ativistas e mulheres em seus procedimentos. Além disso, estive com

---

<sup>30</sup> Informação fornecida por María Haydeé García Bravo durante o seminário “*Feminismos y antropologías en América Latina*”, no qual participou como convidada da professora dra. Martha Patricia Castañeda Salgado, no Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-americanos, na Cidade do México, 3 de set. 2019.

<sup>31</sup> Os voos entre São Paulo e Buenos Aires foram comprados pela USP. Gastos com alimentação, hospedagem e os deslocamentos entre Buenos Aires e Neuquén, Trelew e Buenos Aires foram custeados pela pesquisadora.

<sup>32</sup> No **Capítulo 2** desta tese, conto sobre a experiência nesse evento.

<sup>33</sup> A investigação foi feita parte com financiamento da Red Macro de Universidades da América Latina e do Caribe, e parte com bolsa Capes-Print de intercâmbio de doutorado, totalizando 9 meses.

representantes de *Fondo MARIA* em uma viagem à cidade de San Cristóbal de las Casas, em Chiapas, para acompanhar uma oficina sobre saúde e sexualidade para ativistas locais.

No período, realizei uma viagem de cinco dias à cidade de Guanajuato para acompanhar os trabalhos na sede da organização *Las Libres*, e voltei à San Cristóbal de Las Casas, dessa vez para participar do terceiro ERAAY (Encuentro Regional de Acompañantes en Aborto de Abya Yala).

A escolha por pesquisar Argentina e México<sup>34</sup> se deve ao contexto jurídico-político, diferente em cada um, e à relevância de realizar a pesquisa nesses países. Argentina apresentava um contexto legal que no período pesquisado se assemelhava ao do Brasil. À época da investigação, o Código Penal em vigor previa pena de prisão a quem realizasse um aborto, salvo nos casos de risco de morte ou de saúde para a mulher, ou quando a gravidez era produto de um estupro<sup>35</sup>. Outro ponto importante foi a facilidade de contato, já que há uma proximidade entre feministas brasileiras e argentinas.

No México, interessava-me o desafio de entender a complexa variedade de penas previstas pelos 33 Códigos Penais, um nacional e outros 32 de cada unidade federativa. A única comum a todo o país é a possibilidade de interrupção da gestação em caso de estupro, regulamentada pela NOM (norma oficial mexicana) 046 (MÉXICO, 2009). Para além disso, cada estado possui exceções legais e penas distintas em relação ao crime de aborto. Assim, enquanto na Cidade do México a prática é legal até a 12ª semana de gestação, o estado de Sonora, um dos mais restritivos, define que o aborto é crime com pena de até seis anos de prisão.

O modelo federativo adotado pelo México, aliado à sua diversidade cultural e histórica, faz com que cada estado tenha características específicas quando se trata desse tema. Seria necessário, então, decidir como investigar um país tão complexo, considerando as limitações desta pesquisa e desta pesquisadora. Decidi, então, me aprofundar em dois locais, levando em conta duas regras: estados que apresentassem diferentes níveis de legalidade/criminalização da prática e a atuação das coletivas feministas de acompanhamento de abortos nesses mesmos territórios.

---

<sup>34</sup> Até a banca de qualificação, pensei que poderia pesquisar Argentina, Chile e México, mas as limitações de tempo e dinheiro me fizeram descartar as investigações no Chile.

<sup>35</sup> No Brasil, o Código Penal define, nos artigos 124 a 126, que o aborto é crime, com exceção dos casos em que há risco de vida para a gestante e quando a gestação é resultado de um estupro. Após uma decisão do STF (BRASIL, 2012), também se tornou legal a antecipação do parto em caso de anencefalia fetal.

Sendo assim, o primeiro local selecionado foi a Cidade do México, para entender como funcionava o aborto legal na capital federal, em contraponto às unidades federativas criminalizavam a prática<sup>36</sup>. Na Cidade do México, *Fondo MARIA* era uma das organizações mais ativas no acompanhamento de abortos. Além disso, mantinha relações com *Socorristas en Red*, que me facilitaram os contatos com *Balance*, a organização que abriga *Fondo MARIA*.

Seguindo as duas regras, decidi, em conjunto com as orientadoras, pesquisar também a realidade em Guanajuato, que está entre as entidades federativas do México com leis mais restritivas em relação ao aborto, segundo Gire (2018). No estado, a interrupção da gestação só não é crime em caso de estupro (por lei federal) e quando é resultado de um ato não intencional ou fruto de imprudência da gestante (GUANAJUATO, 1917). Além disso, Guanajuato abriga uma das organizações feministas mais atuantes quando se trata de acompanhamento de mulheres e do combate à criminalização do aborto: *Las Libres*.

O contato com Veronica Cruz Sanches, diretora de *Las Libres*, foi feito por meio das representantes do *Fondo MARIA*, já que as duas organizações participam de espaços de incidência política e luta pela descriminalização do aborto dentro e fora do México.

A metodologia adotada foi composta por revisão bibliográfica e encontros com as sujeitas de pesquisas. Tal escolha metodológica leva em conta a necessidade de rigor para uma análise crítica dessas estratégias feministas de promoção do aborto seguro em contexto de criminalização, mediada por uma abordagem transdisciplinar, complexa e empática.

Optou-se nesta pesquisa por uma abordagem dialógica, no estilo sujeita-sujeita, uma referência ao processo defendido pela professora Cremilda Medina (2013), entendendo que não só as experiências de aborto podem ser múltiplas, mas também as formas de ativismo feminista nesta área. Para isso, era preciso estabelecer uma abordagem em que as envolvidas nesta pesquisa estivessem abertas a reconhecer a vulnerabilidade que nos une, mas também as especificidades e as limitações de cada uma.

Para tanto, no lugar de observação-participante, em que a pessoa que pesquisa “observa à distância” os sujeitos em um determinado contexto sociocultural, prefiro chamar de *encontros*<sup>37</sup> os momentos em que estive com as feministas que integram essa pesquisa. Assim como nas *estancias con las mujeres*, da antropóloga Marcela Lagarde, não pretendia, nesses encontros, manter-me distante ou neutra. Ao contrário, como diz a autora (LAGARDE, 2005,

<sup>36</sup> Naquele momento, não era legalizado o aborto em Oaxaca, o que só aconteceu em 2019.

<sup>37</sup> Durante os encontros, foi utilizado caderno de campo (físico e digital) para anotação das observações.



p. 55): “*considero que [quien investiga] influye en el hecho de la investigación, con su sola presencia, con sus decires y acciones y que simultáneamente, es observada, analizada, investigada por las mujeres. Una parte del conocimiento es elaborada en este diálogo*”.

Para Marcela Lagarde, esse *estar con las mujeres* foi a via mais importante da investigação em sua pesquisa, que se estabeleceu essencialmente pela comunicação verbal, o estar presente e o compartilhar experiências. Na linha do que propõe a antropóloga mexicana, a palavra nesta pesquisa de doutorado foi também a via de acesso aos modos de fazer das ativistas feministas que acompanham abortos.

Não se trata apenas da palavra falada (sob a forma de discursos ou em respostas às minhas perguntas), mas também das palavras silenciadas (quando pensavam em como me responder, se entreolhavam em sinal de cumplicidade ou escutavam de forma ativa as pessoas que contavam suas histórias de aborto ou gestação não desejada); as escritas (em seus manuais, artigos científicos e relatórios de atividades); e, acrescento a Lagarde (2005), as palavras cantadas (sem tabu e muito orgulho durante os atos feministas pela legalização do aborto).

Tal técnica de pesquisa é uma forma de se aproximar e analisar esses contextos predominantemente femininos, e consiste em

compartir con ellas, hacer cosas juntas, mirar y mirarse, ser espejos y superficies que no reflejan, acompañarse y participar con las mujeres en sus quehaceres, en sus actividades específicas, en sus rituales, en situaciones de conflicto o de gozo, en la soledad de sus diversas celdas o en sus recorridos delirantes por las calles. (LAGARDE, 2005, p. 54)

Como sujeita pesquisadora busquei ir ao encontro das singularidades das sujeitas interlocutoras, em uma abertura ética para a criação de espaços comuns. Mas também eu fui interpelada e questionada em meu ativismo, minhas experiências, minha história de vida, meus privilégios e minhas origens (culturais, sociais e geográficas). Essa abertura ao diálogo significa, portanto, um *estar aberto, modificar e poder ser modificado pelo outro*, porque, como define Medina (2008, grifo da autora), “só quando *se está afeto a* ocorre o ato comunicativo, o ato poético ou o ato comunicacional”.

Dessa forma, vez ou outra, ao encontrar feministas que acompanham abortos ou pessoas que desejavam realizá-lo, eu era questionada se tinha filhos. Assim como fez Orna Donath (2017) em sua pesquisa com mães arrependidas, entendi que tinha o direito de me apresentar como sujeita. Respondia então que não era mãe, que ainda não tinha vontade de tornar-me uma

e que não sabia se um dia teria filhos; que se eu mesma engravidasse, não saberia se faria ou não um aborto.

Nessa relação de alteridade, foi preciso que as partes estivessem abertas ao diferente, ao estranho e ao inesperado, mas também a possíveis modificações mútuas decorrentes dessa interação. Esse seria, segundo Nadja Hermann (2014, p. 491), um indicativo do êxito do diálogo:

O diálogo autêntico, aquele em que nos implicamos e do qual não sabemos o que resultará, apresenta a possibilidade de criarmos um mundo comum, decisivo, para a ética em educação, pois permite o convívio o acolhimento e a expansão de nossa própria individualidade. Uma tentativa de ultrapassar a visão monossilábica do mundo, superar o mesmo esquematismo que já nos trouxe tanta arrogância e intransigência. Só podemos ampliar nossas perspectivas éticas porque temos a capacidade de nos colocar no lugar do outro, perceber suas expectativas. O diálogo só se inicia porque há um outro, base para toda relação, e nisso há um *ethos*.

No caso da pesquisa sobre aborto, estabelecer um diálogo se torna ainda mais importante, porque esse tipo de relação permite “recuperar aspectos que muy difícilmente pueden ser narrados en un testimonio” (LEÓN T., 1994, p. 6), exigindo uma pesquisadora “cúmplice”, ou seja, que não esteja ali para julgar mulheres que abortam nem as que acompanham, como afirma Magdalena León T. (1994), que investigou clínicas de aborto induzido em Quito na década de 1990.

Tanto no México quanto na Argentina foram realizadas, antes das entrevistas e dos *encuentros*, reuniões com as ativistas para conversar sobre os objetivos da pesquisa, a metodologia e os dados sensíveis de sua atuação. Assim, definimos medidas de segurança, de respeito e de confidencialidade entre as partes, e os melhores dias e horários para acompanhar o trabalho. No caso de *Fondo MARIA*, o acordo também foi documentado e assinado entre as partes. No texto, me comprometi, entre outros pontos, a não divulgar o endereço da organização.

No caso das quatro organizações, há vasta publicação sobre sua atuação. Isso porque, como discuto no **Capítulo 5**, a produção de conhecimento e dados é uma das suas estratégias de atuação política. Além disso, entendem que o registro de suas atividades deve ser realizado não só por acadêmicas, mas também por elas próprias, como forma de escrever a sua história.

Assim, as visitas às suas sedes me facilitaram a revisão de material impresso produzido pelas organizações, como livros, relatórios, formulários, manuais, adesivos e folders sobre

aborto, e matérias jornalísticas, quando necessário. Também fiz pesquisa exploratória e qualitativa nos sites e nas redes sociais das organizações (Integram, Facebook e Youtube), a fim de encontrar mais informações sobre o que consideram um aborto seguro e feminista, quais são as suas estratégias de atuação e materiais que levam em conta a diversidade das pessoas acompanhadas. Para tanto, foram considerados os materiais produzidos desde o início do serviço de acompanhamento de abortos em cada grupa até o fim de 2019<sup>38</sup>.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e em profundidade com onze ativistas das quatro organizações no formato *entrevista-diálogo* (MORIN, 1973), aberto a captar não só a linguagem verbal, mas também os silêncios e os mistérios do não dito. Fora das grupas, mas ainda dentro do tema de interesse, entrevistei uma psicóloga especializada no atendimento de pessoas que fizeram aborto e uma acompanhante autônoma indígena. Não houve um questionário único para todas, porque o objetivo era complementar as informações que não tinham sido encontradas na pesquisa bibliográfica nem nos *encontros com as mulheres*. Com exceção da acompanhante autônoma, que não está vinculada a nenhuma das organizações citadas, todas as demais entrevistadas exercem seu ativismo de maneira pública e autorizaram a divulgação de seus nomes na pesquisa. Todos os documentos das autorizações estão em posse desta pesquisadora.

A participação em eventos acadêmicos e ativistas no Brasil, na Argentina e no México também complementa a pesquisa sobre acompanhamento de abortos.

A investigação em cada um dos países foi diferente, apesar das ferramentas serem as mesmas. Isso porque cada lugar tem um contexto político e social específico e com cada grupa houve uma aproximação e uma relação diferentes. É preciso dizer ainda que um corpo que investiga é também um corpo em transformação. Assim, cada experiência me afetou de maneira distinta.

Além disso, esta pesquisa se insere em um momento histórico de forte debate sobre legalização do aborto na América Latina. Entre os anos de 2017 e 2021, a Argentina votou duas vezes no Congresso um projeto de lei sobre o tema, legalizando-o, por fim, em dezembro de 2020; no México, o aborto foi legalizado em Oaxaca em 2019 e em Hidalgo em 2021. No Brasil, onde parte desta tese foi escrita, houve várias tentativas de restringir o acesso ao aborto em caso de estupro e, em 2018, uma audiência pública discutiu no STF uma ação (BRASIL, 2017), que

---

<sup>38</sup> Em alguns casos, foi interessante citar também materiais produzidos durante a pandemia, em 2020, para atualização do material.

pedia a legalização da prática<sup>39</sup>. Os episódios citados foram acompanhados de mobilizações de feministas e grupos antidireitos.

Por fim, a narrativa, especialmente nesse contexto de disputa pelos sentidos públicos sobre o aborto, é parte do processo da pesquisa ou, como afirma Medina (2003), a necessidade de criar um cosmo simbólico como forma de reagir ao caos da história. Isso só é possível, diz a autora, quando quem escreve o faz com o que chama de inteligência plena, que segundo Medina é a união da razão complexa, a sensibilidade intuitiva e estética inovadora, na tentativa de dar conta da pluralidade de protagonistas e das experiências humanas envolvidas nesse processo.

#### **1.4 *Nosotras, aborteras*: apresentação das grupas na Argentina e no México**

Ao longo desta tese, trato do estudo de quatro grupas feministas que dão informação e/ou acompanham abortos na Argentina e no México. São elas: *Socorristas en Red e Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* (Argentina) e *Fondo MARIA e Las Libres* (México). É importante pontuar, no entanto, que essas não são as únicas iniciativas deste tipo em atuação na Região.

A *Rede Companheira*, por exemplo, é uma aliança de grupas de acompanhamento de abortos composta por 23 iniciativas que atuam em 17 países da América Latina e do Caribe. No ERAAY, outro encontro de acompanhantes de abortos do qual participei, havia representantes de doze países da Região, a maioria delas não fazia parte da *Rede Companheira*. Por esse motivo, ao longo desta tese, sempre que possível, buscarei fazer um diálogo entre as grupas citadas e outras em atuação na América Latina. Isso porque, além de serem muitas e diversas, há intercâmbios de conhecimentos e estratégias entre as ativistas.

Essas grupas dão informação sobre como fazer um aborto seguro, apresentam os protocolos mais adequados, além de se colocarem à disposição para tirar dúvidas e/ou acompanhar as pessoas (física ou virtualmente) durante e após o procedimento.

Trato de “grupas” porque, assim como a variedade presente na América Latina, as referidas aqui nesta tese podem se estabelecer formalmente como organizações da sociedade civil, como ONGs ou se identificar como coletivas feministas, sem personalidade jurídica

---

<sup>39</sup> A ADPF 442 (BRASIL, 2017) é uma ação protocolada pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) que questiona os artigos 124 e 126 do Código Penal e pede a legalização do aborto até a 12ª semana de gestação no país. Até junho de 2021, no entanto, não havia data para o julgamento da ação pelo STF.

formal. “Grupas” porque assim se identificam, no feminino, em uma forma de subverter a linguagem que se propõe “neutra”, mas que, no fundo, se estabelece como masculina.

A seguir, faço uma breve apresentação das quatro grupas pesquisadas nesta tese.

#### *1.4.1 Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto*

A primeira grupa escolhida foi *Lesbianas y Feministas* que conheci ao encontrar em 2017, em um sebo de Buenos Aires, o manual “*Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas*” e, em seguida, a partir de um artigo científico escrito pelas próprias ativistas (MINES et al., 2013) sobre os primeiros anos de atuação.

Apesar de sua linha telefônica de atenção ao aborto seguro não estar mais em funcionamento<sup>40</sup>, pareceu-me um bom ponto de partida. A coletiva foi uma das primeiras a se lançar publicamente com essa estratégia, inspirando outras iniciativas na região, inclusive as *Socorristas en Red*.

A coletiva *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* foi criada em 2008 em Buenos Aires, na Argentina, e, como o próprio nome indica, posicionam-se não apenas como feministas, mas, antes, como lésbicas que lutam pelo direito ao aborto. Trata-se, como discuto com mais profundidade no **Capítulo 5**, de um tensionamento dentro do próprio movimento feminista e da emergência de discursos que buscam uma multiplicidade de experiências de ser mulher, mas também de abortar.

A grupa era formada por pessoas que já militavam em diferentes espaços políticos (feministas, grupos LGBTQIA+, de movimentos humanos e partidos de esquerda) e essa multiplicidade foi essencial para a construção das bases do seu ativismo, como afirmam em seu manual: “Del feminismo, del movimiento LGBT y de las prostitutas aprendimos la importancia de transmitir información entre pares. Usamos palabras directas para buscar y compartir información que se nos niega por prejuicio, ignorancia y violencia” (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010, p. 9).

À época da criação da coletiva, algumas das ativistas já se conheciam do movimento lésbico na Argentina e uniram-se a outras companheiras para difundir informações sobre como realizar um aborto seguro. Elas se inspiraram em uma linha telefônica criada em 2008 pela coletiva *Salud Mujeres* para dar informação sobre como realizar um aborto seguro no

---

<sup>40</sup> O serviço foi interrompido pela saída de ativistas e de divergências políticas.

Equador<sup>41</sup>. Assim, em 2009, *Lesbianas y Feministas* lançaram a linha “Aborto: más información, menos riesgos” (**Figura 1**).

Figura 1 – Banner de divulgação da linha “Aborto: más información, menos riesgos”



Fonte: Lesbianas y Feministas (c2021)

Em sua fundação, *Lesbianas y Feministas* se diziam antiestatais e autonomistas. A partir de 2012, ganham força dentro da grupa as ativistas ligadas ao peronismo, muito visível na segunda edição do manual, lançado em 2014 (**Figura 2**) e que traz o desenho de Evita Perón na contracapa. Esse momento é marcado por alguns desencontros políticos sobre os rumos do movimento, o que causou a saída de algumas das fundadoras da coletiva. A linha parou de funcionar em 2018<sup>42</sup>.

Para divulgar o número do grupo, as ativistas usavam as redes sociais e cartazes colados em lugares públicos, além de conceder entrevistas em meios de comunicação. O contato com a mídia era feito através de porta-vozes, que não escondiam seus nomes ou rostos durante as aparições públicas. Esse posicionamento baseia-se em dois pressupostos: primeiro, de que falar sobre aborto não é crime na Argentina e, em segundo lugar, de que todas as pessoas têm o direito de acesso à informação e aos avanços científicos, o que inclui as mulheres que desejam interromper uma gestação.

<sup>41</sup> Em 2008, no lançamento da linha de *Salud Mujeres*, o aborto era crime no Equador, com exceção de casos em que a vida da mulher estivesse em risco. Em caso de estupro, a interrupção era permitida apenas se a pessoa tivesse uma deficiência intelectual. Após protestos feministas influenciados pela *Marea Verde*, o Congresso do Equador levou à discussão um projeto para ampliar as possibilidades legais. O texto, no entanto, foi rejeitado em 2019. O aborto por estupro só deixou de ser crime no país em abril de 2021, quando a Suprema Corte decidiu retirar do Código Penal o trecho que o limitava a mulheres com deficiência intelectual.

<sup>42</sup> Apesar disso, pareceu-nos importante pesquisá-la, porque sua estratégia de ação, com uso da linha telefônica e publicação de um manual com informações sobre como fazer um aborto seguro, foi um marco para as feministas da Argentina.

Figura 2 – Verso dos dois manuais de aborto seguro de *Lesbianas y Feministas*



Fonte: A autora.

Para atender as mulheres que necessitavam de informações sobre como realizar um aborto, *Lesbianas y Feministas* utilizavam um número de celular disponível apenas para este fim, que funcionava seis horas por dia. Para atender a demanda, as feministas se dividiam em turnos, de modo que nos horários estipulados o aparelho telefônico fosse responsabilidade de ao menos uma delas.

O atendimento podia ser realizado antes, depois ou durante o aborto, de forma anônima e com um diálogo horizontal, já que também as ativistas se posicionavam como aprendizes dos saberes acumulados pelas mulheres que realizavam o procedimento. As feministas eram capacitadas para saber responder às dúvidas mais comuns das pessoas que procuravam o grupo em busca de um procedimento seguro (como utilizar a medicação, como age no corpo, quais são os efeitos colaterais esperados, quais são os sinais de uma infecção, etc.), mas também acolher emocionalmente às pessoas que realizam a chamada.

Para tanto, além de estudar as “pesquisas científicas” — como grifam Mines et al (2013, p. 143) —, *Lesbianas y Feministas* fizeram uma “profunda reflexão” e treinamentos sobre como falar durante esse tipo de chamada telefônica: “Para esto, nos reuníamos tardes enteras a hacer simulacros, intentado imaginar la mayor cantidad de escenarios posibles con los que nos encontraríamos”.

O principal pressuposto do grupo era garantir a autonomia às mulheres, deixando claro que não forneciam medicação nem faziam acompanhamento presencial dos abortos. “No ayudábamos, no era una situación de paternalismo”, disse em entrevista para pesquisa Ana Mines (2018). O objetivo, desse modo, seria garantir que cada uma, com as informações necessárias, se sentisse livre para decidir como e quando realizar o procedimento.

Assim que a linha entrou em funcionamento, *Lesbianas y Feministas* começaram a divulgar balanços sobre as ligações recebidas<sup>43</sup>. No primeiro mês de atendimentos, entre 31 de julho e 31 de agosto de 2009, a linha telefônica recebeu 345 chamadas, média de 11 por dia, com duração de aproximadamente 20 minutos cada. As mulheres tinham entre 13 e 47 anos e 91% chamaram acompanhadas de outra pessoa que as apoiava em sua decisão (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2009).

O objetivo dos informes era pautar o aborto como problema a ser debatido no espaço público e mostrá-lo como um episódio que faz parte da vida reprodutiva de muitas mulheres. As feministas procuravam evidenciar as deficiências e violências do próprio sistema de saúde. Não à toa, afirmam em seu primeiro informe:

La mayoría de las mujeres que llamaron a la línea manifestó haber consultado previamente a su médica/o por información sobre aborto, y haber recibido información falsa: que el misoprostol puede causarle un derrame cerebral, que necesitarán transfusiones de sangre, que las pastillas no funcionan, que se colocan dentro del útero, que el útero puede estallar, que es un método letal, que causan infertilidad, etc.

También expresaron que sus médicos/as se negaron a brindarles la información solicitada, incluso en casos en que las mujeres manifestaron padecer enfermedades o estar bajo tratamientos incompatibles con la continuación del embarazo. Hemos escuchado de las mujeres frases como “dijo yo estudié para salvar vidas”, “no me puede sacar algo que late”, “me mandó al carajo”. (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2009, p. 3, grifos das autoras).

---

<sup>43</sup> No **Capítulo 5** desta tese, mostro como esse tipo de relatório é usado também por outras grupos feministas como forma de incidência política para o aborto seguro e legal.



Além do atendimento telefônico e dos relatórios de trabalho, uma das principais estratégias de *Lesbianas y Feministas* foi a publicação do manual “*Todo lo que querés saber sobre como hacerse un aborto con pastillas*”, em duas edições (2010 e 2014), e tiragem de 10 mil exemplares cada. Com versões impressa e digital, o manual é um marco entre os grupos que defendem o aborto seguro na Argentina, mas também em outros países da Região. Com linguagem simples, desenhos didáticos, o material tem o objetivo de ampliar a divulgação de informação qualificada sobre interrupção da gestação<sup>44</sup>.

O modelo adotado por *Lesbianas y Feministas*, com linha telefônica e manual, serviu de inspiração para grupos em outros países, e chegaram a compor uma rede latino-americana de experiências para o aborto seguro, ao lado de iniciativas do Chile, do Peru e do Equador. Além disso, as *Socorristas en Red*, coletiva que trataremos a seguir, citam em seus informes anuais a importância da contribuição de *Lesbianas y Feministas* para a construção do seu modelo de acompanhamento.

#### 1.4.2 *Socorristas en Red*

*Socorristas en Red (feministas que abortamos)* é uma rede criada em 2012 na Argentina, reunindo 54 coletivas feministas que oferecem informação e acompanham as decisões e processos de aborto medicamentoso de mulheres e outras pessoas com capacidade de gestar<sup>45</sup> (SOCORRISTAS EN RED, 2019).

A história da rede começa em 2010, data da criação de uma linha telefônica de informação sobre abortos com medicamentos na coletiva *La Revuelta*, com sede na cidade de Neuquén, na patagônia argentina. O canal, chamado *Socorro Rosa*, foi inspirado na linha *Aborto Libre*, de *Lesbianas y Feministas*, mas também em outra iniciativa que já existia na própria coletiva, o *Socorro Violeta*, uma linha de atendimento a mulheres em situação de violência.

Em 2012, *La Revuelta* começa a se conectar com outras coletivas do país para formar as *Socorristas en Red*, a fim de compartilhar experiências para adotar uma metodologia comum,

<sup>44</sup> No **Capítulo 5** desta tese, discuto sobre algumas das principais características dos manuais feministas de aborto seguro.

<sup>45</sup> Apesar de acompanhar predominantemente mulheres cisgêneras, a rede tem especial atenção à linguagem inclusiva em seus materiais e falas. Na sistematização dos dados de 2019, por exemplo, justifica tal postura porque o aborto “no es una experiencia que atañe únicamente a las mujeres. La capacidad de gestar y, por ende, de abortar involucra a otras formas de vivir el género. Los abortos de personas trans, no binaries y otras identidades sexogenéricas con capacidad de abortar son una preocupación de SenRed” (SOCORRISTAS EN RED, 2019, p. 5).

além de facilitar o encaminhamento de pessoas que viviam em outras regiões do país. A partir daí, *Socorristas* passaram a se reunir em encontros anuais, a fim de discutir a adoção de protocolos padronizados de acompanhamento, respeitando as especificidades de cada idade gestacional, além de adotar medidas comuns em contextos de violência e complicações pós-aborto. Ao longo do tempo, também passaram a adotar um questionário compartilhado, a fim de registrar e conhecer melhor quem são as pessoas que abortam e são acompanhadas pelas grupas.

Esse modelo padronizado de acompanhamento de abortos logo passou a ser chamado de *socorrismo*. Trata-se de “un modelo de acompañamiento anclado em prácticas autogestivas de acción directa y se afianza como una acción colectiva imaginativa y urgente para facilitar el acceso al aborto seguro con medicamentos”. (ZURBRIGGEN, 2018, p. 38-39).

No item “Quiénes somos”<sup>46</sup> do seu site, *Socorristas en Red* se posicionam como parte ativa da *Campaña Nacional por lo Derecho al Aborto Legal, Seguro e Gratuito*, e como uma rede formada por heterogêneas ativistas, coletivas e grupos feministas que, junto a outros grupos sociais, têm o objetivo de gerar e debates novas agendas políticas. Além de demandar a descriminalização e a legalização da prática, atuam para alcançar o que chamam de um “aborto livre e feminista”.

Anualmente, as coletivas da rede se reúnem em uma plenária<sup>47</sup> de três dias de trabalho, para discutir protocolos de acompanhamento e de segurança, pressupostos éticos e políticos comuns, mecanismos operativos de atuação, critérios para manutenção e entrada das grupas, articulações com redes e organizações de outros países, participação em eventos internacionais, entre outros pontos.

Além da articulação nacional, mantêm contato próximo com duas outras iniciativas desta pesquisa: *Las Libres e Fondo MARIA*, ambas do México. Também formam parte da *Rede Companheira*, uma articulação latino-americana de acompanhantes de abortos.

Em outubro de 2018, acompanhei o cotidiano de atendimentos das *Socorristas en Red* na sede de uma de suas coletivas, a *La Revuelta*, na cidade de Neuquén. O modelo de atendimento das mulheres que desejam realizar um aborto funciona a partir de uma linha telefônica divulgada por meio da distribuição de cartões, folhetos e nas redes sociais. O serviço funciona seis dias por semana, de segunda a sexta-feira das 9h às 21h e sábados e feriados das

---

<sup>46</sup> Disponível em <https://socorristasenred.org/quienes-somos/>. Acesso em 1 de set. 2021.

<sup>47</sup> Em 2020, a plenária foi cancelada por conta da pandemia do novo coronavírus. O evento seria em abril, mas o governo da Argentina decretou isolamento social preventivo a partir de 20 de março em todo o país.

11h às 17h. As ativistas que trabalham como telefonistas são treinadas previamente para saber como tratar e quais informações necessárias durante a ligação.

Em alguns períodos da semana com alta demanda é acionada uma segunda linha, para onde as chamadas são encaminhadas, caso a primeira esteja ocupada. Nos dois dias em que estive no escritório da grupa presenciei vários momentos em que a segunda socorrista teve que ser acionada em virtude da alta demanda. O telefone é usado apenas para o primeiro contato, não há divulgação de protocolos ou métodos por esse canal.

Apesar de situada em Neuquén, a coletiva recebe chamadas de várias partes do país, por conta da ampla publicidade do número e do extenso horário de funcionamento (outras grupos das *Socorristas en Red* não possuem equipes para manter o atendimento por 12 h diárias, como acontece em *La Revuelta*). Nesse caso, as mulheres são encaminhadas para a coletiva da rede mais próxima à sua residência. Se não houver grupa em sua localidade, é proposto um acompanhamento à distância, por telefone, em data agendada. As que vivem em Neuquén são convidadas para um encontro presencial em grupa, em horário pré-definido, na sede da coletiva.

Ainda por telefone, são colhidas algumas informações sobre as mulheres (primeiro nome, telefone para contato, tempo gestacional, formação e se possui uma rede de apoio, entre outros dados). O material anonimizado depois é transformado em estatística, usada para incidência política da rede, a fim de dar visibilidade e expor a dimensão do aborto na Argentina.

As telefonistas se guiam por uma ficha, que preenchem à mão a cada nova ligação. Para que sejam realizadas essas perguntas básicas, dizem, são necessários em média 7 minutos. Na prática, no entanto, a atenção dedicada pelas *socorristas* varia muito. Isso porque, apesar do guia, cada uma desenvolveu formas distintas de se aproximar, acalmar e tirar as principais dúvidas das mulheres (em geral aflitas neste primeiro contato). Desse modo, cada chamada é única: a formação escolar, a condição social e a econômica, a localização e as diferenças culturais podem fazer com que perguntas simples como “de quantas semanas você está grávida?” ou “como confirmou a gestação?” levem bem mais tempo e exijam mais empatia e cuidado das telefonistas.

No encontro em grupa, as mulheres podem levar uma acompanhante (mãe, amiga, por exemplo), mas não é permitida a entrada de homens ou crianças (no último caso, há exceções), já que muitas mulheres se sentem intimidadas na presença deles e não conseguem falar sobre aborto.

Faz-se uma roda e todas recebem um folheto sucinto com todas as informações básicas sobre o procedimento (como usar a medicação, sinais de complicações, como saber que o processo foi completo etc.). Cada uma se apresenta e, em seguida, todas leem o protocolo distribuído. O formato possibilita a troca de experiências e o compartilhamento de dúvidas e medos comuns às mulheres. Com informações sobre o procedimento, elas vão para casa e decidem se, como, quando e onde farão o aborto. Na data, as *socorristas* acompanham por telefone (primeiro trimestre de gestação) ou presencialmente (segundo trimestre) cada mulher. Sobre a sua estratégia de atuação, dizem as *socorristas*:

El propósito central del servicio es brindar información sobre el uso seguro de medicamentos para abortar, y acompañar a las mujeres durante el proceso para abortar, y acompañar a las mujeres durante el proceso. Los ‘socorros’ propician un espacio en el cual no se juzga a quienes deciden abortar. Al contrario, se las apoya para que puedan mantener la calma y tener seguridades en una situación de intensa presión y temor generada por la ilegalidad y el estigma que rodea la práctica. (ZURBRIGGEN et al., 2018, p. 34)

Quadro 1 – Acompanhamentos de abortos realizados pelas *Socorristas en Red* (2014-2019)

<b>Ano</b>	<b>Nº de pessoas que receberam informação sobre como fazer um aborto seguro</b>	<b>Nº de abortos acompanhados</b>	<b>Procedimentos que chegaram ao sistema de saúde</b>
2014	1.116	1.116	--
2015	2.894	2.388	90
2016	4.871	3.794	154
2017	5.971	4.783	161
2018	8.462	7.280	301
2019	14.802	7.280	802
<b>TOTAL</b>	<b>38.116</b>	<b>12.575</b>	<b>1.508</b>

Fonte: Socorristas en Red (2020).

Sempre que necessário, as mulheres são conectadas a uma rede de médicos e serviços de saúde “amigáveis”, onde é possível, por exemplo, fazer uma ultrassonografia sem que ela seja exposta a imagens ou sons que não queira, ou então para onde são encaminhadas em caso de complicações. Segundo as estatísticas do grupo (SOCORRISTAS EN RED, 2020), apenas

uma em cada dez mulheres acompanhadas pelas *socorristas* recorrem ao serviço de saúde em até 72 horas após a interrupção.

Há ainda um quarto momento, em que mulheres que fizeram um aborto (acompanhado ou não pela organização) troquem experiências. O encontro é realizado uma vez ao mês, mas segundo as próprias *socorristas* não há grande procura. Entre as hipóteses levantadas pelas ativistas está o fato de que as mulheres sentiriam que o problema já foi resolvido e, por isso, não precisam mais delas; porque o tabu que envolve o tema faz com que prefiram deixar tudo em silêncio; ou então porque cada uma tem um tempo e uma forma de lidar com esse processo.

#### 1.4.3 Fondo MARIA (Balance)

*Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA* (Mujeres, Aborto Reproducción, Información y Acompañamiento) é um programa promovido pela organização *Balance – Promoción para el Desarrollo y Acompañamiento*. O fundo foi criado em 2007, logo após a legalização do aborto na Cidade do México, para que pessoas de outros Estados do país também tivessem acesso ao direito de interromper legalmente uma gestação.

Apresenta-se como uma iniciativa para “para fortalecer la lucha por la autonomía de las mujeres” e de incidência política, “cuya misión es movilizar recursos locales a favor del Derecho a Decidir para que todas las mujeres en México puedan acceder a servicios de aborto seguro sin importar su situación social o económica” (BALANCE, 2016, p. 8).

A organização baseia seu trabalho na defesa e na promoção da justiça sexual e reprodutiva, levando em conta quatro perspectivas: de gênero, geração, diversidade sexual e justiça social.

Para o *Fondo MARIA*, adotar um enfoque de *gênero* significa considerar que uma coisa é a diferença sexual e outra são as atribuições, ideias e representações atribuídas a esse sexo. Trata-se, sob esse ponto de vista, de identificar e reconhecer as desigualdades históricas que afetam as pessoas pelos papéis atribuídos a elas como “homens” e “mulheres”, de questioná-los para não seguir reproduzindo estereótipos.

Já o enfoque *geracional* é, para o *Fondo MARIA*, reconhecer que a autonomia é construída gradativamente ao longo da vida e que todos são sujeitos de direitos. Desse modo, buscam promover atividades para mudar a dinâmica (muitas vezes hierárquica) entre as gerações, com o objetivo de reunir distintos saberes e experiências.

Com o enfoque da *diversidade sexual*, a organização busca romper com a norma cis e heteronormativa, visibilizando a diversidade relacionada ao desejo erótico, afetivo e/ou sexual.

Como fica visível em seu nome (*Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA*), a organização deixa claro que considera a *justiça social* um dos pilares de sua atuação, considerando o aborto seguro como um direito humano, associado à liberdade, à autonomia, à autodeterminação e à intimidade, bem como ao direito à vida e à saúde das mulheres. Além disso, *Fondo MARIA* entende que garantir informação, apoio logístico e emocional para que pessoas que desejam abortar o façam com segurança é um passo para diminuir a mortalidade materna provocada por práticas inseguras no México. Em resumo, suas ações têm o objetivo de combater a injustiça social que implica o aborto inseguro no país (BALANCE, 2016).

*Fondo MARIA* oferece dois canais de comunicação para pessoas que necessitam de apoio e informação sobre como realizar um aborto seguro: por e-mail e por telefone. A linha telefônica funciona das 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, e o atendimento é realizado tanto por funcionárias contratadas pelo *Fondo MARIA* quanto por voluntárias, que se revezam em escala 4 horas por dia. O número telefônico é público, divulgado no site e nas redes sociais do *Fondo MARIA* e de organizações parceiras, e serve como um primeiro contato das mulheres com a organização. Quem faz contato por meio de um e-mail é contatado, em seguida, por telefone.

Para o atendimento, as telefonistas usam um formulário padrão, para coletar dados socioeconômicos (para fins estatísticos) e informações importantes sobre a gestação e a pessoa atendida (lugar de residência, tempo gestacional, se a gravidez é resultado de um estupro, se já houve tentativas anteriores de aborto etc.). Apesar da existência do formulário, a observação mostra que o atendimento não segue um roteiro determinado, e que as perguntas são feitas de acordo com a sensibilidade da telefonista e da relação que estabelece com a pessoa atendida.

Nessa conversa, a telefonista informa que o *Fondo* pode apoiá-la de duas formas: fornecendo informação para que ela realize o aborto com medicamentos em casa e sob supervisão remota de uma acompanhante que faz parte da organização ou facilitando o seu atendimento em uma clínica pública ou privada da Cidade do México. Nos casos em que a pessoa vive fora da Capital Federal e não tem recursos para a viagem, o *Fondo* oferece a possibilidade de financiar o transporte e a hospedagem, quando necessário. Também pode pagar parte ou integralmente os custos de um aborto em uma clínica privada, sempre que for o desejo da mulher e/ou que não haja possibilidade de realizar o procedimento nos dias e horários de atendimento das clínicas públicas.

Nos primeiros meses desta pesquisa, também foi realizada uma visita a uma clínica pública e outra a uma clínica privada de aborto na Cidade do México. As duas visitas foram para observar como *Fondo MARIA* apoia e acompanha mulheres de outros Estados ou da própria Cidade do México a realizarem um aborto seguro.

O agendamento da consulta é feito por telefone, mediado pelo *Fondo*, no dia em que a mulher puder viajar à Cidade do México para realizar o procedimento. Do escritório, as ativistas fazem contato com a rede de voluntárias, capacitadas em um curso de formação promovido pela organização, para acompanhar o aborto presencialmente. Mesmo as mulheres que viajam com alguma amiga ou familiar costumam aceitar o apoio da ativista.

Por telefone, elas explicam como será o atendimento na clínica, os métodos utilizados e os efeitos esperados, listam os documentos exigidos e até alertam as mulheres sobre a presença de grupos antidireitos na porta dos serviços de aborto legal.

Na Cidade do México, 13 clínicas públicas oferecem interrupção legal da gestação de forma gratuita. Nesses locais, há um número limitado de atendimentos por dia, apenas de segunda a sexta-feira. Para garantir uma vaga, é preciso chegar cedo, já que às 7h os funcionários abrem as portas e começam a triagem ali mesmo, na fila da calçada. Na manhã em que estive no serviço, os termômetros marcavam 12°C, e 18 mulheres esperavam na fila. As acompanhantes são em sua maioria mulheres, muitas carregavam bebês e crianças.

O serviço é oferecido para qualquer pessoa, residente ou não da Capital Federal. As exigências são: gestação de até 12 semanas, comprovante de residência, documento oficial com foto da pessoa que vai realizar o procedimento e de quem a acompanhará no processo. A triagem leva aproximadamente 20 minutos e quem chega sozinha não pode entrar. No dia da minha visita, duas mulheres tiveram que voltar para casa sem conseguir realizar o aborto. Uma delas vinha do Estado do México e havia chegado na fila formada na calçada do lado de fora da unidade de saúde às 4h30. Sua mãe não tinha levado o documento para entrar com ela na clínica.

Na data, a acompanhante de *Fondo MARIA* chegou antes das 7h e encontrou na fila a mulher com as características físicas descritas nas trocas de mensagens anteriores. Nos momentos prévios à entrada na clínica, ela tratou de conversar, acalmar e tirar as dúvidas restantes sobre o procedimento.

Depois da triagem, as duas entram, mas são separadas pela equipe de saúde: acompanhantes ficaram esperando sentadas sob uma tenda no pátio da unidade, enquanto a mulher que deseja realizar o aborto foi encaminhada para os exames e protocolos necessários.

Veza ou outra, alguma delas saía da parte interna da clínica para pedir à acompanhante que comprasse algum insumo que está em falta no hospital. As que vêm de outros estados são liberadas no mesmo dia, no início da tarde, porque o método utilizado é o AMIU<sup>48</sup>. As residentes na Cidade do México realizam o procedimento medicamentoso, que demora mais tempo, e precisam retornar depois de duas semanas para uma checagem. A acompanhante voluntária só sai quando a mulher é liberada.

Na clínica privada, o procedimento é marcado com antecedência por *Fondo MARIA* e não é preciso madrugar na fila. Também não há grupos antidireitos na porta e, de fora, o local se parece mais a uma casa do que uma clínica médica. No dia da minha visita, chegamos (eu, a acompanhante de *Fondo MARIA* e a mulher que desejava interromper a gestação) às 9h e ela recebeu alta às 14h30, tempo que envolveu uma consulta com ginecologista e obstetra, outra com a psicóloga, administração dos medicamentos para preparar o colo do útero, a realização da aspiração e a recuperação.

Estivemos quase todo o tempo junto da jovem que faria a interrupção da gestação. Estávamos eu, a acompanhante voluntária de *Fondo MARIA* e o companheiro da mulher. Foi possível conversar enquanto esperava por um ultrassom, abraçá-la quando chorou ao contar que, mesmo usando um DIU, havia engravidado, e que não poderia ter um filho naquele momento; e acolhê-la quando o medicamento começou a fazer efeito e sentiu calafrios.

#### 1.4.4 *Las Libres*

A história de fundação do *Centro Las Libres de Información en Salud Sexual*, ou simplesmente *Las Libres*, coincide com uma tentativa de restringir o acesso ao aborto em Guanajuato, estado em que atuam no México. A organização foi criada em 2000, ano em que o PAN (Partido de Ação Nacional)<sup>49</sup> protocolou e conseguiu a aprovação no Congresso estadual de uma lei que retirava a possibilidade de aborto em caso de estupro do Código Penal local e aumentava a pena a quem praticasse para até 8 anos de prisão. O projeto gerou forte reação do movimento feminista e acabou vetado pelo governador.

---

<sup>48</sup> Aspiração Manual Intrauterina.

<sup>49</sup> O PAN é um partido conservador de direita que governa o estado de Guanajuato desde 1991. No **Capítulo 3** desta tese, disserto sobre sua ação contra os direitos sexuais e reprodutivos no México.



*Las Libres* nasceu da união de pessoas que já atuavam em organizações de Direitos Humanos e feministas, que fundaram a organização com o objetivo de lutar pelo aborto legal, seguro e gratuito em Guanajuato.

Entre 2000 e 2003, a grupa atuou exclusivamente apoiando mulheres para ter acesso ao aborto legal em caso de estupro no estado. À época, a estratégia da organização para encontrar essas mulheres era acompanhar casos publicados nos jornais locais e fazer contato com as mulheres a partir de alianças com profissionais e organizações públicas e da sociedade civil. Sempre que necessário, davam suporte emocional e jurídico às mulheres e pressionavam os serviços de saúde e de justiça para que o procedimento fosse realizado conforme a lei.

Entre os casos acompanhados por *Las Libres* está o de uma mulher de 29 anos com problemas mentais que, em 2003, foi violada e impedida de realizar um aborto legal em Irapuato, em Guanajuato. Negado o direito ao aborto legal, a jovem teve o filho e o entregou para a adoção. Após uma denúncia de *Las Libres*, a Procuradoria de Direitos Humanos reconheceu que houve grave violação dos direitos da mulher.

A partir de 2003, *Las Libres* começa a ampliar gradualmente a sua atuação, com apoio jurídico e psicológico a mulheres vítimas de violência e a famílias em casos de feminicídio; realização de pesquisas sobre aborto; formação e sensibilização de profissionais da saúde, de justiça, de agentes comunitários e outros movimentos sociais sobre igualdade de gênero e direitos sexuais e reprodutivos; mapeamento e contato com profissionais “aliados” na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, como médicos que realizam abortos legais e funcionários públicos sensíveis ao tema.

Nessa época, começam também a acompanhar mulheres que desejam realizar um aborto seguro nos casos não previstos em lei. Isso aconteceu, segundo a ativista e diretora da organização, Veronica Cruz Sanches, depois que elas descobriram, durante a participação em eventos de pesquisa, a eficácia e segurança do Misoprostol para a realização de abortos, mesmo fora do ambiente hospitalar. O grupo passou a estudar os protocolos da OMS sobre a utilização do medicamento e descobriu que no México ele era vendido em farmácias e sem a necessidade de apresentação de receita médica. A ideia era adotar uma estratégia de ação para promover o aborto seguro, enquanto mantinham a luta pela legalização, e atender à demanda que já existia de mulheres que as procuravam para interromper uma gestação, mesmo nos casos que não eram de estupro.

*Las Libres* passaram, então, a divulgar a informação e a fornecer o medicamento<sup>50</sup>, sempre que necessário, a pessoas que buscavam, por telefone ou presencialmente, a organização para realizar um aborto. Rapidamente, dizem, as próprias mulheres começaram a divulgar a informação boca-a-boca de que a organização podia ajudá-las nessas situações.

A legalização do aborto até a 12<sup>a</sup> semana de gestação na Cidade do México (2007) e o julgamento dessa lei pela Suprema Corte como constitucional (2008), no entanto, teve rápido impacto na vida das mulheres que viviam em outros estados do país. Isso porque partidos e organizações antiaborto começaram um movimento para tentar evitar a legalização da prática em outras entidades federativas. Para com Veronica Cruz Sanches, a resposta articulada e conservadora à luta local pela legalização do aborto, acabou por aumentar as desigualdades regionais de acesso ao procedimento de maneira segura e gratuita em outros lugares. “Nosotras [en Guanajuato] perdimos con lo de la Ciudad de México”.

Em 2009, o Congresso de Guanajuato foi um dos primeiros a modificar a sua Constituição para acrescentar o trecho “... persona es todo ser humano desde su concepción hasta su muerte natural. El Estado le garantizará el pleno goce y ejercicio de todos sus derechos” (GUANAJUATO, 1917). O objetivo da mudança era restringir ainda mais o aborto legal no estado.

Em 2006, a organização Human Rights Watch publica o estudo “México: Víctimas por partida doble. Obstrucciones al aborto legal por violación en México”, com a participação de *Las Libres* sobre as restrições em Guanajuato. Dois anos depois, *Las Libres* passam a investigar os casos de mulheres denunciadas e/ou condenadas por aborto em Guanajuato. Segundo Veronica Cruz Sanches, o problema é que algumas das históricas mapeadas por meio de jornais não constavam dos processos registrados pelas Procuradorias e tinha condenações muito maiores do que cinco anos, pena máxima previstas no Código Penal para este crime.

Em 2010, após profunda investigação, *Las Libres* descobrem que algumas mulheres presas haviam sido denunciadas pelo Ministério Público por homicídio em razão de parentesco – e não por aborto, que tinha pena de até cinco anos de prisão e poderia ser revertido em prestação de serviços à comunidade. De acordo com Natalia Escalante Conde (2019), esse novo enquadramento fazia com que os órgãos denunciantes tentassem comprovar que houve choro do feto abortado (o que supostamente comprovaria o nascimento e posterior homicídio). Sobre os casos de Guanajuato, diz a autora em sua tese de doutorado:

---

<sup>50</sup> A compra do medicamento era realizada com a ajuda de doações.

En los casos de las mujeres que fueron acusadas por homicidio en razón de parentesco, las autoridades cometieron irregularidades, pues en realidad nunca pudieron demostrar dos evidencias para sustentar los cargos: 1. Que los productos en cuestión hubieron llegado a término. No había certeza de ello ni en las mujeres, ni en las autoridades; 2. Que los productos hubiesen nacido vivos. No se contaba con el peritaje necesario para dar certeza. (ESCALANTE CONDE, 2019, p. 129)

Diante desses casos, *Las Libres* fez uma investigação em cadeias femininas do estado e identificou sete mulheres condenadas por aborto em Guanajuato. Elas haviam sido condenadas a até 30 anos de detenção, incluindo casos de abortos espontâneos, e suas histórias foram divulgadas à imprensa, o que teve grande repercussão nacional e até internacional. As mulheres foram libertadas depois de dois meses de pressão social e midiática no que ficou conhecido como o “Caso Guanajuato”.

Além de *advocacy* e acompanhamento jurídico, *Las Libres* realizam acompanhamento de abortos seguros. O serviço é realizado por vários meios, adotados conforme a demanda, a localização e as necessidades de cada mulher. Em geral, elas procuram a organização por meio de sua página no Facebook, do e-mail institucional, por telefone ou no endereço da sede solicitando informações sobre fazer um aborto. O mais comum é que as próprias mulheres enviem mensagens, mas também há pedidos para amigas, familiares, namoradas, companheiras e esposas.

As ativistas tiram dúvidas, discutem o aborto como um direito, falam sobre como conseguir a medicação, de que maneira ela funciona, como utilizá-la corretamente, quais são os efeitos colaterais e os sinais de alerta (e dicas caso haja necessidade de recorrer a um serviço de saúde). Por fim, as mulheres são orientadas a informar quando iniciarem o procedimento, para que as acompanhantes estejam disponíveis para sanar, por telefone, dúvidas que possam surgir.

*Las Libres* dizem que não há um horário fixo de atenção às mulheres e que respondem conforme a disponibilidade e a demanda das pessoas que as procuram em busca de informação e apoio. O escritório, no entanto, costuma funcionar de segunda a sexta-feira das 10h às 18h. Apesar de sediadas em Guanajuato, atendem todo o país.

A grua também atuam dando formação para coletivas feministas e ativistas autônomas para o acompanhamento de aborto seguro. Ao longo dos últimos dez anos, já o realizaram em quase 30 entidades federativas do país. Nesses encontros, elas discutem não só protocolos médicos, mas também como ter um contato empático e respeitoso com as mulheres que desejam

realizar um aborto. Essas informações foram sistematizadas e publicadas em uma espécie de manual, chamado de MIAAS (Modelo Integral de Acompañamiento un Aborto Seguro), de 2014, e são discutidas no documentário “El imparable acompañamiento”, dirigido por : Gustavo Montaña (2013).

Atualmente *Las Libres* funciona em sede própria, obtida por meio de doação, e recebe financiamento de organizações e fundos internacionais de direitos reprodutivos. Quatro pessoas fazem todo o trabalho da organização de maneira permanente, mas não têm contrato de trabalho. Há ainda prestadores eventuais de serviços e voluntários para projetos pontuais.

### 1.5 Aborto: uma experiência plural

O que as quatro organizações pesquisadas têm em comum é essa transformação da experiência do aborto em algo coletivo, o que muitas vezes pode ser percebido na linguagem escrita de suas publicações e na falada do dia a dia de acompanhamento. Essa estratégia política é típica da epistemologia feminista, que desde as rodas de conscientização dos anos 1960, 1970 e 1980, tratam de tornar político o que antes era restrito ao espaço privado.

Ao longo desses quatro anos de pesquisa, percebi como essas experiências eram tratadas e vividas no plural. “Abortamos cada vez que una mujer aborta con nosotras”, me disseram mais de uma vez ativistas de diferentes coletivas da América Latina. A partir disso, pude entender o aborto como um processo único e ao mesmo tempo coletivo, como afirmou em entrevista a psicóloga Olivia Ortiz (2019, informação verbal), que coordena o projeto ADAS (Acompañamiento Después de un Aborto Seguro):

Lo que puedo decir es que, cuando una mujer aborta, en realidad, se conecta con muchas otras mujeres, y en el momento en que hacen una reflexión sobre su propio aborto, también puede reconocer las condiciones y circunstancias que viven otras mujeres, entonces se convierte un poco en la portavoz de las otras mujeres<sup>51</sup>.

Assim, pesquisar as estratégias feministas para a promoção do aborto seguro e acompanhado é também pensar em uma experiência plural, diversa e, ao mesmo tempo, coletiva, representada tão bem pelo “Nosotras abortamos”, do lema de *Socorristas en Red*. Então, quando as ativistas de *Fondo MARIA* tratavam o aborto e o processo de tomada de

---

<sup>51</sup> ORTIZ, Olivia. Entrevista concedida a Marcelle Cristine de Souza. Cidade do México, 7 de nov. 2019.

decisão como algo no plural: “A cualquier edad las mujeres somos muy sábias para decidir”. Do outro lado da linha, a mulher sabia que não estava sozinha.

Isso não significa que o aborto feminista e acompanhado não tenha dor, mas significa que ele acolhe, escuta e cria condições para que isso seja feito com respeito e acolhimento. Trata-se de tirar o aborto do armário, da solidão, do silêncio, da culpa e do medo; de investigar uma outra possibilidade de abortar, para além do machismo e a misoginia das leis que criminalizam ou dos serviços médicos que negam atendimento, muitas vezes descumprindo a própria legislação.

No capítulo a seguir, explico de que forma esse tipo de iniciativa foi possível e quais foram as oportunidades políticas que permitiram que essas organizações se apresentassem publicamente como acompanhantes feministas de abortos seguros.

## **2 ‘SOMOS LAS NIETAS DE TODAS LAS BRUJAS QUE NUNCA PUDIERON QUEMAR’: UMA GENEALOGIA DA LUTA**

Foi quando eu desci do ônibus e olhei em volta que me dei conta da força que nós mulheres temos quando estamos em coletiva. A parada era o autódromo da cidade de Trelew<sup>52</sup>, na patagônia argentina, onde seria realizado o 33º Encontro Nacional de Mulheres, entre os dias 13 e 15 de outubro de 2018. Eu acompanhava o grupo das *Socorristas en Red* que viajou de Neuquén<sup>53</sup> até a cidade onde seria realizado o evento, a 727 km de distância. Pouco antes do começo do encontro, nos unimos às *socorristas* vindas de Córdoba e de Buenos Aires, formando uma coletiva com mulheres pintadas, vestindo seus lenços verdes e entoando canções a favor do aborto.

O ENM é o mais importante evento para mulheres e feministas na Argentina. Realizado anualmente desde 1986, os encontros reúnem representantes de partidos políticos, sindicatos, movimentos camponeses, indígenas, LGTQIA+, entre outras organizações ligadas à sociedade civil.

Naquela manhã de outubro, chegavam de todos os lados coletivas com bandeiras de diferentes cores, que indicavam local de origem, questões identitárias, posições políticas, defendendo pautas plurais e diversas. Todos os anos, a abertura e a marcha de encerramento são o ponto alto do encontro, porque mostram, ao mesmo tempo, a pluralidade e a aliança feminista. Naquele primeiro dia em Trelew, o grande descampado servia de passarela para a entrada barulhenta das que chegavam com suas demandas e baterias.

Entre as presentes, *Socorristas en Red* formavam um bloco nada discreto, com performance ensaiada em atos anteriores, músicas de protesto e uma grande faixa com o nome da coletiva sob o lema “Feministas que abortamos”. Assim, sem vergonha! Sem medo! A rede é formada por 52 coletivas e 450 ativistas, que atuam em várias partes da Argentina para “acompanhar abortos de manera segura y cuidada” (SOCORRISTAS EN RED, 2019). No encontro em 2018, estavam presentes ao menos 70 *socorristas*, que nos atos públicos formavam

---

<sup>52</sup> Trelew é uma cidade com 88 mil habitantes e está localizada na província de Chubut, onde 8,5% da população se reconhece indígena, porcentagem que é mais de três vezes a média nacional, de 2,4% (INDEC, 2010). A realização do Encontro Nacional de Mulheres na Patagônia argentina garantiu maior participação de mulheres de povos originários, especialmente as *mapuche*, que pautaram a mudança de nome do encontro para “plurinacional” em vez de “nacional” (33º ENCUESTRO NACIONAL DE MUJERES, 2018), o que não foi aprovado.

<sup>53</sup> Neuquén é a capital de província de mesmo nome localizada na Patagônia argentina.

um bloco de mulheres dançando, pulando e sorrindo ao entoar frases como “Se el Papa fuera mujer, el aborto sería legal” ou “Aborto legal en cualquier lugar”.

Eu já havia participado de vários atos feministas no Brasil, mas confesso que nenhuma experiência foi tão potente como a que vivi naqueles dias em Trelew. Em primeiro lugar, estava surpresa com a dimensão do evento, que conseguiu reunir 60 mil mulheres (**Figura 3**) de várias partes da Argentina, e de outros países da América Latina<sup>54</sup>, em uma cidade com menos de 100 mil habitantes. Em três dias de evento, essa multidão se espalhou em praças, escolas e outros prédios públicos da cidade, acompanhando mesas temáticas, atividades culturais e mais de 70 grupos de trabalho.

Figura 3 – 33º Encontro Nacional de Mulheres, em Trelew, 2018



Fonte: 33º ENM (2018)

<sup>54</sup> Segundo relatório do evento (33º ENCUENTRO NACIONAL DE MUJERES, 2018), estavam presentes mulheres de México, Peru, Bolívia, Brasil, Uruguai, Colômbia, Chile, Venezuela, Nicarágua e Paraguai. Também havia pessoas de fora da América Latina, vindas de países como Estados Unidos, Suíça, França e Espanha.

O segundo ponto importante do Encontro foi a diversidade de pautas. Em muitos lugares, como é o caso do Brasil, um grande desafio dos movimentos de mulheres e feministas é encontrar pontos estratégicos para pautar a atuação política comum, sem abrir mão das demandas caras a cada uma das grupos ali representadas. Em Trelew, era possível ver que, apesar das diferenças, o elemento articulador era a luta pelo fim da violência e das desigualdades que afetam as mulheres na Argentina. Palavras de ordem, canções, camisetas e outras manifestações políticas apontavam por duas pautas prioritárias, resumidas em dois movimentos que avançaram pelas ruas e redes sociais no país desde os anos anteriores: #NiUnaMenos e #AbortoLegalYa.

O *Ni Una Menos*<sup>55</sup> foi um movimento criado em 2015 na Argentina em protesto contra o brutal assassinato de mulheres no país. Um dos estopins foi a morte de Chiara Paez, de 14 anos, a pauladas pelo namorado, de 16. Esse e outros casos levaram milhares de pessoas às ruas e acabaram repercutindo em ações em outros países da América Latina, como Brasil, Chile e México. Na Argentina, a iniciativa ajudou a articular e mobilizar as feministas em ações locais e nacionais, e deu um impulso à velha demanda pelo aborto legal. Assim, *Ni Una Menos* se tornou também uma meta para que nenhuma mulher morresse por procedimentos inseguros de interrupção da gravidez.

Nas ruas de Trelew, então, as duas demandas estavam conectadas e mostravam como naquele momento era prioritário para as feministas que o Estado garantisse uma vida livre de violência e a possibilidade de decidir, com segurança e gratuidade, sobre sua vida reprodutiva.

Naquele ano de 2018, essas pautas pareciam ainda mais emergentes. Enquanto o Brasil vivia a polarização das eleições que acabariam por dar a vitória a Jair Bolsonaro em novembro, dando força ao discurso conservador e anti-gênero na Região; na Argentina, o governo liberal de Mauricio Macri promovia cortes de orçamento e firmava um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), ampliando o empobrecimento da população, em especial das mulheres<sup>56</sup>. Em outubro, quando foi realizado o 33º ENM, as feministas ainda sentiam o gosto amargo da votação que apenas dois meses antes tinha barrado no Senado o projeto de legalização o aborto até a 14ª semana de gestação (ARGENTINA, 2018).

---

<sup>55</sup> Site oficial do movimento Ni Una Menos na internet. Disponível em <http://niunamenos.org.ar/>. Acesso em 1 de set. 201.

<sup>56</sup> Nesse sentido, cito importante debate em torno do conceito de “feminização da pobreza”, introduzido pela primeira vez por Diane Pearce (1978), que investigou as consequências econômicas e sociais de ser mulher e que acabam por conduzir à pobreza.



Apesar de contrário à legalização, o presidente Macri preferiu não interferir diretamente no debate, já que o país vivia uma crise econômica e discutir aborto desviava a atenção dos temas relacionados à política fiscal e aos cortes de investimento público. Assim, pela primeira vez na história, o texto havia sido discutido em plenária no Congresso Nacional. A primeira etapa ocorreu em junho de 2018, quando o projeto, de autoria popular, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em uma votação acirrada. O debate levou milhares de pessoas às ruas com *pañuelos* verdes pedindo mudanças na lei. O movimento, conhecido como *Marea Verde*, contaminou outros países da América Latina e incitou maior debate sobre o tema na Argentina. Naquele 33º ENM, o sentimento, porém, não era de derrota, mas de que faltava muito pouco para essa conquista. Vários grupos de trabalho discutiam estratégias políticas para avançar nesta luta. Era preciso insistir *un poquito más*.

## 2.1 Brujas aborteras, sanadoras y parteras

Apesar da pesquisa prévia, da bibliografia que eu havia consultado e do contato que mantinha havia pelo menos um ano e meio com representantes das *Socorristas en Red* e feministas que acompanham abortos em outras partes da América Latina, só essa experiência *in loco* me mostrou como a narrativa feminista pode tirar o estigma que envolve o aborto. Foi assim que me caíram algumas lágrimas ao vê-las cantando a experiência como um direito, sem medo e em voz alta, uma catarse coletiva de felicidade. Não era só uma demanda por aborto legal, mas uma afirmação de que ele já existe e que todos os dias elas vivenciavam o exercício de autonomia de outras mulheres.

Partindo da cena narrada na cidade de Trelew durante o 33º ENM, busco, ao longo deste capítulo, construir uma genealogia<sup>57</sup> das lutas e dos episódios que antecederam e que permitiram a formação das grupos de atenção ao aborto seguro na América Latina. O objetivo, desse modo, é mostrar quais foram os repertórios de incidência do movimento feminista nesse campo e mapear as oportunidades políticas que tornaram possíveis o surgimento das grupos em questão nesta tese, com especial foco na Argentina e no México. Assim, a ideia é inseri-las em um histórico e em um contexto geopolítico de lutas pela legalização/descriminalização do

---

<sup>57</sup> Segundo Michel Foucault (2013, p. 42), genealogia é “uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica”, “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto etc.”. Assim, a abordagem genealógica não nega a história, mas “se opõe à pesquisa da ‘origem’” (Ibid., p. 56). Isso significa que, nesta tese, apesar de apresentar momentos históricos importantes para a luta feminista, não busco gêneses lineares do movimento, mas objetivo identificar como foram constituídos os saberes e os regimes de verdade sobre aborto, e quais são os efeitos desse saber-poder.

aborto. Além disso, mostrar como os avanços científicos no campo da obstetrícia tornaram possível que adotassem uma nova estratégia de redução de danos, promovendo a informação qualificada e o acompanhamento emocional para interrupções seguras de gestação, mesmo em contextos de criminalização da prática. Para tanto, é preciso, primeiro, retomar a experiência naqueles dias na Argentina.

Ao entoarem “somos las nietas de todas las brujas que nunca pudieron quemar” durante o 33° ENM, as feministas das *Socorristas en Red* marcam a importância de valorizar as que vieram antes. Narrativamente, ao se afirmarem “nietas de todas las brujas”, as *socorristas* evocam e ressignificam a figura de mulheres com poderes místicos, que na realidade eram vizinhas, amigas e familiares com ervas e conhecimentos transmitidos de geração em geração. As feministas de hoje associam-se às “bruxas” de antes no cuidado mútuo, no acompanhamento em casa e na sabedoria compartilhada entre mulheres.

No livro “Brujas, parteras y enfermeras: Una historia de sanadoras”, Barbara Ehrenreich e Deirdre English (1981) mostram como essas mulheres tinham, na Europa da Idade Média, um profundo conhecimento sobre o corpo feminino, a reprodução, o parto e métodos abortivos.

Las mujeres siempre han sido sanadoras. Ellas fueron las primeras médicas y anatomistas de la historia occidental. Sabían procurar abortos y actuaban como enfermeras y consejeras. Las mujeres fueron las primeras farmacólogas con sus cultivos de hierbas medicinales, los secretos de cuyo uso se transmitían de unas a otras. Y fueron también parteras que iban de casa en casa y de pueblo en pueblo. Durante siglos las mujeres fueron médicas sin título; excluidas de los libros y la ciencia oficial, aprendían unas de otras y se transmitían sus experiencias entre vecinas o de madre a hija. La gente del pueblo las llamaba <mujeres sabias>, aunque para las autoridades eran brujas o charlatanas. La medicina forma parte de nuestra herencia de mujeres, pertenece a nuestra historia, es nuestro legado ancestral. Sin embargo, en la actualidad la atención en salud se halla exclusivamente en manos de profesionales masculinos. [...] La mayoría [de las mujeres] somos ahora un simple peonaje que desarrolla trabajos anónimos y marginales: oficinistas, dietistas, auxiliares técnicas, sirvientas. (EHRENREICH, ENGLISH, 1981, p. 4)

Desde a Idade Média, dizem as autoras, a sabedoria das mulheres sobre processos de cuidado e cura, baseados em ervas e rituais, foram sendo condenados e substituídos pela medicina, que então quase nada sabia sobre a realidade da população com poucos recursos. A caça às bruxas ocorreu sobretudo nas Idades Média e Contemporânea (entre os séculos XIV e XIX) e, segundo Barbara Ehrenreich e Deirdre English, adquiriu diferentes formas, dependendo do momento e do lugar, mas sua característica principal era a campanha de terror adotada pelas

classes dominantes contra mulheres camponesas. Essa perseguição acontecia em momentos de agitação política, então as “brujas representaban una amenaza política, religiosa y sexual para la Iglesia, tanto católica como protestante, y también para el Estado” (Ibid. p. 9).

A Inquisição também teve ecos nas colônias europeias da América Latina, especialmente nas acusações contra mulheres e comunidades indígenas. No Brasil, por exemplo, a prática de aborto consta dos registros do Tribunal do Santo Ofício Português nas atas de visitação ao Grão-Pará no século XVIII, com registros de pessoas perseguidas e condenadas por apoiar a prática (LAPA, 1978).

De acordo com a historiadora Mary Del Priori (2011), o aborto era um dos “fantasmas” morais dos nossos avós, ao lado de temas como nudez e prostituição. O estigma em relação à prática, no entanto, não impedia que fizesse parte do cotidiano das cidades coloniais<sup>58</sup>, como mostram textos de médicos e cronistas dos séculos XVI e XVIII:

Ingerir ervas, carregar fardos ou dar pulos eram manobras conhecidas para fazer o fruto renunciar. Em caso de desespero, recorria-se a todo tipo de objeto pontudo: de agulhas a canivetes, de colheres a tesouras de costura ou espetos de cozinha. **Temia-se mais a gravidez indesejada do que a morte por infecção.** Viajantes de passagem pelo Brasil observaram a venda de ervas abortivas, como a arruda, pelas ruas das cidades. Em tabuleiros, as escravas costumavam oferecê-las de porta em porta. Entre mulheres murmuravam-se baixinho, fórmulas para dar fim ao problema: provocar vômitos e diarreias violentos era uma delas. Todas as mulheres conheciam alguma solução. (DEL PRIORI, 2011, p. 144, grifo nosso)

Depois, com a profissionalização científica da medicina no século XIX, as práticas de parteiras e bruxas tornaram-se desprestigiadas socialmente, e foram substituídas pela teoria das escolas de medicina e pelo endurecimento das leis de aborto. Essa sabedoria, no entanto, continuou sendo transmitida pelas mulheres nos chás para curar as cólicas menstruais, nos preparados de ervas para interromper uma gestação ou receitas para aumentar a fertilidade.

Assim como as acompanhantes de aborto de hoje, as bruxas de antes criavam espaços de microrresistências cotidianas (BELLUCCI, 2014). Atualmente, elas não utilizam tanto as ervas, mas se valem de métodos seguros e reconhecidos pela comunidade científica internacional. Se antes as receitas eram murmuradas baixinho, como conta Del Priori (2011),

---

<sup>58</sup> A autora trata nesse livro especialmente da História do Brasil. Tomo a liberdade de citá-la como um exemplo próximo aos países estudados nesta pesquisa, inserido no contexto latino-americano.

agora os protocolos são difundidos também nas redes sociais, nas linhas telefônicas e nos atos públicos, além do contato pessoal.

Após essa breve analogia com as bruxas, faço, nas páginas a seguir, uma genealogia das principais mobilizações em torno da luta pela legalização (ou descriminalização) do aborto e/ou da garantia de realização de procedimentos seguros nos últimos 100 anos. Discuto como as estratégias e formas de ação do movimento feminista no século XX propiciaram o surgimento, já nos anos 2000, de coletivas voltadas ao acompanhamento e à divulgação de um aborto seguro na América Latina, tema desta tese.

O foco nos últimos 100 anos tem o objetivo de nos ajudar a entender como se configurou o debate do modo com que conhecemos hoje, como se estabeleceram os principais conceitos e atores em torno do tema, em qual contexto as feministas passaram a adotar ações em prol da legitimidade e da segurança, e não apenas pela legalidade, do aborto. Apresento-lhes ainda os agentes envolvidos no debate sobre o tema, quais repertórios de ação política<sup>59</sup> têm sido mobilizados nas últimas décadas e quais oportunidades políticas tornaram possível avanços, tantos dos grupos pró-escolha quanto dos antidireitos.

Essa genealogia, portanto, não busca uma gênese do debate sobre o tema, mas entender os antecedentes do surgimento de grupos feministas focadas no acompanhamento para um aborto seguro. Elas são resultado da histórica luta pela legalização ou descriminalização da prática na América Latina, mas também de oportunidades políticas, locais e transnacionais, que possibilitaram a articulação de novas estratégias discursivas neste campo.

## **2.2 O aborto nos Códigos Penais e a descriminalização em caso de estupro**

Se o aborto é experiência comum às mulheres na história da América Latina, a ascensão deste procedimento como um tema de interesse público ganhou força a partir década de 1970. Antes disso, na primeira metade do século XX, algumas leis sobre aborto na América Latina foram consideradas progressistas, caso do Código Penal argentino de 1922, um dos primeiros

---

<sup>59</sup> De acordo com Doug McAdam, Sidney Tarrow, Charles Tilly (2009), repertório é a expressão da interação histórica e atual entre os atores dos movimentos sociais e seus opositores. Trata-se de um número limitado de ações que ligam os reivindicadores a seus objetos de reivindicação. Eles simbolizam a tensão criativa entre inovação e persistência. Isso porque a eficácia de um repertório “deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos” (p. 25). Mas não só de inovação são feitos os repertórios. Como afirmam os autores, há uma lógica de persistência neles, já que os repertórios convencionais, mas como questão de identidade. Desse modo, em um mesmo ciclo de protestos podem conviver diferentes repertórios, mais ou menos inovadores, acionados de acordo com a estratégia política usada por cada grupo.

a prever que não seria crime a interrupção da gestação em caso de estupro e risco de morte para a mulher. Segundo a cientista política Mala Htun (2010), à época essa foi uma verdadeira inovação na legislação penal, que inspirou reformas semelhantes em países, como México (1931), Uruguai (1933)<sup>60</sup>, Cuba (1936) e Brasil (1940). Por outro lado, França, Itália e Portugal, por exemplo, só adicionaram essa previsão legal aos seus Códigos Penais nas décadas de 1970 e 1980.

O Código Penal Argentino de 1922 foi proposto pelo criminalista espanhol Jiménez de Asúa. O estudioso tinha como preceito a ideia difundida na Europa pós-Primeira Guerra Mundial de que deveria ser permitido às mulheres interromper gestações fruto de estupros.

O texto foi inspirado em um projeto da Suíça, de 1916, que não chegou a entrar em vigor e estabelecia que o aborto não seria punido “si el embarazo resulta de violación o de un atentado al pudor cometido contra una mujer idiota o demente”. O problema é que, ao traduzir do francês e do alemão, o trecho tornou-se ambíguo e por muitos anos não estava claro se a interrupção da gestação seria permitida a qualquer mulher estuprada ou apenas para as que tinham problemas mentais<sup>61</sup>. Para os que defendiam uma ampla interpretação, o problema foi causado pela falta de uma vírgula (CARBAJAL, 2009).

Ao despenalizar o aborto em caso de estupro, os legisladores tinham o objetivo de proteger a instituição da família contra a vergonha de um filho fora do casamento. Além disso, o novo Código Penal argentino era sustentado pela eugenia, como justificou a comissão responsável pelo texto:

Será suficiente decir, para concluir con este punto, que aun si la esterilización de los criminales no es aceptada por la ciencia, por el derecho penal ni por el consenso público [...] **es indiscutible que la ley debe permitir el aborto cuando es practicado con intervención médica, con el objetivo de perfeccionar la raza.** (SENADO DE LA NACIÓN, 1919, Apud. HTUN, 2010, grifo nosso)

<sup>60</sup> O Uruguai chegou a despenalizar o aborto e a eutanásia entre 1934 e 1938. O período era de golpe de Estado e as medidas faziam parte de um Código Penal aprovado a portas fechadas e sem amplo debate. Segundo a historiadora Graciela Sapriza, (1997, p. 279), a despenalização do aborto nesse momento pode ser interpretada como uma ação para diminuir o número de filhos entre as mulheres pobres, o que se conjuga com uma preocupação eugênica.

<sup>61</sup> O caso só foi definitivamente solucionado em 2012, quando a Corte Suprema de Justicia de la Nación (ARGENTINA, 2012) analisou o caso e definindo que, além de versar sobre a totalidade das mulheres, não seria necessário apresentar decisão judicial ou denúncia à polícia para requerer a ILE (interrupción legal del embarazo) no sistema de saúde.

Também o Código Penal mexicano, de 1931, descriminaliza o aborto em caso de estupro, mantendo-o como crime nas demais situações. No país, a novidade legislativa, de acordo com a antropóloga Marta Lamas (2017; 2015), foi sustentada por juristas com tendência socialista, que introduziram uma importante variável de ética laica ao tema. Escreve a autora:

La no penalización del aborto cuando el embarazo fuera producto de una violación significó un avance indiscutible que se sumaba a dos causas presentes en el Código Juárez: cuando el aborto fuera resultado de imprudencia y cuando se realizara para salvar la vida de la mujer. Sin embargo, el que no se aceptaran otras causas -económicas psicológicas- favoreció la persistencia de la práctica clandestina y riesgosa la cual recurrían miles de mujeres que tenían el deseo o la necesidad de interrumpir su embarazo. (LAMAS, 2015, p. .33)

Em 1936, o México volta a discutir o tema durante um processo de reforma do Código Penal e a médica Ofelia Domínguez Navarro apresenta o texto “El aborto por causas sociales y económicas”, em que defendia uma mudança da lei, já que, a seu ver, o aborto seria tema de saúde pública e não um debate jurídico. Em sua argumentação, Domínguez Navarro observa que “los médicos y los juristas saben que las más fuertes sanciones no han podido evitar el aborto clandestino y que éste se practica en condiciones fatales para las que no tienen facilidades económicas” (CANO, 1990, p. 380). Além de questão de saúde, portanto, a médica mostrava como proporcionar uma interrupção legal e segura da gestação era também uma discussão de classe.

No texto, Domínguez Navarro defendia a legalização como uma forma de reduzir o número de abortos no México, e para isso usava o exemplo da União Soviética, que em 1922 retirou do Código Penal a punição às mulheres que o praticassem. Disse a médica:

Para los que se alarmen pensando que estas prácticas contribuirían a un aumento desproporcionado de los abortos y al relajamiento de las buenas costumbres, podemos presentar el dato concreto del aumento de la natalidad en Rusia y de la disminución del aborto en estos últimos tiempos al operarse la transformación del sistema. (CANO, 1990, p. 380)

Ao final da sua apresentação, ela recomendava aos juristas, entre outros pontos, a retirada dos artigos do Código Penal mexicano que criminalizavam o aborto, que o Estado passasse a controlar e regular a prática no país por meio da Secretaria de Saúde Pública, e que fossem aplicadas sanções a pessoas que realizassem o procedimento sem autorização dos órgãos de controle ou que o fizessem em condições prejudiciais à saúde da mulher.

O texto ganhou apoio das feministas da época, mas não foi incluído na reforma penal, e o artigo de 1931 ainda vigorava em 2021 em todo o país. Nas décadas seguintes, o movimento de mulheres, e seu principal representante, *Frente Único Pro Derechos de la Mujer*, teve que deixar o debate sobre aborto em segundo plano para concentrar seus esforços na bandeira do sufrágio feminino. O direito ao voto só foi conquistado em 1953. Na Argentina, elas votaram pela primeira vez dois anos antes, em 1951.

### **2.3 Segunda Onda do Feminismo: novas estratégias de ação**

As décadas seguintes são marcadas pela entrada das mulheres de classe média no mercado de trabalho, tensões políticas locais e internacionais e a comercialização da pílula anticonceptiva feminina. Começava o que algumas autoras chamam de Segunda Onda do Feminismo<sup>62</sup>, sendo uma das pautas o direito ao aborto.

É também nessa época que se desenvolvem, especialmente nos Estados Unidos, mas também na Europa e nos Estados Unidos, os chamados grupos de conscientização ou de reflexão, encontros em que mulheres se organizam de forma horizontal para falar sobre suas experiências, opressões e lutas. Esses espaços aconteciam de forma autônoma e independente de grupos políticos.

Segundo a escritora e psicoterapeuta Leda Trejos Correia (1988), nos Estados Unidos o primeiro foi organizado em 1965 por um grupo feminista radical baseado em Nova York. Em seguida, diz Trejos Correia, surgiram pequenas iniciativas de estudantes brancas em universidades e, depois, com participantes de diversas idades e raças, em geral independentes e com orientação política socialista. Na América Latina, a autora explica que eles surgiram a partir da década de 1980 e sofrem grande influência da pedagogia de Paulo Freire, que propõe a educação como forma de libertação das opressões e de mudança social.

---

<sup>62</sup> A feminista Martha Weinman Lear publicou, em 1968, o artigo intitulado “A segunda onda feminista” no jornal *The New York Times*, usando a metáfora das ondas para se referir à luta de mulheres pelo direito a votar, no final do século XIX e início do XX. No texto, ela ainda trata do que seria uma segunda onda, pelos direitos sexuais e reprodutivos, que estava em formação. Em 1992, Rebecca Walker (1992) publicou o ensaio “Tornando-se a terceira onda”, sobre as novas lutas feministas e reafirmando a ideia. Como afirma Ilze Zirbel (2021), a metáfora das ondas se consolidou como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista e foi criticada por se tratar de uma visão de “progresso”, em que certas pautas estariam superadas, abrindo espaço ainda para uma ideia de que há “zonas livres de feminismo”, entre um pico e outro de mobilização. Apesar disso, estou de acordo com a autora, para quem a metáfora nos é útil para pensar a ação arrebatadora do feminismo em alguns períodos da história, enquanto em outros momentos “segue em atividade, possivelmente reorganizando-se e ganhando suficiente força para um novo e significativo avanço” (ZIRBEL, 2021, p. 13).

A grande força desses grupos era fazer refletir, a partir dos relatos individuais, sobre como a dominação masculina era experiência comum às mulheres, transformando assim o privado em ação política. Além disso, esses espaços promoviam o acolhimento, a solidariedade e as trocas, buscando saídas coletivas a problemas individuais.

É de estratégias como essa que surgiram na Itália, na França e nos Estados Unidos iniciativas para dar apoio a mulheres que necessitavam de um aborto seguro na década de 1970, período em que a interrupção legal ainda não era permitida nesses países. A partir das reflexões em grupo, elas criaram redes com profissionais de saúde que realizavam o procedimento de forma clandestina, mas segura; acompanhavam as mulheres e davam informação por meio de linhas telefônicas específicas para esse fim.

A atuação dessas coletivas faz parte do repertório de ação política das grupos que hoje acompanham para um aborto seguro em vários pontos da América Latina. O próprio nome “Socorro Rosa”, utilizado pelas *Socorristas en Red*, é inspirado na ação homônima desenvolvida por ativistas italianas (ZURBRIGGEN et al., 2018), que realizavam encontros em grupo para apoiar quem precisava interromper uma gestação.

Entre o fim da década de 1960 e o início de 1970, elas inclusive financiavam a ida de mulheres da Itália para Londres, onde à época era possível interromper uma gestação até a 24ª semana de maneira legal. Mais de 40 anos depois, ação parecida é realizada no México, onde a organização *Fondo MARIA* dá apoio financeiro, emocional e logístico para mulheres de outros estados que desejam realizar um aborto na Cidade do México.

Vem também das italianas dos anos 1970 o lema “Aborto livre para não morrer, anticoncepcionais para não abortar”, que mobilizou o movimento feminista pela legalização do aborto e serve de inspiração para os grupos hoje na América Latina<sup>63</sup>.

Na França, MLAC (sigla em francês para Movimento pela Liberdade de Aborto e Contracepção)<sup>64</sup>, de Aix-en-Provence, lutava pelo controle das mulheres ao próprio corpo e atuava para oferecer alternativas à hospitalização do parto e à clandestinidade e insegurança do aborto. A organização funcionou por dois anos antes da legalização do aborto no país, em 1975,

---

<sup>63</sup> Na Argentina, a Campanha Nacional pela Legalização do Aborto utiliza o lema “Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar, aborto legal para no morir”. No México, *Fondo Maria* usa a campanha “Educación sexual para descubrir, anticonceptivos para disfrutar, aborto legal para decidir”, com uma proposta afirmativa, tanto da sexualidade quanto do direito ao aborto.

<sup>64</sup> Em francês, “Mouvement pour la liberté de l’avortement et de la contraception”.



e as ativistas chegaram a ser processadas por prática ilegal da medicina. A experiência foi narrada no documentário “Regarde, elle a les yeux grands ouverts” (LE MASSON, 1980).

Uma das mais famosas ações desse tipo ocorreu em Chicago, nos Estados Unidos, onde uma grapa de mulheres decidiu disponibilizar um número de telefone para tirar dúvidas e ajudar aquelas que não queriam levar adiante uma gestação. Todas as participantes do coletivo atendiam as chamadas sob o pseudônimo “Jane”, como foi chamado o coletivo. As mulheres chegavam indicadas por outras que já haviam acessado o serviço ou que tinham visto cartazes que diziam “Grávida? Não quer estar? Ligue para 643-3844”<sup>65</sup>. Em alguns casos, elas inclusive apoiavam mulheres a viajarem a Londres, Porto Rico ou México. Nos dois últimos casos o aborto não era legal, mas havia um número de médicos que o realizavam de forma segura, relata Laura Kaplan (1995).

Em Chicago, as próprias ativistas chegaram a realizar mais de 11 mil abortos<sup>66</sup> de forma clandestina (Ibid.) até 1973 – ano em que a interrupção da gestação foi legalizada pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

Assim como as coletivas do presente, as feministas das décadas de 1960 e 1970 trabalhavam não só para que os abortos fossem seguros, mas também para produzir experiências educativas e positivas relacionadas ao aborto, muitas vezes visto como perigoso. Esse era um processo transformador para todas e tinha como objetivo mudar o estigma que envolvia o tema. Sobre a experiência, sintetiza Laura Kaplan (1995, p. XII – XIII, tradução nossa):

Grupos de libertação das mulheres organizavam palestras nas quais mulheres testemunharam seus próprios abortos ilegais. Elas marcharam, manifestaram e interromperam as audiências legislativas sobre o aborto que excluía as mulheres. Exigiam que as mulheres, verdadeiras especialistas em aborto, fossem ouvidas e reconhecidas. Elas trouxeram o aborto para fora do armário, onde havia sido envolto em segredo e vergonha. Mas o movimento de libertação das mulheres fez mais do que colocar o aborto no âmbito do discurso público. Ele enquadrou a questão, não em termos de privacidade nas relações sexuais, e não na linguagem neutra de escolha, mas em termos da liberdade de uma mulher determinar seu próprio destino como ela o definiu.<sup>67</sup>

<sup>65</sup> Em inglês, no original: “Pregnant? Don’t want to be? Call Jane 643-3844” (KAPLAN, 1995).

<sup>66</sup> Ao contrário da coletiva Jane, as organizações feministas estudadas nesta pesquisa não realizam abortos, apenas acompanham mulheres e dão informações sobre como realizar o procedimento de maneira segura.

<sup>67</sup> No original: “Women’s liberation groups organized speak-outs at which women testified to their own illegal abortions. They marched and demonstrated and disrupted legislative hearings on abortion that excluded women. They demanded that women, the true experts on abortion, be heard and recognized. They brought abortion out of the closet, where it had been shrouded in secrecy and shame. But the women’s liberation movement did more than place abortion in the realm of public discourse. It framed the issue, not in terms of privacy in sexual relations, and not in the neutral language of choice, but in terms of a woman’s freedom to determine her own destiny as she defined it.”

Sobre a influência das ações feministas dessa época para garantir um aborto seguro em contexto de criminalização, Ruth Zurbriggen (2018, informação verbal), uma das fundadoras do coletivo *La Revuelta*, que integra *Socorristas en Red*, da Argentina, afirmou em entrevista:

Sí, nosotras hemos leído sobre el Colectivo Jane, sobre la Maternidad Lilas, lo que hay disponible en esta Región del mundo... Hemos leído sobre el Socorro Rosa, de Italia. ¿En qué nos encontramos con ellas? Me parece a mí que la apuesta es por resolver un problema concreto en este aquí y ahora. Eso me parece que es parte de lo que nos une a esas experiencias político-feministas de la década de los 70.

Os grupos de conscientização mulheres e os de promoção do aborto seguro se desenvolvem no bojo dos movimentos hippie, pelos direitos civis, no contexto de Guerra Fria e contra a Guerra do Vietnã, que questionavam as normas e a autoridade. Na América do Sul, iniciava-se um período de golpes militares, enquanto o México vivia sob hegemonia do PRI (Partido Revolucionário Institucional), na presidência entre 1929 e 2000. Em 1968, ano de movimentos de contestação em vários países, o governo mexicano reprimiu duramente um protesto contra a realização dos Jogos Olímpicos na capital do país, resultando no que ficou conhecido como o “Massacre de Tlatelolco”, que resultou na morte de ao menos 350 pessoas (TAALAS, 2018).

Nesse contexto e influenciadas pelos movimentos em ascensão nos Estados Unidos e na Europa, o aborto também ganhou pauta das feministas no México na década de 1970, quando elas foram às ruas sob o lema “*mi cuerpo es mío*”. Destaca-se, nesta época, a atuação de grupos como *Mujeres en Acción Solidaria*, que chegou a debater o aborto dentro de partidos de esquerda, e *Coalición de Mujeres Feministas*, que passou a realizar atos sob a bandeira “*Por un aborto libre y gratuito*”. Foi essa coalizão que organizou, em 1976, a primeira das Jornadas Nacionales Sobre Aborto, com o objetivo de reunir diferentes profissionais para discutir o tema. No ano seguinte, a *Coalición* apresenta um projeto de lei pedindo a descriminalização da prática em todo o país. O texto, no entanto, foi arquivado sem ao menos ter sido discutido pelo Congresso Nacional, o que também aconteceu com tentativas posteriores.

É nesse período, defende Marta Lamas (2015), que a campanha pela legalização do aborto se torna o eixo central de luta dos movimentos feministas no México. Em um dos atos mais simbólicos, elas marcharam em 1978 vestidas de luto pelo Paseo de la Reforma, uma das

vias mais conhecidas da capital federal, até o Monumento a la Madre<sup>68</sup>, como forma de lembrar as mulheres que morreram por um aborto inseguro no país.

Um novo projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1980, dessa vez pelo Partido Comunista. Assim como o anterior, não chegou a ser votado. Segundo Marta Lamas, essa rejeição ajudou a desmobilizar os esforços dos movimentos nos meses seguintes:

Fue tal la desmovilización que, en 1983, cuando el gobierno priista de Miguel de la Madrid presentó una iniciativa de despenalización en el Distrito Federal por medio del entonces procurador general de la República, Sergio García Ramírez, el movimiento no consiguió reorganizarse y estructurar una respuesta de apoyo. (LAMAS, 2015, p. 45).

Foi só com o terremoto de 1985<sup>69</sup>, diz Marta Lamas, que as organizações populares viraram uma alternativa de participação política, inclusive para as mulheres, porque forçaram uma ampla mobilização social em prol dos afetados pelo sismo.

Enquanto nisso, na América do Sul regimes ditatoriais tomaram o poder, como foi o caso da Argentina (1976 - 1983). Nesse período, as constantes violações de Direitos Humanos faziam com que a pauta feminista ganhasse outro caráter, com denúncias de assassinatos e prisões arbitrárias, busca de desaparecidos políticos, luta contra a censura e, na medida do possível, de oposição aos governos ditatoriais. Isso não significa, porém, a falta de ação das ativistas feministas, mas o foco nas práticas micropolíticas, como afirma a pesquisadora argentina Mabel Belucci (2014). Além disso, em alguns momentos históricos e políticos, o silêncio é também uma forma de sobrevivência, como afirma a antropóloga Veena Das (2006).

Os protestos durante as ditaduras militares fizeram, então, com que muitos grupos de mulheres se organizassem em torno da resistência, característica que vemos nas coletivas que hoje atuam para garantir o direito ao aborto seguro em meio à criminalização. Exemplo dessa conexão entre passado e presente são as Mães da Praça de Maio na Argentina, que com os seus *pañuelos blancos* serviram de inspiração para os *pañuelos verdes* usados nos protestos pela legalização do aborto em 2018 e 2020.

---

<sup>68</sup> O Monumento a la Madre foi inaugurado em 1949 e é um símbolo que busca enaltecer a figura materna, a partir da escultura de uma mulher com uma espiga de milho, símbolo da fertilidade. A obra desmoronou durante o terremoto de 2017 e, após restauração, foi reinaugurada no ano seguinte. Até o presente momento, ainda é ponto de referência de onde partem as marchas feministas na cidade.

<sup>69</sup> Em 19 de setembro de 1985, um terremoto de magnitude 8,1 na escala de Richter destruiu mais de 400 edifícios na Cidade do México, deixando cerca de 10 mil mortos. Na capital federal, é comum que as famílias tenham memórias desse que foi um dos piores sismos da história recente do México.

Em tempos de ditadura, os encontros de mulheres aconteciam em bairros periféricos, partidos políticos, sindicatos, organizações de assistência ligadas à Igreja Católica e universidades, onde elas articulavam ações para garantir direitos básicos (como moradia e alimentação), mas também pensavam e produziam críticas sobre modos de subordinação da mulher em distintos contextos.

Segundo Mabel Bellucci, (2014), na Ditadura Militar essas práticas micropolíticas dos feminismos tinham o objetivo de, a partir das vivências comuns, criar formas de resistência e de luta que tivessem impacto no cotidiano das mulheres. Argumenta a autora:

Sus intereses no se inscribían en la efervescencia por la toma del poder, sino que decidieron tejer otras revoluciones: la amistad como modo de vida y práctica comunitaria, al decir de Michel Foucault; la sociabilidad como convocatoria para hablar en primera persona y teorizar sobre el día a día en situaciones opresivas; la apelación a una *sororidad* internacionalista, el entendimiento del sexismo a partir de sus vivencias como aprendizaje, la mediación entre mujeres para apoyarse en el valor o en el saber de otras, las disparidades femeninas resueltas no a través de jerarquías sino de asociaciones; el aprovechamiento de los saberes de unas para hacer frente a las necesidades de otras. En suma, postulaban prácticas sociales y políticas en las que se pretendía hacer causa común y de confianza, sin desconocer por ello su autoridad o su palabra desde las propias diferencias. (BELLUCCI, 2014, p.156)

Na década de 1970, fundou-se na Argentina o *Movimiento de Liberación Feminista* (1972), o *Centro de Estudios Sociales de la Mujer Argentina* (1974) e a *Agrupación de Mujeres Argentinas*. Vale lembrar que 1975 foi designado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como o Ano Internacional da Mulher, que deu grande impulso às iniciativas e aos debates sobre o tema também na América Latina.

Enquanto uma parte das feministas atuava em seus países, outras tantas tiveram que deixar a Argentina (mas também Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai, também sob governos ditatoriais) e se exilar em países da Europa, além dos Estados Unidos e do México, devido à repressão. Nesses lugares, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por debates como igualdade racial, liberdade sexual e legalização do aborto, entre outros temas, e a pauta feminista que se articulava sob o lema “o pessoal é político” (HANISCH, 1970).

Nessa mesma época, a Suprema Corte dos Estados Unidos julgou o caso *Roe x Wade*, e legalizou o aborto nos Estados Unidos em 1973. A decisão deu força para a articulação de feministas latino-americanas em torno do tema, mas também impulsionou a criação de grupos

religiosos contrários ao aborto, que passaram a se articular de forma mais organizada no cenário internacional, como afirma Mala Htun (2010, p. 207)<sup>70</sup>.

A década de 1980 foi marcada no Cone Sul pelos processos de redemocratização, que trouxeram consigo uma rearticulação dos movimentos feministas. Dora Barrancos e Nélide Archenti (2017) avaliam que a restauração da democracia significou um renascimento do movimento feminista, impulsionado pelo retorno das associações civis e das atividades cívicas. Elas voltaram ao espaço público influenciadas pela insistência e garra das Mães da Praça de Maio, que desde 1976 até o presente lutam pela memória e por notícias sobre os filhos mortos e os netos desaparecidos pelos governos militares.

A redemocratização também significou uma mudança de posições epistemológicas e de agenda, como afirmam Barrancos e Archenti (Ibid., p. 58), “graças à crítica proporcionada pela segunda onda” do feminismo. Assim, a desigualdade entre homens e mulheres “foi vista pelo ressurgido feminismo argentino da pós-ditadura não apenas como um obstáculo patriarcal, mas como uma expressão das formas autoritárias que deviam ser removidas pelo Estado de direito”.

Assim, em 1984, a dona de casa e feminista María Elena Oddone protagonizou uma das cenas mais emblemáticas do período na Argentina (**Figura 4**). Durante um ato do dia 8 de março, ela foi fotografada subindo as escadas do Monumento dos dois Congressos, em Buenos Aires, com uma placa na mão: “*No a la Maternidad, sí al Placer*”. Ao reivindicar o direito à sexualidade não reprodutiva, ela simbolizava um movimento que queria colocá-lo em pauta na redemocratização.

Além do ato de 1984, entre as iniciativas importantes para o movimento feminista estão o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, em 1986, que passou a ser realizado anualmente. Sua criação foi inspirada nos EFLACs (Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe), iniciado em Bogotá em 1981.

Nesses e em outros espaços, as mulheres deram início à luta pela possibilidade de ter a guarda dos filhos, pelo fim da violência doméstica e pelo reconhecimento à participação política. Desde então, uma das maiores conquistas foi a aprovação da Lei Nacional de Cotas, aprovada em 1991 e regulamentada por três decretos (379/1993, 1.246/2000 e 451/2005). Isso

---

<sup>70</sup> A articulação de grupos antidireitos, especialmente a partir do caso *Roe versus Wade* é tema do **Capítulo 3** desta tese.





Apesar das conquistas, o debate sobre aborto na Argentina continuou abafado no governo de Carlos Menem, do Partido Justicialista, que esteve na Presidência entre 1989 e 1999 e era ligado ao Vaticano e a grupos conservadores. Uma nova janela de *oportunidades políticas* começa com chegada do peronista Néstor Kirchner (2003-2007), mais aberto ao diálogo com os movimentos sociais, o que reascende o debate em torno da legalização do aborto, visto pelas feministas como uma dívida não liquidada na transição para a democracia<sup>72</sup>.

No México, a aprovação em 1990, pelo Congresso de Chiapas, de uma lei que ampliou as situações em que o aborto não seria crime: estava autorizada a realizar o procedimento a mulher que fosse solteira, o casal que o fizesse com fins de planejamento familiar ou simplesmente por razões econômicas. O texto, no entanto, foi suspenso após forte pressão da Igreja Católica, mas acabou motivando os grupos feministas a pressionar o Estado por mudanças.

Mais de 60 organizações fundaram, no ano seguinte, a *Frente Nacional por la Maternidad Voluntaria y la Despenalización del Aborto*, que realizou em seguida o seu primeiro ato sob o lema “*Yo he abortado*”. Ainda em 1991 é criado o *Grupo de Información en Reproducción Elegida* (GIRE), organização sem fins lucrativos que foi fundamental no debate que culminou na legalização do aborto no Distrito Federal em 2007.

Outro marco importante no país foi a divulgação da *Ley Revolucionaria de las Mujeres* pelo Exército Zapatista de Libertação em 1994, que reconhece o direito das mulheres à participação política, ao trabalho remunerado e a decidir sobre os demais aspectos da sua vida, como escolher o parceiro e o número de filhos (LAMAS, 2017).

#### **2.4 Oportunidades políticas e virada narrativa: aborto seguro, mesmo que ilegal**

A ação política no campo dos direitos reprodutivos implica, como afirma Sonia Corrêa (2003, p. 63), “navegar em condições contraditórias, instáveis e de baixa previsibilidade política”, e os fatos narrados até aqui mostram alguns dos embates e das estratégias das feministas ao longo dos anos para buscar a legalização do aborto no México e na Argentina. Foi, então, a partir da década de 1990 que os contextos nacionais e internacional tornaram possíveis o surgimento de grupos feministas cuja bandeira principal não é apenas a legalização,

---

<sup>72</sup> Apesar de o feminismo argentino ser composto de pequenos grupos e ter estrutura fragmentada, um dos temas que conseguiram unir o movimento nos últimos anos é a luta pelo aborto legal, seguro e gratuito, visto como uma dívida da transição para a democracia, como afirmam Barrancos e Archenti (2017).

mas a garantia da segurança dos procedimentos, em especial os realizados em meio à criminalização.

Antes de discutir os fatores que contribuíram para essa virada narrativa, é preciso dizer que penso os embates entre feministas pró-escolha e os grupos antidireitos a partir da teoria do confronto político. Na visão de McAdam, Tarrow e Tilly (2009, p. 11), *confronto político* acontece quando, “de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas”. Trata-se de uma forma de pensar movimento social não por seus atores, mas na disputa pelo poder.

Tal perspectiva entende movimento social como “uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21). Não se trata de uma disputa entre movimentos e o Estado, mas sim entre os que têm controle e acesso ao poder *versus* aqueles que reagem e tentam ter acesso a essas estruturas. Tal escolha teórica me permite pensar também os grupos antidireitos enquanto parte ativa na disputa pelo poder, com seus próprios repertórios, estratégias e muitas vezes vendo no avanço feminista uma oportunidade de se articular em contraposição, conforme veremos no **Capítulo 3**.

Ao centrar-se no confronto, essa teoria nos dá ferramentas para pensar que essa resposta é uma avaliação feita não só pelas feministas, mas paralelamente por seus principais antagonistas, e que inovação e oportunidades podem aparecer para um ou outro lado, a depender da conjuntura política. Além disso, a teoria do confronto político nos permite pensar essas grupas de acompanhamento dentro de um processo, inscritas em um histórico de lutas feministas.

É na interação com o Estado, com seus antagonistas, com as mulheres acompanhadas e com outras feministas que essas grupas exigem o direito ao aborto seguro e desenvolvem suas estratégias de ação e suas próprias identidades. Sob essa perspectiva, não apenas só as feministas, mas também os representantes dos grupos antidireitos analisam periodicamente qual posição possuem na balança de forças, para então atuar de maneira estratégica, avaliando quem são seus aliados, quais são os recursos disponíveis, que ações podem gerar mais visibilidade, com maior resultado e menor risco de repressão. Afinal, conforme explicam McAdam, Tarrow e Tilly (2009), a atividade do movimento social não é irracional, mas “uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada aos seus recursos, oportunidades e restrições”.



Busco, então, inserir as grupas feministas no contexto da teoria dos movimentos sociais guiada por duas perguntas: *por que essas feministas atuam coletivamente? Por que o fazem no contexto histórico do início dos anos 2000?* As perguntas são inspiradas nas sugeridas por Sidney Tarrow (1997).

O *por que elas atuam* está associado à desigualdade de gênero e à negação do direito de que as mulheres decidam sobre ter ou não filhos, quando e como isso deve ocorrer. A resposta à primeira pergunta leva em conta ainda as mais variadas experiências de interrupção da gestação e de como elas estão ligadas não só à segurança, à legalidade e à legitimidade, mas também são atravessadas por questões como geração, raça e etnia, classe social e localização geográfica. Ao unir-se em coletivas, grupas ou organizações não-governamentais para divulgar informação e acompanhar mulheres que desejam realizar um aborto seguro, essas feministas objetivam reduzir essas desigualdades e pressionar o Estado e a sociedade para mudar as estruturas que as sustentam.

A segunda pergunta (*por que o fazem no contexto histórico do início dos anos 2000 na América Latina*) tem a ver com quais fatores possibilitaram, naquele momento, a utilização de um novo tipo de ação política, que são as estratégias de informação e acompanhamento para um aborto seguro. Isso é o que Sidney Tarrow (1997, p. 49) define como *estrutura de oportunidades políticas*, que são “dimensiones consistentes – aunque no necesariamente formales, permanentes o nacionales – del entorno político, que fomentan o incentivan la acción colectiva entre la gente”.

Trata-se de recursos externos aos movimentos sociais, e que podem ser explorados por eles para impulsionar ou manter uma ação coletiva porque diminuem seus custos, apontam para o surgimento de novos aliados ou mostram debilidades dos opositores. E continua o autor:

Los movimientos surgen cuando se amplían las oportunidades políticas, cuando se demuestra la existencia de aliados y cuando se pone de relieve la vulnerabilidad de los oponentes. Al convocar acciones colectivas, los organizadores se convierten en puntos focales que transforman las oportunidades, convenciones y recursos externos en movimientos. Los repertorios de confrontación, las redes sociales y los marcos culturales reducen los costes de inducir a la gente a la acción colectiva, creando una dinámica más amplia y más extensamente difundida en el movimiento (TARROW, 1997, p. 58)

No caso desta pesquisa, a estrutura de oportunidades políticas que permitiu, no plano internacional, o surgimento de grupas de acompanhamento para um aborto seguro na América

Latina é formada por três pilares: os debates e os resultados das Conferências do Cairo e de Pequim, a descoberta da eficácia do Misoprostol como medicamento abortivo e a atuação de uma organização aliada a nível internacional, a *Women on Waves*. Isso não significa que cada uma das grupos de acompanhamento seja resultado direto desses eventos, mas que, de modo geral, a visibilidade e a forma de atuação dessas feministas ganharam força por conta deles.

As conferências da ONU foram uma importante oportunidade política por conta da consolidação do argumento do aborto como problema de saúde pública, ao mesmo tempo significaram duras derrotas para as forças conservadoras, que não puderam barrar o tema nas publicações finais de cada um dos encontros.

O Misoprostol, por sua vez, representa um avanço científico que permitiu pensar o aborto seguro fora do ambiente hospitalar e a um baixo custo. Essa ideia foi reforçada com a publicação da primeira edição do manual “Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para os sistemas de saúde”, da OMS (2004). Medicamento e protocolo deram às feministas o método e o passo-a-passo para reduzir os riscos do procedimento.

O terceiro ponto da estrutura de oportunidades políticas que possibilitou a adoção de uma nova estratégia por parte do movimento feminista em relação ao aborto foi o surgimento da *Women on Waves*, organização holandesa que ficou conhecida por usar um barco e levar mulheres para águas internacionais para realizar um aborto seguro. Se, por um lado, essa ação servia para impulsionar o debate sobre aborto nos países em que parava o barco, a organização também começou a impulsionar linhas telefônicas para promover informação sobre como realizar um aborto seguro nos países em que a prática estava criminalizada.

Esses três eixos, portanto, oferecem não só ferramentas para a disputa discursiva, mas recursos materiais (pesquisas, protocolos médicos e o próprio medicamento), bem como fortes aliados para as reivindicações em seus países. São as redes sociais formadas em torno de movimentos que permitem maior ou menor eficácia de uma ação coletiva (TARROW, 1997).

A seguir, descrevo cada um dos pilares dessa nova estratégia feminista, mas também mostro como oportunidades políticas locais contribuíram para que se estabelecessem em determinados territórios, especialmente na Argentina e no México.

#### 2.4.1 Conferências da ONU

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo (1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995), foram parte do ciclo de

eventos sociais e econômicos organizadas pela ONU na década de 1990. Elas constituíram importantes espaços de discussão de políticas internacionais e de mediação entre representantes dos Estados, da imprensa, de organizações transnacionais e não-governamentais.

No Cairo e em Pequim, o ponto central para as feministas era mostrar como qualquer política populacional deveria levar em conta as desigualdades entre homens e mulheres. Entre as demandas apresentadas, a principal contribuição aos documentos finais das conferências foi a cristalização do conceito *direitos reprodutivos*, que havia sido citado na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, realizada em 1993, e os debates em torno dos direitos sexuais, dimensão que sofreu maior resistência dos grupos antidireitos (CORREA, 2018).

As sociólogas Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila (2003) indicam que o termo “direitos reprodutivos” é uma formulação contemporânea e um desdobramento de “saúde da mulher”, uma estratégia semântica para traduzir, no campo do debate público, a experiência do corpo em sociedade como algo político. O debate é resultado de um dos lemas feministas da década de 1970, “Nosso corpo nos pertence”, que reivindicava, entre outras coisas, o direito às mulheres de decidir se e quando gostariam de ser mães.

As autoras localizam “direitos reprodutivos” em feministas norte-americanas. Em 1984, durante o I Encontro Internacional de Saúde da Mulher, em Amsterdã, chegou-se ao consenso de que esse “era um conceito mais completo e adequado (do que saúde da mulher) para traduzir a ampla pauta de autodeterminação reprodutiva das mulheres” (CORRÊA; ÁVILA, 2003, p. 20). O conceito passou então a ser debatido e aprofundado durante eventos internacionais posteriores, mas foi nas Conferências do Cairo e de Pequim que ele “seria finalmente consagrado num documento das Nações Unidas” (Ibid.).

Dentro dos direitos reprodutivos, os relatórios das duas conferências possuem itens específicos sobre aborto, tratando-o como tema de saúde pública, conforme consta do documento resultado da Conferência do Cairo (1994), que em seu artigo 8.25 informa:

Todos os governos e organizações intergovernamentais e não-governamentais são instados a reforçar seus compromissos com a saúde da mulher, a considerar o impacto de um aborto inseguro na saúde como uma preocupação de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto, ampliando e melhorando os serviços de planejamento familiar. [...] Em circunstâncias em que o aborto não contraria a lei, esse aborto deve ser seguro. Em todos os casos, as mulheres devem ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento de complicações resultantes de aborto. Os serviços de orientação pós-aborto, de educação e de planejamento familiar devem ser de imediata disponibilidade, o que ajudará também a evitar repetidos abortos. (UNFPA, 1994, grifo nosso)

A declaração de Pequim, do ano seguinte, reforça que o aborto é um tema de saúde pública, já que práticas inseguras põem em risco um grande número de mulheres, e recomenda aos países signatários “considerar a possibilidade de rever as leis que preveem medidas punitivas contra as mulheres que se tenham submetido a abortos ilegais” (UNFPA, 1995, p. 182). No item 97 da declaração, os países reconhecem que “o aborto inseguro põe em risco a vida de um grande número de mulheres e representa um grave problema de saúde pública, porquanto são as mulheres mais pobres e jovens as que correm os maiores riscos” (Ibid., p. 179).

Sonia Corrêa (2004) avalia que o reconhecimento do aborto como um grave problema de saúde pública (Cairo, 1994) e a recomendação de que os países revisem as leis que criminalizam a prática (Pequim, 1995) são vitórias que devem ser atribuídas ao trabalho incansável de *advocacy* realizado pelas redes feministas internacionais ao longo da preparação para as duas conferências. Apesar disso, ela argumenta, é preciso destacar que esses são também resultados de condições políticas favoráveis, como a presidência do democrata Bill Clinton nos Estados Unidos<sup>73</sup>.

As Conferências também foram palco de articulação do Vaticano, que se associou a alguns países árabes para tentar barrar proposições associadas à defesa de direitos sexuais e reprodutivos. Isso ocorre porque, conforme Sonia Corrêa (2018), os representantes do Vaticano perceberam que haviam perdido aliados históricos na América Latina, entre os quais México e Brasil. O resultado foi a aproximação com os países centro-americanos, que se tornaram os principais porta-vozes das demandas conservadoras nas duas conferências da ONU.

Mesmo assim, o Vaticano sofreu importantes derrotas, já que as declarações finais das duas convenções reforçam a ideia do aborto como um problema de saúde pública e recomendam a revisão de normas que criminalizem a prática. Nesse sentido, diz Sonia Corrêa:

O Vaticano [...] fez todo o possível para impedir a aprovação dos parágrafos sobre revisão de leis punitivas do aborto, sobre educação sexual das meninas; sobre direitos sexuais das mulheres e, sobretudo, da linguagem de orientação sexual do capítulo sobre direitos humanos. Porém, uma vez mais a Santa Sé perdeu quase todas essas batalhas, exceto a inclusão do termo orientação

---

<sup>73</sup> Nas últimas décadas, as eleições nos Estados Unidos têm causado forte impacto sobre as políticas globais em relação ao aborto. Isso porque, em 1984, o país anunciou que organizações não-governamentais financiadas pelos EUA deveriam assinar uma cláusula em que se comprometiam a não fazer menção ao aborto em seus projetos. O decreto foi assinado após a Conferência de População da ONU, realizada na Cidade do México, pelo então presidente Ronald Reagan. O texto foi revogado pelo democrata Bill Clinton, que esteve à frente do país entre 1993 e 2001. Assim que assume a presidência, George W. Bush restaura a Lei da Mordaça, no que foi a sua primeira medida administrativa. O texto foi suspenso novamente por Barack Obama (2009-2017) e, logo depois, restituído mais uma vez por Donald Trump, em 2017.

sexual que foi derrotada por uma pequena margem de votos na última plenária da conferência [de Pequim]. (CORRÊA, 2018, p. 10)

A advogada Leila Linhares Barsted (2003, p. 83) afirma que os dois documentos reafirmam o princípio da autonomia quando se trata de direitos reprodutivos. Ainda de acordo com a autora (Ibid.), o “grande avanço dessas conferências foi declarar o dever dos Estados membros da ONU de promover condições para o exercício desses direitos, incluídos no rol dos direitos humanos e dentro da perspectiva da indivisibilidade desses direitos”.

Embora os documentos finais das conferências não tenham o mesmo peso dos tratados e convenções, eles significam um compromisso dos Estados signatários com os temas ali tratados. Desse modo, têm sido usados pelas feministas como forma de pressionar pela revisão de leis que criminalizam o aborto em vários países do mundo.

Na América Latina, os EFLACs<sup>74</sup> antecederam as conferências da ONU realizadas na década 1990 e foram importantes espaços de trocas de experiências e militância. A cientista política Sonia Alvarez (2003, p. 534) explica que esses encontros formam “uma espécie de palcos supranacionais onde questões-chave para os feminismos latino-americanos são encenadas, debatidas e (re)formuladas”.

O tema do aborto foi tratado já no primeiro encontro, realizado em 1981 na cidade de Bogotá, como registrado pela historiadora Marysa Navarro (2010). Mas foi no V EFLAC, em 1990, em San Bernardo, Argentina, que as latino-americanas lançaram a Campanha Regional pela Despenalização do Aborto, estabelecendo o 28 de Setembro<sup>75</sup> como data simbólica para ações coordenadas em toda a Região.

Ao pesquisar o projeto político em torno dos EFLACs, a assistente social Alejandra Restrepo (2016), observou que

el tema del aborto ha sido el que más espacio há tenido en los encuentros, uno de los que más incomodidad genera em los espacios políticos internacionales, una de las luchas más transgresoras del movimiento amenazante para el orden establecido y un eje fundamental de movilización del feminismo latinoamericano (p. 357)

<sup>74</sup> A década de 1990 foi marcada pela discussão entre as feministas “institucionais” e as “autônomas”. Segundo Dora Barrancos e Néida Archenti (2017), esse embate, no entanto, não foi vivido na Argentina, já que as organizações deste país não receberam volumes significativos de recursos internacionais, vindos de agências que buscavam promover os direitos das mulheres, como ocorreu no Chile e no Brasil, por exemplo.

<sup>75</sup> A data foi escolhida porque em 28 de setembro de 1871 foi promulgada no Brasil a Lei do Ventre Livre, quando passaram a ser considerados livres (embora na prática ainda pudessem estar sob o mando de um senhor até determinada idade) os filhos de mulheres escravizadas.

Logo, o que se vê é que tanto as Conferências da ONU quanto os EFLACs foram de suma importância porque a) cristalizaram uma definição de direito reprodutivo; b) deslocaram o debate sobre a legalização do aborto para a perspectiva de saúde pública; e c) promoveram uma articulação local, regional e em torno das pautas feministas.

#### 2.4.2 A revolução do Misoprostol

A OMS (2013, p. 18) define *aborto inseguro* como “um procedimento para finalizar uma gravidez não desejada, realizado por indivíduos sem as habilidades necessárias e/ou em ambiente abaixo dos padrões médicos exigidos, ou ambos”. É preciso dizer, no entanto, que a Organização estabelece um espectro com diferentes níveis de segurança, garantindo que, em algum grau, ela seja possível mesmo quando a interrupção é realizada fora dos serviços de saúde.

Quanto ao método, a Organização defende o aborto medicamentoso como seguro e acessível, e o uso do AMIU (aspiração manual intrauterina) quando a primeira opção não for possível (OMS, 2013). O aborto medicamentoso é feito com a administração apenas de Misoprostol (também conhecido pelos nomes comerciais de Cytotec, Mibetec, Cyprostol, Misotrol, Arthrotec e Oxaprost em alguns países da América Latina) ou administração combinada de Misoprostol e Mifepristona.

Desenvolvido inicialmente para o tratamento e a prevenção da úlcera gástrica, p Misoprostol é um medicamento que atua gerando um estímulo que causa a maturação do colo e contrações do útero, induzindo, desse modo, o abortamento. Sua utilização para fins obstétricos, tanto para a realização do aborto seguro quanto para a indução do trabalho de parto, é reconhecida pela OMS (2013) e pela FIGO (Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (MORRIS et al, 2017).

O efeito abortivo do Misoprostol foi primeiro identificado pelas mulheres no Brasil, onde o Cytotec começou a ser vendido em 1986, e rapidamente passou a ser adotado para essa finalidade em outros países da América Latina.

Ainda sob o frisson da novidade e os primeiros resultados do emprego do medicamento na prevenção de mortes de gestantes, Regina Maria Barbosa e Margareth Arilha (1993) investigaram o uso do remédio pelas brasileiras entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990. De acordo com as autoras, as vendas do medicamento dispararam no Brasil já nos

primeiros anos após o registro pelo Ministério da Saúde, exatamente porque se difundiu como método seguro, barato e fácil de realizar um aborto, o que causou uma reação dos órgãos sanitários:

Esse processo resultou em uma verdadeira cruzada contra o medicamento que acabou determinando a mudança da regulamentação da sua comercialização pelo Ministério da Saúde, em julho de 1991, na tentativa de restringir o seu uso como abortifaciente. [...] Em 1991, o laboratório Biolab admite que “a utilização do medicamento para a indução do aborto (...) pode chegar a 35% do total”. Estima-se, entretanto, que esta proporção seja muito maior. (BARBOSA, ARILHA, 1993, p. 411)

Já a Mifepristona atua nos receptores de progesterona para inibir a ação deste hormônio, interferindo na continuidade da gravidez (OMS, 2013). A Mifepristona é administrada via oral, de um a dois dias antes do uso do Misoprostol, preparando o corpo e facilitando a expulsão do feto no passo seguinte. A combinação dos dois medicamentos aumenta a segurança e a efetividade do procedimento (KULIER et al., 2011).

Os dois encontram-se na lista de medicamentos essenciais da OMS desde 2005, protocolo que serve de guia de referência para muitos países. Apesar disso, na América Latina a Mifepristona só está registrada no México e no Uruguai (GYNUITY HEALTH PROJECTS, 2017), onde a prática é legalizada. Por sua vez, o Misoprostol tem circulação controlada e/ou restrita (com necessidade de apresentação deministrado receita médica ou apenas em serviços de saúde) em quase toda a Região (CLACAI, 2019).

Na América Latina, um estudo realizado por Ilana G. Dzuba, Beverly Winikoff e Melanie Peña (2013) mostra que o medicamento reduziu drasticamente a mortalidade e as complicações associadas ao aborto, impulsionadas por linhas telefônicas, telemedicina e programas de redução de danos. As pesquisadoras ainda apontam que, embora o Misoprostol conte com registro na maioria dos países da Região, seu acesso é muitas vezes limitado por normas restritivas<sup>76</sup>, alto custo e falta de capacitação de profissionais de saúde que não sabem indicar seu uso correto.

No México, é possível comprar o Misoprostol sem receita médica em qualquer farmácia do país. Na Argentina, mesmo antes da legalização do aborto (no fim de 2020) o medicamento também era comercializado nas farmácias, mas exigia pedido médico.

---

<sup>76</sup> O Brasil, por exemplo, proíbe desde a década de 1990 a comercialização desse medicamento em farmácias, que tem circulação restrita a ambientes hospitalares autorizados.

O método medicamentoso é considerado seguro porque as mulheres ficam menos expostas ao risco de infecção dos procedimentos cirúrgicos (FAÚNDES et al., 1996), bem como da utilização de instrumentos cortantes e substâncias venenosas ou cáusticas — capazes de perfurar o útero e outros órgãos e causar danos permanentes à saúde da gestante (BARBOSA; ARILHA, 1993). Estudos indicam que o regime combinado (Mifepristona e Misoprostol) apresenta ainda bons resultados mesmo se utilizado fora do ambiente hospitalar (ELLERTSON; ELUL; WINIKOFF, 1997).

De acordo com um boletim publicado pela OMS (GANATRA et al., 2014), para se determinar a segurança do procedimento é preciso levar em consideração o aspecto legal, o método utilizado e a idade gestacional; mas esses não são os únicos fatores. A instituição Organização diz que se deve analisar o contexto social, o nível de estigma relacionado ao aborto, o grau de acesso à informação qualificada sobre o tema, a idade e o *status* socioeconômico da pessoa que quer interromper a gravidez.

Para que isso seja possível, as pesquisadoras Charlotte Ellertson, Batya Elul e Beverly Winikoff (1997) afirmam que é preciso que as mulheres saibam: 1) confirmar corretamente a gravidez; 2) estimar o tempo gestacional e estar dentro do prazo para que seja viável um aborto medicamentoso; 3) selecionar o protocolo adequado para o tempo gestacional; 4) utilizar o protocolo correto; 5) saber o que fazer em caso de reações adversas e saber buscar atenção médica caso seja necessário; 6) ser consciente da expulsão do embrião; e 7) saber quando um aborto é completo. Ao acompanhar mulheres em serviços de aborto legal na China, na Índia e em Cuba entre os anos de 1991 e 1993, as autoras questionaram a ideia de que qualquer aborto fora da unidade de saúde seja inseguro e ineficaz. Concluem as autoras:

Se as mulheres desejam e estão habilitadas a usar um método abortivo com segurança e eficácia sem supervisão, elas devem ter a oportunidade de fazê-lo. Se tecnologias de aborto seguras e simples pudessem estar disponíveis sem barreiras médicas, o custo do aborto diminuiria para as mulheres, e o senso de controle das mulheres sobre a sua fertilidade aumentaria.<sup>77</sup> (ELLERTSON, ELUL, WINIKOFF 1997, p. 159, tradução nossa).

O efeito para fins obstétricos do Misoprostol e o reconhecimento do aborto como um problema de saúde pública nas Conferências da ONU fizeram com que entidades médicas e

---

<sup>77</sup> Em inglês: “If women desire and are able to use medical abortion methods safely and effectively without supervision, they should be given the opportunity to do so. If safe and simple abortion technologies could be available without medical barriers, the cost of abortion to women would decline, and women’s sense of control over their fertility would increase”.



sanitárias nacionais e internacionais lançassem protocolos para um aborto seguro. Assim, a primeira edição do texto “Aborto seguro: orientação técnica e políticas para sistemas de saúde”, da OMS foi publicado em 2003, com edição atualizada em 2013<sup>78</sup>.

No México, a Norma Oficial Mexicana (NOM-046) trata sobre critérios de prevenção e atenção a casos de violência sexual contra as mulheres. O texto foi publicado em 2009 como uma das medidas previstas no acordo feito no caso Paulina na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em 2005, o Ministério da Saúde argentino lançou a primeira edição do “Guía para el Mejoramiento de la Atención Post-aborto”, voltado a profissionais de saúde. O texto tem como um dos objetivos tentar reduzir o número de complicações e mortes decorrentes do procedimento realizado de modo inseguro. A justificativa é que, segundo o documento, o aborto é a primeira causa de morte de gestantes no país.

Dois anos depois, em 2007, é publicado o texto “Guía Técnica para la Atención Integral de Abortos No Punibles”, que teve a sua última atualização em 2019, sob o título “Protocolo para la atención integral de las personas con derecho a la interrupción legal del embarazo”. No mesmo ano, começou a produção pública de Misoprostol na província de Santa Fé<sup>79</sup>.

Assim, a descoberta da eficácia do Misoprosol e a publicação de protocolos nacionais e internacionais significaram uma oportunidade política para as feministas, uma vez que esse conjunto de documentos alteraram o conceito de *aborto seguro*, até então atrelado ao método cirúrgico e, portanto, da realização no hospital. A inovação não só reduziu os riscos e os custos do procedimento, como ampliou o acesso a uma interrupção segura, inclusive em contextos de criminalização, atuando, portanto, como ferramenta de combate às desigualdades materiais no contexto da América Latina.

O surgimento do Misoprostol e a redefinição de *aborto seguro* foram, desse modo, essenciais para o novo posicionamento das organizações e coletivas feministas tratadas nesta tese. Do ponto de vista de políticas transnacionais, surge o Consórcio Internacional de Aborto

---

<sup>78</sup> Na América Latina, um dos pioneiros foi o Brasil, ao lançar a norma “Atenção Humanizada ao Abortamento”, primeira edição de 2005, e “Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes”, em vigor desde 1999, definindo protocolos de administração do medicamento e de conduta da equipe médica nos casos de aborto previsto em lei. Consequentemente, o Brasil era, no início dos anos 2000, uma referência para toda a América Latina no que tange às políticas sobre o tema (SOUZA, 2020).

<sup>79</sup> A produção e distribuição do medicamento por um laboratório público na Argentina é um dos efeitos da discussão do projeto que visava legalizar o aborto em 2018. Os comprimidos começaram a ser distribuídos em setembro de 2019 a centros de saúde e hospitais de Santa Fé. O objetivo era baratear os gastos do Estado com a compra de Misoprostol e reforçar os serviços de ILE.

com Medicamentos (ICMA)<sup>80</sup>, em 2002, e o Consórcio Latino-americano Contra o Aborto Inseguro (CLACAI)<sup>81</sup>, em 2006.

Isso porque, como já dito, a luta pela legalização e/ou descriminalização da prática é influenciada por atores externos aos movimentos feministas e pelos contextos histórico, cultural e político em cada país. Ao atuar sob a perspectiva da segurança, por sua vez, grupos feministas adotam medidas de redução de danos, construindo, na medida do possível, condições adequadas para a realização de um aborto e diminuindo os riscos de complicações normalmente associadas à ilegalidade.

#### 2.4.3 *Women on Waves*

Um dos principais impulsos para a criação de linhas telefônicas e grupos para acompanhar mulheres que desejam realizar um aborto seguro na América Latina despontou com o apoio da *Women on Waves*, organização holandesa fundada em 1999 pela médica Rebecca Gomperts<sup>82</sup>.

A organização ficou conhecida internacionalmente por usar um navio para garantir interrupção segura de gestação para mulheres em países onde a prática é criminalizada. Para tanto, as ativistas chegam a um porto do país, embarcam mulheres que previamente haviam feito contato pedindo ajuda e, então, já em águas internacionais, realizam o procedimento com medicamentos. Isso é possível porque sempre que um barco se afasta para além de 20 quilômetros da costa de um país, seus tripulantes estão sujeitos às leis do país de origem do barco, ou seja, Holanda, onde o aborto é permitido.

A ação já foi realizada em países como Irlanda (2001), Polônia (2003), Portugal (2004) e Espanha (2008). Na Polônia, o barco foi recebido com gritos de “fora nazistas!” e bolas de tinta vermelhas. Em 2017, o Exército da Guatemala escoltou a embarcação de volta a águas internacionais depois que o governo impediu a entrada das ativistas no país. O mesmo aconteceu no Marrocos, onde o barco foi proibido de entrar em 2012.

<sup>80</sup> Em inglês, International Consortium for Medical Abortion (tradução nossa).

<sup>81</sup> Em espanhol, Consorcio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro (tradução nossa).

<sup>82</sup> Em agosto de 2018, Rebecca Gomperts participou da audiência pública da ADPF (Arguição de descumprimento de preceito fundamental) 442, que pede no STF brasileiro a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Na data, a médica falou sobre como a criminalização do Misoprostol fomenta a utilização de métodos inseguros para a prática do aborto. Gomperts argumentou que esse é um medicamento barato, não exige internação hospitalar e que, se ministrado corretamente, é mais seguro do que o Viagra. Em sua apresentação, ela leu trechos de emails enviados a *Women on Waves* por mulheres que pensam em suicídio devido à dificuldade de acessar uma interrupção segura da gestação no Brasil (STF, 2018).

Em Portugal, a organização também apoiou a criação de uma linha telefônica de informação sobre aborto seguro com medicamentos, que funcionou entre 2004 e 2007, ano em que a prática foi legalizada, após um referendo popular, até a 10ª semana de gestação. Em seu site, *Women on Waves* informa que a campanha acabou por catalisar a mudança na lei portuguesa. A explicação está no fato de a estratégia política do “barco do aborto” não é realizar o maior número possível de interrupções possíveis em alto mar, já que isso significaria uma ação muito limitada em relação à totalidade de mulheres que necessitam realizar um procedimento seguro nos países visitados. Mais que isso, o objetivo é fomentar o debate sobre o tema, mobilizar as redes locais em defesa do aborto e divulgar a segurança do método medicamentoso para interrupção de gestação.

Na Guatemala, onde o aborto só é permitido para salvar a vida da gestante, a expulsão do barco da organização foi suficiente para chamar a atenção do noticiário local e internacional sobre a realidade dos direitos das mulheres naquele país. A situação se agravou porque a tripulação ficou três dias retida no porto Marina Pez Vela sem poder desembarcar. Apesar de a embarcação não ter sido usada efetivamente para a realização de abortos em águas internacionais antes da expulsão, o debate deu visibilidade ao tema e ao número telefônico disponibilizado pela organização para atender às mulheres. O resultado: em três dias, as ativistas receberam mais de 300 ligações em busca de informação sobre aborto seguro. Destas, 60 mulheres estavam dispostas a realizá-lo no barco.

Em 2017, o barco chegou ao México, no porto de Zihuatanejo, estado de Guerrero, e não teve interferências do governo. O objetivo da companhia era chamar a atenção dos congressistas locais e da sociedade mexicana para a criminalização de mulheres que haviam realizado um aborto, além de exigir o cumprimento da NOM 046, que garante o aborto legal a vítimas de violência sexual, e a reforma de códigos penais locais. A ação foi articulada em conjunto com diversas organizações mexicanas, como GIRE (Grupo de Información en Reproducción Elegida), DDeser (La Red por los Derechos Sexuales y Reproductivos en México) e REDefine (de incidência política e formação em direitos sexuais e reprodutivos), mas também *Fondo MARIA* e *Red Necesito Abortar* (que realizam acompanhamentos para mulheres que desejam realizar um aborto).

No país, a linha disponibilizada pela organização recebeu mais de 70 ligações de mulheres de diferentes localidades – inclusive da Cidade do México, onde o aborto é legal e gratuito até a 12ª semana de gestação – foram ao menos duas saídas do barco para a realização do procedimento.

Paralelamente às ações com o barco, *Women on Waves* criou, em 2005, o *Women on Web*<sup>83</sup>, um site para enviar medicamentos e acompanhar, via internet, mulheres de várias partes do mundo que precisam de um aborto seguro. O site tem parcerias com coletivas feministas locais.

Em 2008, ativistas equatorianas criaram o *Colectivo Salud de la Mujer* e a primeira linha telefônica para divulgar informação sobre sexualidade e aborto seguro na América Latina, de acordo com a pesquisadora argentina Raquel Irene Drovetta (2016). A estratégia criada no Equador, adotada com apoio da organização holandesa *Women on Waves*, serviu de inspiração para outras grupas na Região.

Apesar de já haver grupas que acompanhavam e divulgavam informação, a exemplo de *Las Libres*, no México, a iniciativa do Equador foi a primeira a se estabelecer publicamente para esse fim, por meio da publicização de um número telefônico voltado unicamente para atender mulheres que desejavam interromper uma gestação e pretendiam fazê-lo de modo seguro, apesar do contexto local de criminalização. A estratégia, em seguida, passou a ser utilizada por feministas em outros países: Argentina, Chile, República Dominicana, México, Uruguai, Honduras, Venezuela e Peru.

Essas grupas feministas lançaram mão de repertórios que já faziam parte do movimento feminista, agora adaptados não só para a demanda do aborto legal, mas para a possibilidade de realizá-lo de maneira segura e em casa. Por um lado, as ferramentas baseiam-se no histórico das que realizavam abortos em países como Estados Unidos e Itália na década de 1970, das grupas de conscientização e o argumento pela autonomia do corpo feminino, da mesma época. Também se utilizam do discurso do aborto como tema de saúde pública, que ganhou força durante as Conferências da ONU e de contribuições de diferentes vertentes dos feminismos debatidas publicamente a partir da década de 1980. No entanto, o fazem com características inovadoras, recorrendo a ferramentas científicas e tecnológicas (por exemplo o surgimento do Misoprostol) para ampliar o acesso ao aborto seguro em contextos de criminalização.

Foi exatamente isso que fizeram as feministas equatorianas que, em 2008, lançaram uma linha telefônica de atenção ao aborto, e as que vieram a seguir. Elas se valeram de uma

---

<sup>83</sup> Em sua dissertação de mestrado na Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), a jornalista Nanda Duarte (2019) analisou 22 depoimentos de usuárias brasileiras na página “Fiz um aborto”, no portal *Women on Web*. Segundo a pesquisa, as autoras tinham entre 19 e 29 anos, vinham de camadas médias/baixas, moravam em centros urbanos, a maioria cristã, sem filhos e com uma variedade de arranjos conjugais. As narrativas, conforme Duarte, mostram uma multiplicidade de experiências de aborto e uma diversidade de tensões em relação às expectativas sociais quanto à maternidade.

ferramenta que já fazia parte do repertório feminista (linhas de atenção do aborto), mas que, ao fazer parte de outro ciclo de reivindicações, ganhou o caráter de novidade, surpreendendo seus opositores, acostumados às tradicionais marchas pela legalização do aborto.

A seguir, mostro de que forma esse repertório e o contexto internacional se somaram às oportunidades locais que permitiram o surgimento das quatro grupos que integram esta pesquisa: *Lesbianas y Feministas e Socorristas en Red*, na Argentina, *Las Libres e Fondo MARIA*, no México.

## 2.5 Oportunidades políticas na Argentina e no México

Entre os países da América Latina, Argentina foi um dos primeiros a serem influenciados pela criação da linha telefônica lançada em 2008 no Equador com apoio da *Women on Waves*. *Lesbianas y Feministas* surge da inquietação de algumas ativistas lésbicas de Buenos Aires que já se conheciam e souberam da estratégia das equatorianas. Ainda em 2008, decidiram então convidá-las a viajar para a Argentina para dar-lhes uma formação sobre o protocolo da OMS, os aspectos legais da ação, como se comunicar com as mulheres e dar informação sobre aborto medicamentoso. O passo seguinte foi a criação, em 2009, da linha “Aborto: más información, menos riesgos”, canal que tinha o intuito de divulgar os direitos das mulheres em caso de aborto, fornecer informações sobre como realizar o procedimento em casa e com menos riscos.

A iniciativa inspirou o lançamento também na Argentina, em 2010, da linha telefônica chamada de *Socorro Rosa*, pela coletiva *La Revuelta*, que dois anos mais tarde fundaria as *Socorristas en Red*. Quando lançou a linha para acompanhamento de abortos, *La Revuelta* já mantinha uma linha telefônica de atendimento a mulheres em situação de violência, chamada de *Socorro Violeta*. O nome *Socorro Rosa* foi em referência às feministas italianas que acompanhavam mulheres para realizarem abortos seguros na década de 1970.

As linhas telefônicas de *Lesbianas y Feministas* e *La Revuelta* surgiram em meio às primeiras articulações da *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro e Gratuito*<sup>84</sup>, fundada em 2005. A articulação é resultado de debates realizados nos Encontros Nacionais de Mulheres de 2003 e 2004 e já começou reunindo cerca de 300 organizações, entre sindicatos, partidos políticos, grupos LGBTQIA+ e, entre outros.

---

<sup>84</sup> São antecedentes da Campanha a *Comisión por el Derecho al Aborto*, de 1988, e a *Coordinadora por el Derecho al Aborto*, de 1999.

A Campanha apresenta pela primeira vez em 2006 seu projeto de legalização da prática na Argentina, fruto de um amplo debate no interior do movimento feminista (CARBAJAL, 2009, p. 103). O texto, entretanto, não chegou a ser votado naquele ano, e foi protocolado outras sete vezes no Congresso<sup>85</sup>.

Em 2012, as feministas argentinas se mobilizaram para o julgamento do caso de uma jovem que pedia a interrupção de uma gestação fruto de um estupro<sup>86</sup>. Após análise, a Corte Suprema de Justiça estabeleceu que o aborto não é crime em todos os casos de estupro e ordenou que as diferentes esferas de governo implementassem protocolos de aborto legal.

Quanto ao México, o contexto de desenvolvimento das linhas telefônicas e redes de acompanhamento para o aborto seguro é formado pela convergência entre as oportunidades no campo internacional e o contexto nacional, com debates em torno do tema e enfrentamentos com atores antidireitos. É importante frisar que o fato de o México possuir 33 códigos penais (32 estaduais e um federal) por um lado dificulta a legalização da prática nacional, por outro multiplica os espaços em que o tema pode ser pautado.

El contexto político en México, caracterizado no sólo por una débil institucionalidad democrática, sino también por la tenaz costumbre de evitar el conflicto, no favoreció la discusión pública sobre todo aquello que implica la maternidad voluntaria, a pesar de tratarse de un tema que concierne claramente al proyecto democrático (LAMAS, 2015, p. 47-48).

Desse modo, episódios inicialmente circunscritos a determinados estados podem ganhar repercussão e, no limite, influenciar estratégias dos movimentos sociais (tanto pró quanto antidireitos reprodutivos) e ações dos governos locais.

Foi nesse cenário que, nos anos 2000, a organização *Las Libres* surgiu como uma resposta a um projeto de lei que alterava o artigo 163 do Código Penal de Guanajuato, para criminalizar, com possibilidade de pena de prisão, as mulheres que realizassem um aborto em caso de estupro. A iniciativa, do PAN no estado, foi aprovada por uma pequena margem (17 votos favor e 16 contra) e acabou gerando protestos, em todo o país. Contudo, acelerou o processo de criação de uma organização que já estava em discussão. Contam no seu manual de acompanhamento:

---

<sup>85</sup> O texto só foi a plenário na Câmara dos Deputados e no Senado em 2018.

<sup>86</sup> O julgamento foi necessário porque a redação do texto do Código Penal que versa sobre o tema informa que o procedimento não deve ser punido “si el embarazo proviene de una violación o de un atentado al pudor cometido sobre una mujer idiota o demente”, era ambíguo, fazendo com que alguns juízes e profissionais de saúde afirmassem que o trecho só valia em caso de doença mental.

[...] no estábamos listas para dar el paso cuando viene una coyuntura política em Guanajuato. En el 2000 el Congreso Local elimino la causal de violación en el Código Penal del Estado [...] el grupo de amigas que fundamos Las Libres éramos el equipo de trabajo más cotidiano, entonces nos tocó liderar ese movimiento en el 2000 para que se vetada esa ley y [...] la coyuntura nos forzó y nos ubicó en que el tema que no nosotras queríamos trabajar públicamente era por la despenalización del aborto (LAS LIBRES, 2014, p. 7).

À época, essa equipe de trabalho era formada por quatro mulheres e um homem que atuavam em organizações não-governamentais, no setor educativo ou em instituições governamentais, e que tinham o desejo de fundar uma organização não só *de* mulheres, mas *com perspectiva e para* as mulheres (LAS LIBRES, 2014). O projeto se concretizou quando a grupa se viu impelida a se posicionar contra a aprovação do projeto que pretendia barrar o aborto em caso de estupro no estado, a despeito de essa ser uma das poucas possibilidades previstas no Código Penal Federal.

*Las Libres* passaram, então, a pressionar autoridades, fazendo alianças com outras organizações locais, concedendo entrevistas e denunciando a manobra dos deputados não só nos meios de comunicação locais como também nos de abrangência nacional. Ressalta-se que a própria população local desaprovava a mudança proposta pelo PAN. Duas pesquisas, uma realizada pela organização Population Council e outra pela Universidade de Guadalajara (esta encomendada pelo Governo de Guanajuato), na ocasião, mostraram que mais de 60% dos entrevistados reprovavam a reforma legislativa que criminalizava o aborto em caso de estupro e que 84% consideravam que os legisladores deveriam elaborar leis sem se basear em crenças religiosas (GIRE, 2004).

O caso teve forte repercussão em virtude da estrutura de oportunidades políticas no país, formada por episódios que ocorreram nos anos de 1999 e 2000 e mantiveram o tema do aborto no debate público: o caso Paulina, as eleições para a Presidência da República e a apresentação da Ley Robles, na Cidade do México.

O primeiro episódio envolvia a estudante Paulina, que tinha 13 anos quando foi estuprada e, em seguida, impedida de realizar um aborto na cidade de Mexicali, Baja California, em 1999. Uma investigação da Procuradoria de Direitos Humanos identificou uma série de violações sofrida por ela e pela família, já que lhe foram impostas pelo hospital e pelo governo local barreiras diversas para a realização do procedimento, que era previsto em lei. Além disso,

ainda no hospital receberam a visita de grupos autodenominados “pró-vida”, que trataram de convencer a adolescente a desistir do procedimento<sup>3</sup>.

Em abril de 2000, nasce o filho de Paulina, e o caso permanece no noticiário, tanto por conta do julgamento do acusado de estupro quanto pelas investigações de responsabilidade pelo impedimento de acesso ao aborto legal e a negativa da Igreja Católica local de batizar a criança com a justificativa de que a madrinha era uma ativista feminista<sup>4</sup>.

Dois dias depois da aprovação do projeto que criminalizava o aborto em caso de estupro, a mãe de Paulina se manifestou diante do Congresso de Guanajuato para condenar a alteração na lei. Às vésperas de completar 15 anos, a própria jovem fez o mesmo em entrevista ao jornal *El Universal*:

Eso [o projeto aprovado] está mal porque también las mujeres tenemos derechos; la mujer y el hombre somos iguales ante la ley y ellos (los diputados) no son nadie para decidir... los hombres no saben lo que las mujeres sentimos y lo que queremos [...] ¿Cómo es posible que a una mujer violada le den tres años de prisión por abortar? Eso es inhumano (CORTÉS, 2000b)

O caso Paulina inclusive já tinha feito parte do debate presidencial, apesar de nenhum dos candidatos terem se comprometido a mudar a lei federal. No entanto, assim que o projeto de lei que visava criminalizar o aborto em caso de estupro foi aprovado pelo Congresso de Guanajuato, o presidente recém-eleito e ex-governador do estado, Vicente Fox Quesada (PAN), manifestou-se contrário ao projeto:

[...] no comparto lo que sucedió en Guanajuato. Mi postura es muy diferente... Yo me comprometí en la campaña, y ahora como presidente electo, a que no promoveremos ninguna iniciativa que cambie las circunstancias en las que está definido el asunto del aborto en nuestras leyes. (ÁVILA, 2000)

Diante da repercussão negativa, da pressão de organizações feministas (entre elas a recém-criada *Las Libres*) e da estrutura de oportunidades políticas favoráveis ao campo progressista, o governador Ramón Martín (PAN) decidiu por vetar o projeto em 29 de agosto de 2000.

No mesmo mês, a chefe de governo do Distrito Federal, Rosario Robles, do PRD (Partido de la Revolución Democrática), havia apresentado um projeto para ampliar as possibilidades legais de interrupção da gestação no Código Penal local. Aprovada pela maioria dos deputados, a *Ley Robles* incluiu três possibilidades legais para a interrupção da gestação:



risco à saúde da gestante, má formação fetal e inseminação artificial não consentida. O aborto já era permitido, por lei federal, quando é resultado de um estupro.

Segundo Marta Lamas (2017), até 2006, os movimentos feministas trabalharam em uma proposta para acrescentar outra possibilidade legal ao Código Penal do Distrito Federal, que autorizando o aborto caso a gestação colocasse em risco o projeto de vida da mulher. O texto não chegou a ser apresentado formalmente ao Congresso, mas a campanha presidencial aproximou a relação entre os movimentos feministas e o PRD, que havia conseguido a aprovação da Ley Robles no ano 2000.

Em 2006, a disputa presidencial foi acirrada, com diferença de 0,56% entre o ganhador Felipe Calderón (PAN) e o opositor Andrés Manuel López Obrador (PRD). O resultado e as acusações fraude eleitoral aumentaram a polarização no país, e fizeram com que o PRD adotasse posturas mais progressistas, assumindo a dianteira no processo de legalização do aborto no ano seguinte no Distrito Federal. O texto, que autoriza a IVE (interrupção voluntária da gestação) até a 12ª semana, foi aprovado pelos deputados em abril de 2007. Marta Lamas (2015) observa que a proposta recebeu apoio porque pautava o procedimento desde o ponto de vista da justiça social e a racionalidade jurídica, além de promover a educação sexual e o uso de contraceptivos.

Grupos conservadores contrários à reforma chegaram a realizar atos, peregrinações e até ameaças para tentar barrar o texto no Congresso Nacional. Apesar disso, o projeto foi aprovado por 46 votos, 19 contra e uma abstenção. Em seguida, a lei foi questionada na Suprema Corte, que em 2008 julgou constitucional a legalização do aborto na Cidade do México.

Esses foram alguns dos antecedentes para a criação, em 2009, do *Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA* (Mujeres, Aborto, Reproducción, Información y Acompañamiento), ou simplesmente *Fondo MARIA*. Nesse caso, no entanto, foi a legalização do aborto até 12ª semana de gestação na Cidade do México que criou o contexto imediatamente favorável para o desenvolvimento das atividades da organização, que tem como atividade principal o apoio a mulheres que precisam viajar de outros Estados do México para interromper uma gestação.

No início de 2019, havia 13 clínicas de aborto legal que ofereciam o serviço de maneira gratuita na Cidade do México, além das instituições privadas autorizadas a realizar o procedimento.

Após apresentar as organizações tratadas nesta tese, inseri-las em uma genealogia da luta feminista pelo aborto legal e seguro na América Latina e mostrar a janela de oportunidades políticas que tornou possível o seu surgimento e a sua ação política, no **Capítulo 3** faço um mapeamento de quem são, como se articulam e agem seus antagonistas, que chamaremos de grupos antidireitos.

### **3 “PRÓ-VIDA”... DE QUEM? ESTRATÉGIAS DOS GRUPO CONSERVADORES NA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA ANTIDIREITOS**

Ao longo dos anos de pesquisa do doutorado, escrevi algumas reportagens sobre gênero e feminismo em veículos de imprensa do Brasil. Desses textos, os considerados mais “polêmicos”, com maior repercussão e volume de críticas, tratavam, na verdade, de discutir direitos reprodutivos das mulheres. Após algumas dessas publicações, eu e as entrevistadas chegamos a nos tornar alvos de ataques machistas e receber ameaças em nossos perfis na internet por conta desse conteúdo.

Foi o caso de uma entrevista realizada por mim com a atriz Karla Tenório em maio de 2021. Em sua narrativa, publicada no portal de notícias on-line UOL Universa (SOUZA, 2021a), Karla dizia que havia desejado engravidar, que amava a sua filha de dez anos de idade e que nunca pensou em realizar um aborto. Apesar disso, a atriz contava da dor que sentia em realizar as atividades e atribuições cotidianas associadas à maternidade. Ela se dizia uma mãe arrependida. Contou-me, inclusive, que, se pudesse voltar atrás, não teria engravidado.

No dia da publicação do texto, um homem me enviou uma mensagem no meu perfil particular da rede social da internet Instagram para dizer que esperava que eu pagasse “pelos crimes contra a humanidade” que estava cometendo. O “crime”, no caso, era discutir a possibilidade de que uma mulher se arrependesse de ter se tornado mãe. Ao fazer isso, eu, como jornalista, estava tentando “subverter a sociedade e os valores humanos mais básicos”, segundo ele. Karla recebeu mensagens parecidas, xingamentos e até ameaças tanto na página “Mães Arrependidas”, que criou para discutir o tema, quanto na sua conta pessoal, igualmente no Instagram.

Em outro episódio, um homem entrou em várias fotos do meu perfil na mesma rede social para questionar uma reportagem que eu havia escrito sobre as estratégias de legalização do aborto na Argentina pelo movimento feminista (SOUZA, 2021b). Dizia ele em seus comentários: “Por que defender o aborto? A lei já ta tão clara quando as exceções legais! [sic.] Você gostaria de não ter nascido se a sua mãe tivesse um minuto de idiotice?”.

Os fatos narrados não me causaram constrangimento, mas são um exemplo de ataques a jornalistas<sup>87</sup>, ativistas, pesquisadoras e demais pessoas que questionam o patriarcado, a maternidade compulsória e a cisheteronormatividade. Essas tentativas de intimidação e silenciamento podem ser ações individuais (como me pareceram as que sofri nesses dois episódios), ou articulados em grupo, com estratégias claras e formas de atuação.

Dadas as condições abertas pela internet, torna-se necessário investigar também os antagonistas à luta pela legalização do aborto. Entender quem são, a história desses grupos, suas articulações em alianças locais e transnacionais, tal qual os métodos e estratégias de mobilização por eles articulados constituem formas de compreender também como se organiza a resistência feminista.

Nesta pesquisa, chamaremos esses antagonistas de *grupos antidireitos*<sup>8889</sup> entendendo que se trata de um movimento heterogêneo, com diferentes estratégias e campos de atuação e que se articulam para se contrapor à ampliação ou ao acesso a direitos sexuais e reprodutivos. Estudá-los é uma forma de compreender como se dão as relações de poder no campo do aborto e de que forma se posicionam feministas e antidireitos.

Antes, no entanto, faz-se necessário dizer que entendemos, nesta pesquisa, *poder* como algo relacional, que não é intrínseco a sujeitos ou instituições, mas que se constitui na interação com o outro. Para o filósofo francês Michel Foucault (2008), *poder* não é algo fixo, estanque e unidirecional, mas uma ação permanente e repetitiva, que não só reprime, mas sofre resistência e está inserido em uma rede de relações móveis e não igualitárias. E uma das formas de analisar essas *relações de poder*, diz o autor (FOUCAULT, 1995, p. 234), é através do antagonismo das estratégias, porque é aí que se podem “esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados”.

---

<sup>87</sup> Os ataques a jornalistas em redes sociais têm claro viés de gênero, conforme apontam inúmeras pesquisas nos últimos anos. Um estudo do site colombiano Sentiido e da ONG argentina Comunicación para la Igualdad (2020), realizada em nove países da América Latina mostra que 75% das agressões são contra profissionais mulheres. Outro levantamento, realizado pela Unesco e o International Center For Journalists (2020), aponta que 73% das jornalistas dizem ter experienciado violência no ambiente on-line por realizar seu trabalho.

<sup>88</sup> Os grupos conservadores são nominados “antidireitos” nesta tese como uma forma de questionar a sua autodenominação “Pró-vida”. O termo “antidireitos” é uma referência à atuação desses grupos contra os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Tal denominação, como indica Marta Lamas (2008), usa como referência o termo “antichoice” (antiescolha), comum nos países de língua inglesa. Antidireitos, no entanto, vai além ao pautar não apenas a liberdade de “escolha”, mas a intenção desses grupos de não permitir o exercício de um direito. O termo se tornou amplamente utilizado pelos movimentos feministas e alguns meios de comunicação especialmente a partir de 2018, com a explosão da Marea Verde e o debate sobre a legalização do aborto na Argentina.

<sup>89</sup> Cita-se que algumas pessoas que pesquisam o tema preferem adotar o termo “antigênero”, entendendo que as ações antiaborto são só uma parte da atuação desses grupos conservadores contra as discussões relacionadas ao gênero e à sexualidade (CORREA, 2018; 2021).

Dito isto, o *movimento antidireitos* atua em vários níveis da sociedade, da política institucional às organizações assistencialistas. Na América Latina, eles estão fortemente associados à Igreja Católica, como mostram as sociólogas Maria Teresa Citeli e Maria José Rosado Nunes (2010, p. 6-7), para quem os discursos do Clero mostram “um profundo desprezo pela legislação” e “pelas políticas públicas do Estado”, bem como um “desapreço pela capacidade, necessidades, competências e desempenho das mulheres”. Tal postura, ainda de acordo com Citeli e Rosado Nunes (Ibid. p. 7), significa “o desrespeito ao Estado laico e a violência simbólica praticada contra as mulheres”.

Apesar da comprovada influência da Igreja Católica no esforço de barrar avanços e até mesmo o cumprimento das leis em vigor sobre aborto, reduzir os grupos antidireitos a vertentes do catolicismo seria superficial e reducionista. Isso porque o *triângulo do conservadorismo* na América Latina, na interpretação do filósofo mexicano Edgar González Ruiz (2005), é formado por religiosos, empresários e políticos.

De forma articulada, esse *triângulo* busca deslegitimar o aborto como um direito, tenta produzir culpa, medo, silêncio e vergonha nas pessoas que passam por essa experiência. Criam discursos e normas tanto no campo moral quanto legal para reforçar a maternidade obrigatória e o papel social do cuidado atribuído às mulheres. Definem quem pode escolher pela manutenção de uma gestação (a Justiça, os legisladores, a Igreja, a família etc., na sua perspectiva), enquanto negam esse direito às principais interessadas a decidir sobre o seu próprio corpo.

Desse modo, parece-me importante fazer um mapeamento dos grupos que se opõem radicalmente às ideias e práticas das feministas que lutam pela legalização e a segurança do aborto na América Latina. Isso porque, identificar contra quem elas se contrapõem diretamente no espaço público nos ajuda a compreender quais estratégias discursivas elas precisam lançar mão nessa disputa, especialmente na Argentina e no México.

Assim, ao longo deste capítulo mostro como algumas das *janelas de oportunidades políticas* dos movimentos feministas pela legalização do aborto no século XX resultaram na rearticulação dos grupos antidireitos e de que maneira os conservadores também mudaram sua forma de atuação ao longo das últimas décadas. Além disso, mostro que esses atores formam alianças regionais e internacionais e como incidem em várias frentes, utilizando diferentes estratégias para impedir avanços e barrar o aborto mesmo nos casos previstos em lei.

Para compreender melhor o funcionamento dessa estrutura, decidimos discutir o *ativismo heteropatriarcal*, conceito com o qual o sociólogo José Manuel Morán Faúndes (2015) caracteriza as iniciativas da sociedade civil autodenominadas “Pró-vida”, e os de *ativismo político-institucional*, ações promovidas por partidos, órgãos do Estado e até presidentes. Na prática, e como veremos a seguir, esses grupos estão associados e em constante diálogo, tanto para garantir financiamento como para pressionar profissionais ou instituições públicas, intimidar ativistas e tentar barrar reformas progressistas.

Por fim, o objetivo deste capítulo é compreender que ataques nas redes sociais como os sofridos por mim e muitas companheiras configuram apenas a ponta de uma rede complexa de ações que fazem parte do repertório de ação política desses movimentos, ainda incluem o lobby político e o falso acompanhamento de mulheres com gestações indesejadas, conforme analisaremos.

### 3.1 As ondas conservadoras na América Latina

Antes de discutir as características desses grupos e as especificidades em cada um dos países pesquisados, é preciso destacar que dois momentos internacionais (*duas ondas*) serviram de *oportunidades políticas* para a articulação das estratégias conservadoras contra o aborto, especialmente nos países na América Latina. A **primeira onda**, conforme divisão proposta pelo cientista político José Manuel Morán Faúndes (2015), resulta do julgamento do caso “*Roe versus Wade*”, que legalizou o aborto em 1973 nos Estados Unidos. A **segunda onda**, de acordo com o mesmo autor, localiza-se após as Conferências do Cairo (1994) e de Pequim (1995), quando o amplo debate sobre direitos sexuais e reprodutivos fortaleceu demandas feministas e LGBTQIA+ em diversas partes do mundo.

É fato que existiam *grupos antidireitos*, antes, já na primeira metade do século XX na Região (MORÁN FAÚNDES, 2015; GONZÁLEZ RUIZ, 2005), mas esses dois momentos são reconhecidos pela literatura sobre o tema como decisivos para a formação de organizações, redes e estratégias adotadas até hoje pelo movimento conservador na América Latina. Tais episódios desvelam uma genealogia para compreendermos a adaptação dos discursos conservadores contrários ao aborto seguro e legal na região.

Sendo assim, a **primeira onda** foi desencadeada nos Estados Unidos e acabou afetando especialmente a América Latina. Nos Estados Unidos, o principal antecedente para a legalização do aborto foi um documento publicado em 1962 pelo American Law Institute.

Trata-se de um Código Penal Modelo, como era tratado pela instituição, que descrevia que o aborto deveria ser legal quando um médico acreditasse que existia um risco substancial de que a manutenção da gravidez poderia prejudicar gravemente a saúde física e mental da gestante (BARNARD JR., 1967). Após a publicação, os estados do Colorado (1967), Califórnia (1967) e Nova York (1970) aprovaram reformas em suas leis para legalizar o aborto.

Essas mudanças deram força ao julgamento, em 1973, do caso que ficou conhecido como “*Roe versus Wade*”. Jane Roe foi o codinome usado por Norma McCorvey<sup>90</sup>, uma mulher de 21 anos que trabalhava como empregada doméstica no Texas e havia engravidado sem planejamento em 1969. O processo para tentar aceder a um aborto demorou para ser julgado e Norma acabou dando à luz a sua primeira filha. Apesar disso, o caso chegou à Suprema Corte, que entendeu serem eram inconstitucionais as leis estaduais que criminalizavam o aborto no país. A decisão seguiu certa tendência mundial: de países como Tunísia (1963)<sup>91</sup>, Reino Unido (1969), Canadá (1969), Alemanha (1972), que já permitiam a prática, e foi resultado de forte pressão de grupos feministas estadunidenses.

O julgamento foi recebido como um duro golpe para os conservadores nos Estados Unidos, que a partir de então começaram a se articular de forma mais organizada no cenário internacional, com especial influência sobre a criação de *grupos antidireitos* na América Latina. Isso é o que afirma Mala Htun (2010, p. 207), para quem a decisão da Corte dos Estados Unidos “provocó fuertes protestas por parte de los conservadores y sembró las semillas del movimiento antiaborto mundial”.

Por esse motivo, Edgar González Ruiz (2005) afirma que a incidência antidireitos na América Latina tem raízes na direita religiosa estadunidense. Segundo o mesmo autor, atualmente Miami é o centro do conservadorismo na Região, onde se localizam as principais organizações desse tipo com articulação internacional. A cidade também virou um refúgio dos cubanos contrários à Revolução de 1959 e dos conservadores vindos de outros países latino-americanos.

---

<sup>90</sup> Em 1995, Norma McCorvey passou de símbolo da conquista de direitos pelas mulheres nos EUA para se converter ao cristianismo e tornar-se representante da luta antidireitos. Mais de duas décadas depois, ela confessou durante a gravação de um documentário sobre a sua vida que havia recebido mais de 400 mil dólares para assumir a suposta conversão. Norma faleceu em 2017. Antes disso, chegou a pedir a revisão do julgamento, o que não foi atendido pela Suprema Corte.

<sup>91</sup> Atualmente, a interrupção da gestação é permitida na maior parte da Europa, Ásia e América do Norte, enquanto continua sendo crime na maioria dos países da América Latina e da África (CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, 2021). Para mais informações, ver **Anexo A** desta tese.

A partir da legalização do aborto pela Suprema Corte, o *movimento antidireitos* começou a trabalhar em diversas esferas, pressionando tribunais e congressos locais para barrar o financiamento público de serviços de aborto nos Estados Unidos, mas também criando fundos internacionais para sustentar pesquisas e mobilizações contra a legalização do procedimento, bem como apoiando a criação de organizações assistenciais em outros países.

Esse movimento teve um caráter preventivo na América Latina, já que nas décadas de 1970 e 1980 o debate sobre aborto ainda não havia entrado de maneira forte na agenda pública nos países da Região (MORÁN FAÚNDES, 2015). A ideia dessa estratégia era que eles evitassem ser surpreendidos por leis que buscavam liberar o aborto, como aconteceu nos Estados Unidos. Também foi uma reação à maior articulação dos movimentos feministas, que ganhou espaços de discussão e intercâmbio importantes no contexto das Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em 1975 no México, e nos Encontros Feministas Latino-americanos, com o primeiro realizado em 1981 na Colômbia.

Ainda na década de 1970, a onda conservadora vê uma segunda *oportunidade política* para o fortalecimento internacional: a eleição, em 1978, do Papa João Paulo II, que promoveu uma série de mudanças na composição e na hierarquia da instituição. A partir desse momento, afirma Mala Htun (2010), a nomeação de vários bispos teologicamente conservadores converte a Igreja Católica “en una opositora más comprometida y eficaz del aborto”.

É também na década de 1970 que José Manuel Morán Faúndes e María Angélica Peñas Defago (2013) localizam o **giro genético** do Vaticano em relação ao aborto. Isso porque, segundo os autores, há dois momentos do discurso católico sobre o tema: o primeiro é a **hominização**, quando os argumentos se centraram na discussão sobre o momento em que o feto adquire alma, e que durou mais de dois séculos; o segundo é justamente o chamado **giro genético**, quando a hierarquia católica passa a adotar ferramentas da biologia e da genética modernas para defender “a vida desde a concepção”. Nesta última, observa-se a importância da tecnologia (microscópios e ultrassons, por exemplo), capazes de produzir imagens e “comprovar” a humanidade do embrião e do feto. Essa estratégia discursiva é uma forma de, por um lado, invisibilizar o corpo e a autonomia da gestante, e, por outro, tirar o debate do campo religioso para levá-lo ao científico, uma forma de a Igreja buscar garantir legitimidade ante seus opositores. Sobre essa mudança de postura, afirmam Morán Faúndes e Peñas Defago (2013, p. 20):

El hecho de que el cigoto contenga ya la información genética, es decir, el “código preprogramado de la vida” que se replicará en cada una de las células



que se desarrollen en el proceso de formación del cuerpo del individuo, constituye para la Iglesia Católica la prueba científica de que la vida individual comenzaría a partir de la fecundación.

O estabelecimento definitivo desse **giro genético**, continuam Morán Faúndes e Peñas Defago (2013), ocorreu em 1974, quando o Vaticano publica a “Declaração sobre Aborto Provocado”, que mira os governos da América Latina. No texto, a Santa Sé alerta para as “discussões apaixonadas” do debate sobre a legalização da prática e pelas “pressões” sofridas pelos poderes públicos que resistem a mudar suas leis. Por meio da declaração, o Vaticano sustenta que é preciso “proteger e promover” a vida humana, em qualquer fase do seu desenvolvimento, como “valor primordial”. Para tanto, utiliza-se de argumentos religiosos, racionais e legais para condenar o aborto: como no inciso II, intitulado “À luz da fé”, no III, “E também à luz da razão”, e no V, “A moral e o Direito”. Diz o texto: “o respeito pela vida humana não se impõe apenas aos cristãos; a razão basta de per si para o exigir, baseando-se na análise daquilo que é e deve ser uma pessoa”, e também que “o primeiro direito de uma pessoa humana é a sua vida” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DE FÉ, 1974).

Soma-se a isso o fato de que, nas décadas de 1980 e 1990, os governos dos presidentes estadunidenses Ronald Reagan e George H. W. Bush tiveram um papel geopolítico importante, apoiando organizações antidireitos dentro e fora dos Estados Unidos, alinhados, portanto, com os interesses do Vaticano, segundo González Ruiz (2005).

Na América Latina, o resultado é, por exemplo, a criação, em 1978, do Comitê Nacional Pró-Vida no México<sup>92</sup>, para fazer frente “a la amenaza de la iniciativa del Partido Comunista para legalizar el aborto a nivel nacional”<sup>93</sup>. Em 1989, a organização, segue até hoje uma das mais atuantes do campo antidireitos no país, funda o primeiro Centro de Ayuda para la Mujer (CAM), na Cidade do México, com o objetivo de receber mulheres que desistam de interromper uma gestação.

Na Argentina, essa primeira onda de grupos autodenominados “Pró-vida” deu origem a organizações como ProFamilia (1983), Grávida (1983) e Fundación Argentina del Mañana (1989). Para Morán Faúndes (2015), constituem suas principais características: serem abertamente católicas e assumirem um caráter assistencial. Atuam como casas e espaços de acolhimento voltadas a convencer mulheres e famílias a aceitar uma gravidez indesejada. Além

<sup>92</sup> No México, González Ruiz (1998) mapeou mais de cem grupos conservadores antidireitos. Um dos mais antigos é a Unión Nacional de Padres de Familia, criada em 1917.

<sup>93</sup> Disponível em: <http://provida.org.mx/quienes-somos/>. Acesso em 13 de set. 2021.

disso, prossegue o autor, aproveitaram as políticas neoliberais desse período, facilitaram a atuação das organizações não-governamentais na América Latina, para se aproximar de grupos vulneráveis a fim de identificar e impedir que mulheres dispostas a interromper uma gestação assim o fizessem.

A **segunda onda** de oportunidade política para o crescimento desses grupos e redes antidireitos aconteceu durante e após as conferências da ONU realizadas na década de 1990 no Cairo e em Pequim, que trataram sobre direitos sexuais e reprodutivos. Esses dois eventos foram importantes espaços para a luta feminista transnacional, já que cristalizaram uma definição de direito reprodutivo, deslocaram o debate sobre a legalização do aborto para a perspectiva de saúde pública e promoveram uma articulação regional em torno dessas pautas, como discuto no **Capítulo 2** desta tese.

Nos encontros preparatórios para a Conferência do Cairo, o Papa João Paulo II anunciou a beatificação de duas mulheres, como um esforço de pautar o papel social das mulheres como mães. Uma delas era Gianna Beretta Molla, médica cristã que se recusou a realizar um aborto quando descobriu que tinha um fibroma no útero. Ela decidiu não fazer o tratamento recomendado pelos médicos (o que resultaria na morte do feto) e faleceu em 1962, poucos dias após o parto da quarta filha. A segunda beatificada em 1994 foi Isabel Canori Mora, uma italiana que viveu no século XVIII e foi convertida em santa por se dedicar ao cuidado de pobres e enfermos. Isabel respondeu com fidelidade e resiliência mesmo após ser traída e agredida pelo marido.

Apesar das duas beatificações, as duas conferências reafirmam o aborto inseguro como um fato que deve ser encarado com urgência pelos países envolvidos, não sob a ótica da moralidade ou da religião, mas pelo prisma do direito e da saúde, conforme interpretam Sonia Corrêa e Maria Betânia Ávila (2003, p. 27):

À luz do conceito de “direitos reprodutivos e sexuais”, o aborto e a homossexualidade deixam de ser crime, o parto e a contracepção deixam de ser questões estritamente médicas, a mortalidade materna deixa de ser um problema epidemiológico (ou tragédia pessoal). [...] Essa nova maneira de nomear domínios, até então pensados como circunscritos à natureza, ao pecado, à vontade divina ou ao poder dos médicos, é fundamental para alterar representações, práticas e relações de poder e normas.

Os avanços nos documentos finais das conferências causaram reações por parte dos grupos conservadores, que acabaram por usar esses espaços supranacionais também para

construir redes e novas formas de ação. Sobre esse campo de disputa, conclui Marta Lamas (2017, p. 73-74):

[...] el debate en torno a las conferencias de las Naciones Unidas resultó muy importante, y en América Latina estas conferencias tuvieron una dimensión cardinal tanto positiva como negativa: por un lado, el Vaticano operó a través de varios representantes oficiales de los países latinoamericanos, muchos de ellos integrantes del Opus Dei y algunas figuras gubernamentales; por el otro, el tema se debatió, expertos dieron opiniones fundamentadas y varias feministas formaron parte de las delegaciones oficiales de sus países, con lo cual ganaron experiencia para cabildear e influir, además de cobrar conciencia de los alcances de la articulación internacional.

Nesse cenário, o Vaticano partiu em busca de novos aliados para tentar barrar proposições associadas à defesa de direitos sexuais e reprodutivos. Essa rearticulação ocorre porque, como afirma Sonia Corrêa (2018), os representantes da Santa Sé perceberam que haviam perdido aliados históricos na América Latina, como México e Brasil, enquanto o governo da Argentina, ao lado de países centro-americanos e o Irã, assumiu importante papel na articulação do movimento antidireitos nas duas Conferências da ONU.

A década de 1990, portanto, marcou a transnacionalização do debate sobre aborto, o que fez com que o movimento conservador precisasse se rearticular a fim de tentar barrar o avanço dos movimentos feministas e pela diversidade sexual.

Essa reação *antidireitos* foi marcada pela criação, em 1994, pelo Papa João Paulo II, da Pontifícia Academia para a Vida, com o objetivo de “estudiar e informar sobre los principales problemas de biomedicina y de derecho relativos a la promoción y defensa de la vida” (GONZÁLEZ RUIZ, 2005, p. 18). O resultado foi uma nova onda de criação de organizações autodenominadas “Pró-vida” na América Latina, de incidência política contra a legalização do aborto e estratégias de judicialização do tema.

Ao contrário das criadas nas décadas de 1970 e 1980, abertamente católicas, as organizações criadas a partir da **segunda onda** se apresentavam como “jovens” ou “de mulheres”, estratégia para fazer frente aos discursos feministas e para disputar o sujeito político mulher. Esse “secularismo estratégico”, afirma Morán Faúndes (2015), serviu para incidir e penetrar em espaços em que os argumentos religiosos dificilmente seriam aceitos como legítimos.

A estratégia de ação pode ser vista tanto na aprovação do casamento por pessoas do mesmo sexo em 2010 na Argentina quanto em resposta à criação de movimentos como a

Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, em 2005. É precisamente nesse contexto que se conforma a Rede Federal de Famílias, reunindo organizações católicas e evangélicas *antidireitos* no país.

[...] tras la aprobación del matrimonio igualitario, las mismas ONG autodenominadas “Pro-Vida” se han reorganizado con base en lo que se puede denominarse un 'ecumenismo civil', esto es, una alianza en la que se ha buscado constituir un activismo que deja de lado las tensiones entre las religiones a partir de la articulación en torno no de una identidad religiosa, sino que de una agenda compartida. (MORÁN FAÚNDES, 2015, p. 426-427)

Por isso, não é possível falar de um movimento autodenominado “Pró-vida” que seja apenas religioso. Além disso, os *antidireitos* não têm o objetivo de mudar as relações de poder, mas *de conservar ou restituir o mapa tradicionalmente hegemônico das relações heteropatriarcais* (Idem). A seguir, mostro como esses grupos se conformam e agem na América Latina.

### 3.2 Ativismo heteropatriarcal

O termo *ativismo heteropatriarcal* é utilizado nesta tese em referência aos grupos sociais autodenominados “Pró-vida”, que representam ao menos 140 organizações na Argentina (MORÁN FAÚNDES, 2015) e mais de 100 no México (GONZÁLEZ RUIZ, 1998)<sup>94</sup>. Como define Morán Faúndes (2015, p. 409), ao enfatizar a característica *heteropatriarcal* dessa agenda, o conceito “permite observar cómo su política sexual se orienta a reproducir estos sistemas de poder basados en relaciones asimétricas de género y sexualidade”. Ou seja, trata-se de grupos que buscam, por meio de sua ação política, reforçar a dominação masculina e heterossexual e reforçar o *habitus* de que mulheres (ou corpos com vagina e útero, associados ao feminino) têm função de reprodução e cuidado no tecido social.

Ao caracterizar essa ação política como *ativismo*, o autor insere ainda os grupos antidireitos enquanto atores que emergem da sociedade e que buscam ter impacto sobre a vida e o debate público. Não fazem política dentro dos canais institucionais de maneira direta, mas tratam de adotar repertórios, estratégias e espaços de atuação para mobilizar a sociedade em prol da defesa de normas patriarcais e heterossexuais. Utilizemos como exemplo desse tipo de ativismo o Comitê Nacional Pró-Vida do México.

<sup>94</sup> No México, um dos mais antigos grupos antidireitos é a Unión Nacional de Padres de Familia, criada em 1917.

Em sua página na internet<sup>95</sup>, o grupo informa que nasceu como uma “respuesta de la sociedad, consciente de la trascendencia del derecho a la vida de toda persona, frente a la amenaza de la iniciativa del Partido Comunista para legalizar el aborto a nivel nacional”. Na mesma sessão “¿Quiénes Somos?”, o grupo argumenta ter uma visão “humanista, personalista y científica” e atuar na promoção de ações e valores a favor da família. Diz-se ainda “una asociación civil que protege la vida desde el momento de la concepción hasta la muerte natural, de toda persona, sin distinción de raza, sexo, edad, grado de perfección o nivel socioeconómico”. Esses parágrafos nos dão indicativos interessantes sobre o posicionamento e a identidade da organização.

Em primeiro lugar, localiza-se como parte da sociedade, sem relação clara ou direta com partidos ou religiões. Trata-se, desse modo, de uma forma de garantir legitimidade, já que surge “como una respuesta de la sociedad” diante da “amenaza” da tentativa de legalização do aborto. Cabe observar como tratam de destacar que tratam seu antagonista, “o Partido Comunista”, como uma suposta ameaça aos valores da família e da vida.

Ainda no esforço de se situar fora do terreno religioso, destaca a sua visão “humanista, personalista e científica”, porque quer debater em outro terreno, o da ciência, já que as feministas deixaram também de pautar o aborto pelo argumento da autonomia, para articular os dados de saúde pública.

No entendimento de González Ruiz (2015, p. 71), apesar de se declarar uma organização laica, o Comitê Pró-vida colabora estreitamente com a hierarquia católica e tem alianças com partidos e políticos mexicanos. Prova dessa proximidade foi o escândalo noticiado pela imprensa envolvendo a entidade em 2003. À época, uma coalisão de seis organizações não-governamentais descobriu um desvio de 30 milhões de pesos mexicanos para o Comitê Pró-vida. A verba, aprovada inicialmente para projetos de HIV/Aids, foi destinada a financiar os Centros de Ayuda para la Mujer, dirigidos pelo Comitê (GOZZO, 2006).

O Comitê Pró-Vida aciona em seu discurso os termos “raza, sexo, edad, grado de perfección o nivel socioeconómico”, de modo a transmitir a ideia que, para eles, é importante proteger a vida de todas as pessoas, sem distinção. Tratam de dizer, portanto, que não há uma visão preconceituosa nem elitista, que zela pela vida “do momento da concepção até a morte natural”.

---

<sup>95</sup> Disponível em: <http://provida.org.mx/quienes-somos/>. Acesso em 14 de set. 2021.

No item “¿Qué Hacemos?”, a entidade apresenta dois eixos de ação: um político e outro educativo. No político, “impulsamos y apoyamos leyes y políticas de gobierno dignas y positivas para el ser humano”. Mas também dizem atuar para denunciar e alertar a sociedade sobre “todos aquellos actos de gobierno que lesionen o sean contrarios al bien de la persona”. Faz isso, informa o site, a partir de entrevistas concedidas por seus membros para meios de comunicação, marchas, coletivas de imprensa. No âmbito educativo, a estratégia é a realização de congressos internacionais, nacionais e estatais; além de promover conferências, cursos e seminários “a fin de promover una sexualidad integradora y la educación para el amor”.

Ainda de acordo com González Ruiz (2005), o Comitê Pró-Vida do México, assim como outros semelhantes na América Latina, está ligado à organização Human Life International (HLI) e sua filial latino-americana, Vida Humana Internacional (VHI), com sede em Miami. Na Argentina, estão associadas à VHI e à HLI a Asociación Profamilia, que mantém o Hogar Nazareth, para acolher mulheres grávidas que desistam de realizar um aborto e seus filhos, a Fundación Acción por la Vida, Jóvenes Provida e Women for Life.

Sediado nos Estados Unidos, o Instituto Republicano Internacional (IRI), ligado ao Partido Republicano daquele país, diz Gonzalez Ruiz (2005), financia e apoia grupos antiaborto em toda a América Latina. No México, o IRI têm ligações com a Unión Nacional de Padres de Família e a Asociación Cívica Femenina. Entre as empresas que apoiam iniciativas antidireitos, o autor cita a Domino's Pizza, que, a partir da Fundação Domino, criada em 1987, financia organizações católicas conservadoras de Honduras, Nicarágua, Estados Unidos e do Vaticano.

Seja no âmbito local ou internacional, as organizações antidireitos também mantêm parcerias com universidades, empresas e partidos políticos. Conforme Gonzalez Ruiz (2005, p. 45): “En América Latina, el activismo antiaborto y contrario a los derechos sexuales, tiene raíces históricas en el conservadurismo católico, pero cuenta también con grupos específicamente dedicados a esa tarea, tanto a nivel local como internacional”. Entre as instituições de ensino que já promoveram eventos ou ofereceram algum tipo de apoio a grupos conservadores estão as universidades Iberoamericana e Anáhuac (México), Universidad Católica de Chile, Universidad Nacional de Asunción (Paraguai) e Universidad Austral (Argentina).

A seguir, apresento algumas das principais estratégias de ação desses grupos.

### 3.2.1 Estratégias de ação

Os *grupos antidireitos* utilizam, tanto na Argentina quanto no México, formas diversas, compondo uma rede de pressão e sensibilização em várias esferas da sociedade, incluindo protestos, ataques e lobby político.

De acordo com o filósofo mexicano Edgar González Ruiz (2005), uma das estratégias dos grupos conservadores antidireitos são os *protestos públicos*, que normalmente contam com apoio financeiro, material e intelectual de redes internacionais. Exemplo desse tipo de ativismo foram os atos realizados pelos *celestes*, como ficaram conhecidos os grupos que usavam lenços azuis (em referência à bandeira da Argentina), durante os protestos contra a aprovação do projeto de legalização do aborto nos anos de 2018 e 2020 no país.

As marchas usavam se contrapor à *Marea Verde*, ou seja, os protestos feministas massivos com os *pañuelos verdes* durante a discussão do texto pelo Congresso argentino. Nesse país, um dos principais símbolos dos protestos contra a legalização do aborto eram as figuras gigantes de fetos (**Figura 5**), em uma clara tentativa de dar maior ênfase, visualmente, ao produto da gestação do que às mulheres<sup>96</sup>.

Outra estratégia de ação comum aos grupos antidireitos sexuais e reprodutivos são *ataques diretos contra seus opositores* (GONZÁLEZ RUIZ, 2005). Nesse sentido, promovem-se ameaças telefônicas atagressões físicas a médicos e profissionais de saúde que realizam abortos legais, ou contra feministas que militam pela causa – como as mensagens que recebi em meu perfil pessoal em uma rede social narradas no início deste capítulo.

Há ainda os *ataques, por meio judicial ou físico, a clínicas* autorizadas a realizem abortos, e tentativas de barrar o procedimento, inclusive nos casos previstos em lei. Um exemplo desse tipo de ação foi a tentativa de invasão de um hospital público por um grupo que queria impedir que uma menina de 10 anos interrompesse a gestação resultado de um estupro no Brasil (RONAN, 2019). No México, por sua vez, pessoas se passaram por profissionais de saúde para entrar no quarto da jovem Paulina, de 13 anos, com o objetivo de convencê-la a não realizar um aborto também fruto de uma violação em 1999 (MÁRQUEZ MURRIETA, 2013).

---

<sup>96</sup> Apesar do protagonismo dos fetos gigantes nas marchas *celestes*, o lema dos grupos anti-aborto na Argentina em 2018 e 2020 era “Salvemos las 2 vidas”, em referência ao feto e à mulher.

Figura 5 – Feto gigante durante a marcha realizada em novembro de 2020 na Argentina



Fonte: (Clarín, 2020).

Outra estratégia comum do movimento contrário ao aborto na América Latina é o que González Ruiz (1995) chama de *assistencialismo*, disfarçando-se de apoio financeiro, psicológico e material a mulheres e famílias com uma gestação indesejada, como os Centros de Ayuda para la Mujer (CAM). A primeira unidade surgiu por meio do Comitê Nacional Pró-Vida na Cidade do México em 1989. Desde então, já são 48 unidades em território mexicano<sup>97</sup>, que integram ainda a Red Latinoamericana de CAMs, presente em quase todos os países da América Latina, entre os quais Argentina, Chile e Brasil<sup>98</sup>.

Representantes desses centros se reúnem em eventos periódicos para promover intercâmbios de estratégias e formas de ação. Em março de 2000, por exemplo, foi realizado o Primeiro Congresso Internacional Hispano de CAMs, com a participação de mais de 30 ativistas do México, da Nicarágua, da Colômbia, do Uruguai, da Argentina, de Honduras e dos Estados

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www.camslatinoamerica.com/nosotros.html>. Acesso em 14 de set. 2021.

<sup>98</sup> No Brasil, a organização afirma manter centros nas cidades de Florianópolis (SC), Jacareí (SP), Piracicaba (SP), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Santana (SP) e Três Barras (PR).



Unidos. No 8º encontro, realizado em setembro de 2019 sob o lema “La Razón de Ser del CAM es Cristo”, foram quase 300 participantes de 170 CAMs e vinte países.

Na linha do assistencialismo antiaborto, podemos citar não só as organizações que oferecem moradia e enxoval infantil às gestantes, mas as especializadas em aconselhamentos e terapias de “reconciliação e cura pós-aborto”, como a IRMA (Instituto para la Rehabilitación de la Mujer y la Familia)<sup>99</sup> no México.

Essa estratégia visa reforçar a ideia de uma suposta “síndrome pós-aborto”, suposta porque não é reconhecida como doença pela American Psychological Association nem pela American Psychiatric Association, entre outras entidades médicas. Além disso, como mostra a revisão realizada por Susan Cohen (2006), não existem estudos que comprovem que um aborto provocado aumente os riscos de doença mental. O que organizações como IRMA fazem, portanto, é aumentar o estigma e a criminalização em relação ao tema, mascarados sob um pretenso apoio psicológico.

Também comum aos grupos conservadores são as *manifestações públicas de fervor religioso*, como o culto a imagens e campanhas de oração. Essa estratégia normalmente é utilizada em protestos contra a legalização do aborto ou em ações em clínicas de aborto legal, enquanto ferramenta para tentar convencer as mulheres a não o realizarem o procedimento médico. Na Cidade do México, por exemplo, durante a visita a uma clínica pública de aborto legal, pude observar um grupo católico que rezava diante de uma fila de mulheres e acompanhantes aguardando, na calçada, a abertura do serviço. Os religiosos usavam um autofalante e rezavam ao lado de uma imagem da Virgem de Guadalupe, considerada pelo catolicismo local a protetora dos bebês não nascidos e um dos símbolos do ativismo católico antidireitos (**Figura 6**).

Em muitos países são realizadas as campanhas “40 dias pela vida”, que consistem em 40 dias “rezando pelo fim do aborto”. Essas ações são inspiradas no movimento “40 Days for Life”, criado em 1998, que duas vezes ao ano faz campanhas de oração em frente a clínicas de aborto nos Estados Unidos (MORI, 2019).

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www.irma.org.mx/>. Acesso em 14 de set. 2021.

Figura 6 – Grupo reza na porta de uma clínica de aborto legal na Cidade do México



Fonte: A autora.

### 3.2.2 O falso acompanhamento

Além das estratégias citadas por González Ruiz (1995), a pesquisa nos mostra que há uma nova forma de atuação desses grupos na América Latina, que vamos chamar de *falso acompanhamento*. Trata-se de organizações que não se apresentam como antidireitos à primeira vista e dirigem-se a mulheres oferecendo-lhes um falso apoio frente a uma gestação indesejada. Falso apoio porque, na verdade, usam informações incorretas, sem fundamento científico e submetem-nas a exames de ultrassom desrespeitosos para convencê-las a não fazer um aborto.

Chegam a essas mulheres por meio da distribuição de cartazes e folhetos, mas também criam sites e fazem propaganda virtual na internet, em geral sem identificar claramente qual é a organização, não revelam se estão vinculadas a denominação religiosa nem sinalizam o

objetivo do apoio que dizem oferecer. Trazem como isca textos: “Gravidez indesejada? Nós podemos te ajudar”. A mensagem costuma ser acompanhada de um site, endereço ou número telefônico para mais informações. Assim, as vítimas podem se confundir e entender tratar de clínicas de aborto, de vendedores de Misoprostol ou mesmo de grupos feministas de acompanhamento, iguais aos tratados nesta pesquisa.

Na **Figura 7**, apresento um desses cartazes, registrado na Cidade do México em janeiro de 2020, afixado em um prédio nos arredores do campus central da UNAM. Nota-se que o anúncio fala em “embarazo inesperado” (gravidez inesperada), termo utilizado pelo *ativismo heteropatriacal*, enquanto organizações feministas o tratam como “embarazo no-deseado” (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010). Discursivamente esse ponto é importante, porque “inesperada” é uma gravidez que não era prevista ou planejada, deslocando a narrativa para o *tempo em que ela ocorreu*, o que não quer dizer que não seja possível seguir adiante. Por outro lado, “não desejada”, termo usado pelas feministas, centraliza o debate na mulher e no seu *desejo* e nas *possibilidades* de ser mãe naquele momento. Outra diferença é que no cartaz antidireitos inexistente qualquer menção a “aborto” diretamente, palavra utilizada pelas feministas tanto para referir-se a suas práticas quanto a suas linhas telefônicas (por exemplo a linha “Aborto: Más información, menos riesgos”, de *Lesbianas y Feministas* da Argentina, e os lemas “Feministas que abortamos”, de *Socorristas en Red*, e “Yo aborto, Yo acompaño, Yo transformo”, de *Fondo MARIA*).

Por telefone ou via aplicativo de troca instantânea de mensagens WhatsApp, essas organizações não costumam fornecer informação sobre que tipo de ajuda oferecem a mulher com uma gravidez indesejada. Em vez disso, seus representantes preferem marcar uma entrevista pessoal, em que apresentam filmes e materiais impressos sobre os supostos riscos físicos e psicológicos de um aborto para tentar impressionar e fazer com que a mulher desista do aborto.

La ayuda consiste en inducirles sentimientos de culpa usando como apoyos la proyección de películas como *El grito silencioso* y *Eclipse de la razón*. Asimismo, les ofrecen ayudas materiales, así como facilitar una posible adopción si la mujer atraída por el anuncio decide no abortar. (GONZÁLEZ RUIZ, 2005, p.83).

Figura 7 – Cartaz de grupo antidireitos na Cidade do México



Fonte: A autora.

O *false acompanhamento* também é estratégia utilizada pelos grupos antidireitos que ficam em frente a clínicas de aborto legal na Cidade do México. Em visita realizada em dezembro de 2019 a um dos centros públicos autorizados para realizar o procedimento, fui abordada algumas vezes por mulheres que portavam folhetos e crachás e ofereciam ajuda a mulheres que se aproximavam da porta de entrada do serviço de aborto legal. Confundida com uma gestante (talvez por ser jovem e chegar sozinha, perfil de muitas que estavam na fila pelo procedimento), fui questionada insistentemente se tinha dúvidas, se precisava de ajuda e se queria realizar um ultrassom gratuito. A primeira vista, nenhuma informação levaria alguém a pensar que se tratasse de grupos antidireitos.

A pretensa ajuda oferecida, neste caso, é uma isca, já que a realização do exame e toda informação necessária é dada na parte interna do hospital, pela equipe capacitada para realizar o procedimento. Como não há, nem no crachá das ativistas nem no material que distribuem, informações sobre a organização a que pertencem ou o tipo de apoio que desejam ofertar, muitas mulheres podem se confundir e pensar que se trata de funcionárias do hospital. O objetivo inicial das ativistas *heteropatriarcais* é tirar as gestantes da fila formada ao lado de fora do

serviço, que só abre às 7h nos dias úteis, e fazer com que percam a possibilidade de realizar o procedimento.

Antes de abordar as mulheres, os representantes de grupos antidireitos se posicionam em torno de um totem em que está escrito as frases “interrupción del embarazo”, “informaciones”, “Decide ILE<sup>100</sup>”. A todas as gestantes e suas acompanhantes são oferecidos folhetos que trazem na capa a frase: “ILE medicamentoso y quirúrgico ¿Sabes cómo funcionan?”<sup>101</sup>. Logo na capa, o material informa “ultrasonido GRATUITO!!!”. Dentro do folder, há outro folheto, dessa vez sobre “Síndrome Post Aborto”<sup>102</sup>. No verso, estão publicados números telefônicos para contato, entretanto sem assinatura de quem produz o material, e um texto com a seguinte redação: “Si tomaste la mifepistrona, y cambias de decisión, llama al 800-58537-77”.

O material impresso mistura informações corretas e incorretas. Por exemplo, informa que o Misoprostol é um “fármaco utilizado para tratar úlceras en el estómago y duodeno”, que causa “contracciones para vaciar el útero y expulsar al embrión”, informações cientificamente corretas (SOUZA et al., 2009). Apesar disso, o mesmo folheto divulga que o medicamento “puede causar un estado grave en la salud de la mujer”, sem dar referências médicas de tal afirmação.

No item “posibles efectos secundarios”, o texto sustenta que AMIU<sup>103</sup> pode causar “perforación uterina, esgarre del cuello del útero, hemorragia vaginal severa, anemia e histerectomia (extirpación del útero)”. O panfleto, no entanto, omite que a OMS (2013) argumenta que o aborto por aspiração, ou AMIU, “é um procedimento muito seguro” e que complicações são raras, atingindo 0,1% das mulheres.

O folheto intitulado “Síndrome post aborto” traz na primeira página uma foto de uma mulher jovem, sentada, sozinha e com as mãos na cabeça. Em seu interior, enumera alguns sintomas da suposta síndrome, como “pesadillas del bebé abortado”, “promiscuidad”, “violencia intrafamiliar”, “abuso de alcohol y otras sustancias” e “llantos repentinos y incontrolables”, entre outros. A única referência apontada no material é incompleta e se refere a um ofício da Sedesa (Secretaría de Salud de la Ciudad de México). Com os dados disponíveis no folheto, não foi possível encontrar a referência na internet. Inexistem, por exemplo,

---

<sup>100</sup> Uma referência a “interrupción legal del embarazo”.

<sup>101</sup> A publicação “ILE medicamentoso y quirúrgico” pode ser consultada na íntegra no **Anexo E** desta tese.

<sup>102</sup> O folder “Síndrome Post Aborto” pode ser consultado na íntegra no **Anexo F** desta tese.

<sup>103</sup> Aspiração Manual Intrauterina (AMIU) é uma aspiração a vácuo, que envolve o esvaziamento do conteúdo do útero com a utilização de uma cânula plástica ou de metal, acoplada a uma fonte de vácuo (OMS, 2013).

indicações de profissionais ou estudos que comprovem a existência de tais sintomas. No verso, um texto recomenda: “Si usted conoce a alguien que este pasando por este proceso por esté proceso tan difícil... es importante comentarle que necesita ayuda”, e em seguida disponibiliza contatos telefônicos.

De volta ao cenário da clínica de aborto legal na Cidade do México, aquelas que se retiram da fila por influência das falsas acompanhantes são levadas a um ônibus estacionado na esquina do serviço de saúde. Paralelos à fila de mulheres que aguardam para acessar o serviço de aborto legal, foram colocados quatro cartazes grandes com imagens e supostos sintomas do aborto medicamentoso ou por aspiração. Os textos são os mesmos descritos nos dois folhetos distribuídos nas imediações.

### **3.3 Ativismo político-institucional**

Além das estratégias tratadas acima, o filósofo Edgar González Ruiz (2005) cita que os grupos conservadores ainda lançam mão de duas importantes formas de ação: o *lobby com legisladores e governantes*, representados pela direita conservadora e aliados de organizações como Opus Dei e Legionários em Cristo; e a *pressão econômica*, por meio de empresários ou coagindo organismos e fundos para que não financiem determinados projetos sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Dessa forma, os grupos autodenominados “Pró-vida”, organizados por parte da sociedade civil, têm alianças com instituições religiosas, mas não agem sozinhos. Para que sua ação seja concretizada em leis e normas institucionais, estabelecem fortes vínculos com partidos políticos, governos e seus representantes, além das já citadas alianças internacionais, para tentar reduzir ou até mesmo barrar o acesso e evitar os avanços de direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse nível, a presente pesquisa sugere que, mais do que influências externas, é o contexto local que orienta tais alianças e ações e que determina as oportunidades políticas. Por isso, optei por discutir Argentina e México de modo separado.

#### *3.3.1 México: um partido protagonista nas ações antidireitos*

No México, a literatura e a observação-experiência nos mostraram que um dos atores mais importantes no debate antidireitos é um partido político: o PAN (Partido de Ação Nacional), que historicamente tem defendido pautas contra avanços sobre direitos sexuais e reprodutivos, e mantém forte vínculo com a alta hierarquia da Igreja Católica. O Comitê

Nacional Pró-vida participa ativamente das campanhas eleitorais de candidatos panistas desde os anos 1980 no país. Conforme GIRE (2008), o PAN é o único partido no México que define a pessoa como a união de um óvulo e um espermatozoide e se posiciona abertamente contra o aborto.

O PAN foi criado em 1939, estabeleceu-se como o principal partido de oposição à hegemonia do PRI (Partido Revolucionário Institucional)<sup>104</sup> e só chegou à Presidência da República na eleição de 2000. A cientista política Margarita Jiménez Badillo (2003, p. 420) caracteriza o PAN como um “partido de derecha, que representa principalmente los intereses conservadores de sectores eclesiásticos, empresariales, clases medias y profesionales”. Em sua fundação, explica a autora, o PAN contou com a participação de intelectuais, políticos e empresários que não estavam de acordo com a ideologia revolucionária.

Os fundamentos católicos do partido são resultado da relação de alguns dos seus membros com a Associação Católica da Juventude Mexicana (ACJM) e com a Ação Católica Mexicana (ACM), diz Jiménez Badillo (2003). Apesar disso, observa a autora, não existe uma relação oficial com a Igreja Católica. O PAN afirma defender os ideais de nação e da dignidade da pessoa humana, vê a família como comunidade humana fundamental da vida jurídica, social, econômica, cultural e política da nação, e se contrapõe a tudo o que moral ou biologicamente interfira neste modelo, como anticoncepção, aborto, pornografia e políticas voltadas à comunidade LGBTQIA+ (JIMÉNEZ BADILLO, 2003).

O PAN se consolidou como principal partido de oposição no México e só rompeu a hegemonia do PRI, que esteve na Presidência da República por 71 anos, em 2000, quando o candidato panista Vicente Fox Quesada venceu as eleições. Seu mandato, de 2000 a 2006, marcou uma virada conservadora em temas ligados à sexualidade, reprodução e costumes, o que, por outro lado, abriu uma oportunidade para iniciativas progressistas de oposição.

No México, as eleições do ano 2000, em que o PAN saiu vencedor, foram especialmente importantes para o debate sobre aborto. Isso porque o embate ocorreu logo depois do “Caso

---

<sup>104</sup> Para Carlos Báez Silva (2003), o PRI é uma das instituições políticas que contribuíram de maneira decisiva para a modernização do México, por conta, entre outros fatores, da sua capacidade de estabilizar o país no período pós-revolucionário, por fortalecer as principais instituições estatais, apesar de ter fracassado na missão de melhorar as condições socioeconômicas da população. Ainda de acordo com o autor, o PRI “es un partido paradigmático, contradictorio, *sui generis, rara avis*” (BÁEZ SILVA, 2003, p. 383). Isso porque, de um lado, foi considerado por muitos como um dos obstáculos para a consolidação da democracia mexicana, do outro, ajudou a estabilizar e ajudou a institucionalizar a vida política mexicana. Quando se trata da discussão sobre aborto, o PRI adota uma postura contraditória, como veremos neste capítulo: se foi a legenda que apresentou o projeto que resultou na descriminalização do aborto na Cidade do México em 2007, foi também o que defendeu a inclusão da “defesa da vida desde o momento da concepção” em constituições de outras unidades federativas logo depois.

Paulina”, sobre uma jovem impedida de fazer um aborto após um estupro, e precedeu a aprovação da Ley Robles, que ampliou as possibilidades de aborto na Cidade do México.

O “Caso Paulina” trata da história de uma jovem de 13 anos estuprada em 1999 na cidade de Mexicali, no estado da Baja California. A violação foi denunciada ao Ministério Público logo depois do crime. Assim que a família soube que ela estava grávida, solicitou a interrupção da gestação, um direito garantido em todo o México pelo Código Penal Federal (MÉXICO, 1931), às autoridades locais. Internada duas vezes para realizar o procedimento, uma série de barreiras impostas pelo hospital e por representantes do governo local fizeram com que ela e a família renunciassem ao aborto. O caso foi denunciado por uma organização feminista local à Procuradoria de Direitos Humanos, que investigou a história e reconheceu que a jovem havia sofrido uma série de violações, o que depois foi ratificado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos.

O que o *ombudsman*, responsável pela Procuradoria, da Baja California descobriu foi que a família havia sido induzida a desistir do procedimento. Primeiro, o procurador do estado levou a mãe da jovem a ver um padre, que tentou convencê-la, sem sucesso, a desistir do procedimento. No hospital, receberam a visita de duas pessoas (depois identificadas como membros do Comitê Nacional Pró-vida) que mostraram um vídeo, materiais com a imagem de Jesus Cristo, disseram que a família seria excomungada se realizasse o aborto e, caso a jovem mantivesse a gestação, poderiam apoiá-la com o processo de adoção e pagar seus estudos. Por fim, o diretor do hospital teria dito à mãe da adolescente que a paciente tinha alto risco de ficar estéril e de morrer em função do procedimento.

O resultado da investigação mobilizou organizações feministas e a imprensa, locais, nacionais e até internacionais, que promoveram amplo debate e mobilização, convertendo a adolescente em vítima e o Estado (por meio de seus representantes) em responsável pelo não cumprimento de um direito. Isso fez com que o fato assumisse um status de Caso Público, como indica Alicia Márquez Murrieta (2013, p. 29), e a garota passasse a representar, já em princípios dos anos 2000 e às vésperas das eleições presidenciais, “a todas aquellas niñas que podrían, como ella, ser víctimas de una violación de sus derechos humanos”.

O caso movimentou a opinião pública e fez com que também os grupos antidireitos participassem de forma ativa no debate sobre a corrida presidencial. A Arquidiocese Primada de México (APM), por exemplo, incitou os católicos a “no votar por las fuerzas políticas que no respetan ni defienden la vida” (HERNÁNDEZ VICENCIO, 2011). No mesmo ano foi criada a Red Familia, que até hoje reúne organizações civis, agrupamentos políticos, educativos, entre



outros atores, para “defender os valores da família”. Nasceu explicitamente contrária “al aborto, al divorcio, a los anticonceptivos, y defensora de la educación religiosa y del control moralista de los medios, y donde participaban al lado de grupos católicos, otros de signo protestante como la filial mexicana de Focus on the Family<sup>105</sup>” (GONZALEZ RUIZ, 2005, p. 47)

Foi nesse cenário que Vicente Fox (PAN) venceu as eleições presidenciais em 2000. Ele surgiu na cena política na década 1980 em Guanajuato, onde foi eleito deputado e depois governador<sup>106</sup>. Não por acaso, foi em Guanajuato que o PAN conquistou a maior porcentagem de votos nas eleições de 2000, sendo a opção de 60,75% dos eleitores. Naquele ano, o partido também obteve votação em Aguascalientes (53,93%), Jalisco (53,07%), Querétaro (51,91%), Sonora (50,78%) e Baja Califórnia (49,74%). A título de comparação, Sonora, Querétaro, Baja Califórnia e Guanajuato são, respectivamente, os estados mexicanos com menor acesso a um aborto e a maior criminalização da prática, conforme levantamento realizado pela organização GIRE (2018). Evidencia-se, portanto, uma convergência entre o apoio ao PAN e políticas locais contra o cumprimento de direitos sexuais e reprodutivos.

Na interpretação de afirma Margarita Jiménez Badillo (2003), a principal estratégia do partido é atuar de modo descentralizado, promovendo mudanças políticas da periferia para o centro. Tal medida pode ser explicada pelas décadas em que o partido esteve na oposição, até chegar à Presidência da República. Aproveitando-se do federalismo descentralizado adotado pelo México, quando se trata de direitos sexuais e reprodutivos o PAN tem atuado historicamente para tentar barrar avanços e restringir ou eliminar as possibilidades de aborto legal no país. Exemplo disso são a sua atuação no Distrito Federal e em Guanajuato em 2000.

Esse foi o ano de aprovação da Ley Robles pelo Congresso do Distrito Federal, que descriminalizou o aborto em três situações: 1) má-formação congênita ou genética grave do produto; 2) um grave risco à saúde da gestante; e 3) gravidez resultante de uma inseminação artificial não consentida. Após intenso debate e aprovação da lei, 17 deputados do PAN e cinco do Partido Verde que entraram com uma ação de inconstitucionalidade na Suprema Corte em 2000 contra o texto. Quase um ano depois, a Corte avaliou que a matéria era constitucional.

No mesmo ano, o PAN apresenta no legislativo de Guanajuato um projeto de lei com o objetivo de proibir o aborto em caso de estupro no estado. O texto acaba aprovado por uma

---

<sup>105</sup> *Focus on the Family* é uma organização evangélica fundada em 1977 nos Estados Unidos por James Dobson para defender valores conservadores sobre a família.

<sup>106</sup> Vicente Fox faz parte de uma hegemonia do PAN em Guanajuato. O partido assumiu o governo estadual em 1991 e se mantém no poder desde então de forma ininterrupta. Em 2018, Diego Sinhue Rodríguez Vallejo foi eleito pelo PAN e tem mandato previsto para terminar em 2022.

pequena margem, 17 votos a favor (15 do PAN, 1 do PRI e 1 do PAS) e 16 contra (PRI, PRD, PT e PVEM). Por isso, houve espaço para a pressão de grupos feministas, contexto em que surge a organização *Las Libres*, cuja pressão social garantiu o veto pelo governador.

Outro episódio que marca o protagonismo do PAN e sua articulação para tentar barrar avanços nos direitos reprodutivos foi a sua resposta frente à aprovação, em 2007, da lei que regulamentou a IVE (interrupção voluntária da gestação) até a 12ª semana no Distrito Federal.

Vale citar que, enquanto o debate em torno da lei de aborto se dava no campo no legislativo, uma peregrinação até a Basílica de Guadalupe foi promovida pela Igreja Católica, a Unión Nacional de Padres de Familia (UNPF) e a organização Somos Vida. A manifestação integrou o III Congresso Internacional Pró-vida, realizado na Cidade do México entre 23 e 25 de março de 2007. À época, a Igreja Católica ameaçou excomungar os legisladores que votassem a favor da legalização (GIRE, 2008).

Apesar das ameaças, a descriminalização do aborto e sua regulamentação por meio de mudanças na Lei de Saúde foram aprovadas pelo Congresso da capital federal. Questionado na Justiça pela CDHDF (Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México), a pedido do PAN, o texto foi julgado constitucional e ratificado pela Suprema Corte em 2008.

Entretanto, a derrota dos grupos conservadores na Cidade do México provocou uma reação articulada nos demais estados do país. A antropóloga mexicana Marta Lamas (2017, p. 156) narra no livro *La interrupción legal del embarazo - El caso de la Ciudad de México*, que, assim que foi promulgada a despenalização do aborto na capital federal, partidos como PAN e o PRI adotaram como estratégia reformar as constituições de outros estados para incluir “a proteção da vida desde o momento da concepção”<sup>107</sup>. O primeiro a fazer a mudança foi o Estado de Sonora, seguido por Morelos, Baja California, Colima, Puebla, Jalisco, Durango e Nayarit – todos em 2008 – e mais onze unidades federativas até 2017.

A primeira onda de alterações constitucionais foi liderada pelo PRI, exatamente o partido que havia apresentado o projeto de legalização do aborto na Cidade do México. Mas por que a legenda agiria de maneira tão contraditória? Em seu livro *El largo camino hacia la*

---

<sup>107</sup> Para justificar o texto, seus defensores baseiam-se no Pacto de San José da Costa Rica, segundo o qual “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, *em geral*, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente” (OEA, 1969, grifo nosso). No entanto, ao julgar um caso de fertilização *in vitro* envolvendo El Salvador, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2012) entendeu que o direito à vida a que se trata o artigo “no es absoluto, sino es gradual e incremental según su desarrollo, debido a que no constituye un deber absoluto e incondicional, sino que implica entender la procedencia de excepciones a la regla general”, abrindo brechas para que também no caso de aborto o dispositivo fosse interpretado como relativo.

*ILE*, Marta Lamas conclui que a postura reacionária representou uma estratégia com vistas às seguintes eleições federais.

Tal vez porque después de un cierto alejamiento de la jerarquía de la iglesia católica por el apoyo de ésta al PAN, decidió recuperar terreno a toda costa, incluso contra su propia tradición liberal. El objetivo electoral lo justifica todo, y el PRI siguió adelante con esas reformas para recompensar la relación con los obispos (LAMAS, 2015, p. 182).

### 3.3.2 Argentina: Hierarquia católica e a influência no Executivo

Na Argentina, não foi um partido, mas o próprio Estado e sua estreita relação com a Igreja Católica que limitaram ao longo do século XX avanços em questões sobre matrimônio, sexualidade e reprodução. Nas últimas décadas, o fortalecimento dessa aliança data do período do último Regime Militar (1976-1983) e seus principais efeitos sobreviveram à redemocratização, com a manutenção de benefícios a membros eclesiásticos, a falta de separação efetiva Igreja-Estado e a manutenção da criminalização do aborto.

Vejamos a Constituição Nacional de 1853, reformada pela última vez em 1994. O texto define em seu artigo 2º que a religião católica deve ser sustentada pelo Governo Federal<sup>108</sup>, apesar de garantir a liberdade de culto<sup>109</sup>. Além disso, apenas na atualização mais recente foi eliminada a obrigatoriedade de que o presidente da República professe a religião católica. Outro ponto importante reside no fato de que as reformas da redemocratização não incluíram a revogação da Lei nº 21.950, sancionada em 1977 pelo ditador Jorge Rafael Videla e que ainda hoje garante um pagamento mensal do Estado aos membros da hierarquia da Igreja Católica, com valores proporcionais aos vencimentos dos juízes.

Segundo Pablo Gudiño Bessone (2017), quando os militares tomaram o poder, em 1976, fizeram do discurso católico e conservador de “família tradicional” o eixo do que chamaram de “Processo de Reorganização Nacional”, sob o pretexto de acabar com a “subversão” que ameaçava a Argentina. A ditadura, então, continua o autor, passou a associar nacionalismo ao catolicismo, na tríade “Dios, Patria y Hogar”, uma referência ao movimento que levou ao golpe de Estado em 1930.

<sup>108</sup> Estabelece o artigo 2º: “El Gobierno federal sostiene el culto católico apostólico romano” (ARGENTINA, 1994).

<sup>109</sup> Por sua vez, o artigo 14º tem a seguinte redação: “Todos los habitantes de la Nación gozan de los siguientes derechos conforme a las leyes que reglamenten su ejercicio; a saber: [...] de profesar libremente su culto” (ARGENTINA, 1994).

A homossexualidade, tanto quanto a legalização do aborto e do divórcio constituíam as principais ameaças à nação e à família<sup>110</sup> e a ascensão de um governo autoritário e que estivesse alinhado com uma visão conservadora era interessante sob o ponto de vista da Santa Sé, que manteve relação certas vezes conflituosa com os governos de Juan Domingo e Isabel Perón.

Bispos da Igreja Católica aproveitavam a proximidade com os militares para incitar autoridades à “protección de la institución de la familia” e à “importância de promoción de políticas y legislaciones de apoyo a la ‘familia numerosa’” diante da “propagación de una mentalidade anticonceptiva y abortista” (GUDIÑO BESSONE, 2017, p. 57).

A transição democrática, por sua vez, significou para a sociedade argentina estabilidade política e garantia de direitos, enquanto a hierarquia Católica encarava o processo sob perspectiva de uma ameaça aos valores católicos e conservadores sobre reprodução, sexualidade e a família. Como já dito, esses valores embasavam o discurso de nacionalismo pregado pela Ditadura Militar, justificando atrocidades em nome da proteção da família e da nação.

Desse modo, o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989), que representava a União Cívica Radical (UCR), teve uma relação conflituosa com a hierarquia católica, por defender a educação laica, o divórcio (lei aprovada em 1987) e o planejamento familiar (decreto assinado em 1986).

Um ponto, no entanto, permaneceu inalterado pelos governos posteriores ao período de exceção, apesar do sopro de abertura política: o aborto. Isso porque, durante a transição democrática, grupos antidireitos e partidos conservadores argumentavam que Estados democráticos que protegem os Direitos Humanos garantem a defesa da vida desde a concepção, como mostra Htun (2010, p. 208): “*Es así como los reclamos del movimiento antiaborto se acoplan con el discurso de los derechos humanos que despliegan nuevos gobiernos democráticos para diferenciarse de sus predecesores*”. Apesar de contraditório, diante das denúncias de violações acobertadas pela Igreja Católica na Argentina (MIGNONE, 1986), acionar a suposta “defesa da vida” em um processo histórico de reafirmação de direitos e liberdades foi decisivo para que o debate sobre aborto fosse silenciado nas reformas realizadas nos primeiros anos do novo regime democrático.

---

<sup>110</sup> Vale recordar que o golpe de 1976 ocorre no início da segunda onda conservadora na América Latina, que, como já falamos, promoveu uma rearticulação dos atores antidireitos após a legalização do aborto nos Estados Unidos. Precede o golpe, por exemplo, a Declaração sobre Aborto, publicada em 1974 pelo Vaticano.

Para González Ruiz (1998), essa transição da ditadura para a democracia não só marca a manutenção da aliança do Estado com a Igreja Católica, como se reforça na década de 1990. Foi quando o *Opus Dei* ocupou espaços importantes de poder na ditadura, mas foi durante o governo Carlos Menem que essa aliança se consolidou, com impactos nos direitos reprodutivos. Prova disso é que, em 1998, Menem instituiu o dia 25 de março como o “Día del niño por nacer” (Decreto 1406/98), data em que os católicos celebram a Festa da Anunciação<sup>111</sup>. Quatro anos antes, em 1994, Menem já havia sido parabenizado pelo Papa João Paulo II por suas iniciativas em favor da promoção dos valores da família e da defesa da vida (HTUN, 2010), ao propor, durante a 4ª Cumbre Latinoamericana em Cartagena, uma carta aos presidentes da região condenando o aborto. O texto, porém, não recebeu apoio dos demais chefes de governo.

Tal associação entre representantes do conservadorismo católico motivou a criação em 2006 da Coalición Argentina por un Estado Laico (CAEL), que desde 2009 realiza apostasias coletivas (ACOSTA RAINIS, 2018), quer dizer renúncias ao sacramento do batismo, além de promover o debate sobre laicidade no país. Apesar de atuante desde a sua criação, o movimento ganhou um impulso durante a *Marea Verde*, a campanha em apoio ao projeto sobre a legalização do aborto em 2018. Aprovado na Câmara dos Deputados, o texto foi rechaçado pelo Senado.

Logo depois, foi anunciada a criação no país do Partido Celeste, que se define como o “primeiro partido político Pró-vida”. Em suas diretrizes, o partido, que em 2020 estava na fase de coleta de assinaturas para sua fundação, define-se como “la defensa, respeto y promoción del primer Derecho Humano, el Derecho a la Vida desde el comienzo mismo, es decir desde la fecundación o concepción, y hasta el fin alcanzado por la muerte natural, representa el eje principal y pilar básico del Partido Celeste”<sup>112</sup>.

### **3.4 Estratégias múltiplas para a manutenção do status machista e heterossexual**

Portanto, são plurais as estratégias de ação dos grupos que buscam garantir a manutenção do *habitus heteropatriarcal*, baseado na família cis e heterossexual, em que à mulher está reservado o papel de gestar e cuidar dos filhos. Agem sob o pretexto da defesa da vida desde a concepção, estabelecendo um recorte temporal aleatório (a fecundação) que ignora

<sup>111</sup> A celebração ocorre exatamente nove meses antes do Natal e é quando, segundo a Bíblia, Maria disse “sim” a Deus e aceitou ser mãe de Jesus. Ou seja, quando Maria engravida virgem, “pura” aos olhos dos cristãos, e aceita uma gestação não planejada para atender aos desígnios de Deus.

<sup>112</sup> Disponível em: <https://www.partidoceleste.org/partido-celeste/>. Acesso em 19 de set. 2021.

que óvulos e espermatozoides seriam “vida” tal qual as células embrionárias, visto que também contêm carga genética. Essas estratégias discursivas tratam, na verdade, não de discutir o início da vida, mas de produzir um silenciamento sobre a vida, a saúde, os planos e as experiências de quem gesta.

Articulados de diferentes formas e com distintos campos de atuação – que, como dissemos, podem ir do assistencialismo à incidência política –, tais agem para produzir corporalidades, incitar a ausência de políticas públicas e aumentar a criminalização do aborto. Alicerçados em discursos de medo e da culpa estimulam uma cultura do silêncio em relação ao aborto, culminando na falta de acesso à informação e a métodos para quem deseja realizar o procedimento de forma segura. São esses discursos – que não são só linguagens, mas também práticas, como afirma Foucault (2008) – que produzem criminalização, insegurança e deslegitimação do aborto.

Os métodos, conforme exposto neste capítulo, variam: ameaças diretas defensores de direitos, de performances públicas de religiosidade e intimidação de pessoas que gestam e têm o direito de abortar. Assim como as feministas que tratam de combater os referidos discursos, o movimento antidireitos lançam mão de diferentes campos de atuação, articulam-se em alianças, trocam experiências e aproveitam oportunidades políticas para pautar a manutenção da cultura machista.

Tanto na Argentina quanto no México, grupos antidireitos tratam de utilizar estratégias parecidas, motivados pelas ondas conservadoras internacionais. Além disso, em ambos os países registram-se fortes vínculos entre o ativismo heteropatriarcal, a hierarquia da Igreja Católica e políticos em prol dessa pauta conservadora.

A principal diferença entre México e Argentina está na forma do ativismo institucional em cada um dos países. Apesar de ambos terem maiorias católicas<sup>113</sup>, o *lobby* da hierarquia da Igreja parece influir de forma mais incisiva os altos postos de governo na Argentina. É verdade que no México presidentes da República igualmente defenderam uma agenda antidireitos, mas nesse país emerge um partido que representa esses interesses conservadores e que se pauta na “defesa da vida desde a concepção”, o PAN (GIRE, 2008). À diferença de outros países da América Latina, onde as legendas partidárias costumam se posicionar de acordo com o contexto local e o momento político, as inúmeras iniciativas do PAN contra os direitos sexuais e

---

<sup>113</sup> De acordo com o estudo “Las religiones en tiempos del Papa Francisco” (LATINOBAROMETRO, 2014), 77% da população da Argentina e 79% da do México se declaram católicos.

reprodutivos parecem ser uma resposta às limitações constitucionais de interferência da Igreja Católica nos Três Poderes da República.

Uma possível hipótese para o surgimento de um partido com tão explícita relação com a hierarquia católica e com a defesa de pautas antidireitos é o histórico debate sobre laicidade e o Estado na sociedade mexicana. Blancarte (2013, p. 193) define laicidade como

la armonización, en diversas coyunturas socio-históricas y geopolíticas, de los tres principios ya indicados: respeto a la libertad de conciencia, y de su práctica individual y colectiva; autonomía de lo político y de la sociedad civil frente a las normas religiosas y filosóficas particulares; no discriminación directa o indirecta hacia seres humanos.

E resume ainda dizendo que entende a laicidade como “un proceso de cambio en las formas de legitimación del poder político, ligándolo esencialmente a las formas democráticas” (Ibid.).

É bom lembrar que a Constituição de 1857, promulgada pelo então presidente Benito Juárez e com notável caráter liberal, introduziu a ideia de Estado laico ao não fazer menção a tratamentos privilegiados destinados à Igreja Católica, além de estabelecer uma visão intolerante em relação a outras religiões. Outro marco encontra-se na Constituição de 1917<sup>114</sup>, pós-Revolução Mexicana, que proibiu a educação religiosa, em âmbito público e privado, negou personalidade jurídica às igrejas e a possibilidade de possuir bens, assim como a participação religiosa na política. Fato que essas medidas não foram tomadas sem a devida resistência da hierarquia Católica no país (BLANCARTE, 2013). Em nossa leitura, essas e outras reformas forçaram representantes da Igreja Católica e dos seus ideais conservadores a buscar na institucionalidade, ou seja, na forma de um partido político legalmente constituído, a legitimidade necessária para tentar barrar o acesso e o avanço de direitos reprodutivos, tal qual outras pautas conservadoras. E nesse contexto, surge o PAN.

Na Argentina, por outro lado, a ausência da separação formal Estado e Igreja insunua-se mais um indício da estreita relação dos sucessivos governos com ideais conservadores e a manutenção de um *habitus* heteropatriarcal defendido pela hierarquia católica. Hipótese capaz de explicar a aliança tão duradoura entre militares e bispos, regada a trocas de favores e apoio

---

<sup>114</sup> Outro exemplo da postura contraditória sobre o PRI, que se considera herdeiro da Revolução Mexicana, foi o governo do presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), que, segundo González Ruiz (2005) “fue uno de los mejores aliados que han tenido las fuerzas oscurantistas en México”. Conta o autor que Salinas promoveu reformas em 1991 e 1992 que permitiram a educação religiosa em escolas privadas e outorgou personalidade jurídica às igrejas. De acordo o autor, essas reformas, no entanto, não colocaram em dúvida o caráter laico do Estado mexicano.

mútuo, mas que também foi observada no período de transição e, depois, nos governos democráticos da década de 1990.

Evidente que a forte influência da Igreja Católica sobre toda a América Latina se faz sentir desde o início da colonização ibérica da Região, não constituindo um fenômeno específico do século XX. O sociólogo mexicano Roberto Blancarte (2014) explica que ela representou um pilar importante para conservação do status social nas circunstâncias de maior tensão política. Exemplo disso é que, segundo o autor, “la mayoría de los criollos independentistas coincidían en la idea de que la religión católica era uno de los pocos elementos de identidad nacional más allá de divisiones étnicas, regionales, lingüísticas, económicas, políticas o culturales”. Soma-se a isso o fato de que, conforme González Ruiz (2005), encerrados os processos de independência nacional, muitas elites latino-americanas mantiveram por muito tempo fortes vínculos com grupos conservadores das antigas metrópoles. Do mesmo modo, o surgimento de novos nacionalismos frente à crise dos regimes oligárquicos agroexportadores na primeira metade do século XX estrutura-se a partir da aliança estratégica entre Estado e Igreja Católica, pela manutenção da “moral cristã” e da reafirmação de uma identidade nacional ancorada pela cultura.

Esse debate parece-nos importante porque, ao menos na América Latina, a laicidade está associada ao maior acesso e ao direito do aborto legal e seguro. Cito o exemplo do Uruguai, onde os presidentes da República não juram sobre a Bíblia, na data de sua posse, desde o começo do século XX, não há crucifixos em prédios públicos e não se reconhecem os casamentos religiosos, e que legalizou o aborto em 2012. Outro país onde a prática não é considerada um crime é Cuba, país marcado pela tentativa de construção de um Estado ateu no período logo após a Revolução e, depois, pela transição no sentido da laicidade do Estado (CIDH, 1983).

Enfrentada a apresentação do histórico, das redes e das principais estratégias dos grupos *antidireitos*, passo a me aprofundar na resposta feminista a esse contexto conservador e patriarcal em relação ao aborto na Argentina e no Chile. Assim, no **Capítulo 4** faço uma análise de quais são as bases para o acompanhamento de abortos seguros e feministas na Região, uma forma de resistência especialmente em contextos de ilegalidade da América Latina.



#### **4 ABORTO SEGURO, ACOMPANHADO E FEMINISTA NA CONSTRUÇÃO DE UMA HETEROTOPIA**

Nos capítulos anteriores, tracei o percurso genealógico dos discursos feministas e de seus antagonistas em relação ao aborto na América Latina, em especial na Argentina e no México, focos desta pesquisa. Eles mostram como foi possível que, nos anos 2000, algumas grupos passassem a ativar não apenas pela legalização da prática, mas adotassem ferramentas de promoção da segurança do aborto.

Frente ao estigma que envolve esse tipo experiência, as feministas tratam segurança para além dos protocolos médicos (OMS, 2013), que buscam reduzir as complicações de saúde relacionadas aos abortos inseguros, abordando também questões culturais da prática. Entendendo que as experiências são plurais e que as pessoas com capacidade de gestar são atravessadas por questões como raça, etnia, idade, localização geográfica e formação escolar, entre outras interseccionalidades, essas feministas atuam para igualmente combater as desigualdades e violências, reduzir os riscos e construir novas narrativas de aborto, a partir de relações feministas de respeito e empatia.

Ao promover essa segurança por meio da divulgação da informação correta sobre como usar medicamentos e interromper uma gestação de forma segura, fazendo isso com afeto e respeito, elas tratam de construir espaços onde abortar pode ser sinônimo de alívio e felicidade, pode ser vivido em casa, na companhia de outra mulher, resistindo às leis que criminalizam a prática.

Neste capítulo, discuto, portanto, quais são as bases da ação política das grupos feministas aqui tratadas para proporcionar outras formas de vivenciar a interrupção voluntária de uma gestação na Argentina e no México. Assim, busco saber: quem são essas ativistas e quais são as características essenciais para ser uma acompanhante de abortos? Quais as ferramentas utilizadas pelas grupos aqui estudadas para combater estigmas? Como se estabelece uma relação feminista para o aborto seguro?

O objetivo final da atuação dessas grupos seria a descriminalização social do aborto, ou seja, trabalham na construção de novos discursos, para gerar outro regime de verdade, na qual a prática seja percebida socialmente como um direito e potencialmente associada a sentimentos positivos, entre os quais felicidade e alívio?

Isso é o que propõe, por exemplo, *Lesbianas y Feministas*, para quem, mesmo diante das possíveis ameaças, das barreiras impostas pelos serviços de saúde e do estigma, as mulheres estão dispostas a exercer os seus direitos, sempre que acompanhadas e apoiadas pelo entorno. Nesse sentido, quando as feministas tiram o aborto do silêncio e da clandestinidade, apropriam-se do conhecimento e do seu próprio corpo, transformando-o em uma experiência de empoderamento, como afirmam as ativistas (MINES et al., 2013, p.148): “Las mujeres no están solas, no necesitan un/a médico/a que las apañe, porque abortar no es, para muchas, una humillación”.

Quer dizer, a ação de dar informações sobre como abortar de um modo seguro é entendida como um “ato performativo de autonomia” (MINES, 2013), tratando-o não como um drama e abrindo a possibilidade para que as mulheres o vivenciem como um desejo e um direito.

#### **4.1 Feministas combatendo o estigma do aborto**

“Maria, buenos dias. ¿En qué te podemos apoyar?”. “Maria”, no caso, não é um pseudônimo que as feministas usam, mas uma referência a *Fondo MARIA*, uma organização que dá suporte a mulheres que queiram fazer um aborto seguro no México. A resposta do outro lado da linha pode ser rápida ou então uma longa história, que em geral começa com a mulher justificando o porquê de ter dedicado ligar. “Todas las decisiones son igual de validas sobre el embarazo”, responde uma das telefonistas, tentando mostrar que ali nenhuma mulher é julgada por desejar realizar um aborto.

Na sequência, a ativista se identifica com seu primeiro nome e fala sobre o trabalho da organização, que dá apoio financeiro, emocional e logístico a mulheres que desejam aceder a serviços de aborto legal na Cidade do México, onde a prática é regulamentada desde 2007. “Tranquila que te vamos a poder ayudar. No te preocupes”.

Mesmo sem escutar o outro lado da linha, anotei no caderno de campo as frases de calma e acolhimento das ativistas, que fazem questão de dizer que “no estás sola”, “no eres la única”, “hay muchos embarazos no deseados”.

Do mesmo jeito, se estabelecem as chamadas, os e-mails e o contato pessoal com outras grupas feministas envolvidas nesta pesquisa, onde é comum que a conversa comece com uma explicação sobre o por que a mulher tomou a decisão de procurar um aborto seguro. Foi o que me contou, por exemplo, uma telefonista que trabalha na linha de *Colectiva La Revuelta*, parte das *Socorristas en Red* na Argentina, sobre esse primeiro momento da ligação:

A veces [las mujeres] nos llaman y lo que primero que dicen es la justificación de por qué quieren abortar. Entonces, nosotras las escuchamos, porque a veces tienen la necesidad de decirlo, pero también les decimos que nosotras no juzgamos a las mujeres y que las vamos a acompañar. (BRAVO, 2018, informação verbal).

O mesmo registrei durante minha visita à organização *Las Libres*, do México, para quem as mulheres enviam mensagens dizendo “soy muy joven”, “no tengo trabajo”, “no somos casados”, “ya tengo otros hijos”. Ou seja, buscam dar explicações, como se isso fosse necessário, para interromper com segurança uma gestação não desejada.

Em entrevista para esta pesquisa, também a socióloga Ana Mines, que participou da fundação da linha “Aborto: Más información, menos riesgos”, de *Lesbianas y Feministas* na Argentina, me contou de que modo as ativistas lidavam com esse primeiro momento da chamada, marcado, na maioria das vezes, pelos argumentos das mulheres para tentar justificar a decisão por um aborto.

El primer momento [de a llamada] era cuando se decía ‘Hola, ¿sí?’. En la llamada, al otro lado, [la respuesta] era “Hola, bueno, yo no sé qué, me pasa qué...”, como una disculpa, como un perdón, una vergüenza. Y nosotras ahí teníamos una definición política no dar ningún segundo a eso. “No hace falta que me explique nada, ni que digas nada. Nosotras somos *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* y lo que hacemos es dar información sobre el aborto con pastillas. ¿Tienes papel y lápiz para anotar?’ Directo. Y ahí, el tono de voz de la persona que llamaba se transformaba: “¡Ah!, ¡sí!, ¡claro!”. (MINES, 2018, informação verbal)

Essa necessidade de justificar uma decisão que deveria competir apenas à própria mulher é resultado do estigma que envolve o tema do aborto. Ele atravessa as experiências de mulheres, ativistas e profissionais de saúde, está presente na cultura, nos meios de comunicação e se propaga no tecido social (NORIS et al., 2011).

As pesquisadoras Anuradha Kumar, Leila Hessini e Hellen Mitchell (2009) definem o estigma relacionado ao aborto como um fenômeno social construído e reproduzido localmente, um atributo negativo associado a pessoas que interrompem voluntariamente uma gestação. De acordo com as autoras, o estigma trata as mulheres que abortam como pessoas que desobedecem a três arquétipos da feminilidade: o da sexualidade para a procriação, da maternidade como destino “natural” de toda mulher e da responsabilidade pelo papel do cuidado na sociedade. De acordo com as autoras Kumar, Hessini e Mitchell (2009), a perpetuação desses estereótipos

acontece em decorrência de sistemas marcados pelo acesso desigual ao poder e com rígidos controles e ataques ao exercício da sexualidade feminina.

O estigma estabelece socialmente a ideia de que o aborto é sempre condenável e, quando ocorre, é fruto de uma difícil decisão, o “último recurso” diante circunstâncias extremas. Isso pode-se perceber, inclusive, no discurso de algumas feministas<sup>115</sup>. Daí que a mulher pense que precisa “justificar” a escolha por não ter o filho, e conviver com a culpa e o silêncio dessa experiência. O que a observação nos mostra, no entanto, é que o aborto pode ser sim um desejo e uma felicidade, não a última, mas, em algumas situações, a primeira opção diante uma gestação indesejada<sup>116</sup>.

Para Ipas (2019), o estigma do aborto se associa a duas crenças: a primeira de que a mulher que interrompe uma gestação está indo contra a sua natureza e, em segundo lugar, a que considera o feto como um ser humano com os mesmos direitos que a pessoa gestante. Não à toa, duas crenças embaadoras das campanhas dos grupos antidireitos, que as reforçam por meio de campanhas e material publicitário, das vigílias nas portas das clínicas de aborto legal e nas ações de *advocacy* no Legislativo, Executivo e Judiciário, tentando barrar medidas para a ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres.

Ainda de acordo com Ipas (2019), o estigma aumenta conforme as restrições legais e a criminalização da prática. A lei, nesse caso, funciona como um dispositivo para produzir e reiterar ambas as crenças, a da maternidade compulsória e a do direito absoluto do feto. Na prática, transforma a experiência do aborto seja vivida com medo e insegurança pela pessoa que o realiza, causando o isolamento e a discriminação das mulheres e reforçando o silêncio em torno do tema.

Em decorrência do estigma, é difícil ainda quantificar a ocorrência de abortos, já que as mulheres se encontram receosas de reconhecer que escolheram uma prática ainda condenada do ponto de vista criminal, religioso e social (LEÓN T., 1994). Para agravar a situação, esse rótulo também aumenta a insegurança do procedimento (GANATRA et al., 2017), já que impõe

---

<sup>115</sup> Isso acontece, por exemplo, quando feministas, para defender a legalização da prática, usam a frase “ninguém deseja abortar”, negando que esse é, sim, o desejo das mulheres que buscam o procedimento. Também pode ser percebido entre as feministas que estabelecem limites de semanas ou motivos para acompanhar ou não um aborto.

<sup>116</sup> Nesse sentido, *Lesbianas y Feministas* são as mais críticas aos argumentos dos grupos feministas que defendem o procedimento apenas no hospital, com limite de semanas e sob o argumento de que nenhuma mulher deseja realizar um aborto. Justificam as ativistas (MINES et al., 2013, p. 153): “La práctica de abortar desborda al feminismo y sus argumentos tradicionales, porque todas las mujeres abortan, y muchas no se hacen tanto drama; todas deciden, todo el tiempo, abortar no es la única decisión que las mujeres pueden tomar respecto de sus cuerpos y sus vidas, como si no decidieran qué estudiar, de qué trabajar, dónde vivir, tener sexo, cómo hacer política y la cena de hoy”.

barreiras de acesso à informação correta e aos medicamentos, além de resultar em atenção inadequada antes e depois do procedimento por parte dos serviços de saúde.

Nos contextos de criminalização, o estigma sustenta os obstáculos de acesso ao procedimento até mesmo nas exceções legais. Um exemplo: a criminalização de mulheres que sofreram abortos espontâneos (GIRE, 2018) e a negativa por parte do sistema de saúde da interrupção em caso de estupro, mesmo quando previsto em lei (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006), impedimento enfrentado pela adolescente Paulina no México (MÁRQUEZ MURRIETA, 2013; GIRE, 2004).

No campo individual, a pesquisadora feminista Erica Millar (2017) argumenta que a experiência do aborto é também culturalmente construída. O que significa que os discursos engendrados sobre aborto fazem com que ele seja associado a tristeza, arrependimento e vergonha; afinal, para a cultura machista o “normal” da feminilidade é ser mãe. O aborto, segundo tal ponto de vista, deveria gerar vergonha e culpa, como se a mulher estivesse negando o seu destino natural. Afirma Millar na introdução de sua obra (2017, p. 2-3, tradução nossa)<sup>117</sup>:

Este livro argumenta que emoções particulares são repetidamente associadas ao aborto e que essas emoções delineiam poderosamente o significado cultural do aborto para as mulheres e a comunidade em geral. Em vez de designar o aborto como explicitamente errado ou pecaminoso, as emoções operam por meio da retórica da escolha; eles regulam o aborto, não pedindo explicitamente sua proibição, mas incorporando o sentimento antiaborto aos significados compartilhados que guiam a experiência e as consequências do aborto.

A contradição reside no fato que, na prática, as representações negativas de aborto não refletem a experiência de muitas mulheres que o vivem na forma de um alívio, da solução de um problema.

Em suma: um procedimento considerado simples, que pode ser medicamentoso e feito em casa, e comum à vida de muitas mulheres, torna-se um tabu (KUMAR, HESSINI, MITCHELL, 2009). Daí que elas internalizem esse discurso e signifiquem as suas próprias experiências de aborto pelo prisma do “errado” e do “vergonhoso”.

---

<sup>117</sup> No original, em inglês: “This book [...] argues that particular emotions are repeatedly associated with abortion, and that these emotions powerfully delineate the cultural meaning of abortion for women and the community at large. Instead of designating abortion as explicitly wrong or sinful, emotions operate through the rhetoric of choice; they regulate abortion, not by calling explicitly for its prohibition, but by embedding anti-abortion sentiment into the shared meanings that script the experience and consequences of abortion.”

Mesmo entre ativistas, algumas acreditam que uma mulher não pode abortar mais de uma vez, que não pode realizar o procedimento a partir de 12 semanas ou que algumas justificativas são mais relevantes do que outras para a decisão do aborto. Cada um desses pontos, no entanto, é discutido e desconstruído pelas grupos feministas tratadas nesta pesquisa, que debatem o tema nas formações de acompanhantes, nos materiais voltados a esse público (BALANCE, 2016; LAS LIBRES, 2014), nos eventos das redes de acompanhamento e nos encontros periódicos (formais ou informais) entre ativistas. Trata-se de um esforço diário e até subjetivo, já que também elas carregam valores e crenças constituídos na cultura hegemônica em que estão inseridas.

Tão relevante o tema para os grupos que defendem os direitos reprodutivos que uma fundação internacional, a Inroads (Rede Internacional para a Redução da Discriminação e do Estigma com Relação ao Aborto, tradução nossa<sup>118</sup>), passou a reunir agentes comunitários, profissionais de saúde, pesquisadores e ativistas, entre outros, de 95 países e 800 organizações para discutir o tema. A rede financia e promove projetos, pesquisas e *advocacy* para a redução do estigma sobre aborto em vários lugares do mundo.

Segundo Christopher Bross (2014), em apresentação enquanto representante do Ipas e da Inroads durante a IV Conferência da Clacai<sup>119</sup>, o estigma deve ser combatido nos seguintes níveis: individual, comunitário, institucional, legislativo, nos meios de comunicação e na cultura. Isso pois, de tão difundido em nossas sociedades, o estigma atravessa as pessoas que desejam realizar o procedimento, as que acompanham e os profissionais envolvidos em viabilizá-lo.

Portanto, vive-se o estigma da perspectiva individual e coletiva; desconstruí-lo é um dos pontos-chaves do acompanhamento e da militância feminista pelo aborto seguro.

#### **4.2 Cada aborto es un mundo. Abortar es un acto político. Acompañar también<sup>120</sup>**

No canto da sala, eu escuto, em silêncio, às telefonistas que atendem a mulheres que chamam de todas as partes do México. Percebo a atenção dedicada a cada caso, o tom de voz, a forma com que as ativistas fornecessem informação ou perguntam; quando falam, mas também nos momentos de silêncio. Não consigo escutar as respostas ou as histórias contadas do outro lado da linha. Por uma opção metodológica, pedi para acompanhar a rotina das

<sup>118</sup> No original, em inglês “International Network for the Reduction of Abortion Discrimination and Stigma”.

<sup>119</sup> Sigla para Consórcio Latino-Americano contra o Aborto Inseguro.

<sup>120</sup> (GROSSO, TRPIN, ZURBRIGGEN, 2014).

ativistas, afinal o foco desde o início da pesquisa era o seu trabalho como acompanhantes, não as mulheres que necessitavam de um aborto seguro<sup>121</sup>.

No *Fondo MARIA*, o serviço telefônico funciona das 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, e objetiva fornecer informações sobre aborto seguro com medicamentos ou o procedimento em clínicas públicas e privadas na Cidade do México, onde o procedimento já é legal.

Duas pessoas contratadas pela organização trabalham fixas no atendimento. Elas dividem o serviço com uma ou duas voluntárias por turno (manhã ou tarde), que se alternam em um rodízio durante a semana. Em geral, há pouco tempo para as refeições ou mesmo para responder às perguntas da pesquisadora. Em determinados momentos, duas ou três delas estão ocupadas ao mesmo tempo com as demandas que não param de chegar. O público se compõe de mulheres que ligam de todas as idades, condições financeiras, telefonando do Estado do México (que cerca o Distrito Federal) ou da Baja Califórnia (a algumas horas de avião).

Com esse tipo de atendimento, *Fondo MARIA*, mas também *Socorristas en Red*, *Las Libres e Lesbianas y Feministas*, que utilizam linhas telefônicas exclusivas para este fim, buscam garantir o que chamam de “abortos feministas”. Verdade que cada grupa define suas bases e adota ferramentas específicas para tornar os procedimentos possíveis, especialmente em contextos de criminalização. Em comum, esses abortos feministas são um meio de combater o estigma associado à prática, defendendo que a experiência de interrupção de gestação pode constituir um momento de autonomia, amor e cuidado entre mulheres.

Passo a palavra para uma das ativistas de *Socorristas en Red*, Ruth Zurbriggen, que assim definiu o que seria um acompanhamento feminista de abortos:

Acompañar es un estar, un modo de estar [...] de estar donde la protagonista es la otra, donde no esperamos que la otra sea como nosotras, pero aun así acompañamos [...]. **Es un estar del cuerpo a cuerpo, que es donde la piel de la otra me interpela mi propia piel también.** [...] **acompañar es no juzgarlas, no estigmatizar, es colaborar en sacar el aborto al lugar de la costumbre para ponerlo en lugar del cotidiano.** (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal, grifo nosso)

---

<sup>121</sup> A decisão metodológica de escutar apenas as ativistas objetiva conferir o máximo de atenção não às histórias de quem decide abortar, já tratadas em inúmeras pesquisas, e sim às estratégias que as feministas adotam no contato com as mulheres. A escolha visava facilitar a realização da pesquisa de campo por questões de ordem ética e material.

Um aborto feminista seria, sob essa perspectiva, uma forma de respeitar a decisão das mulheres sobre seus próprios corpos e proporcionar que o processo seja seguro (física e emocionalmente). Para tanto, há as que se autodenominam *acompañantes de aborto*, e se fazem presentes (virtual ou presencialmente) durante o procedimento para as mulheres que necessitam, caso das ativistas de *Las Libres*, *Fondo MARIA* e *Socorristas en Red*. Por outro lado, há as que rechaçam o termo *acompañamiento*, porque entendem-no como tutela, e preferem disponibilizar apenas a informação adequada a respeito de como fazê-lo, visão partilhada por *Lesbianas y Feministas*<sup>122</sup>.

Independente de qual estratégia adotadas, as organizações aqui pesquisadas têm, em comum, a **escuta ativa, o respeito pela autonomia da mulher e o não-julgamento** como pilares constituintes da comunicação com pessoas que desejam realizar um aborto. A fim de garantir sua eficácia, investem em formações específicas para entender as possibilidades do contexto em que estão inseridas e a diversidade das experiências do aborto, dedicando-se ainda a combater seus próprios estigmas e preconceitos. Entendem aí um processo de formação dialógico e horizontal, onde os dois lados (ativistas e mulheres que desejam interromper uma gestação) se modificam mutuamente, ao estabelecer e reconfigurar suas crenças e seus limites.

Eis porque *Fondo MARIA* (BALANCE, 2016, p. 10) defina *acompañamiento* como “un encuentro entre las mujeres que deciden abortar, considerando sus necesidades y solicitudes, y las personas acompañantes cuya intervención se basa en la sistematización de la experiencia de las agrupaciones feministas y del conocimiento científico”. Conforme a organização, o *acompañamiento* feminista vincula-se a uma aprendizagem de solidariedade e transformação entre *acompañantes* e *acompañadas*:

**El acompañamiento feminista es un aprendizaje de solidaridad y transformación entre personas en situación de aborto.** Feminista porque reconoce la inequidad de género y las relaciones de poder entre hombres y mujeres, porque valora el aporte de las mujeres al desarrollo y el bienestar de otras, porque impulsa en su propuesta la responsabilidad del cuidado compartida con los hombres; y porque participa de la definición del apoyo a las mujeres en situación de aborto como el conjunto de actividades y el uso de recursos para lograr que cada mujer tome la mejor decisión sobre su vida y acceda a una atención de manera libre y segura (BALANCE, 2016, p. 40, grifo nosso).

<sup>122</sup> Sobre essa discussão, Ruth Zurbriggen, de *Socorristas en Red*, me disse em entrevista: “En Argentina, siempre nos diferenciamos de la Línea [“Aborto: Más información, menos riesgos”, de *Lesbianas y Feministas*] en términos de que la Línea da información, **nosotras damos información y acompañamos**. *Acompañamos* fue el modo que encontramos de, digamos, nombrar esto que era distinto a la Línea” (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal, grifo nosso).



Para *Fondo MARIA*, o acompanhamento feminista é composto por escuta ativa e atenção logística em todo o processo de aborto, e tem o objetivo de possibilitar o fortalecimento do poder da mulher de exercer os seus direitos e tomar decisões sobre o seu corpo. Diz ainda que:

El acompañamiento es una relación que se establece y justifica a partir de recibir una solicitud de apoyo y comprometerse en responder a ella. Su duración y forma obedecen a la concepción del tema, su manera de llevarla a cabo, las personas que lo realizan y los recursos (humanos, materiales, económicos) con los que se cuenten, entre otros aspectos. (BALANCE, 2016, p. 10)

Para *Fondo MARIA* cada aborto e, portanto, cada acompanhamento, é único, já que “en cada caso hay mucho que aprender sobre lo que es importante para cada una” (BALANCE, 2016, p. 41). Para acompanhar é preciso: a) avaliação e auto-conhecimento; b) atualização constante e profissionalização da prática; c) conhecimento específico e prática sobre a interrupção de gestação com medicamentos (Ibid.). São requisitos importantes ter disponibilidade de tempo para o acompanhamento, as atividades e as formações para exercer a função, bem como empatia e capacidade de escuta.

*Las Libres* definem, por sua vez, em seu MIAAS (Modelo Integral de Acompañamiento de un Aborto Seguro), que o trabalho de acompanhamento tem um caráter contracultural e uma dupla condição de luta:

Por una parte [el modelo de acompañamiento] hace referencia a los derechos de las mujeres, a la libertad, a la capacidad y autonomía sobre su cuerpo y sobre las decisiones que toman las mujeres y, por otra, es la expresión de la lucha social, política, cultural e histórica en contra de la opresión, dominación, humillación y desprecio que las sociedades misóginas han configurado como prácticas culturales vigentes, las cuales se expresan en leyes, en costumbres, en prácticas sociales permitidas y que, hasta la fecha, son un lastre y una lápida, literalmente hablando, para miles de mujeres y para su dignidad. (LAS LIBRES, 2014, p. 49).

Em entrevista, Verónica Cruz Sánchez ampliou a explicação em torno do tópico:

Si la cultura dice que está mal, si la cultura dice que no lo deberían hacer [abortar], si la cultura dice que las mujeres si o si tienen que ser madres, nosotras decimos ‘no, no es así’. Y las mujeres vamos a demostrar entre nosotras que podemos hacerlo diferente, porque en el centro están las mujeres, está su vida, está su salud, y eso. La cultura dice que es restrictivo, que solo es legal en la Ciudad de México, que esa es la vía, que hay que legislar, que hay médicos y profesional especializados es la garantía del derecho. La cultura dice que sólo así se puede acceder. Nosotras decimos ‘no’. Hay un medicamento, hay una cosa que es accesible, acceso es acceso a la información, acceso a los avances científicos y tecnológicos, y eso. Nosotras

vamos a utilizar la tecnología, los avances científicos para garantizarles. Nosotras le llamamos de otra manera, **construimos un espacio para la vivencia de los derechos**, entonces lo brindamos también para eso, para que las mujeres así lo vivan, para que se sientan seguras, para que accedan a pesar de la ley, a pesar de la cultura, a pesar de los médicos, a pesar del dinero. Todo lo que tiene el aborto cargado, de carga negativa, que es delito, que es un pecado, que las mujeres no deberían abortar. Eso es lo que hacemos nosotras. Eso fue lo que empezamos a hacer. La cultura en este tema esta así. **Tenemos que demostrar que las mujeres somos capaces de acompañarnos entre nosotras para vivenciar un derecho** y obligar a la sociedad a acompañar, y así obligar al estado que no tiene opción, va a tener que legalizarlo en algún momento. (CRUZ SÁNCHEZ, 2019, informação verbal)

Portanto, o trabalho de acompanhar as mulheres que decidem interromper uma gestação é considerado pelas ativistas um ato político, já que poder decidir sobre seu corpo de forma autônoma e consciente é um exercício de cidadania (LAS LIBRES, 2014). Além disso, o acompanhamento denota um processo de autoafirmação individual (tanto para a ativista quanto para a pessoa que aborta) e coletiva (em virtude da sua importância para a luta feminista).

No MIAAS, *Las Libres* (2014) descrevem ainda cinco características fundamentais para a forma com que acompanham abortos. Na sua interpretação, o processo de acompanhamento deve ser:

- a) Casuístico: o apoio dado a cada mulher que opta por um aborto seguro depende das necessidades, demandas e circunstâncias de cada uma. Isso porque a experiência da interrupção de uma gestação está associada ao grau de estabilidade emocional e de consciência, das expectativas, da situação social e familiar em que está inserida a pessoa que aborta, além de fatores como estado civil e crenças religiosas;
- b) Integrador: mobiliza recursos em diferentes planos (saúde, direito, econômico, etc.) para atender de forma integral às necessidades das mulheres, buscando restabelecer seu equilíbrio. Para tanto, considera as dimensões emocional, relacional e política do aborto e do acompanhamento;
- c) Mobilizador: a partir do diálogo e da informação, o acompanhamento deve permitir que as mulheres tomem consciência sobre suas próprias circunstâncias, sua liberdade e o exercício dos seus direitos, fazendo dessa experiência uma forma de se assumirem como protagonistas da sua história;
- d) Formativo: ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos humanos, sexuais e reprodutivos, bem como sobre a legislação local, o exercício responsável sobre sua sexualidade e o direito de decidir sobre o seu corpo;

- e) Centrado em soluções: a partir do diagnóstico da situação, da mulher e dos recursos disponíveis, oferecer ajuda imediata e sem condicionamentos, com rápida intervenção, considerando que tempo é um fator crucial para o acesso ao aborto seguro.

Quanto a *Socorristas en Red*, a grupa assim define sua atuação: “cuidado a la vida y la salud de quienes deciden interrumpir un embarazo que resulta inviable para ese momento de su vida”, buscando trabalhar “de un modo cuidado, amoroso y afectuoso” (SOCORRISTAS EN RED, 2020). Pensam o acompanhamento de abortos (ou *socorrismo*, conforme denominam) enquanto um ato político, segundo afirmou Ruth Zurbriggen em entrevista para esta pesquisa:

El socorrismo te da salud en este mundo de mierda. O sea, el acompañar procesos de aborto, acompañar esa decisión, yo creo que es profundamente saludable para nuestras existencias, sentir que logramos arrancarle algo al patriarcado, que no es cualquier cosa. ¿Por qué digo que no es cualquier cosa? Porque el control de la reproducción sobre la sexualidad de las mujeres es el núcleo duro que se asienta un sistema como es el heteropatriarcado, racista, colonizador, adultista, eurocentrado, etc, etc. Pero cuando nosotras, en esta acción tan micropolítica, estamos acompañando alguien, yo siento que estamos consiguiendo un poquito de libertad. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

Cada organização adota, portanto, procedimentos específicos para o contato com as pessoas que buscam um aborto seguro, tais quais ferramentas de segurança, formas e canais de comunicação, processos de acompanhamento, linguagem e questionários. Isso garante parâmetros comuns de atenção, ainda que cada ativista possa criar suas próprias estratégias a fim de se aproximar dessas mulheres. É assim que entendem, entre outros, qual tom de voz ajuda a acalmar quem está do outro lado da linha, a ordem para fazer as perguntas e as melhores formas de “traduzir” as informações técnicas dos protocolos médicos em que se baseiam.

Um fazer feminista que, segundo as ativistas, se constrói no dia a dia, entre mulheres, compartilhando saberes, experiências, medos e frustrações. Percebe-se que, por mais que o aborto seja vivenciado de forma diferente, esse é muitas vezes um ponto de conexão único, especial e profundo entre pessoas que podem gestar. Trata-se, portanto, de uma experiência emocional, com todos os sentimentos que ele pode gerar a nível individual, e um problema político, como defende Erica Millar (2017, p. 34)<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> Escreve a autora, no original, em inglês: “the politics of abortion also manifest as not entirely rational and beyond cogent critique”.

#### 4.2 A acompanhante de abortos

Para fins desta pesquisa, chamamos de *acompanhantes* as ativistas que dão informação e suporte às mulheres que desejam realizar um aborto seguro. Também adoto o termo no feminino, porque apesar de pessoas trans e não-binárias integrarem as grupos aqui estudadas, a quase totalidade das acompanhantes são mulheres cisgêneras.

Dito isto, cada grupa estabelece os critérios necessários para ser acompanhante. Em geral, exige-se que a pessoa tenha disponibilidade de tempo e emocional para a atividade e para as formações e encontros com outras acompanhantes.

*Lesbianas y Feministas* realizavam o trabalho de maneira voluntária. *Fondo MARIA* se organiza em um sistema misto de atendimento, com um grupo de voluntárias e duas funcionárias da organização (estas, contratadas formalmente, coordenam o trabalho). A maioria dos acompanhamentos de *Las Libres* é feito pelas quatro funcionárias da ONG, além de contar com uma rede de ativistas capacitadas que o realizam de forma voluntária e ocasional. *Socorristas en Red* funciona basicamente por meio da ação voluntária das ativistas, mas na *Colectiva La Revuelta* (uma das fundadoras da rede e onde foi feita a pesquisa de campo) há uma grupa de telefonistas remuneradas para fazer o primeiro atendimento.

Bastante diverso, o perfil das acompanhantes varia conforme a idade, a formação e a experiência prévia com maternidade e aborto. A observação nas coletivas revela, no entanto, o predomínio de mulheres das classes médias, possivelmente explicado porque muitas o fazem de maneira voluntária, algo inviável para as de classes baixas e periféricas<sup>124</sup>. Jovens universitárias compõem uma parcela significativa das acompanhantes do *Fondo MARIA* e das *Socorristas en Red*. Especialmente na *Colectiva La Revuelta*, observa-se significativa participação de estudantes de cursos de licenciatura e professoras em exercício, situação explicada, em parte, pela estreita relação da organização com o sindicato local de professores e porque algumas das fundadoras da coletiva constituíram carreira como docentes.

*Las Libres* (2018) chegaram a realizar uma pesquisa quantitativa com participantes de um curso de formação no MIAAS, que recebeu apoio da organização Ibis Reproductive Health, para saber o perfil das acompanhantes. De acordo com o estudo, 45% delas integravam a faixa entre 18 e 24 anos e 27%, de 25 a 29 anos; 77% não tinham filhos, 54% exerciam um trabalho remunerado, 46% eram estudantes e 79% estavam cursando ou haviam terminado curso

---

<sup>124</sup> O que não significa a ausência de acompanhantes em zonas pobres das cidades pesquisadas. Trata-se de um dado subjetivo, mas a observação *in loco* nos mostrou que esse não é o perfil que frequenta as atividades das organizações.

superior. A maioria delas não tinha abortado (82%) nem acompanhado um aborto (60%) antes da formação.

Para *Las Libres* (2014), o perfil da pessoa que acompanha representa um elemento-chave para o êxito do processo, sobretudo no que compete à sua capacidade de estabelecer uma relação de empatia, segurança e confiança, característica mais relevante do que idade ou formação acadêmica. Escrevem as ativistas: “La acompañante es una persona que cree firmemente en el derecho a decidir de las mujeres sobre su propio cuerpo, está a favor de la vida y de la seguridad de las mujeres, y por lo tanto, en favor del aborto seguro y la despenalización del mismo” (Ibid., p. 27).

Todavía, Verónica Cruz Sánchez, ativista de *Las Libres*, sublinhou que as ativistas mais dedicadas são as que passaram por aborto voluntário:

Las acompañantes más acompañantes son las que han vivido un proceso de acompañamiento. En nuestra experiencia. Y lo han vivido con esta propuesta. Porque hay muchas que dicen ‘lo pasé horrible’ [...] Entonces, creo que en nuestras experiencias es que haya vivido un acompañamiento es casi natural que va a ser buena acompañante. (CRUZ SÁNCHEZ, 2019, informação verbal)

De modo geral, trajetória de vida e experiências (pessoais ou de pessoas próximas) revelam-se fatores que motivam a entrada das mulheres nesse tipo de organização. Em entrevista para esta pesquisa, Romina Bravo, de *Socorristas en Red*, me disse que, no seu caso, houve uma convergência de situações para o ingresso no acompanhamento:

Yo ya estaba leyendo mucho de aborto, seguía a *La Revuelta*, las actividades que hacían, y me regustaban, sobre todo las actividades callejeras, porque era lo que más se conocía de ellas [...]. [Un día] Fui a una muy, muy mala charla, organizada en la universidad sobre violencia de género, pero ahí me encontré con una compañera de la facultad [...] que estaba en *La Revuelta* y le dije “yo también quiero estar” [...] porque siempre me sensibilizaron mucho las maternidades forzadas. Antes, mis tías, que la mayoría eran madres solteras y que habían quedado embarazadas jóvenes, no tenían otra posibilidad. ¡Sí! había escuchado historias de aborto en el pueblo de donde mi mamá era y después mi hermana se quedó embarazada a los 19 años y fue una maternidad no elegida. Entonces, siempre, siempre me sensibilizó mucho [...] esa cuestión, me sensibiliza, me enoja, me hace activar en tema del aborto. (BRAVO, 2018, informação verbal)

No *Fondo MARIA*, antes de se formar acompanhante, a feminista precisa se comprometer e entender sua motivação, o que pensa sobre o aborto, o que sente ao acompanhar um procedimento, além de suas crenças e seus valores. No manual que elaborou sobre o tema

(BALANCE, 2016), a organização pondera que para muitas ativistas tornar-se acompanhante constitui uma forma de contribuir para a luta das mulheres para decidir sobre seus corpos.

O site da organização, que apoia mulheres a viajar de outros estados para realizar um aborto legal na Cidade do México, publicou o relato de uma ativista diz que virou acompanhante, em primeiro lugar, por ser mulher. Em seguida, conta um pouco sobre o que aprendeu com a experiência e de que forma esse trabalho transforma não só a vida de outras mulheres, mas também a sua:

En cuanto [las mujeres] llegan a la Ciudad de México es cuando inicia mi “acompañamiento”, presentándome y presentándoles una ciudad que, en la mayoría de ocasiones, es la primera vez que visitan y, como es lógico, es impactante. Por la preparación recibida y por la experiencia en mis acompañamientos, he estado aprendiendo a escuchar, a observar, a saber cuándo y cómo desean hablar de su decisión y cuándo sólo quieren que todo acabe [...]

Este aprendizaje me ha permitido conocer más mis debilidades, darme cuenta de que seguía instalada en una posición que me permitía etiquetar a otras personas y el ser acompañante de quienes no conozco, de quienes están en situación de vulnerabilidad, de quienes depositan sus expectativas de apoyo en un momento difícil, me ha enriquecido como persona, como mujer, me ha dado la oportunidad de seguir aprendiendo a escuchar, a sentirme capaz de ofrecer un hombro para que alguien se desahogue, de ofrecer oídos para que compartan su historia y, al final de su proceso, de brindar un abrazo solidario a cambio de una sonrisa y una mirada donde se combinan la confianza de empezar una nueva vida sabiéndose acompañadas, a dejar de sentirse menos “Otras”, sabiendo que hay otras mujeres que las podemos respetar y apoyar en sus decisiones. (LAURA, 2015)

Acompanhar abortos é, portanto, um trabalho de auto

conhecimento e amadurecimento contínuos da própria ativista, que precisa evitar julgamentos e respeitar a autonomia da mulher acompanhada, mas também ter compaixão com suas próprias emoções e limites. Registro o depoimento de uma das telefonistas de *Socorristas en Red*, que me contou como esse processo faz com que elas vejam seus próprios problemas sob outro prisma:

[el trabajo como telefonista] me ha salvado de situaciones personales que he atravesado, feas, y que atender el teléfono de alguna manera te saca de ese momento real de tu vida personal. Por eso, cuando decimos “feminismo para salvarnos” también tiene que ver con eso. Porque en situaciones en la que yo estaba mal, ayudar a otras me ayudó a mí también. No solo al teléfono, sino también acompañando mujeres. (BRAVO, 2018, informação verbal)

Na Argentina, Ruth Zurbriggen, uma das fundadoras de *Socorristas en Red*, disse que, para ser boa acompanhante, é preciso ter disponibilidade emocional e de tempo para o cuidado entre mulheres. Também deve estabelecer limites na relação com as demais de modo que:

[...] quienes necesitan abortar sepan que nosotras vamos a estar de alguna manera con cierta incondicionalidad, pero no siendo condescendientes, que es distinto. Quiero decir, nosotras hemos trabajado mucho entre nosotras a cerca de malos tratos, que a veces hemos recibido de las mujeres, exigencias, porque la ansiedad por el aborto las pone muchas veces en lugar de mucha exigencia hacia nosotras, y nosotras hemos aprendido a poner límites. Y eso ha sido un trabajo intenso de esto, que tiene que ver con no ser condescendientes, que tiene que ver con hacer que esa mujer vea que sí, que nosotras vamos a estar incondicionales, pero que también tenemos una vida, una existencia. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

Elas destacam ainda a importância de a acompanhante dedicar-se ao autoconhecimento, ao autocuidado, à atenção e ao respeito às suas próprias emoções e à revisão constante dos seus sistemas de valores e convicções éticas. Reintere-se que as coletivas pesquisadas reconhecem que a defesa dos direitos das mulheres, especialmente em contextos de criminalização e estigma, resulta em altos níveis de estresse, o que a longo prazo pode gerar consequências negativas para as ativistas.

Eis a razão de *Las Libres* (2014) sustentarem a relevância de que as acompanhantes trabalhem em grupo, como uma forma de promover o crescimento e o apoio mútuo, fortalecendo o modelo de acompanhamento.

#### 4.2.1 Escuta ativa

No acompanhamento feminista, a **escuta é um ato político**. Estar atenta e disponível para ouvir o que outra pessoa tem a dizer, com empatia e sem julgamentos, pode ser algo transformador em meio a tanta informação, comunicações rápidas e superficiais nas redes sociais. A escuta, portanto, é o primeiro passo para criar um espaço acolhedor, onde é possível falar e vivenciar um aborto em segurança e sem estigmas, mesmo em contextos de criminalização. Com tal intuito, as ativistas lançam mão de recomendações e protocolos estabelecidos no âmbito de cada coletiva, recorrendo ainda a ferramentas subjetivas, como a intuição e a sensibilidade individuais desenvolvidas pelas integrantes ao longo do tempo.

A escuta ativa se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação de confiança, na qual a acompanhante esteja disposta a ouvir com atenção e sem julgamentos a história, mantendo respeito às ideologias e às decisões das mulheres que buscam um aborto seguro. Para isso, a

acompanhante precisa saber qual o melhor momento de falar e quais as perguntas pertinentes, demonstrando disponibilidade para sanar dúvidas sobre o procedimento e para acolher emocionalmente a mulher. Por perguntas pertinentes entendem-se aquelas essenciais para garantir a segurança do procedimento (resultados de exames de gravidez, idade gestacional e condições de saúde da mulher) e para melhorar o apoio oferecido (com informações sobre contexto social e econômico em que a pessoa está inserida).

Um bom acompanhamento de abortos, para *Las Libres* (2014), depende da construção de um vínculo de confiança, capaz de facilitar a expressão da mulher, de uma escuta empática dos afetos e das emoções envolvidos no processo de aborto. Nesse sentido, buscam exercer empatia, manter contato visual e usar linguagem direta, simples e acessível, a fim de criar um espaço seguro para que essa relação de proximidade se estabeleça. Nas palavras das ativistas mexicanas: “no cuestionamos por qué quieren hacerlo, lo tenemos bien claro [...] no preguntar cuáles son las razones porque, finalmente pues, esa es decisión de ella” (LAS LIBRES, 2014, p. 41).

Para a organização, uma boa acompanhante está comprometida com o avanço dos direitos e com a autonomia das mulheres, o que significa respeitá-las em sua decisão, sem julgar ou emitir juízos de valor. São solidárias, têm alta disponibilidade de tempo e estão abertas a mudanças e à aprendizagem, bem como

cuentan con una alta capacidad de escucha y competencias para dialogar desde un nivel de igualdad y horizontalidad, lo que les permite mantener una precisa y pertinente cercanía para brindar apoyo emocional y a la vez auxiliar de manera objetiva y sana a las mujeres en el proceso de un aborto seguro. (LAS LIBRES, 2014, p. 28)

O contato das ativistas com as mulheres se vincula à demanda de cada uma, sem critérios para início ou fim da conversa. A comunicação deve ser horizontal: a acompanhante apoia fornecendo informação, mas as decisões são da mulher, protagonista da sua gestação e do seu processo de aborto. Ou seja, a acompanhante não é “a autoridade”, não assume um papel hierárquico. Posiciona-se como alguém que já passou pelo processo de acompanhar abortos, apta a compartilhar os saberes que aprendeu. Na visão de *Las Libres* (2014, p. 40), para que o diálogo seja horizontal:

Aquí el lenguaje se convierte en el elemento dinamizador del proceso cognitivo y permite flexibilizar y ampliar las perspectivas de la realidad, así como empoderar y dar voz a las mujeres como protagonistas de sus historias y decisiones, frente a sus derechos humanos, su salud sexual y los derechos



reproductivos. El lenguaje es un dispositivo de mediación, que se orienta a desarrollar una comunicación sensible y abierta; la cual se instituye y se organiza como uno de los elementos fundamentales en la intervención ya sea médica, legal, social, psicológica etc..

Quanto a *Fondo MARIA* (BALANCE, 2016), a escuta ativa consiste no respeito ao tempo de cada mulher, entendendo que o processo de tomada de decisão pela interrupção da gestação pode ser confuso. Em seu manual voltado para acompanhantes (Ibid.), elas destacam que muitas vezes a decisão resulta de um processo de negociação da mulher consigo mesma, onde estão em jogo estigmas, ideologias, sistemas de crenças, realidade social e projetos de vida. Por esse motivo, algumas podem se mostrar indecisas, inseguras, preocupadas ou confusas. O papel da acompanhante, então, centra-se em escutar, tirar as dúvidas, oferecer suporte emocional e dar toda a informação necessária para que a mulher reconheça qual é a sua vontade, diferenciando-a das pressões do companheiro, de amigos, familiares ou de imposição religiosa.

No interior da organização, uma “atitude aberta” por parte da acompanhante cria um ambiente propício para que a mulher se expresse e tire suas dúvidas. Tudo para que se estabeleça uma relação de confiança, essencial para um bom acompanhamento, em um diálogo sem julgamentos: “Una actitud abierta no directiva es el punto de partida: dejar hablar al mismo tiempo que se mantiene la escucha activa” (BALANCE, 2016, p. 55).

Recomenda, ainda, a organização: ser flexível, compreensiva, não autoritária, não paternalista, mostrar solidariedade, não insistir em temas que a mulher não queira falar, manter um tom de voz acolhedor e assegurar que a informação está clara e foi entendida. Também é preciso responder a todas as perguntas que a pessoa acompanhada faça (se não souber, dizer que não sabe e buscar as respostas) e tentar captar as principais preocupações.

*Fondo MARIA* reitera que a escuta ativa se pratica por meio da observação da interlocutora e das expressões corporais da acompanhante, ao demonstrar que está atenta à conversa. Em resumo, a escuta ativa pode ser sintetizada por:

- a) Centrar-se na pessoa que está comunicando algo;
- b) Entender a pessoa como se estivesse no seu lugar;
- c) Estar presente no diálogo (não pensar em outra coisa nem se distrair);
- d) Deixar que a conversa siga seu curso e que a pessoa escolha o tema;
- e) Não se envolver respondendo de forma ativa;

- f) No encontro pessoal, mostrar interesse com postura corporal e centrar a atenção na pessoa que fala.

Também para *Socorristas en Red*, a escuta é uma das chaves para o acompanhamento, tal qual relatou uma das telefonistas entrevistadas para esta pesquisa:

Y tengo la costumbre de ser bastante impaciente, [pero] cuando hablo con una mujer al teléfono, es como que tengo todo el tiempo para escucharla y es eso, es dedicarte a estar solamente escuchándola, porque vos tienes que tomar todo el tiempo para escucharla, para estar atenta, porque hay algunas que te llaman no solamente porque te necesitan para que les des información sobre aborto, sino te das cuenta que necesitan ser escuchadas. Hay mujeres que empiezan a hablar de su vida personal o empiezan a contar cosas y te das cuenta de que necesita un espacio de escucha. Entonces, a mí me pasó eso, yo desarrollé un montón a paciencia. (PFISTER, 2018, informação verbal)

A rede pensa a escuta ativa como um estar disposta não apenas *fisicamente* a escutar a outra pessoa que necessita de um aborto seguro, mas acolhê-la no conteúdo do que ela fala, mesmo que suas realidades e valores sejam diferentes. Com a palavra, Ruth Zurbriggen (2018, informação verbal):

[Para ser buena acompañante] Hay que tener voluntad para estudiar también, para formarse y, sobre todo, hay que tener disponibilidad para desarrollar capacidad de escucha, porque justamente esta otra existe, esta otra no soy yo, esta otra la puedo fagocitar en mis creencias e ideas. Entonces si yo no voy a soportar que la mujer me esté contando que fue violada por un marido y se va a quedar con este marido y lo que va a poder hacer como mayor acto de autonomía en este momento es resolver su aborto. Nada más. Y aprender a no juzgarla por eso y entender que eso es un proceso que ojalá salga de esa relación violenta, pero que no depende de nosotras. Para ser socorrista me parece que también hay que controlar nuestras omnipotencias, porque eso de cuidar no es ser salvadoras de las demás.

Eis a razão de uma das etapas da formação das telefonistas das *Socorristas en Red*, além de entender dos protocolos de saúde, é escutar outras ativistas falando ao telefone com as mulheres que chamam a linha telefônica da organização. Disse-me disse Josefina Pfister (2018, informação verbal):

Yo empecé a escuchar el teléfono con Belén [...] yo escuchaba su voz tan dulce al teléfono y como calmaba las mujeres, porque ella ponía las llamadas en altavoz para que yo escuchara también y aprendiera con eso. Me acuerdo una vez que había una mujer muy afligida, muy angustiada y la chica terminó totalmente diferente la llamada agradeciéndole de una forma super dulce. Cuando terminó esta llamada yo me acuerdo que le dije a Belén: 'yo quiero hacer eso porque yo también quiero aportar y que las mujeres hablen conmigo y que cuando corten estén mucho más relajadas. Me pareció increíble el

trabajo, porque con unas palabras que le dijo, no más, para la mujer fue todo, le cambió toda la angustia que tenía.

Tal espaço se converte, então, em um lugar de produção de saberes, em um processo de educação entre pares, onde as ativistas trocam entre si, e também aprendem e compartilham conhecimento com as mulheres acompanhadas. Não surpreende que as *Socorristas en Red* definam o *socorrismo* (o modo de nomearem seu tipo de acompanhamento) como “una práctica pedagógica marcada por el deseo de aprender y la urgencia de acompañar a quienes necesitan practicarse un aborto” (ZURBRIGGEN, 2018, p. 151).

Além da horizontalidade, da atenção, da empatia e do respeito na relação, outro ponto-chave da escuta ativa diz respeito à confidencialidade. Em todas as coletivas pesquisadas, as mulheres não precisam fornecer seus verdadeiros nomes e toda informação trocada entre elas permanece em sigilo. A pessoa acompanhada determina os temas e o ritmo da conversa. O manejo do silêncio é uma das estratégias utilizadas por *Fondo MARIA* (BALANCE, 2016) para dar o tempo necessário para que a mulher pense sobre a conversa, processe as informações e elabore suas dúvidas, mas também é uma forma de a acompanhante demonstrar que está atenta e respeitando o tempo da mulher acompanhada.

#### 4.2.2 *Autonomia*

O segundo pilar do acompanhamento feminista de abortos, a *autonomia*, serve para pensar tanto a relação das acompanhantes com a pessoa que aborta, respeitando sua capacidade de agência e sua história de vida, quanto a proporcionada coletivamente pela estratégia feminista ao promover a segurança do método medicamentoso.

A escolha da prática do aborto medicamentoso pelas grupas em questão nesta pesquisa se insere na perspectiva de tirar o poder dos médicos de decidir como e quando intervir sobre os corpos das mulheres. Mais barato e acessível do que as clínicas, a chegada do Misoprostol ao mercado permitiu que as mulheres pudessem fazer um aborto onde e quando quisessem, com riscos reduzidos (ELLERTSON, ELUL, WINIKOFF, 1997).

O método realizado com medicamentos garantiu ainda uma nova forma de acompanhamento de abortos: com ele, a figura da amiga ou familiar indo até a clínica cede lugar para a da pessoa que permanece, em casa, monitorando os sintomas, dando um abraço e fazendo compressas em casa durante uma interrupção de gestação. O fato de poder abortar com

as amigas e em casa<sup>125</sup> permitiu a geração, promoção e estruturação de um conhecimento sobre como fazê-lo de maneira menos dolorosa, mais eficiente e segura. Em grande parte, esses saberes são compilados por grupos feministas tais quais as tratadas nesta pesquisa.

É preciso destacar que autonomia representa um dos conceitos básicos da teoria política do feminismo e parte da estratégia histórica de luta das mulheres. Entretanto, de acordo com a antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2000), autonomia não é dada ou natural, mas algo por construir, em constante disputa. Conforme a outra (p. 7), a autonomia, enquanto um pacto social, “tiene que ser reconocida y apoyada socialmente, tiene que encontrar mecanismos operativos para funcionar”. As grupos aqui tratadas atuam, portanto, na construção cotidiana da autonomia das pessoas que podem gestar, promovendo um aborto seguro e acompanhando-as em suas decisões.

Marcela Lagarde (Ibid.) conceitua ainda a autonomia como algo construído historicamente. Exemplo disso é que o respeito e a promoção da autonomia das mulheres já representavam pilares das ativistas feministas nas décadas de 1960 e 1970. Mostra Laura Kaplan (1995, p. 36, tradução nossa), que conta a história de *Jane*, de Chicago:

Cada aconselhamento era diferente, como cada mulher e cada menina eram diferentes. [...] Independentemente de como cada conselheira abordou as informações que deveriam ser cobertas, a mensagem subjacente era sempre a mesma: Cabe a você levar a mudança de sua vida. Você tem que tomar suas próprias decisões. Você controla seu corpo, ninguém mais o faz.<sup>126</sup>

Observa-se, contudo, que a autonomia pode ser entendida de maneira distinta pelas integrantes de cada uma das coletivas ora pesquisadas nesta tese. Para certas grupos, caso de *Lesbianas y Feministas*, da Argentina, o aborto autônomo é o livre, o que significa ser medicamentoso, autogerido e fora dos serviços de saúde. Por sua vez, *Fondo MARIA*, do México trabalha autonomia na chave da possibilidade da escolha entre fazer o procedimento em casa ou no hospital, com uma amiga ou em um serviço privado na capital do país, de modo medicamentoso ou cirúrgico.

O exercício da autonomia sexual e reprodutiva, diz *Fondo MARIA* (BALANCE, 2016), supõe o cumprimento de três condições: a capacidade, o desejo e a oportunidade. A capacidade

---

<sup>125</sup> Uma referência à organização feminista autodenominada *Con Las Amigas y en La Casa*, que acompanha abortos no Chile.

<sup>126</sup> Do original, em inglês: “Each counseling was different, as each woman and girl was different. [...] However each counselor approached the information that had to be covered, the underlying message was always the same: It’s up to you to take change of your life. You have to make your own decisions. You control your body, no one else does.”

resulta das condições estruturais e do acesso a recursos necessários. A oportunidade significa ter, naquele momento, acesso à informação e aos meios para efetivar esses direitos. Já o desejo consiste em poder decidir o que é melhor para o seu corpo e sua vida.

A organização também defende o acompanhamento de abortos como um processo de empoderamento<sup>127</sup> das mulheres, em que elas fortalecem suas capacidades de se expressar, de defender seus desejos e exercer seus direitos (BALANCE, 2016). Esse empoderamento ocorre não só em relação à mulher que deseja interromper uma gestação, mas inclusive para a ativista que a apoia em sua decisão, visto que no processo ambas crescem em conhecimento, experiência e capacidade de ação. Explicita o manual da organização: “El ejercicio del derecho a decidir de la mujer acompañada brinda certeza en la mujer que acompaña sobre su propia autodeterminación” (Ibid., p. 36).

*Socorristas en Red* pensam autonomia como algo que pode estar relacionado ao aborto, mas que não se restringe a este momento da vida da mulher; que algumas o vivem como uma experiência forte e transformadora de autodeterminação, enquanto outras podem manter relações de violência e submissão. Assim, tratar de autonomia no processo de aborto é também pensar que cada pessoa pode vivenciá-lo de uma forma e que a acompanhante precisa estar ciente dos limites que tem. Ruth Zurbriggen declarou em entrevista:

No pensamos nosotras, o muchas de nosotras, que la autonomía es una abstracción para algún momento de la vida. La autonomía se vive en un contexto, es relativa y lo que para mí puede ser autonomía para la otra puede no serlo. Entonces siempre las categorías a nosotras nos gusta hacerlas jugar en esta existencia y no pensar ‘las mujeres cuando abortan consiguen autonomía’. Bueno, a veces sí, otras, no. Para algunas es un punto de inflexión, para otras sigue siendo un trámite resolverlo y quedarse en ese lugar. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

Para *Socorristas en Red*, é fundamental evitar infantilizar, vitimizar ou tutelar a mulher que busca interromper uma gestação de forma segura. Para tanto, a coletiva defende o que denomina de “co-gestão” de abortos, ou seja, as *socorristas* explicam o protocolo utilizado e as

---

<sup>127</sup> Dentro do movimento feminista, o uso do termo *empoderamento* não é um consenso, em vista do debate sobre o seu caráter individual e coletivo. Do ponto de vista liberal, a mulher empoderada seria a que toma, por si mesma, o controle da sua vida. Magdalena León (2001), no entanto, destaca que essa é uma visão individualista, por ignorar as relações entre as sujeitas e as estruturas de poder, além de desconectar o contexto histórico e sócio-político. Afirma a autora: “El empoderamiento incluye tanto el cambio individual como la actuación colectiva. El empoderamiento como autoconfianza y autoestima debe integrarse en un sentido de proceso con la comunidad, la cooperación y la solidaridad. Al tener en cuenta el proceso histórico que crea la carencia de poder, se hace evidente la necesidad de alterar las estructuras sociales vigentes; es decir, de reconocer el imperativo del cambio” (LEÓN, 2001, p. 97). É nesse sentido, de uma mudança individual, mas também coletiva, que *Fondo Maria* emprega o termo empoderamento.

etapas do procedimento para que as mulheres tomem uma decisão responsável e informada. Procuram, com isso, estabelecer um diálogo horizontal, sem hierarquias, onde a palavra final sempre parte da pessoa que gesta. O que, no entanto, não significa uma relação estabelecida sem conflitos ou tensões. Ao contrário, “las *socorristas* también aprenden a poner límites y a generar un compromiso político con las mujeres, cuando existen ciertas demandas que no pueden ni están dispuestas a resolver” (ZURBRIGGEN et al, 2018, p. 174).

É na relação caso a caso que se constrói, portanto, a autonomia, o papel e a responsabilidade de cada uma no processo.

Las activistas deben trabajar para construir un vínculo muy particular, determinado por el activismo y el trabajo voluntario, que es distinto del que podría establecerse con el Estado (para exigir derechos) o con una empresa (para reclamar cierto servicio). [...] Las *socorristas* aseguran que los límites son importantes para evitar formas de tutelaje y de menosprecio de las capacidades de las mujeres en lo que respecta a trazar estrategias y tomar decisiones por sí mismas (ZURBRIGGEN, 2018, p. 157)

Para garantir que a mulher tome uma decisão informada e autônoma, outra prática comum às grupos aqui pesquisadas é se comunicar sempre com a mulher que deseja realizar um aborto, apesar de ser comum que amigas, familiares ou os companheiros entrem em contato com as organizações para pedir informações sobre o procedimento. Por telefone ou e-mail, elas recebem a informação de que o diálogo só é estabelecido com quem vai interromper uma gestação, sem intermediários. A regra vale mesmo que se trate de uma adolescente. Nesse sentido, informam *Lesbianas y Feministas*:

Hablamos directamente con las mujeres que están buscando información sobre aborto con medicamentos. Hablamos directamente con ellas, porque son ellas quienes deben tener la información completa y correcta de primera mano y sin filtros, y para que nos hagan las preguntas que ellas necesitan. (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010, p. 10)

#### 4.2.3 A micropolítica da alteridade

No acompanhamento feminista de um aborto, não são apenas os protocolos médicos os guias para o contato entre mulheres e ativistas. Além de buscar transmitir informações precisas sobre como usar o medicamento para abortar, cada acompanhante desenvolve suas próprias ferramentas para identificar quando uma mulher está em uma situação de violência, enfrenta muito medo ou demonstra insegurança sobre a sua decisão e confiante sobre o procedimento,

como me disse uma das acompanhantes de *Las Libres*, sobre a necessidade dos encontros presenciais no início:

Cuando hicimos el modelo [Integral de Acompañamiento de un Aborto Seguro], una de las cosas que decíamos era “yo me puedo dar cuenta cuando la chava me entendió lo que la estaba diciendo”. Entonces, era como nuestra necesidad de estar seguras, de ver su expresión y decir “ya, sí, lo va a hacer y no va a necesitarme”. Era como algo que decíamos “la queremos ver”. Ellas también querían saber quién las estaba acompañando, pero era como una medida de seguridad nuestra de decir... yo decía mucho en las entrevistas que nos hicieron para el modelo [que] **aprendes a adquirir herramientas, incluso para leer la cara de las mujeres, leer las expresiones, leer sus formas, incluso si no te dicen nada**. Muchísimo, eso era de estar las viendo todos los días, estar tratando con ellas. (CERVANTES PÉREZ, 2019, informação verbal, grifo nosso)

Trata-se de uma perspectiva semelhante relatada pelas telefonistas que trabalham na linha das *Socorristas en Red* em Neuquén, Argentina. Questionadas sobre procedimentos para tranquilizar mulher, até mesmo pela modulação de voz ao telefone, as ativistas responderam:

Yo trato de ponerme en el lugar. Y yo creo que en el lugar de ella, me gustaría de que hablen bien y que me ayuden. Pero realmente nunca me había pensado eso. (PFISER, 2018, informação verbal)

Yo... escucharlas y vos las das una sola pregunta y te cuentan un montón y al darse cuenta de que pueden decir... reciben una escucha atenta y desprejuiciada y ya les cambia un poco. Yo pregunto si tienen miedo, cuando están bastante nerviosas hago estas preguntas también, del miedo, si se siente acompañada, cuando fue la recepción de su familia cuando comentaste eso [del aborto]. (ALARCÓN PUENTES, 2018, informação verbal)

Muitas dessas ferramentas, no entanto, não podem ser medidas e nem sequer transmitidas, afinal é na subjetividade que nascem as estratégias de acolhimento adequados a quem as procura em busca de um aborto seguro. Outra característica importante é estar aberta ao incerto, já que, segundo me informou uma telefonista de *Socorristas en Red*, “cuando suena el teléfono, no se sabe de dónde viene la llamada”. Esse mistério acontece desde o primeiro contato ao telefone (por não conhecer a mulher que fala ao outro lado da linha, não saber quais experiências a atravessaram e qual é o contexto daquela gestação) até o pós-aborto (quando há possibilidade, ainda que pequena, de uma hospitalização e, às vezes, de ameaças de um companheiro contrário ao procedimento).

Nem tudo está escrito nos manuais de acompanhamento ou se transmite nas formações das grupos feministas. Parte dos saberes que compõe o acompanhamento resultam das

experiências entre mulheres, ou seja, da relação entre elas que uma se faz a acompanhante e a outra se sente acompanhada. Cada experiência alimenta o repertório individual e coletivo sobre o aborto.

No caso de *Lesbianas y Feministas*, com atuação na Argentina, tornou-se necessário extrapolar o material científico e buscar um cruzamento de múltiplos saberes a fim de tornar mais eficientes os atendimentos telefônicos e a confecção do manual, conforme explicam:

En algunas conversaciones, las mujeres nos hacían preguntas nuevas, cuyas respuestas desconocíamos porque no estaban en ninguna publicación científica. El enfoque de educación entre pares signó la diferencia: la Línea se convirtió en un espacio de circulación de saberes, las mujeres que llamaron antes, durante y después de abortar, nos fueron contando muchos detalles que no conocíamos, los relatos de unas les servían a otras, las estrategias de algunas se las contábamos a las que llamaban después: *que a la farmacia vaya un varón*<sup>128</sup>, *el feto parece hígado*, *hay mujeres que expulsan el saco gestacional y no sangran*, *algunas mujeres no dejan de trabajar mientras abortan*, *otras que por ahí sí necesitan quedarse en casa y usar la bolsa de agua caliente... y así*. Nos llevó un tiempo traducir aquello que leíamos como “información” o “datos” médicos objetivos en un aborto real que tuvo lugar en el cuerpo de alguien real, con miedos, vergüenzas y dudas reales, alguien común y corriente como una de las tantas mujeres que llamaban a la Línea. (MINES et al., 2013, p. 144, grifo das autoras)

Abrir-se para além dos protocolos médicos deriva, em primeiro lugar, de uma relação sujeita-sujeita (MEDINA, 2013), em que cada experiência de aborto é compreendida como única e importante para a construção de um conhecimento coletivo sobre o tema. Assim, a ativista precisa acolher a pessoa em situação de abortamento enquanto parte da produção de um saber, sujeita ativa e não “objeto” que reproduz os procedimentos tal qual informam os manuais de saúde. Faz-se necessária, portanto, uma abordagem dialógica, em que as envolvidas estejam abertas a reconhecer a vulnerabilidade que as une, mas também as especificidades, os privilégios e as limitações de cada uma. E a partir daí construir um conhecimento sobre aborto.

A sensibilidade do contato entre mulheres levou as ativistas de *Lesbianas y Feministas* (2010), por exemplo, a publicarem o manual “¿Cómo hacerse un aborto con pastillas?” uma imagem comparando o tamanho do produto da concepção a cada semana da gestação com uma fruta (**Figura 8**). A ideia surgiu das perguntas frequentes que muitas faziam antes do

---

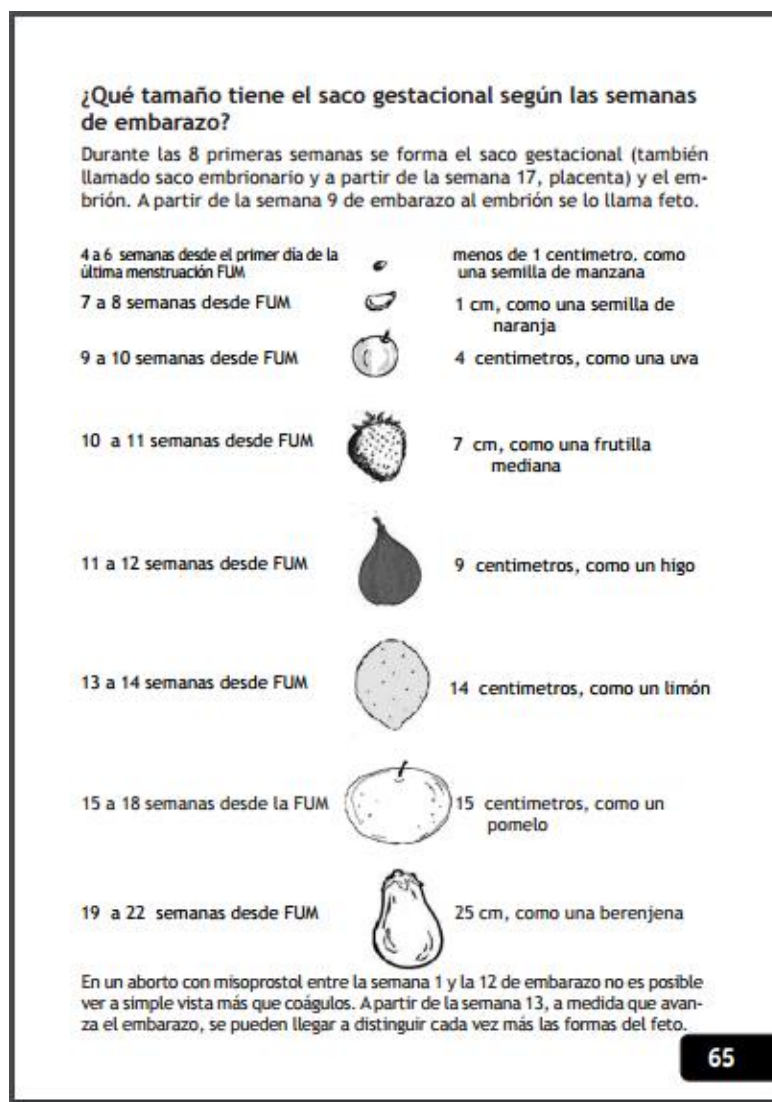
<sup>128</sup> Na pesquisa de campo, nem *Socorristas en Red*, na Argentina, nem as coletivas do México indicaram a necessidade de que um homem fosse comprar o medicamento. No México, havia a orientação de que as mulheres evitassem determinada rede de farmácias, conhecida por se negar a vender o remédio, ou que aproveitassem as promoções de outra, que dava descontos todas as segundas-feiras.



procedimento e, depois, das que ligavam para contar às ativistas como haviam ocorrido seus abortos, como me disse Ana Mines (2018, informação verbal).

Eso de hacer el tamaño, la escala de los fetos con tamaños de frutas y verduras también fue aprendizaje de la línea, porque ellas nos decían. “De que tamaño es?” [preguntaban], “Parece una frutilla”, nos decían. A la vez, también nos dábamos cuenta de que todas, nosotras también, y la gente que llamaba, hay un imaginario sobre el aborto, que es lo que pone los sectores anti-derechos, de que toda vez que se hace un aborto vas a parir a un adolescente, digamos. ¡No!, es más parecido a una menstruación que a parir a un adolescente. Entonces, intentar poner a esas imágenes, inclusive que se puedan ironizar un poco las cosas, era provocador poner lo de la fruta y la verdura.

Figura 8 – Qual é o tamanho do saco gestacional?



A partir do que me explicou Ana Mines (2018), entendo que usar imagens e palavras presentes no cotidiano das mulheres para caracterizar o saco gestacional é, por si só, um ato de resistência de *Lesbianas y Feministas*. Ao nomear algo que não integra o dia a dia das mulheres, elas estabelecem uma estratégia para desdramatizar o aborto e aproximá-lo de uma experiência segura e informada com o uso de medicamentos, desconstruindo o estigma e contribuindo para combater os medos associados ao tema. Nesse sentido, sustenta Mines (2018, informação verbal):

Nosotras decíamos “lo que las mujeres dicen es que se parece a una bolita de carne, un pedacito de hígado”, que eran las palabras que decían ellas. Eso era muy interesante, porque son cosas que no tienen palabra. Son cosas que son tan tabú, que no sabes cómo nombrarla. Y las mujeres le ponían palabras coloquiales, diría hasta cercanas a la vida cotidiana en algunos casos. Obviamente que en La Línea había experiencia de mucho dolor también. Había experiencia que eran más costosas, de gente que se le complicaba. También había un montón que no, que [el aborto] era más parte de una vida, parte de una trayectoria, no un acontecimiento de quiebre, sino parte de la vida. Creo que en el manual intentamos traducirlo, poner todas esas palabras, todas esas imágenes, poner estos nuevos imaginarios.

Para chegar a esse tipo de comunicação com as mulheres, alcançando esses “novos imaginários”, como desejavam *Lesbianas y Feministas* no manual, é preciso que se estabeleça uma relação de respeito e de alteridade. Segundo a filósofa Nadja Hermann (2014, p. 477), alteridade significa um esforço de ir ao encontro da singularidade do outro e uma abertura ética para a criação de um mundo comum. Nessa relação de alteridade, as partes devem se abrir ao diferente, ao estranho e ao inesperado, mas também a possíveis modificações mútuas decorrentes dessa interação.

Observa-se, conseqüentemente, um processo de educação entre pares que não se detém à rigidez dos protocolos de saúde, submetido a constante movimento e adaptação, aberto a responder dúvidas delicadas e às vezes inesperadas, como “*o que fazer com o produto do abortamento?*”, “*eu vou ver um feto?*” ou “*o que fazer quando tenho apenas 4 e não 12 pílulas, como o recomendado?*”. Muitas vezes, essas e outras perguntas assim não compõem as preocupações a partir das quais se constroem os protocolos internacionais, em geral focalizados em um abortamento no ambiente controlado e seguro do hospital.

No atendimento telefônico, se observa já no primeiro passo, na forma com que as feministas se apresentam às mulheres interessadas em um aborto seguro.

Em *Fondo MARIA, Las Libres e Socorristas en Red*, as acompanhantes não utilizam pseudônimos e iniciam a conversa dizendo seu primeiro nome ou apelido (o mesmo com que são chamadas por outras companheiras de ativismo). Para começar, a comunicação íntima e verdadeira se estabelece já neste momento. O passo seguinte, muitas vezes, é fazer uma breve apresentação da organização, o que inclui explicar às mulheres que elas não fazem abortos nem vendem medicamentos.

No atendimento de *Fondo MARIA*, um formulário guia a conversa com as mulheres que chamam a linha telefônica, mas cada acompanhante decide o momento adequado para fazer cada uma das perguntas, para que seja um diálogo, e não uma entrevista. Em todos os momentos, as feministas perguntam se há dúvidas, se existe algo que a mulher queira falar.

A partir do formulário, as ativistas de *Fondo MARIA* procuram entender melhor as necessidades e o contexto de cada mulher, forneçassem informações sobre como fazer um aborto com medicamentos (que pode ser comprado em farmácias de todo o país sem receita médica), além de facilitarem a realização de um aborto em clínicas legalizadas da Cidade do México.

Nesses casos, antes de marcar a data do procedimento, elas explicam etapa por etapa: como será a preparação prévia, a anestesia e que durante o processo ficarão “em posição ginecológica” adotada durante o processo. Por isso, as telefonistas perguntam: “¿Alguna vez hiciste el Papanicolau? Es la misma posición”. Para a realização do aborto, explicam elas, deve-se deitar na maca, colocar as pernas sobre as perneiras e o médico irá introduzir um espécuro na vagina. “El procedimiento dura entre 15 y 20 minutos. Vas a salir caminando”, diz uma das ativistas ao telefone. “Si tienes alguna duda o si quieres continuar platicando, nos puedes llamar”, informa ao final da conversa (caderno de campo, 2019).

No dia marcado, uma voluntária do *Fondo MARIA* encontra e acompanha a mulher que vai realizar o aborto. As comparações com o Papanicolau, a exposição sobre o tempo exato do procedimento, o detalhamento de cada etapa e os sintomas esperados auxiliam a preparar e tranquilizar a pessoa que vai interromper uma gestação.

Não é incomum que mulheres que buscam as organizações feministas citadas nesta pesquisa enfrentem situações de violência ou que a própria gestação seja fruto de um estupro<sup>129</sup>. Constatada situação de tal natureza, ativistas mais experientes assumem os acompanhamentos

---

<sup>129</sup> Em caso de estupro, o aborto era permitido em todo o México e na Argentina nos anos de pesquisa de campo, em 2018 e 2019.

com alguns cuidados extra são realizados, entre os quais o encontro pessoal e individual e encaminhamento para equipes de psicólogas ou advogadas parceiras, que fazem esses atendimentos de forma gratuita ou a um baixo custo.

Para esses casos, na sala das telefonistas em *Fondo MARIA* há um cartaz do ADAS, criado pela psicóloga mexicana Olivia Ortiz, que atende online desde a cidade de Guadalajara, para onde são encaminhadas as mulheres que necessitam de atendimento específico.

Às vezes, o relato da situação de violência acontece na resposta à primeira pergunta: “*¿En qué te podemos apoyar?*”, que é ampla e já revela a abertura de que está na linha de ouvir o que for que a mulher quiser dizer. Isso faz com que, além de falarem que necessitam de um aborto seguro, muitas já comecem contando sobre as restrições financeiras, o estigma que sofrem na família e no contexto social, possíveis abusos, ameaças e problemas com as relações com o companheiro. Ainda no questionário de *Fondo MARIA*, outras perguntas importantes iniciam esse tipo de diálogo, como: “*¿El embarazo ocurrió dentro de una relación de pareja?*”, “*¿La persona con quién tuviste la relación sexual te está apoyando?*<sup>130</sup>” ou “*¿Hay alguien de confianza para ti que te esté apoyando?*”.

Entre as *Socorristas en Red*, há ainda as que fazem adaptações ao formulário básico utilizado por todas as coletivas, como uma forma de mostrar mais respeito e sensibilidade à condição de cada mulher que liga para o número da grupa. Assim, por exemplo, em lugar de perguntar “*¿tenés trabajo remunerado?*”, a ativista utiliza “*¿trabajás em casa o afuera de la casa?*”. Tal mudança, sutil, demonstra maior respeito ao trabalho doméstico.

Para aumentar a proximidade com quem está do outro lado da linha, durante toda a ligação algumas ativistas costumam usar a primeira pessoa do plural para responder às dúvidas de quem liga: “*Nosotras, mujeres, cuando nos quedamos embarazadas...*”, diz a ativista de *Fondo MARIA* ao explicar sobre as mudanças hormonais e a ansiedade comum às que buscam a organização. O tempo verbal reforça o sentido de coletivizar a experiência mostrar como uma gestação indesejada é algo comum, e que não há vergonha nem medo em desejar um aborto. Além disso, uma delas, por exemplo, costuma, antes de encerrar a chamada, questionar: “*¿hay algo en este momento que te preocupes y que quieras platicar?*”. Ao final, se despede com um fraterno cumprimento: “*que estés muy bien y te mandamos un abrazo muy fuerte*”.

---

<sup>130</sup> Em conversas informais, as telefonistas me diziam que, entre as que precisam viajar de outros estados para a Cidade do México para realizar um aborto, a maioria chega sozinha ou acompanhada de uma irmã ou amiga. Em poucos casos, elas chegam com o companheiro e, nessas situações, o fazem mais por desconfiança dele do que por dar o apoio emocional que elas precisam.

### 4.3 Eu aborto, tu abortas, elas abortam?

“Mi nombre es Esther, pero eso no importa ahora. Soy zapatista, pero eso tampoco importante en este momento. Soy indígena y soy mujer, y eso es lo único que me importa ahora” (COMANDANTA ESTHER, 2001). Em pronunciamento no Congresso em 28 de março de 2001, no México, uma das lideranças do EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) marca como a experiência de ser mulher<sup>131</sup> é atravessada por outros marcadores sociais. No caso da Comandanta Esther, por exemplo, não bastaria se declarar mulher **ou** indígena, visto que essas duas identidades a atravessam. Quando se trata de aborto, nada difere. Toda pessoa que aborta tem uma experiência marcada por questões como geração, classe, localização geográfica, raça e etnia.

Em 1994, as mulheres da EZLN apresentaram suas 34 demandas, entre as quais, “decidir el número de hijos que puedan procrear y cuidar” (Ibid., p. 17). Falar de aborto na comunidade, no entanto, é um tabu. Apesar de altas taxas de mortalidade materna no Estado de Chiapas e do conhecimento de que algumas realizam abortos em condições precárias e inseguras, existe uma crença de que não se deve discutir aborto em comunidades indígenas, explicou a major Ana María.

[...] muchas veces pasa esto, la muchacha va con la partera o con una curandera y pide que se le practique un aborto por miedo de que su familia la vaya a maltratar y los castiguen. En las comunidades donde yo conozco, les cobran una multa o agarran al hombre que embarazó a la muchacha y lo encarcelan por unos días o le dicen que le pague la atención a la mujer. (NO NOS, 2018, p. 19)

Observar a relação entre tais identidades e compreender como afetam as experiências de cada mulher assegura, portanto, uma perspectiva interseccional ao tema. Decerto, trata-se de uma abordagem focada em ponderar e analisar os sistemas de subordinação formados por variáveis dinâmicas, que se sobrepõem ou se cruzam, e assim propor diagnósticos mais próximos da realidade. Define a defensora dos direitos civis e teórica estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw:

---

<sup>131</sup> As combatentes zapatistas argumentam sobre uma divisão de trabalhos igualitária nos acampamentos, com mulheres pegando em armas e homens cozinhando, por exemplo (NO NOS, 2018). Apesar disso, relatam que, para se casar, precisam pedir permissão aos superiores e ter filhos é um problema, como relatou a major Ana María: “no podemos tener hijos porque no debemos poner en peligro la vida de un niño. Entre las insurgentes hay planificación familiar pero hay muchas que han tenido y han debido dejarlos con sus padres para no dejar la lucha” (Ibid., p. 11).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. (CRENSHAW, 2002)

Na década 1970, a coletiva *Jane*, formada por mulheres de classe média, feministas, brancas e muitas estudantes universitárias, recebia inúmeras chamadas de mulheres negras, mais pobres e com menor acesso a procedimentos seguros, que enfrentavam um julgamento moral em dobro: da sociedade, de forma geral, mas também dentro do próprio movimento negro. “As mulheres negras, como sempre, estavam sob um duplo vínculo. Eles não estavam apenas sobrecarregadas com as posturas da sociedade, mas também com as críticas de nacionalistas negros que identificavam o aborto com genocídio”<sup>132</sup> (KAPLAN, 1995, p. 37, tradução nossa).

Apesar do destaque da ativista Laura Kaplan sobre o tema, a filósofa Angela Davis naquela época já criticava a forma com que os movimentos feministas hegemônicos pautavam o debate sobre a legalização do aborto nos Estados Unidos. Para Davis (2016), brancas e de classe média ignoravam que a discussão devia se associar à militância contra as esterilizações forçadas de mulheres negras e latinas.

Vem de longa data o amadurecimento dos movimentos feministas de que tratar de aborto depende de um olhar múltiplo e complexo, capaz de considerar que a experiência e o acesso a métodos seguros não equivalem para todas as mulheres. Tal divergência pode ser observada tanto nas narrativas quanto nos números.

#### 4.3.1 Raça e etnia

No México, em média, 36% dos abortos resultam em complicações que exigem cuidados médicos. A proporção, no entanto, sobe para 45% entre mulheres rurais pobres e cai para 26% no caso das urbanas das classes média e alta (JUÁREZ et al., 2013). No país, mulheres e meninas pobres e indígenas enfrentam maior dificuldade de acesso a um aborto seguro, mesmo que nas situações legais, como estupro. Um tipo de dificuldade é exemplificado pelo caso narrado pela antropóloga Marta Lamas (2017, p. 301):

---

<sup>132</sup> No original, em inglês: “Black women, as usual, were under a double bind. They were not only burdened with society’s attitudes, but also by the criticism of black nationalists who identified abortion with genocide”

Mónica, de 12 anos, é uma indígena mazateca de Oaxaca, e não fala espanhol. Ficou grávida após ser estuprada por um conhecido. Ao denunciar a violação ao Ministério Público, ela solicitou a interrupção da gravidez em conformidade com a legislação penal local. Apesar de o Ministério Público ter outorgado a autorização, Mónica enfrentou diversos obstáculos, como falta de recursos necessários para o transporte para o hospital público e a hospedagem na cidade de Oaxaca, assim como a ausência de tradutores durante o processo penal e também durante a prática médica. Finalmente, a gravidez foi interrompida

Em entrevista para esta pesquisa, a acompanhante autônoma de abortos D.<sup>133</sup> (indígena, que atua em comunidades de Guerrero) explicou que parte das mulheres que a procuram para interromper uma gravidez foram estupradas. Ela mesma vítima de uma violação quando se mudou para a zona urbana para realizar o sonho de estudar. Hoje, é estudante de direito e tradutora em oficinas no idioma *tzotzil*:

[...] casi, casi por terminar el taller que doy [a las mujeres], les digo “cualquier cosa que quieran, aquí estoy, puedo escucharlas, puedo entender lo que pasa, porque también soy de pueblos originarios, yo también he sufrido como ustedes”. [...] A veces unas chicas se me acercan y me dicen: “¿Cómo puedes saber lo que nosotras vivimos si vienes de la ciudad y das estos talleres?”. Y luego digo: “comencé a dar estos talleres por lo mismo, porque he estado aquí. Yo soy de pueblo también. Yo he ido a la ciudad, yo he sufrido esto, esto y esto”. Y ellas dicen: “es verdad, nosotras también pasamos lo mismo”. Y es ahí cuando comenzamos a dialogar, hacernos amigas y poco a poco sacan el tema de que una compañera, una amiga o ellas mismas necesitan apoyo de acompañante. Y la verdad sí me afecta escucharla, pues todavía no he trabajado en mí, pero tampoco las puedo dejar así.

D. não integra as coletivas estudadas nesta pesquisa, mas a conheci em um evento em Chiapas com acompanhantes de abortos de várias partes do país. No encontro, não havia nenhuma organização que trabalhasse especificamente em comunidades indígenas, mas todas, de alguma forma, tinham relação com essas mulheres.

Por seu trabalho autônomo e sua história com mulheres indígenas, D. foi quem melhor me contou sobre o estigma que sofrem. Muito antes de falar de aborto, me disse, há um tabu sobre sexualidade comum às comunidades indígenas, o que dificulta a circulação de informação sobre contracepção e o combate às violências de gênero. Em decorrência disso, ela decidiu não realizar acompanhamentos no seu próprio território, preferindo apoiar mulheres em outras

---

<sup>133</sup> Identidade ocultada a pedido da ativista.

comunidades que também falam *tzotzil*. Reproduzo a seguir um trecho do nosso diálogo (D., 2019, informação verbal, grifo nosso):

**¿Cómo fue que tu decidiste no acompañar [abortos] en tu pueblo?**

¡Ay no!, es porque en mi pueblo te van a matar gratis. Así te hacen. Se empiezas a decir eso, te van a matarte gratis. O sea, ni siquiera vas a hacer nada y ya. Por eso digo “no me voy a arriesgarme”, porque conozco.

**¿Por qué piensas que es un tabú hablar de que no quiere ser mamá en los pueblos [indígenas]?**

Por usos y costumbres, por nuestra filosofía, por nuestra forma de ver las cosas. O sea, esto se aprende ya cuando se está casada.

**¿Eso pasa mismo en caso de violación?**

En este caso también... ¡Pues sí!, la verdad es que las chicas de ahí pasan este caso no dicen nada. O sea, prefieren cargar con toda la culpa, toda la carga, con toda la responsabilidad. Y a veces el del mismo pueblo las critican y dicen cosas. El problema es que son muy prejuiciosos, no saben por qué ella está embarazada... ellas tampoco hablan.

**¿Y cuál crees que es la diferencia de acompañar en pueblos y acompañar en la ciudad?**

Yo, como no he actuado en la ciudad, no sé. Pero pues si es mucho más difícil en pueblos, porque ahí casi no se habla del tema, es muy arriesgado hablar [...] Desde mi forma de ver, de mi experiencia, tengo que proteger a mí misma y proteger a la chica, porque *si es que se enteraron que la chica abortó o algo así, entonces ella ya no es digna de ser mujer, ya no es digna de ser mamá, ya no es digna de ser ciudadana del pueblo.*

O trecho mostra algumas das barreiras culturais para discutir o tema e até apoiar mulheres indígenas no México, destacando-se o estigma e as ameaças de violência física e feminicídio. O primeiro desafio, porém, reside no idioma. No país, são reconhecidas 68 línguas indígenas; saber uma delas, o *tzotzil*, faz com que D. estabeleça o início de uma relação de confiança. Para tentar se aproximar das mulheres indígenas, a tradução, portanto, constitui uma das peças-chave das estratégias feministas para promover o aborto seguro.

Na publicação bilíngue espanhol/náhuatl “Aborto, aquí te cuento. Mohuetziltia, nika nimitz pohuilicej”, as organizações *Las Libres*, *Red Necesito Abortar* e *Voces de Mujeres en Acción* (2018), do México, reuniram narrativas de nove mulheres e um homem sobre aborto. Os textos tratam de pessoas de distintas idades, classes sociais, estado civil e locais de moradia. Em comum, haviam decidido que, em determinado momento da sua vida não queriam ser mães.



A primeira história trata da jovem nominada Yoalli, de 22 anos, que vivia em uma comunidade indígena e descobriu que estava grávida. Sobre o estigma enfrentado por ela, o texto (LAS LIBRES; RED NECESITO ABORTAR; VOCES DE MUJERES EN ACCIÓN, 2018) pondera que, assim como todos os relacionados à sexualidade, também o aborto é encarado com reprovação. Assim, as amigas de Yoalli a rechaçaram quando disse que queria interromper a gestação. A jovem tentou abortar com medicamentos e em casa, mas não teve sucesso. Em seguida, viajou até a Cidade do México, onde conseguiu realizá-lo de forma legalizada e segura.

Ao final, prossegue o texto, ela se sentiu feliz por saber que não estava mais grávida e indignada porque outras mulheres da sua comunidade se submetem a métodos inseguros por não disporem de informação adequada sobre como fazê-lo. Quer dizer, ela mesma decidiu se tornar acompanhante, para apoiar outras pessoas da sua etnia. A narrativa prossegue (LAS LIBRES; RED NECESITO ABORTAR; VOCES DE MUJERES EN ACCIÓN, 2018, p. 4):

Yoalli tiene conocimiento de que el aborto ha sido, es y seguirá siendo parte de su comunidad, ya que muchas mujeres por cuestiones económicas, abuso físico, emocional y/o sexual por parte de sus parejas, optan por interrumpir sus embarazos empleando métodos riesgosos para su salud y su vida, por lo que ha decidido acompañar procedimientos de aborto entre las mujeres indígenas para democratizar el conocimiento y evitar perder las vidas de las mujeres que ya son sujetas de derechos.

*Fondo MARIA*, por sua vez, produziu, em 2019 e com o apoio do Clacai<sup>134</sup>, spots radiofônicos traduzidos em sete línguas indígenas e divulgados em parceria com rádios comunitárias. Os informes tratavam de autonomia sobre o próprio corpo e explicavam pontos da NOM046, norma que versa a respeito dos direitos e da atenção dos serviços públicos em caso de violência sexual, além de contar que *Fondo MARIA* apoia mulheres que queiram abortar em segurança e, para tanto, necessitem viajar para a Cidade do México.

Outra ferramenta utilizada pelas coletivas aqui pesquisadas para identificar e incidir para reduzir as desigualdades de acesso ao aborto seguro é a utilização de um formulário, preenchido toda vez que uma mulher entra em contato com a grupa para pedir informação e acompanhamento para um aborto seguro.

No México, o formulário que orienta os atendimentos de *Fondo MARIA* possui um campo para registrar se a pessoa pertence a alguma etnia indígena (por meio de autodeclaração).

---

<sup>134</sup> Consorcio Latinoamericano contra el Aborto Inseguro.

Relevante destacar, entretanto, que inexistem qualquer espaço para a sua identificação como negra ou afrodescendente. Na Argentina, os questionários de *Lesbianas y Feministas* e das *Socorristas en Red* não possuem perguntas sobre raça ou etnia, apesar de levantar dados sobre moradia, renda, emprego e formação escolar.

Esses silêncios na produção de dados e estatísticas nas questões de raça, inclusive dentro do próprio movimento feminista, refletem a (pouca) visibilidade conferida ao tema nos dois países.

No México, somente em 2019 a Constituição Federal reconheceu povos e comunidades afro-mexicanas como parte da pluriculturalidade da nação e apenas em 2020 o censo do país passou a mapear quantas são e onde estão as pessoas que se identificam como afro-mexicanas ou afrodescendentes (INEGI, 2021)<sup>135</sup>.

Conforme a interpretação da pesquisadora e advogada mexicana Elia Avendaño Villafuerte, tal modelo de percepção racial deita raízes na política de mestiçagem impulsionada no período pós-independência, que sustentava a ideologia de que a população do país resultava de uma mistura entre pessoas de ascendência ameríndia e espanhola, excluindo os negros. O resultado, em suas palavras, materializa-se na “invisibilidade estatística das mulheres negras”. Prossegue a autora: “Las mujeres negras afro-mexicanas no existen en las estadísticas; no hay datos asociados a su identidad sobre sus condiciones económicas, sociales, educativas, de salud y laborales. Este vacío también provoca incertidumbre sobre la violencia que resienten” (VILLAFUERTE, 2020, p. 61).

Na Argentina, esse silenciamento sobre a mulher negra se reflete na atuação das grupos de acompanhamento de abortos. A título de exemplo, em uma busca simples no site da *Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito*<sup>136</sup>, que protagonizou a luta pela legalização do aborto no país desde 2006, não foi encontrado nenhum informe ou notícia sobre as ações da campanha que mencionasse as palavras “negra” ou “afrodescendiente”. Isso mostra como o debate sobre aborto neste país não considera questões de raça. Os dois termos citados também não constam no documento “Argumentos para el debate sobre aborto en Argentina”, produzido por Redaas (Red de Acceso al Aborto Seguro), Cedes (Centro de Estudio de Estado y Sociedad) e ELA (Equipo Latinoamericano de Justicia y

---

<sup>135</sup> Segundo o Censo de Población y Vivienda de 2020 (INEGI, 2021), 2.576.213 pessoas se consideram afrodescendentes ou afro-mexicanas, o que representa 2% da população do México. Delas, 7,4% falam alguma língua indígena.

<sup>136</sup> Disponível em: <http://www.abortolegal.com.ar/>. Acesso em 6 de jan. 2021.

Género) (2018), organizações que também contribuíram, dentro do campo feminista, para pautar a legalização do aborto.

#### 4.3.2 *Perspectiva juvenil*

Ainda considerando as interseccionalidades, *Fondo MARIA*, em seu manual de acompanhamento (BALANCE, 2016), reserva um especial enfoque para a questão geracional. Chamada de perspectiva juvenil, leva em consideração que muitas adolescentes que desejam interromper uma gestação enfrentam barreiras sociais e impostas a falta de respeito da sociedade e das instituições do Estado, que colocam barreiras ou desconsideram a autonomia sobre sua própria vida reprodutiva e sexual. Frise-se, ainda: meninas e adolescentes acham-se mais vulneráveis a situações de abuso, exploração sexual e outras violências de gênero (Ibid.), além de sofrer os impactos sociais, econômicos e de saúde de um aborto inseguro (CLADEM, 2016).

A pouca idade igualmente agrega um fator de risco quando se trata de aborto. De acordo com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA, 2013), em todo o mundo, 3,2 milhões de abortos anuais envolvem jovens com menos de 18 anos de forma insegura, causando a morte de 200 meninas por dia em todo mundo em decorrência de complicações da gravidez precoce. Elas têm mais chances de complicações, incluindo hemorragias, lesões em órgãos internos, tétano, infecções, esterilidade e morte, do que as mulheres adultas que utilizam os mesmos procedimentos (Idem).

Por outro lado, as meninas que escolhem manter a gestação se expõem a riscos durante o parto, desenvolvem maior risco de repetência e abandono escolar, e perdem as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional (Idem). Para não mencionar os impactos na vida social e psicológica. Obrigar uma criança a levar adiante uma gravidez, sem oferecer a ela opção por um aborto seguro, compreende o que o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher denomina de “gravidez infantil forçada”:

Se a gravidez dura 9 meses, a maternidade dura toda a vida e as transforma de maneira transcendental. Obrigar uma menina que não terminou de crescer a levar a termo uma gravidez, ser mãe e criar um bebê deve ser considerada tortura ou tratamento cruel, desumano e degradante, segundo os casos, nos termos da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. (CLADEM, 2016, p. 8, tradução nossa)

A perspectiva juvenil, argumenta *Fondo MARIA* (Ibid.), significa o reconhecimento de que há uma diversidade de identidades e contextos de jovens e adolescentes, e que, qualquer que seja a sua vulnerabilidade, sejam elas as responsáveis por lutar por seus direitos e protagonizar suas demandas políticas.

O enfoque na questão juvenil se explica porque *Balance*, a organização que engloba *Fondo MARIA*, desenvolve um projeto intitulado “Adolescentes, Autonomía y Sexualidad”. Dados os intercâmbios constantes entre as equipes de trabalho, justifica-se que, mesmo ao tratar de aborto, a organização adote uma perspectiva especial para jovens e adolescentes, entendidos como “integrantes activos de la sociedad, con dignidad y derechos, con capacidad para tomar decisiones y actuar conforme a sus necesidades” (BALANCE, 2016, p. 14).

Em seu manual “Cómo hacerse un aborto con pastillas?”, *Lesbianas y Feministas* (2010) também citam, ainda que brevemente, o fator geracional, partindo de uma perspectiva de direitos, com orientação às adolescentes que desejam interromper uma gestação.

Si tenés menos de 14 años te pueden pedir que te acompañe un/a adulto/a las consultas médicas, pero no pueden negarte atención en la guardia. Acordate que si no tenés un/a adulto/a de confianza en tu familia, podés pedirle a cualquier que te acompañe (una amiga, una maestra, una vecina). También podés acercarte a charlar a una organización de mujeres, feminista, o de derechos humanos. (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010, p. 123)

#### 4.3.3 Outras interseccionalidades

Entre as *Socorristas en Red*, nota-se um esforço para refletir, produzir e compartilhar conhecimentos sobre as *gestações de segundo trimestre* (ZURBRIGGEN et al., 2018). Isso porque, de acordo com a organização, essa realidade afeta especialmente pessoas em posições sociais e subjetivas de grande vulnerabilidade, que chegam às coletivas da rede com idade gestacional mais avançada. Trata-se de pessoas pobres, moradoras de zonas rurais, com baixo nível de escolaridade ou em situação de violência, enfrentando maior dificuldade para confirmar a gravidez e acessar informações e métodos que garantam um aborto seguro nas primeiras semanas de gestação.

A ideia da rede, desse modo, intenciona garantir protocolos seguros de ação para a prática das acompanhantes e também suporte e acolhimento emocional para as pessoas que desejam um aborto mesmo que no segundo trimestre de gestação.

Em seu manual de aborto seguro, as argentinas da grupa *Lesbianas y Feministas* (2010) ressaltam a multiplicidade das experiências de interrupção de gestação e o respeito às

diferenças, suposta maneira de fortalecer politicamente a luta feminista. Nesse sentido elas também tratam das profissionais do sexo, que podem ser vítimas de violências ou não ter acesso ao descanso necessário após o procedimento, o que aumenta as chances de infecção:

Si te prostituyen los/as fiolos/as, el hambre, el Estado y estás obligada a tener sexo con penetración vaginal durante el sangrado después del aborto, vas a estar más expuesta a infecciones. No dudes en buscar atención médica ante cualquier signo de infección. Sabemos que ni el Estado, ni el feminismo, ni los sindicatos, ni los organismos de derechos humanos, ni las ONGs tienen políticas para que dejes la prostitución, ni siquiera durante el sangrado después del aborto. (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010, p. 129).

Em outro trecho do manual, discorrem sobre os direitos das mulheres imigrantes ou com alguma deficiência, suscetíveis a encontrar dificuldades de acessar o sistema de saúde por falta de apoio especializado. Assim, informam as ativistas:

Derecho al intérprete: Tenés derecho a un/a intérprete durante la consulta médica si lo necesitás por cualquier razón (no hablás español, te comunicás por lengua de señas, o cualquier otra situación). El hospital o centro de salud debe tener o conseguir un/a intérprete (Ibid., p. 123)

Em todos os casos, as grupos citadas reforçam que atentar para vulnerabilidades (sociais, econômicas, emocionais) de algumas mulheres não significa que a acompanhante deva adotar uma postura de “salvadora”, como discorre *Fondo MARIA* em seu manual de acompanhamento (BALANCE, 2016). Ao identificar privilégios e desigualdades, as ativistas buscam apoiar a pessoa que necessita de um aborto, compreendendo que a experiência muda de acordo com a pessoa.

Com seu ativismo, essas feministas procuram superar barreiras e sanar problemas que impeçam determinadas pessoas de realizar um aborto de maneira segura, por meio da divulgação de informação traduzida e sobre direitos de grupos minorizados, capacitações e trabalho articulado com outras instituições. Entendem, assim, que o acompanhamento pode representar sim um ponto de inflexão e de mudança em outras áreas da vida de alguém que está em situação de vulnerabilidade social; ao mesmo tempo, não perdem de vista que desigualdades e violências possuem raízes estruturais.

Em outras palavras, as feministas tratadas nesta pesquisa entendem interseccionalidade como um trabalho diário e em construção, que considera seus limites de atuação, além de procurar reconhecer e respeitar a autonomia das pessoas com capacidade de abortar, fornecendo informação e recursos para que tomem decisões e se tornem protagonistas de suas vidas.

#### 4.4 *Tortillera, feminista y abortera*

Ao longo desta pesquisa, lembro-me de conversas que, em contextos heterocisnormativos, pareceriam inusitadas. Foi assim em uma mesa de bar na Argentina, onde, rodeada de ativistas das *Socorristas en Red*, uma delas dizia que já havia se esforçado para gostar de mulheres, mas que preferia manter relações sexuais com homens. As demais ativistas, todas bissexuais ou lésbicas, riam da maneira com que a companheira se lamentava.

Já no México, em um encontro de acompanhantes de aborto, uma das plenárias convidava as ativistas a refletir sobre o “aborto lésbico-feminista”. Antes do início da conversa, as coordenadoras da atividade nos pediam para ficar de pé cada vez que a resposta fosse “sim” a perguntas como “você já beijou/fez sexo/amou outra mulher?”. A cada resposta, podíamos perceber quantas ali se identificavam enquanto bissexuais, lésbicas (também chamadas “tortas” ou “tortilleras”<sup>137</sup>) ou heterossexuais que já haviam se relacionado com outras mulheres. Durante a discussão, uma das participantes se levantou e desabafou, chorando, que toda vez que se relacionava com um homem se sentia um pouco cúmplice do patriarcado e da violência machista<sup>138</sup>.

Ambos os episódios não foram os únicos, mas revelam a estreita relação entre os ativismos lésbico e pelo aborto livre. Além dos relatos pessoais, tal cruzamento de identidades figura no nome de várias grupos da América Latina, como *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* (Argentina), *Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información* (Chile) e *Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información* (México). Nos três exemplos, percebe-se a magnitude da identidade lésbica é tão importante que está no nome das coletivas e precede à feminista. No caso das citadas, há historicamente um intercâmbio entre elas de materiais, estratégias e formação para a criação de suas linhas telefônicas de informação sobre aborto seguro.

---

<sup>137</sup> Em parte da América Latina, os termos “torta” ou “tortillera” designam mulheres lésbicas. Há várias explicações para o uso dessas expressões. Eis uma das mais difundidas: para preparar as *tortillas* é preciso “dar a volta”, “colocá-las para o lado contrário”, como mulheres que, ao invés de se relacionarem com homens (conforme a heteronorma), vão “para o outro lado”. Vale ressaltar que fazer *tortillas* é uma ocupação majoritariamente feminina. Como os termos “sapatão” e “bicha”, no Brasil, essas expressões por muito tempo foram consideradas pejorativas, mas hoje vem sendo ressignificadas pelo próprio movimento lésbico, como forma de se afirmarem orgulhosamente “tortas”.

<sup>138</sup> Por tratar-se de um evento com informações sensíveis sobre coletivas e ativistas, prefiro não fornecer informações específicas do encontro, embora não clandestino, restringia-se a convidadas.

Mesmo as grupos sem o termo lésbica no nome, como *Fondo MARIA*, *Las Libres* e *Socorristas en Red*, incluem em suas pautas a defesa de pessoas LGBTQIA+. As referências ao movimento aparecem em publicações nas páginas da rede social Facebook das três organizações (**Figura 9**) ou em suas marchas, como no caso de *Socorristas en Red*, em registro feito por esta pesquisadora durante o 33º Encontro Nacional de Mulheres em 2018 em Trelew, Argentina:

Figura 9 – Bandeira LGBTQIA+ em meio à marcha das *Socorristas en Red* durante o 33º ENM



Fonte: A autora.

Para compreender a relação entre o movimento em defesa do aborto e o ativismo lésbico faz-se necessário recuar um pouco na história, discutir os pontos de divergência e dissonância com o feminismo, e esmiuçar as bases ideológicas do movimento.

A emergência do movimento lésbico<sup>139</sup> nas Américas e na Europa, na década de 1970, coincide com a “segunda onda do feminismo” – que demandava, entre outras coisas, o direito ao aborto e à contracepção–) e com a Revolta de Stonewall<sup>140</sup>, que deu visibilidade ao ativismo gay. A eclosão do movimento lésbico também igualmente se conecta, de maneira íntima, com o feminismo radical, que propõe intervenções artísticas, estratégias de ação não convencionais e um rompimento com as bases das desigualdades sociais.

Foi nessa época que grupos feministas começaram a se organizar para prover ações de reduções de danos, como a *Coletiva Jane*, nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que marchavam pela legalização do aborto. Em paralelo, o movimento lésbico tratava de marcar suas diferenças tanto em relação ao feminismo hegemônico (cuja imagem de heterossexual, branca e de classe média excluía a representatividade de outros setores sociais) quanto aos grupos gays.

A poeta e feminista negra estadunidense Cheryl Clarke defende que ser lésbica constitui um ato de resistência, uma forma de fazer política, um modo de vida, uma filosofia e um plano vital. Para ela, existir dessa forma em um contexto violento e misógino seria um “negócio perigoso no patriarcado”, já que as mulheres lésbicas tratam de descolonizar seus corpos, rejeitando a servidão implícita nas relações heterossexistas. Afirma Clarke (1988, p. 99): “Ser lesbiana en una cultura tan supremacista-machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como la de los Estados Unidos, es un acto de resistencia – una resistencia que debe ser acogida a través del mundo por todas las fuerzas progresistas”.

A feminista decolonial Ochy Curiel escreve que a perspectiva lésbico-feminista exerga a heterossexualidade não apenas na chave da prática sexual, e sim como um regime político que atravessa a maioria das relações sociais. Ser lésbica, então, permitiría “un posicionamiento político frente al régimen de la heterosexualidad obligatoria, por lo tanto no como una práctica sexual diversa, aunque politice la sexualidad como parte de ese posicionamiento” (CURIEL, 2011, p. 27).

Observa-se tal posicionamento na perspectiva de um ato rebelde contra o que Clarke (1988, tradução nossa) nomeia de “prostituição ao amo escravagista”, em uma associação entre

---

<sup>139</sup> Isso não significa que, antes disso, não houvessem iniciativas de ativismo lésbico em vários países. O que ocorreu é que, a partir de 1970, no bojo do que alguns teóricos caracterizam como “novos movimentos sociais”, as lésbicas passaram a se organizar em ações e correntes teóricas para discutir suas pautas, como afirma a teórica feminista Jules Falquet (2006).

<sup>140</sup> A Revolta de Stonewall, um dos marcos do movimento gay, é como ficou conhecido o episódio em que frequentadores do bar Stonewall Inn, em Nova York, decidiram se rebelar contra a opressão policial que assolava o público do lugar em 1969.



escravidão baseada no racismo e a escravidão simbolizada pela heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, diz a autora:

Así como la fundación del capitalismo occidental dependió del tráfico de esclavos en el Atlántico Norte, el sistema de la dominación patriarcal se sostiene por la sujeción de las mujeres a través de una heterosexualidad obligada [...] Frente a ese trasfondo, *la mujer que elige ser lesbiana vive peligrosamente*" (Ibid., 1988, p. 101, grifo da autora)

A associação, por parte de Clarke, entre dois tipos de escravidão, a racial, que sustentou a formação do capitalismo ocidental, e a patriarcal, pela sujeição das mulheres, se justifica diante de sua própria vivência de mulher lésbica e negra, que sofreu com o racismo institucional e com o sexismo homofóbico na comunidade negra.

Também lésbica, negra e feminista, a teórica bell hooks sustenta que a contribuição das lésbicas ao movimento feminista resulta das múltiplas opressões que sofrem. A partir daí as lésbicas agiram, assim como as chicanas e as negras, para tensionar o que o feminismo hegemônico considerava a única experiência do ser mulher. Escreve a autora:

En lo que se refería a la cuestión de la diferencia, a expandir la teoría y la práctica feministas para incluir la raza y la clase, las pensadoras lesbianas iban por delante y estaban entre las más dispuestas a cambiar sus perspectivas. En muchos casos porque ellas comprendían, desde la experiencia, lo que significaba ser explotadas u oprimidas por no conformarse a las normas generalizadas. (hooks, 2017, p. 125)

Do seu ponto de vista, as lésbicas se atribuem características de “valentes” e “autênticas visionárias”, enquanto integram, nos anos 1970, os movimentos pelos direitos civis e os círculos socialistas, prontas para lutar pelos seus direitos, mas também aliadas de outros movimentos sociais. Segundo a autora, ainda contribuíram para tensionar o movimento feminista rumo à ampliação das pautas que englobassem outros marcadores sociais da diferença: “Las lesbianas y las bisexuales que ayudaron a formar la vanguardia por la liberación de las mujeres se hicieron feministas porque ya estaban comprometidas con políticas de izquierdas y estaban luchando contra los límites impuestos por la clase, la raza y la sexualidad” (hooks, 2017, p.121).

Para essas teóricas, a principal contribuição do movimento lésbico-feministas não se fecha na demanda desses grupos por direitos individuais, entre os quais liberdade sexual ou matrimônio igualitário, mas a crítica radical que fazem ao sistema heteropatriarcal capitalista. Tal sentido crítico inspira ativistas latino-americanas, que, para adotá-lo, propõem práticas

políticas autônomas, desenvolvidas entre e para mulheres, o caso das linhas de informação sobre o aborto seguro.

Diante do exposto, observa-se que as grupos estudadas nesta pesquisa se utilizam de ferramentas práticas e referências teóricas que coincidem com as bases do feminismo lésbico questionando a maternidade compulsória e contrariando a heteronormatividade. Suas vivências e práticas, portanto, resistem a essas duas normas estabelecidas pelo patriarcado, conforme se constata em uma publicação, na rede social Instagram, da organização *Con Las Amigas y en la Casa* (2020), do Chile:

¿Qué tienen que ver las lesbianas con el aborto? Una mujer que se decide lesbiana, decide que ni su cuerpo ni su energía estarán disponibles para el consumo masculino. Una mujer que decide abortar, decide que su cuerpo ni su energía estarán disponibles para parir ni criar. Dos mujeres que deciden desobedecer. A los mandatos. A las leyes. En un sistema que nos quiere heterosexuales y madres, qué hermoso desacato es no parir, qué hermoso desacato es abortar. En un sistema que nos quiere heterosexuales y madres, qué hermoso desacato elegirnos lesbianas. En un sistema que nos quiere heterosexuales, madres y enemigas, qué hermoso desacato es abortar y acompañar nuestros abortos desde la lesbiandad, desde el amor entre mujeres y que ese tenernos entre nosotras nos baste.

As pesquisadoras argentinas Florencia Caballer e Morena Díaz (2018) citam algumas estratégias semânticas empregues por *Lesbianas y Feministas* da Argentina na militância pelo aborto. Demandam o “orgulho de abortar”, em referência ao orgulho LGBTQIA+, e “tirar o aborto do armário”, fazendo de suas ações respostas políticas à invisibilidade tanto das suas vivências e práticas sexuais quanto do aborto, ambos associados ao silêncio e ao tabu. Essas estratégias, afirmam as autoras, estariam condensadas mediante a ideia “abortar a heteronorma”, que seria o antagonista comum às duas militâncias (homossexual e pelo aborto).

Para tanto, *Lesbianas y Feministas* (MINES et al., 2013) informam incorporar à sua *praxis* não só aportes teóricos do feminismo (especialmente o *queer*), mas a experiência e valentia das companheiras putas e travestis. Na Argentina, essas grupos tensionaram o movimento feminista no início dos anos 2000, pautando sua participação como legítima nos Encontros Nacionais de Mulheres realizados anualmente no país. Isso fez com que *Lesbianas y Feministas* questionassem, entre outros temas, quem é a pessoa que aborta e quem pode protagonizar esse ativismo. Decidiram então lançar *Linea Aborto* como uma revanche às ordens do heteropatriarcado capitalista que deseja disciplinar (Ibid.).

Sobre o referido tensionamento com o movimento feminista e a disputa por quem pode lutar pelo aborto, a socióloga Ana Mines cita dois pontos importantes: a anticoncepção e a medicalização do aborto. Para *Lesbianas y Feministas*, o lema “Educación sexual para decidir, anticonceptivos para no abortar y aborto legal para no morir”, da Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito, carrega o estigma de que só aborta quem não se previne ou não tem educação, e que o aborto está associado diretamente ao risco de morte:

Porque la anticoncepción es un derecho, y no una obligación, de las mujeres; haber usado anticoncepción no puede ser un requisito para acceder a buena información sobre aborto, mucho menos puede ser un indicador de responsabilidad de la mujer que la hace merecedora de acceder a un buen aborto, en función de que sí hizo todo lo posible por no embarazarse. (MINES et al., 2013, p. 154).

Em entrevista para esta pesquisa, Ana Mines (2018, informação verbal) argumenta que isso acontece porque, “el feminismo de las mujeres heterosexuales no hace de la anticoncepción un campo más político”. Enquanto lésbicas, escreve a socióloga (MINES 2018; MINES et al., 2013), elas também estavam acostumadas com as violências médicas em relação às decisões que tomavam sobre seus corpos. Em razão disso, acreditavam que fornecer informações sobre como fazer um aborto seguro representasse uma forma de disputar o uso, o controle e o conhecimento das novas tecnologias (Misoprostol) com as farmacêuticas e com o Estado. Inspiram-se nas ideias da bióloga e teórica feminista Donna Haraway (1991) que em seu “Manifesto Ciborgue”, reivindica a apropriação política da ciência e da tecnologia.

Outro ponto importante: tanto as lésbicas quanto as acompanhantes de aborto criam espaços de heterotopias baseadas nas relações de amor e cuidado entre mulheres. Em relacionamentos homossexuais e nos abortos feministas, dispensa-se a participação de homens, o que, em uma sociedade patriarcal, é considerado “viver perigosamente”, como afirma Cheryl Clarke (1988).

A intenção, portanto, reside na constituição de espaços em que as mulheres adquirem autonomia reprodutiva e sexual sobre seus próprios corpos, mesmo vivendo em culturas heteropatriarcais. Sobre essa autonomia feminina, diz bell hooks (2017, p. 123): “Lo que aprendí de las lesbianas poderosas y bondadosas que conocí siendo niña, una lección que me ha acompañado siempre, es que las mujeres no necesitamos depender de un hombre para nuestro bienestar y nuestra felicidad, ni siquiera para nuestra plenitud sexual”.

Em seu ativismo, as coletivas que difundem informações sobre aborto e se autodenominam *Lesbianas y Feministas* defendem, inclusive, o sexo lésbico enquanto método contraceptivo. Observe-se o manual produzido pelas ativistas chilenas, onde sustentam: “Para evitar embarazos no desejados hay que usar algún método anticonceptivo efectivo. Desde la Línea Aborto Libre, invitamos a las mujeres a cuestionar sus prácticas heterosexuales, **el sexo lésbico es 100% anticonceptivo y altamente placentero.**” (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2018, p. 126, grifo das autoras).

Para além do ato sexual, tais coletivas reinteram o amor entre mulheres como um gesto político, que extrapola as relações de casal. Trata-se de um amor lésbico-feminista, como afirma Falquet (2006, p. 77), “que no sea únicamente individual y personalizado, hacia un cierto número de mujeres, sino también colectivo, para nosotras mismas y para nuestra clase de sexo”.

Com respeito ao movimento lésbico, em que se inserem algumas das coletivas aqui tratadas, Michel Foucault cita como historicamente elas têm cumprido esse papel de pensar novas formas de existência:

Eu diria também, no que diz respeito ao movimento lésbico, em minha perspectiva, que o fato de que as mulheres tenham sido por séculos e séculos isoladas na sociedade, frustradas, desprezadas de várias maneiras, proporcionou-lhes uma possibilidade real de constituir uma sociedade, de criar um tipo de relação social entre elas, fora de um mundo dominado pelos homens (FOUCAULT, 1994, p. 741, apud RAGO, 2006)

#### **4.5 Feministas tecendo resistências e construindo uma heterotopia**

As feministas aqui pesquisadas procuram combater as barreiras à realização de abortos seguros na Argentina e no México. Ao adotar estratégias de divulgação de informação e acompanhamento feminista, essas grupas estabelecem pontos de resistência, conferindo outro significado a uma prática muitas vezes associada apenas ao medo, ao silêncio e à precariedade.

Isso significa que essas feministas atuam no campo dos discursos, onde as noções de segurança, legalidade e legitimidade são construídas e desconstruídas, mas também disputadas a todo momento. O avanço nessa discussão pressupõe constatar o discurso como poder.

Segundo Michel Foucault, poder não é algo fixo, estanque e unidirecional, e sim uma ação permanente e repetitiva, que não só reprime, mas sofre resistência e está inserido em uma rede de relações móveis e não igualitárias. Prossegue o autor:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas

de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p. 88-89)

Quer dizer, não deve se deve pensar o poder apenas a partir das leis que impedem ou regulamentam o acesso ao aborto. Afinal, a prática se normatiza também no plano cotidiano. Ela ocorre por meio dos discursos que naturalizam a maternidade como uma papel obrigatório da mulher na sociedade; na condenação daquelas que não desejam cumpri-lo; na associação do aborto com a prática sexual fora do casamento e, portanto, reprovável; no tratamento dos profissionais de saúde quando recusam um atendimento humanizado às mulheres que chegam ao pronto-socorro com complicações de um aborto; na falta de canais de informação pública sobre como realizar um aborto seguro; na dificuldade de acesso à medicação confiável; entre outras formas de regulação do procedimento.

Trata-se de discursos que formam um conjunto de disciplinas e violências enraizadas na sociedade voltadas a reforçar o papel da maternidade e a punir mulheres que desejam interromper uma gestação. É preciso pensar, então, esse poder disciplinar em sua capilaridade, por meio de uma atuação reiterada e cotidiana, não percebido apenas nas práticas do Estado, mas que se estende a todas as relações sociais. Como explica o filósofo André Duarte (2008, p. 47):

O poder é sempre plural e relacional e se exerce em práticas heterogêneas e sujeitas a transformações; isto significa que o poder se dá em um conjunto de práticas sociais constituídas historicamente, que atuam por meio de dispositivos estratégicos que alcançam a todos e dos quais ninguém pode escapar, pois não se encontra uma região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos.

Por outro lado, tal qual o poder, a resistência também se desdobra de maneira múltipla e relacional. Lembra-nos Michel Foucault que não existe um grande lugar de recusa à sujeição, mas resistências distribuídas de modo irregular, não raro aglutinadas em pontos móveis e transitórios. No lugar de grandes rupturas binárias e massivas, o autor descreve focos de resistência, capazes romper unidades e suscitar reagrupamentos que se disseminam

[...] com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de

comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução, um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder. (FOUCAULT, 1988, p. 92)

Isso significa que, enquanto os grupos antidireitos recorrem a regimes de verdade, normas e disciplinas sobre o corpo da mulher, as resistências tratam de criar novos espaços e ressignificam os já existentes. Eis a razão de Edson Passetti (2008, p. 114) afirmar, a partir de Foucault, que “resistir é também provocar contraposicionamentos, inventar outros espaços, implodir posicionamentos e suas histórias temporais”.

No mais, ao pensar o poder para além das instituições do Estado, na forma de micropoderes que produzem nos corpos a ideia da maternidade compulsória, é possível pensar também na capilaridade da luta. A batalha não se resolveria apenas pela revolução, uma derrubada definitiva de ente que possui todo o poder, mas permite às feministas criar estratégias múltiplas cotidianas e assim produzir outros regimes de verdade sobre os corpos das mulheres e seus processos de gestação e aborto. Afinal, como diz Foucault (2014, p. 30), as próprias relações de poder “definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um dos seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças”. O autor diz ainda que a derrubada dos micropoderes não obedece à lei do tudo ou nada, não porque não pode ser adquirido de uma vez por todas, mas que, na luta contra o poder, os subalternos “apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança.

A filósofa estadunidense Judith Butler (2018) discute ainda como a vulnerabilidade mobiliza a resistência. Ainda segundo a autora, a vulnerabilidade é entendida como uma condição socialmente produzida. No escopo da presente pesquisa, percebemos como etnia, raça, geração e localização geográfica, entre outros marcadores, faz com que pessoas experienciem um aborto de múltiplas formas e em condições distintas de segurança e acolhimento emocional.

Butler (2018) afirma que, identificar resistência na vulnerabilidade, implica entendê-lo como autônoma, mas não individual. Ao contrário, ela se mostra dependente e interdependente, não somente em relação à infraestrutura, mas também aos cuidados de outros corpos. Tal ponto

de vista leva ao reconhecimento de que pessoas com capacidade de gestar e abortar, diante da omissão e da negativa do Estado, precisam criar laços e formas de cuidado mútuo para sobreviver em condições menos precárias.

Assim, as coletivas feministas criam um território onde se entrecruzam saberes científicos e experiências diversas de aborto, de forma acolhedora e buscando garantir a segurança de procedimentos outrora restritos ao ambiente hospitalar. Consideram as especificidades daquelas que não sabem ler, que são imigrantes, menores de idade, profissionais do sexo ou sem dinheiro para comprar a quantidade de comprimidos necessários, por exemplo. Procuram, sem pretensão de universalidade, atender às demandas mais comuns, antecipar problemas e medos, para que as mulheres que desejam abortar o façam de modo informado, a fim de diminuir os riscos.

Esse seria, segundo a historiadora brasileira Margareth Rago, um espaço característico do feminismo, acostumado a criar “modos específicos de existência”, “mais integrados e humanizados, já que desfaz oposições binárias como as que hierarquizam razão e emoção, público e privado, masculino e feminino, heterossexualidade e homossexualidade” (RAGO, 2006, p. 104).

Tratam, portanto, de retirar o debate sobre o aborto do âmbito privado e pautá-lo politicamente no espaço público, agindo para a descriminalização social da prática. Ao falar a partir desse lugar social, questionam de uma só vez o sexo reprodutivo e a maternidade compulsória. Atuam para esfumçar as linhas entre público e privado, legal e ilegal, seguro e inseguro. Propõem um novo espaço, que não se restringe aos efeitos e às limitações impostas pela criminalização do aborto, mas uma heterotopia, um lugar real onde existe aborto seguro fora das limitações impostas pelo Estado.

Ao definir heterotopia, Foucault argumenta que ela “tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (FOUCAULT, 2003, p. 418). Trata-se de

lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contrapositionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (Ibid., p. 415)

Quanto a isso, as coletivas feministas tratam de reproduzir protocolos internacionais e oferecer informação qualificada a mulheres que, a depender do Estado, estariam à mercê de riscos desnecessários. E é a partir da segurança do procedimento que elas discutem autonomia e liberdade de escolha das mulheres (inclusive sobre quando e onde realizar a interrupção da gestação).

Criam um novo espaço, no qual fazer um aborto com segurança, apesar da criminalização; onde o silêncio, o medo e a condenação moral são substituídos por acompanhamento e informação qualificada; tiram a prática do âmbito privado para mostrar que se trata de uma ocorrência comum na vida das mulheres. Na medida do possível, tornam real uma utopia feminista.

O acompanhamento feminista de abortos, portanto, torna-se território de confiança que se constrói de forma colaborativa, como afirmam *Socorristas en Red* (GROSSO, 2014, p. 439). Nesse espaço, diz Dahiana Belfiori (2015, p. 13), estabelece-se um código que, até certo ponto, regulariza uma prática ainda fora da lei ou, então, mobiliza essas mulheres a criem, a partir da sua experiência, a sua própria lei: “[...] no en vano solemos decir que dictamos nuestra propia ley cada vez que abortamos y, en este caso, cada vez que acompañamos a otras dando información sobre el uso seguro del misoprostol –medicamento que provoca aborto.”

Em um estudo qualitativo com entrevistas de mulheres que tiveram seus abortos acompanhados pela rede, as *Socorristas* ouviram como o encontro presencial ofertado pelas ativistas levou calma, alívio e acolhimento em relação à sua decisão (ZURBRIGGEN, 2018, p. 170). Um conforto emocional acompanhado pela segurança de receber informação qualificada e de poder sanar todas as dúvidas em relação ao procedimento. Afirmam as autoras:

En efecto, en las reuniones cara a cara con las *socorristas*, las mujeres aseguraron que hubo espacio para considerar su situación singular (su contexto, sus redes de acompañamiento sus posibilidades) y trazar estrategias de acuerdo a ello. Dos de ellas, incluso, consideraron el socorrismo como un espacio de legalidad (Ibid).

Esse “espaço de legalidade” seria o que Foucault (2003) chama de heterotopia. Trata-se de um espaço desterritorializado, livre de preconceitos, que, conforme a socióloga Ana Mines et al. (2013) ao contar o percurso da linha criada por *Lesbianas y Feministas* na Argentina, propicia a emergência de sentidos e palavras sobre o aborto, que elas antes não tinham imaginado.



Não se trata de substituir o Estado, omisso quando se trata de políticas de abortamento seguro, mas de reapropriar as normas e os protocolos vigentes para produzir outras maneiras de experienciar essa prática:

Las líneas telefónicas de información sobre aborto seguro constituyen innovadores modelos desarrollados por activistas fuera del sistema de salud, y deberían ser pensados como una forma de promoción feminista y activista de la salud. Brindan información sobre el uso del misoprostol para la interrupción segura del embarazo, lo que es consecuente con una perspectiva de salud pública y dentro del ethos de la reducción de daños. (DROVETTA, 2016, p. 133)

Necessário, no entanto, reconhecer as limitações de modelo de atuação (geográficas, culturais, financeiras), entendendo que, em alguma medida, somente a legalização do procedimento efetivamente ampliaria o acesso de mulheres pobres, negras e indígenas a serviços seguro e gratuitos para a realização de um aborto.

Desse modo, as coletivas feministas aqui citadas trabalham para, ainda que de modo restrito, garantir o acesso seguro à interrupção da gestação a um grupo de sujeitos tornados vulneráveis pela criminalização da prática na Argentina e no México. Contam com capacidade de reconfigurar a própria noção de vulnerabilidade, normalmente relacionada a uma postura passiva, como espaço também de produção e de resistência, e as estratégias utilizadas para tanto são tema do próximo capítulo.

## 5 TECENDO FORMAS DE RESISTÊNCIA: ESTRATÉGIAS FEMINISTAS PARA A DESCRIMINALIZAÇÃO SOCIAL DO ABORTO

Era outono no México, e o sol agradável das tardes de novembro iluminava a cidade de Guanajuato, no estado de mesmo nome. As casas coloridas tinham portas e janelas enfeitadas com flores, e em vários pontos havia cartazes com a programação de eventos para o Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher, lembrado em 25 de novembro. A sede da organização *Las Libres* ficava em um bairro residencial, um pouco distante do centro histórico e do movimento dos turistas e estudantes universitários. A rua era silenciosa e do alto via-se parte da cidade. Eu demorei um pouco para encontrar o número da casa, até que Verónica Cruz Sánchez, diretora da ONG, me deu por telefone instruções mais exatas e logo se dirigiu à entrada para me receber em um dos portões da vizinhança.

Com ela, ali trabalhavam outras três mulheres, reunidas em uma grande mesa no meio da sala, que um dia foi a de estar de alguma família. O espaço próprio garante que elas não precisem pagar aluguel, e foi uma doação de uma das fundadoras, que hoje não integra mais a organização.

A escolha de viajar até Guanajuato tinha dupla motivação. Primeira: desde que comecei a pesquisa, era comum que aparecesse em notícias, estudos científicos e conversas com outras feministas como “um dos mais conservadores do México”. Segund: ali também estava uma das organizações mais conhecidas na luta pela descriminalização do aborto no país, *Las Libres*.

Desde o primeiro contato, Verónica havia sido muito aberta à pesquisa de campo. Ela fazia parte da organização havia 20 anos e, desde o princípio, é um dos rostos mais conhecidos de resistência ao conservadorismo institucional (ou seja, representantes do Executivo, Legislativo ou Judiciário) e ao movimento antidireitos, que tem no Estado um dos seus principais berços. Enquanto lia e ouvia sobre o domínio histórico do PAN em Guanajuato, contexto que discuto no **Capítulo 3** desta tese, *Las Libres* não tinham medo de dizer que, entre as ações desenvolvidas pela grupa estava o acompanhamento de abortos seguros.

A pergunta que me movia era: como pode um estado amplamente conhecido pelo conservadorismo abrigar uma grupa tão progressista? Sentada à mesa do escritório de *Las Libres*, abri meu caderno e comecei observar enquanto elas respondiam e-mails, organizavam

a participação em eventos internacionais e faziam chamadas para explicar o protocolo de aborto seguro. “Acho que, se a gente perguntar, o vizinho já sabe todo o passo a passo sobre como interromper uma gravidez”, me disse sorrindo uma delas, enquanto outra saía para o quintal, costume que tinha toda vez em que falava com uma das mulheres que buscavam diariamente a organização. Ao meu lado, outro acompanhamento era feito via chat de uma rede social.

No começo, me contaram, o próprio endereço da organização era transmitido boca a boca entre as mulheres, interessadas em obter presencialmente informações e apoio para interromper uma gestação. Chegavam sozinhas, acompanhadas, vinham do interior do estado ou de bairros próximos, batiam no portão e contavam as suas histórias. Com o correr dos anos, a visita presencial acabou substituída pelo telefone, que hoje quase já não toca, e depois deu lugar aos contatos via internet. Além de fornecer informações sobre o tema, a organização dedica-se à pesquisa, formação e *advocacy* sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Depois de algumas horas de conversa, decidi fazer a pergunta que me levava até ali: como era possível que atuassem sem medo e com tanta liberdade? Verónica Cruz Sánchez, então, me devolveu a pergunta: será Guanajuato “o estado mais conservador do México” ou será que, em função da ação da grupa, as ativistas acabavam dando visibilidade a esse conservadorismo? A questão mostrava como rankings e binarismos não dão conta da realidade complexa.

De fato, o Código Penal de Guanajuato possui uma das penas mais altas sobre aborto do México, cinco anos de prisão, e as denúncias de *Las Libres* haviam repercutido tanto no caso de mulheres condenadas e presas pelo crime no estado quanto na tentativa do governo local de restringir as possibilidades de interrupção da gestação em caso de estupro (CRUZ SÁNCHEZ, 2011). Por outro lado, elas me narravam que nunca haviam sido intimidadas ou perseguidas pelas ações que desenvolviam havia 20 anos no estado. O medo, simplesmente, nunca vinha à tona em seus relatos.

Um ano depois da minha visita a Guanajuato, em entrevista para uma reportagem que escrevi para o portal jornalístico brasileiro UOL, Verónica Cruz Sánchez me mostrou o quanto, na verdade, o contexto brasileiro parecia bem mais conservador do que o estado em que elas viviam.

Nós atuamos em um Estado estigmatizado como o mais conservador, com leis muito restritivas e presença forte da Igreja Católica. Mas desde 2016 somos um dos que oferecem maior acesso ao aborto em caso de estupro. [...] E mesmo sendo um berço dos grupos antidireitos no México, nunca vi em

Guanajuato pessoas na porta de um hospital para tentar evitar um aborto legal, como aconteceu no Brasil na semana passada. (SOUZA, 2020)

A reportagem debatia por que o Brasil, referência na América Latina no início dos anos 2000 com a publicação de protocolos sobre aborto em caso de estupro, agora negava esse direito a meninas e mulheres. Na semana de publicação da reportagem, vários meios de comunicação do país e do exterior noticiavam o caso de uma criança de 10 anos, vítima de violência sexual, que precisou viajar do Espírito Santo, onde morava, até o estado de Pernambuco, para interromper uma gestação<sup>141</sup>.

Em Guanajuato, me contou Sánches Cruz na mesma entrevista, a lei começou a ser cumprida quando as feministas passaram a chegar com as mulheres na porta dos hospitais e exigir políticas de atenção em caso de violência sexual, seguindo o descrito na NOM 046:

Como sociedade, temos que exigir do Estado o cumprimento da lei, derrubar os mitos e os estereótipos de gênero, que existem especialmente nos casos de estupro. E é preciso que haja sanções judiciais, denúncias de hospitais e servidores públicos que não estão garantindo esse direito. (SOUZA, 2020)

Da mesma forma que *Las Libres* em Guanajuato, as demais grupas que integram esta pesquisa, bem como outras com atuação em diferentes partes da América Latina, tratam de fazer da resistência um espaço onde é possível garantir os direitos já previstos em lei e onde o aborto pode ser seguro e vivido de uma maneira acolhedora, mesmo em contextos de criminalização. Para tanto, trabalham em duas frentes: de um lado, forçando o Estado a tornar acessíveis e seguros os abortos que já são legais pelo Código Penal; e, de outro, divulgam informação para reduzir os riscos da interrupção de gestação.

Neste capítulo, discuto a caracterização desse lugar de resistência tanto quanto as estratégias utilizadas pelas coletivas para atingir o seu objetivo, a descriminalização social do aborto. A discussão se orientará à luz do conceito de *margens* proposto pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2008), associando-se à ideia de que a atuação dessas feministas constitui um espaço *heterotopia*, conforme o definido pelo filósofo Michel Foucault, tratado no **Capítulo 4**.

---

<sup>141</sup> A jornalista brasileira Renata Lo Prete (2020) discute este caso e as barreiras ao aborto legal no Brasil no *podcast* “O Assunto nº 255: Aborto - por que a lei não é cumprida”, do portal de notícias G1. No programa, eu e o médico Jefferson Drezett fomos entrevistados para comentar o tema.

Tais noções nos interessam porque, ao adotar estratégias feministas para informar e acolher pessoas que desejam interromper uma gestação, as grupos estariam trabalhando exatamente na dobra, de um lado, da ilegalidade definida pelo Estado e, do outro, da desobediência às normas por parte das mulheres. E é na fronteira que essas mesmas grupos criam uma heterotopia, ou seja, espaços de viabilização do “impossível”, do aborto seguro, apesar de ilegal.

Essas dobras são espaços de tensão e de conflito, onde é possível questionar as leis em vigor e promover a segurança de procedimentos, mesmo que realizados fora do ambiente hospitalar, mesmo com o risco de prisão. Estabelecidas na fronteira, as coletivas se estabelecem como pontos de resistência à criminalização, pensando a segurança e a legitimidade do aborto não sob uma ótica fixa e ahistórica, e sim processos em disputa e construção.

Suas práticas cotidianas funcionam, portanto, como um tecer contínuo, que busca alterar a rigidez das leis que criminalizam o aborto induzido na Argentina e no México -- bem como em outros países da América Latina, onde coletivas adotam estratégias parecidas. É um entrelaçar de fios que se dá sempre pelas beiradas, que formam o que está dentro e o separam do exterior. Devemos analisar a trama não como substantivo, mas como verbo de ação, uma forma de resistência. Disse-me, a respeito, Ruth Zurbriggen (2018, informação verbal):

¿Cuál es el impacto para nosotras? Bueno, estuvimos ahí, esa mujer sabe que estamos ahí acompañando y para nosotras es como sentir... a veces me parece que no nos alcanzan las palabras para explicar, todavía, nos faltan palabras. Pero si siento que es [...] esa sensación de “bueno, en esta te la gané”. O sea, te la gané. La mujer resolvió, abortó. Vos no querías, el Estado no quiere, las leyes no quieren. Las mujeres lo hacen. Y lo pueden hacer ahora además muchas, ojalá todas (pero sabemos que no, porque el socorrismo también tiene límites) lo puedan hacer acompañadas.

### **5.1 As margens como espaço de disputa pelo aborto legal, seguro e legítimo**

Como vimos no **Capítulo 4**, *Fondo MARIA, Las Libres, Socorristas en Red e Lesbianas y Feministas* entendem a informação e o acompanhamento do aborto como uma prática política feminista de resistência ao estigma e às leis restritivas no México e na Argentina.

Em comum, essas grupos adotam estratégias sedimentadas no conceito de segurança do aborto, sem, no entanto, desconsiderar a ilegalidade da prática nos países em que atuam. Tal abordagem parece ser uma saída frente à complexa e muitas vezes frustrada disputa em outros espaços de negociação (como Legislativo e Judiciário) pela mudança de leis. Além disso, a própria disputa pela legalização exige, à priori, o reconhecimento do Estado como o único ator

legítimo para a definição e a efetivação dos direitos reprodutivos. O que elas querem, no entanto, é exatamente mostrar que o Estado não dá conta de restringir ou disciplinar os corpos que abortam.

Isso que chamaremos de *atuação nas margens* (DAS, POOLE, 2008) é, portanto, um espaço simbólico onde conceitos como segurança, legalidade e legitimidade do aborto são postos constantemente em disputa por essas coletivas. Nesse sentido, destaca-se um trecho do artigo publicado por ativistas de *Lesbianas y Feministas* da Argentina, que narram os primeiros debates em torno do lançamento, em 2009, da *Linea Aborto: más información, menos riesgos*:

[...] la legalidad es un proceso que se construye también socialmente por medio de la lucha y de la práctica, y no solamente una declaración de una cámara de legisladorxs. Ninguna de las personas que consultamos se atrevió a decirnos que sigamos adelante, de hecho, más de unx nos advirtió que podíamos ir presas. Un análisis recurrente de los técnicos especialistas en Derecho que consultamos era que sobre el tema había un ‘vacío legal’. Nosotras decidimos llenarlo (MINES et al., 2013).

Assim nasceu a primeira linha telefônica de atenção ao aborto seguro na Argentina, estabelecendo os primeiros pilares da atuação das grupas que vieram a seguir: trabalhar na legalidade (nenhuma das coletivas estudadas realiza abortos) e promover a prática segura e com medicamentos. Atuam, portanto, dentro da lei, já que os códigos penais locais não caracterizam como ilícita a divulgação de informação sobre o tema, que é pública e consta em protocolos médicos nacionais e internacionais.

A atuação dessas feministas, portanto, é uma prática política tecida nas dobras entre o legal e o ilegal. Apesar de atuarem dentro da lei, elas se comunicam com mulheres que poderiam ser criminalizadas. É nesse lugar que as antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2008) defendem as margens como ponto de partida ideal para repensar criticamente o Estado, porque neles podem ser redefinidos os modos de governar e de legislar. Nesse sentido, a legitimidade desse Estado só existe quando ele demarca seus limites, sendo a violência estatal uma das formas de determinar as margens entre o legítimo e o ilegítimo. E um exemplo dessa violência é a negação do exercício pleno dos direitos reprodutivos e da autonomia às mulheres.

Ainda segundo as duas antropólogas, as margens não são apenas espaços territoriais, mas também “sitios de práctica en los que la ley y otras prácticas estatales son colonizadas mediante otras formas de regulación que emanan de las necesidades apremiantes de las poblaciones, con el fin de asegurar la supervivencia política y económica” (DAS, POOLE, 2008, p. 24).

A partir dessa definição, localizamos a atuação das coletivas referidas neste trabalho exatamente na dobra entre, de um lado, os poderes e os limites traçados pelo Estado, e, de outro, a resistência —ou desobediência, como caracteriza Mabel Bellucci (2014) — às normas por parte das mulheres que abortam. Como destaca a socióloga Vera Telles (2015), as fronteiras do legal e do ilegal não são lineares nem dicotômicas, mas sim onde há espaço para a tensão e o conflito.

Dispositivos (e práticas) formais e informais, legais e ilegais operam como agenciamentos práticos, situados, fazendo a combinação de recursos e repertórios de um lado e de outro; algo como marcadores e pontos de referência que fazem o traçado de territórios rizomáticos transpassados por redes superpostas de coisas e pessoas, transversais às várias situações de vida e trabalho e que se desdobram em outras tantas situações e outras tantas teias de relações situadas em outros contextos próximos ou superpostos. (TELLES, 2015, p. 61).

O que fazem essas coletivas feminista é criar dispositivos, como descreve Vera Telles, baseados nos contextos e nas práticas cotidianas das mulheres. E se historicamente nós mulheres sempre abortamos (com ervas, chás ou clínicas), o que as ativistas fazem é criar canais de comunicação, protocolos e dar informação para reduzir possíveis danos físicos e emocionais de um procedimento ilegal. Para tanto, utilizam o repertório do próprio movimento feminista, como encontros presenciais, atos e performances, para se fazerem visíveis e disputar os sentidos sociais associados à prática.

Veena Das e Deborah Poole (2008) caracterizam as margens a partir de três noções, que podem se articular e adquirir pesos distintos de acordo com o contexto observado.

A primeira noção definida pelas autoras é a de margem como a “*periferia en donde están contenidas aquellas personas que se consideran insuficientemente socializadas en los marcos de la ley*” (DAS, POOLE, 2008, p. 24). No caso do aborto, percebemos que a criminalização estabelece uma desigualdade entre as pessoas que podem gestar (e que não podem decidir sobre seus corpos) e as que não podem gestar (e que não precisam decidir, porque não vão sofrer, nos seus corpos e nas suas vidas, as consequências da maternidade). Além disso, a criminalização coloca à margem as que não têm acesso à informação e não possuem condições materiais para realizar um aborto de maneira segura. São essas mesmas mulheres, em geral pobres, indígenas e negras, que também são vítimas das políticas falhas de educação sexual e de contracepção, e que são vítimas de violência obstétrica quando procuram o sistema de saúde com complicações pós-aborto (GOES et al., 2020).

O segundo conceito de margem descrito por Das e Poole (2008) refere-se aos *discursos que consolidam e limitam a atuação do Estado por meio de documentos, leis e estatísticas*, ou seja, práticas escritas de legibilidade. No caso do aborto, os documentos que estabelecem essas margens são os Códigos Penais, que regularam o que é legal e ilegal, bem como as decisões da Justiça e as normas técnicas de saúde, que versam sobre quem pode ter acesso e como deve ser realizado o procedimento nos casos previstos em lei.

As coletivas feministas tratadas nesta pesquisa atuam, portanto, na construção desses Estados a partir do lugar em que ele não existe, segundo os marcos legais; estão na periferia, fora do espaço de legibilidade.

Elas questionam a legibilidade das normas que estabelecem quando é crime a interrupção de uma gestação indesejada. Além disso, pressionam o Estado para quem legalize e ofereça o procedimento, de forma segura e gratuita, para todas as pessoas que assim o desejarem.

Há de se destacar que, mesmo nos casos em que deveria prover, o Estado muitas vezes se omite frente a mulheres que procuram seus serviços para interromper uma gestação em caso de estupro, por exemplo. Essa omissão é caracterizada tanto pela demora no atendimento, como no estabelecimento de critérios desnecessários e a recusa de médicos a realizar o procedimento, a fim de retardar ou inviabilizar o aborto<sup>142</sup>. Por esse motivo, *Socorristas en Red*, *Fondo MARIA* e *Las Libres* atuam também em diálogo com o Estado, forçando o sistema de saúde a capacitar seus profissionais, criar protocolos de atenção pós-aborto e para atender os casos em que o procedimento é previsto em lei. Dizem as *Socorristas*:

En relación con el sistema de salud, las *socorristas* trabajan activamente para contribuir a la efectiva aplicación de las causales de legalidad del aborto y para incidir en la creación de buenas prácticas de atención de abortos desde miradas antidiscriminatorias y garantistas de los derechos humanos. En especial, se trabaja para propiciar modos de “amigables” de atención, donde se garantice el cuidado de salud y las mujeres no sean juzgadas ni maltratadas por practicarse un aborto. (ZURBRIGGEN, 2018, p. 43)

Além disso, elas atuam em parceria com profissionais “amigáveis”, como são nominados por elas, que atuam em áreas como direito, sistema de justiça, educação, assistência social, psicologia e saúde, entre outros. Eles são acionados sempre que o acompanhamento

---

<sup>142</sup> Um exemplo dessa prática, uma violação dos direitos humanos das mulheres, foi o Caso Paulina, discutida com profundidade no livro “El aborto en el México del siglo XXI. Acontecimiento y problema público en el Caso Paulina: de víctima a protagonista”, de Alicia Márquez Murrieta (2013).



envolve uma pessoa em situação de vulnerabilidade ou de violência, mas também como interlocutores em áreas e espaços importantes para disputar narrativas e desconstruir o estigma relacionado ao aborto.

Da mesma forma, *Las Libres* participaram da formação de profissionais de saúde e da rede de proteção aos direitos das mulheres sobre a NOM 046, norma que define os parâmetros de atenção em caso de violência sexual. Em entrevista para esta pesquisa, Verónica Cruz Sánchez (2019, informação verbal) disse:

[Guanajuato] es el único Estado donde se ha cumplido [la NOM 046], y eso es lo grave, que tiene que ver mucho con nuestra presencia. Nosotras hoy sabemos que si nosotras no estuviéramos, ellos no lo harían. [...] Luego en Guanajuato hicimos todo un trabajo de capacitar todos los hospitales públicos, todos los servicios de salud, toda la gente que daba atención, incluso con Ipas-México, para que conocieran el modelo de atención a la violencia sexual, que incluía el aborto legal. Eso lo hicimos con salud, con Procuraduría de Justicia, con todos los servicios que tenían que ver con la red de atención sexual. Para nosotras, fue una sorpresa, como en todo el país, como en general los médicos no anteponían mayoritariamente sus creencias como creíamos, sino que no sabían que estaban obligados, que tenían que hacer. También son instituciones que tienen unas cargas de trabajo brutales. Los médicos dicen ‘mejor no meto en eso porque me implica’... Yo me acuerdo que lo que más nos decían era ‘yo no quiero estar en un ministerio público, porque eso a mí me va a quitar horas de consulta que nadie me paga’. Entonces nadie va a querer meterse en líos. Eso hace con que, aunque detecten la violencia, no la reporten. Entonces la norma lo que va haciendo es obligando, obligando, obligando, a decir ‘ya no tienes opción’.

No fim, não se trata nem de expandir as margens de atuação legal do Estado, mas garantir que os limites que já existem abarquem as pessoas que necessitam interromper um aborto e já se enquadram dentro do que preveem as normas. Trata-se, desse modo, de fazer o Estado responsável pela margem que não é vista nem atendida, criando demanda, formando profissionais e exigindo o cumprimento das normas.

O terceiro enfoque, segundo Das e Poole (2008), trata de pensar *a margem como o espaço entre os corpos, a lei e a disciplina*. Sob este ponto de vista, ao criminalizar a interrupção da gestação, as leis da Argentina e do México atuam para estabelecer limites para as condutas sexuais e reprodutivas das mulheres enquanto formas de disciplinar esses corpos e de regular a sociedade.

O corpo com útero e ovários é então o primeiro espaço para pensar o adestramento, a vigilância e a criação de regimes de verdade sobre quais condutas sexuais são consideradas

“normais”; mas também é o lugar de regulação da espécie, onde são definidos o direito de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1988).

É nessa chave que se estabelecem culturalmente quais corpos merecem ou não viver, quais são os corpos são passíveis de luto público (BUTLER, 2017), quais têm acesso a um aborto seguro e quais morrem porque não têm disponíveis métodos e informação adequados.

Desse modo, as coletivas feministas citadas neste trabalho atuam politicamente para questionar os regimes de verdade que estabelecem quais condutas sexuais e quais modos de reprodução são esperados das mulheres nessas sociedades. Além disso, tratam de reivindicar um reconhecimento público de que as vidas das mulheres que abortam têm valor e, por isso, merecem não correr riscos ao interromper suas gestações indesejadas, independente das leis em vigor.

La legalización es necesaria y urgente para desarticular la legitimidad de la violencia y la obstaculización del acceso a ciertos recursos. Pero definitivamente, entendemos, no comporta una lucha por la reapropiación del cuerpo ni de las decisiones, raramente esto pueda conseguirse a través de una ley, más bien lo que el instrumento legal nos permite es garantizarnos ciertos elementos para que nuestras decisiones sean seguras, no más. (MINES et al., 2013).

É na margem, caracterizado como esse espaço de luta e ação, que as grupos tratadas nesta pesquisa desenvolvem estratégias para promover o aborto seguro. Por meio da visibilidade, de ferramentas de segurança e da atuação em coletividade, buscam ampliar o número de pessoas acompanhadas, garantindo informação e acolhimento feminista, resistindo assim às leis que criminalizam a prática e criando novas formas de vivenciar um aborto.

## 5.2 Visibilidade como estratégia de resistência

Nas marchas, ativistas das *Socorristas en Red* costumam carregar faixas e adesivos com os números de telefone ou e-mail de informação sobre como realizar um aborto seguro. O fazem sem medo, cantando, chamando a atenção com suas perucas *pink* e as pinturas em glitter, dando entrevistas e até participando de mesas sobre o tema no Congresso Nacional na Argentina.

O posicionamento público das *Socorristas en Red* se assemelha à campanha de lançamento, por *Lesbianas y Feministas*, da Linha “Aborto: más información, menos riesgos”, em 2009, quando convidaram a imprensa para divulgar o número telefônico e sua finalidade publicamente.

*Fondo MARIA* também não esconde sua atividade: apoiar mulheres a aceder a um aborto seguro. Nas redes sociais, fazem campanhas de arrecadação de dinheiro para este fim e vendem canecas, adesivos e camisetas com frases como “En mi cuerpo, yo decido” ou “Estar a favor de las maternidades libres es estar a favor del aborto #YoAborto”. Na campanha de 2019, contaram com o apoio de influenciadoras e artistas mexicanas para juntar fundos para prover passagens, acomodação e interrupção de gestação para pessoas que precisavam viajar para acessar clínicas de aborto na Cidade do México.

Também publicamente, *Las Libres* dão entrevistas e não têm medo de dizer, inclusive em reuniões com autoridades públicas, que uma de suas atividades é acompanhar abortos e formar ativistas em Guanajuato.

Assim, as quatro organizações tratadas nesta pesquisa divulgam informação e/ou acompanham abortos, e o fazem de maneira pública. Elas optam pela visibilidade como forma de garantir segurança e legitimidade a suas práticas, de atingir mais pessoas e de contribuir para a descriminalização social do aborto. Todos esses objetivos estão relacionados entre si, e se retroalimentam. Por exemplo, quanto mais suas iniciativas são vistas como legítimas, mais seguras estão as feministas e as mulheres que as procuram. Da mesma forma, quanto mais pessoas buscarem a organização, mais gente saberá que o aborto pode ser realizado de forma segura. Isso contribui para o que elas chamam de descriminalização social da prática, quando algo, mesmo que definido na lei como um crime, é aceito pela sociedade.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que foram as oportunidades políticas (como as mencionadas no capítulo 2 desta tese) que tornam possível a opção pela visibilidade nos contextos em que elas estão inseridas. Contexto e oportunidades políticas também são determinantes para que essas grupos adotem distintas formas e níveis de visibilidade. E essa graduação pode acontecer em um mesmo país, por exemplo.

No México, *Las Libres* recebem as mulheres em sua sede, em Guanajuato, porque não encontram justificativas para não fazê-lo. Para Verónica Cruz Sánchez (2019), “nada peor que el miedo con base en la nada”, em referência ao fato de que nunca sofreram ameaças ou foram atacadas pelas atividades que realizam.

No mesmo país, *Fondo MARIA*, por sua vez, prefere manter em sigilo o seu endereço na Cidade do México. A organização nasceu da oportunidade política criada com a promulgação da lei que tornou o aborto legal na cidade, em 2007. Passou então a divulgar informação sobre como realizar o procedimento de forma segura e a apoiar mulheres de várias

partes do país que queriam viajar para o Distrito Federal para interromper uma gestação. A nova lei, por sua vez, foi também um momento de articulação dos grupos conservadores, como tratado no capítulo 3 desta tese, que reforçaram suas ações em outros Estados do México e passaram a fazer vigílias nas clínicas públicas da Capital.

Diante dessa realidade, *Fondo MARIA* tem um número de atenção que funciona de segunda à sexta, comunica-se por e-mail e acompanha presencialmente mulheres nos serviços de aborto legal. Em suas redes, a organização fala de suas ações em defesa do aborto legal e seguro e faz campanhas de arrecadação de dinheiro para garantir apoio financeiro às mulheres que não podem pagar pela viagem. Apesar disso, não divulgam seu endereço para se resguardar de possíveis ataques conservadores. O sigilo sobre essa informação, aliás, foi uma das condições para a realização da pesquisa de campo na sede da organização.

Nesse cálculo da visibilidade, essas organizações também adotam estratégias de como fazê-lo. Uma delas é *tornar-se visível no plural*, enquanto uma coletiva de mulheres, em lugar de individualizar as condutas. Assim é o slogan de *Socorristas en Red*, que se autodenominam “Feministas que abortamos”. Se abortam no plural, em caso de denúncias, perseguição ou ameaças, haveria de se fazer sobre todas, o que na prática dificultaria o trabalho dos antidireitos.

A segurança também está intimamente associada ao reconhecimento (por elas mesmas e pelas mulheres acompanhadas) de que desenvolvem um trabalho legítimo. Tal legitimidade, no entanto, nem sempre é um pressuposto, mas é disputada em um processo contínuo, por meio da sua prática cotidiana, do reconhecimento do aborto como um direito e como uma experiência comum à vida reprodutiva das mulheres.

Essa legitimidade do trabalho que realizam e que é visível publicamente fez com que o trabalho de *Socorristas en Red* ficasse conhecido na Argentina, tornando-as parte do debate público sobre o tema. Em 16 de fevereiro de 2020, por exemplo, Ruth Zurbriggen, integrante da *Colectiva Feminista La Revuelta*, que faz parte da rede, foi convidada a participar das discussões no Senado sobre o projeto de legalização do aborto. Na data, apresentou-se por videoconferência da seguinte forma:

¿Por qué estoy acá? Por mi carácter de activista e investigadora feminista, maestra y profesora, que además de trabajar por hacer vivir la educación sexual en las instituciones educativas, acompaño las decisiones de quienes nos contactan a quienes formamos partes de *Socorristas en Red*, una articulación de 58 colectivas del país. **Damos información y acompañamos a quienes necesitan y se comunican con nosotres.** No somos la única red que acompaña, existen múltiples acciones en este sentido, muchas iniciamos nuestro hacer luego que *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del*

*Aborto* hicieran este trabajo pedagógico tan robusto de dar a conocer los usos seguros del misoprostol para abortar. (ZURBRIGGEN, 2020)

Além de segurança e legitimidade, esse tornar-se visível tem o objetivo fazer com que mais mulheres tenham acesso à informação sobre o aborto seguro e de aumentar o debate público sobre o tema, contribuindo assim para a despenalização social da prática.

Para tanto, elas utilizam redes sociais, entrevistas aos meios de comunicação, participação em eventos e fóruns, banners e cartazes em divulgados em espaços públicos de grande circulação, mobilização, atos, performances, produção de dados e publicações acadêmicas sobre a prática cotidiana. Tudo isso para dizer abertamente quem são e qual é a finalidade da sua ação política: dar informação sobre como fazer um aborto seguro.

A seguir, descrevo algumas das principais ferramentas para dar visibilidade ao tema e à sua atuação no espaço público.

### *5.2.1 Poner el cuerpo en la calle para a produção de novas narrativas sobre aborto*

Um das principais formas para dar visibilidade às suas iniciativas é chamar a atenção da imprensa, seja por meio de performances ou intervenções no espaço público ou de casos concretos de mulheres vítimas da criminalização pelo Estado. Ao fazer isso, o objetivo das ativistas é que mais mulheres tenham conhecimento sobre métodos e protocolos seguro para interromper uma gestação, mas também atuam para ampliar e aprofundar o debate sobre aborto na sociedade. Fazem isso a partir de narrativas imagéticas ou textuais para ressignificar a prática, normalmente associada ao silêncio e ao espaço privado.

Quando se trata das imagens, em um trabalho apresentado no I ENPAA (SOUZA, 2019), discuto como elas são um potente instrumento na discussão sobre a legalização do aborto, especialmente nos meios de comunicação. Isso porque, enquanto os grupos antidireitos utilizam o corpo de fetos e fotografias de mulheres sem rosto em avançada idade gestacional para reafirmar o estigma, cabe ao movimento feminista criar imagens que permitam pautar essa experiência como um direito e uma questão de saúde pública.

As imagens de ativistas nas ruas servem, então, não para dar conta da complexidade da experiência do aborto, mas como cápsulas para compor o emaranhado de como uma sociedade lê e debate o tema. Isso porque, de acordo com a cineasta e filósofa Susan Sontag (2003, p. 72),

“as fotos traçam rotas de referência e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que de um lema verbal”.

Assim, as imagens de feministas divulgando suas linhas telefônicas para o aborto seguro podem se tornar um elemento importante na disputa narrativa sobre a legitimidade da interrupção da gestação<sup>143</sup>. Ao possibilitarem que seu ativismo seja registrado e cristalizado em fotos que circulam nos meios de comunicação e nas redes sociais, elas contribuem para desconstruir o estigma que envolve o tema, já que, segundo Sontag (2003, p. 23),

numa era sobrecarregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de apreender algo e uma forma compacta de memorizá-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou um provérbio. Cada um de nós estoca, na mente, centenas de fotos, que podem ser recuperadas instantaneamente.

Uma das primeiras grupas de informação sobre aborto seguro a acionarem a imprensa para divulgar suas ações na América Latina foram as ativistas da *Colectiva Salud Mujeres*, que em 2008 criaram uma linha telefônica exclusiva para essa finalidade, segundo afirma Raquel Drovetta (2016). Como a estratégia era nova e desconhecida, elas precisavam de uma ação de grande visibilidade, como narra o documentário Vessel (2014), e a saída encontrada foi colocar uma grande faixa com o texto “Aborto Seguro” (**Figura 10**) e o número do celular que atenderiam em um dos principais monumentos turísticos de Quito: aos pés da estátua da *Virgen del Panecillo*<sup>144</sup>. Depois do ato, a grupa se reuniu para uma conferência de imprensa para dar detalhes da iniciativa.

Em 2009, pouco depois do lançamento no Equador, a coletiva *Lesbianas y Feministas por la Despenalización del Aborto* coloca em funcionamento uma linha similar, utilizada exclusivamente para dar informação sobre aborto seguro na Argentina, a “Aborto: más información, menos riesgos”. Assim como as antecessoras, também utilizaram um cartaz com nome e telefone da linha e convidaram jornalistas para uma coletiva de imprensa (**Figura 11**).

<sup>143</sup> A força da fotografia nesse debate já pode ser visto em 1984, quando gerou debate a imagem da feminista María Elena Oddone subindo as escadas do Congresso com uma placa “Não à maternidade, sim ao prazer”, na primeira marcha do Dia Internacional da Mulher pós-ditadura na Argentina (BELLUCCI, 2014).

<sup>144</sup> A *Virgen del Panecillo* recebe este nome porque fica no topo da colina de El Panecillo, desde onde é possível ver o centro histórico de Quito. A escultura, feita em alumínio e inaugurada em 1975, representa a Virgem Maria como está descrita no livro bíblico do Apocalipse. O simbolismo da imagem explica a escolha das ativistas para o lançamento de uma linha de aborto seguro, na tentativa, entre outras coisas, da desconstrução da maternidade compulsória e vista como sagrada pela Igreja Católica.

Figura 10 - Ação de lançamento da linha de aborto seguro no Equador



Fonte: Reprodução Vessel (2014)

Figura 11 – Lançamento da linha “Aborto: más información, menos riesgos”, de *Lesbianas y Feministas* da Argentina



FONTE: ANRed (2009)

Em entrevista para esta pesquisa, a socióloga Ana Mines, uma das fundadoras da linha “Aborto: más información, menos riesgos” na Argentina, contou como o caráter de novidade da ação chamava a atenção da imprensa, que sempre as procurava para dar entrevistas e, indiretamente, acabava aumentando a demanda de mulheres em busca de informação sobre um aborto seguro. Diante disso, as próprias ativistas tratavam de dar entrevistas com camisetas, faixas e até colares com o número de telefone, como afirma:

La línea empezó a ser noticia mediática, los medios no decían lo que queríamos que dijeran de nosotras [...] [pero] cualquier difusión del número para nosotras era siempre un éxito, estén diciendo cualquier cosa. El número aparecía, el teléfono disparaba. En algunos programas no querían filmar el número, entonces hacían un corte del encuadre para que el número no salga. Entonces Verónica [Marzano]<sup>145</sup> se ponía un collar con el número, lo importante era que salía el número. (MINES, 2018, informação verbal)

No México, *Las Libres* também usou a estratégia midiática para incidir para a descriminalização social do aborto. A criação da organização, nos anos 2000, coincidiu com uma grande mobilização para barrar uma lei que tentava inviabilizar o aborto e caso de estupro no Estado de Guanajuato. À época, a principal ação da grua foram as entrevistas para apontar a inconstitucionalidade da lei.

Dez anos depois, em 2010, foi também com visibilidade que *Las Libres* conseguiram chamar a atenção da imprensa nacional e internacional para a prisão de nove mulheres por aborto em Guanajuato. O caso foi o resultado de um esforço, primeiro, de pesquisa e, depois, da associação de estratégias jurídicas e de comunicação pela organização.

A campanha midiática começou com a convocatória de uma coletiva de imprensa, onde as ativistas apresentaram as histórias das mulheres encarceradas e os erros processuais do Ministério Público. Uma delas, era Alma Yareli, sentenciada a 27 anos e seis meses pelo crime de “homicídio em razão de parentesco”. Como relata Verónica Cruz Sánchez (2011), tratava-se de uma estratégia jurídica da Promotoria para condenar as mulheres, já que o crime de aborto no Estado de Guanajuato tem pena máxima de cinco anos (o que na prática inviabiliza a prisão, que só ocorreria com apenas acima de seis anos). Em cada caso, o Ministério Público tratou de tentar convencer o juiz de que o feto havia nascido e, portanto, o crime era de homicídio, não de aborto.

---

<sup>145</sup> Verónica Marzano foi uma militante feminista, lésbica e peronista, e uma das fundadoras de *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* na Argentina. Verónica faleceu em 2017 em um acidente de carro.



A descoberta das mulheres presas e da estratégia utilizada para condená-las foi amplamente divulgada por *Las Libres* para a imprensa, que chamou o episódio de “Caso Guanajuato”. Além de estarem sempre disponíveis para comentar o caso, as representantes da organização fizeram a mediação para que as mulheres presas por aborto fossem entrevistadas e contassem, por telefone e desde a prisão, suas experiências em primeira pessoa. A cobertura da imprensa, por sua vez, acabou alimentando mobilizações virtuais e presenciais para a libertação dessas mulheres, como narra Verónica Cruz Sánchez (2011, p. 187):

El 20 de junio de 2010, el Centro Las Libres realizó una rueda de prensa para dar la noticia de la liberación de Alma Yarareli, después de haber obtenido una resolución judicial en la que quedara claro que ni cometió el delito de aborto ni mucho menos el de homicidio en razón de parentesco del que fue acusada. Este antecedente permitía demostrar que las otras mujeres que se encontraban en casos similares también eran inocentes, estaban injustamente en la cárcel y que el estado encontró en ellas las “presas ideales” para castigar el aborto con todo el peso de la ley de la misoginia.

Los medios de comunicación fueron muy receptivos a esta información. Mostraron una gran sensibilidad e indignación con los casos de estas mujeres. La cobertura duró cincuenta días en la prensa escrita, radio, televisión e internet a nivel local, estatal, nacional e internacional.

La indignación social creció de tal forma que, por ejemplo, en internet un número significativo de personas elaboró blogs para llamar a la denuncia, subió videos a YouTube –que fueron “los más vistos del momento” – y llamó al ciberactivismo.

O tema permaneceu na agenda midiática até que, em setembro de 2010, as mulheres fossem libertadas após uma alteração do Código Penal proposto pelo governador e aprovado pelos deputados. Assim, a estratégia midiática acabou resolvendo, segundo Verónica Sánchez (2011) a parte jurídica do caso.

Na Argentina, as *Socorristas en Red*, por sua vez, desenvolveram performances características para se apresentar nas marchas feministas, o que faz parte do repertório do movimento. Na França da década de 1970, as Feministas Revolucionárias (Féministes Révolutionnaires) foram uma das primeiras a adotar iniciativas performáticas para dar mais visibilidade aos protestos em defesa da legalização do aborto.

*Socorristas* usam perucas rosa *pink* e maquiagem nos tons roxo (em referência ao movimento de mulheres) e verde (sinônimo da defesa do aborto); vestem camisetas com frases feministas e sustentam faixas com nomes e números de atendimento para quem necessita de informações sobre um aborto seguro. Assumem uma postura ativa e gritam palavras de ordem sem medo, afirmando-se publicamente como “abortistas” no plural.

Em determinados momentos, sua performance ironiza as críticas que recebem, como quando cantam “Hay que ver a las Socorristas/ Hay que ver las locas que son/ Feministas que se rien de los fetos/ Asesinas de saco gestacional”. Tratam assim de reduzir a importância do produto do aborto, porque estão ali para defender o direito das mulheres de decidir sobre a própria vida e o próprio corpo.

Em sua aparição pública, *Socorristas* criam narrativas sobre como o procedimento pode ser realizado de forma segura e acompanhada. Assim, atuam para tentar desfazer o medo e o tabu que envolvem o aborto, mostrando-o como algo que pode fazer parte da vida reprodutiva das mulheres, performando publicamente para a descriminalização social da prática.

Em coletivo, usam seus corpos como discurso, instrumentos de questionamento das normas que estabelecem a cis e a heteronormatividade como padrão, e a maternidade como compulsória. Por meio dos cantos, das pinturas, das faixas e cartazes que empunham, das roupas ou da ausência delas, posicionam-se publicamente como espaços de resistência ao machismo.

No meio da marcha, por exemplo, elas vez ou outra interrompem a caminhada e sentam-se para observar as que empunham sinalizadores nas cores verde e rosa, e entonar palavras de ordem. Essa parada é como um momento de quebra da ‘normalidade’ e da previsibilidade da caminhada. Para chamar a atenção para a sua demanda em meio a outras tantas que compõem os movimentos de mulheres e feministas.

Nessa performance pública, elas se apropriam de termos e de características vistos como negativas (“aborteras”) para ressignificar a experiência e a prática do aborto. O tempo todo, fazem isso de maneira visível, sem tabus e sem medo. Utilizam-se da ironia e da assembleia para disputar publicamente os significados relacionados à prática do aborto.

Ao sair às ruas e permitirem serem fotografadas, *Socorristas en Red* não só exigem a legalização, mas colocam no espaço público narrativas de que a interrupção de gestação pode significar segurança, alívio e (por que não?) felicidade para quem decide não ter um filho naquele momento. Buscam, assim, combater o estigma social associados a termos, pessoas que realizam e as que ajudam a abortar.

### 5.2.2 *Manuais, livros e reflexões teóricas sobre a ação política*

Outra estratégia muito utilizada pelas grupos para a descriminalização social do aborto e promoção de técnicas seguras é a produção de conhecimento sobre as ações que desenvolvem cotidianamente. Há, desse modo, uma necessidade de se registrar o processo e as ferramentas

utilizadas, refletir teoricamente sobre o ativismo que desenvolvem e gerar dados que possam servir tanto para legitimar suas iniciativas como para a incidência política pela legalização e descriminalização social do aborto.

Nesse sentido, uma das pioneiras foram *Lesbianas y Feministas*, que lançaram na Argentina, um livro (com versão impressa e digital) que virou referência para outras linhas telefônicas da América Latina: o manual “Todo lo que querés saber sobre como hacerse un aborto con pastillas”, com duas edições (2010 e 2012), com tiragem de 10 mil exemplares cada (**Figura 12**).

O material foi uma tentativa da coletiva de organizar e sistematizar os protocolos usados no contato telefônico com as mulheres que buscavam a linha e permitir que outras pessoas tivessem acesso à informação. Para tanto, o manual detalha os passos necessários para interromper a gestação com o uso de medicamentos. O resultado, esperam as grupas, é não apenas reforçar a segurança, mas também combater o estigma associado à prática.

Entre as referências do livro, estão as leis argentinas, os protocolos e as recomendações da OMS, da Flasog (Federação Latinoamericana de Sociedades de Obstetrícia e Ginecologia), do Clacai (Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro), do Ipas e da Red Contra el Aborto Inseguro en Argentina (que reúne equipes de saúde e organizações sociais de todo país), mas também há trechos de relatos, informações e dúvidas das mulheres que acionaram a linha telefônica.

A cartilha (**Figura 12**) está dividida em 10 capítulos que se propõem a responder perguntas que vão desde “o que é um aborto inseguro?”, “por que as mulheres abortam” e “como confirmar de quantas semanas estou grávida?” até indicar quais são os direitos das mulheres caso precisem recorrer ao sistema de saúde pós-aborto e o que fazer em caso de negativa de um atendimento.

Para construí-lo, as ativistas partiram das perguntas mais comuns feitas pelas mulheres que entraram em contato com a linha “Aborto: más información, menos riesgos”. A partir delas, o texto busca se antecipar às principais dúvidas das leitoras quanto ao procedimento, mas também chama a atenção para os sinais que indicam quando é importante procurar ajuda médica –e onde isso pode ser feito.

O manual dá dicas de como solicitar uma receita de Misoprostol (que pode ser feita por médicos de qualquer especialidade, já que a compra do medicamento em farmácias é permitida no país), como cada campo precisa ser preenchido, como é o remédio e quais informações

precisam constar na embalagem. Há indicações de quantos comprimidos e como usá-los (métodos sublingual e vaginal) para que o abortamento seja completo, reduzindo a possibilidade de complicações futuras ou a necessidade de atenção médica após o procedimento. O texto traz em seguida várias informações sobre os sintomas mais comuns (e como tratá-los), o sangramento esperado (e quando é preciso procurar um hospital) e o que fazer na etapa após a interrupção da gestação.

Figura 12 - Duas edições do manual produzido por *Lesbianas y Feministas*



Fonte: Montagem da autora.

O manual lançado por *Lesbianas y Feministas* na Argentina inspirou uma série de publicações em outros países da América Latina. Na última década, coletivas feministas de países como Peru (COLECTIVA POR LA LIBRE INFORMACIÓN PARA LAS MUJERES, 2014), Bolívia (POR LA VIDA DE LAS MUJERES, 2014), Equador (COLECTIVA SALUD MUJERES, 2014), Chile (LESBIANAS Y FEMINISTAS POR EL DERECHO A LA INFORMACIÓN, 2012; COLECTIVA DE LESBIANAS Y FEMINISTAS LÍNEA ABORTO

LIBRE, 2017) e Brasil (LÉSBICAS E FEMINISTAS PELO DIREITO À INFORMAÇÃO, 2017; ABORTO FORA DO ARMÁRIO, 2020) publicaram manuais adaptados às suas realidades (**Figura 13**).

O manual do Chile (COLECTIVA DE LESBIANAS Y FEMINISTAS LÍNEA ABORTO LIBRE, 2017) possui uma tradução do protocolo em *creolé*, para atender às imigrantes haitianas, e *mapudungún*, idioma dos povos Mapuche. Além dos manuais com informações sobre como utilizar o medicamento e as principais dúvidas de quem deseja realizar um aborto seguro, as chilenas também publicaram manuais para profissionais de saúde (COLECTIVO DE LESBIANAS Y FEMINISTAS LÍNEA ABORTO LIBRE, 2017) para tirar as principais dúvidas de obstetras, parteiras, enfermeiras e obstetizas sobre como construir um serviço amigável de atenção ao aborto.

No México, *Fondo MARIA* e *Las Libres* têm guias específicos para a formação de acompanhantes. Nesses materiais, há informações sobre legislação, autocuidado, ética, estigma, protocolos médicos, histórico da luta feminista e como apoiar uma pessoa que deseja interromper uma gestação.

“Acompañar para empoderar: Guía de Apoyo para la Formación de Acompañantes a Mujeres em Situación de Aborto” (BALANCE, 2016), de *Fondo MARIA*, é resultado de um processo de reflexão iniciado durante o primeiro curso de formação de acompanhantes de aborto promovido pela organização. A publicação está dividida em 5 capítulos que discutem o aborto a partir da saúde pública, do direito e como uma questão de justiça social, como uma demanda feminista; tratam sobre desigualdade de gênero, do patriarcado, de estereótipos e vulnerabilidades; abordam a participação do homem no processo de tomada de decisão e no abortamento; falam da escuta ativa como uma das ferramentas importantes para o acompanhamento, mas também do autocuidado que as ativistas devem ter. Em sua introdução, as ativistas justificam o guia escrito como uma forma de registrar, mas também de refletir sobre o fazer cotidiano. Diz o texto:

[...] esta guía sistematiza contenidos para formar a las personas que elijan ser acompañantes. Compila una serie de ideas de los Estudios de Género, reflexiones y referencias bibliográficas de los temas seleccionados que han sido desarrollados por diversos grupos de la sociedad civil, instituciones académicas, colectivos feministas, servicios públicos y privados, nacionales e internacionales, que han sido elaborados a lo largo de muchos años con el fin de ilustrar y dar cuenta de la complejidad de las realidades de las mujeres del mundo. También sistematiza la práctica de acompañar, ahonda en los diferentes aspectos que se requieren y la forma de afrontarlos. (BALANCE, 2016, p. 10)



Figura 13 – Manuais de aborto seguro produzidos por coletivas feministas na América Latina



Fonte: Montagem da autora.

*Fondo MARIA* também produziu um guia direcionado a homens, chamado “Ella decide, yo respaldo y estoy presente” (BALANCE, 2014), para informar sobre como eles podem apoiar mulheres durante seus processos de aborto; e um material para profissionais de comunicação, governos e organizações da sociedade, intitulado “Guía para hablar orgullosamente del Aborto” (BALANCE, 2019).

Ao longo de 20 anos de trabalho, *Las Libres* capacitaram ativistas autônomas e coletivas feministas para o acompanhamento de abortos seguros em distintas partes do México. Na publicação “Modelo Integral de Acompañamiento para un Aborto Seguro (MIAAS)” (LAS LIBRES, 2014), elas contam um pouco da história da organização, das ações realizadas e das características centrais para o acompanhamento de abortos seguros (ser casuístico, integrador, mobilizador, formativo e centrado em soluções), e das três dimensões de ação (emocional-afetiva, comunicacional-relacional e sócio-política). No manual, há ainda o protocolo com cada etapa do processo: o primeiro contato, que pode ser telefônico ou virtual; a entrevista de atenção; durante o processo de aborto; e após a realização do procedimento.

Para a organização (LAS LIBRES, 2014, p. 25), essa é a uma “acción social y política de la vivencia del derecho a decidir sobre el propio cuerpo”, o que “implica proporcionar todo lo necesario a las mujeres para que lo vivan de forma segura, gratuita y con calidad; para así avanzar hacia la eliminación del estigma y la despenalización social del aborto”.

Na Argentina, *Socorristas en Red*, especialmente a partir das ativistas da Colectiva La Revuelta, produziram pesquisas, relatórios e reflexões sobre suas práticas, como “El aborto como derecho de las mujeres. Otra historia es posible”, (ZURBRIGGEN, ANZORENA, 2013), “El aborto con medicamentos en el segundo trimestre de embarazo. Una investigación socorrista feminista” (ZURBRIGGEN et al., 2018), “Estamos para nosotras: experiencias de socorrismo feminista en el siglo XXI” (ROSSO, 2019) e “Estamos cerca: Relatos de aborto en cuarentena” (SOCORRISTAS EN RED, 2020).

Segundo Ruth Zurbriggen, que é professora e uma das ativistas mais conhecidas das *Socorristas en Red* na Argentina, essas publicações são um esforço das *Socorristas* para visibilizar e de refletir sobre o acompanhamento de abortos pela organização, como disse em entrevista para esta pesquisa:

[...] supongo que tiene que ver con la impronta pedagógica del campo educativo del que venimos, a nosotras nos interesa mucho poner a disposición lo que hacemos, en esto de generar no copias de lo que hacemos, sino que hay ciertos modos que nos están viniendo bien. Entonces, La Revuelta produce mucho material en todo que queremos que otras sepan que esto es posible de

hacer. Luego producimos mucho material, investigamos, somos casi obsesivas por pensar sobre lo que hacemos en términos de que, bueno, toda investigación es investigación sobre una misma también. Entonces las investigaciones que hacemos a cerca de cómo vamos haciendo lo que ofrecemos cuando armamos el Socorro Rosa nos devuelve cuestiones para pensar. En ese sentido, es que hemos hecho, modificando también en nuestro dispositivo algunos aspectos que, a lo mejor, las mujeres nos devolvieron como problemáticos. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

Ruth Zurbriggen também fala sobre como os estudos e as publicações das *Socorristas* são também uma forma de disputar narrativamente quem fala sobre aborto na sociedade, como afirmou em outro trecho da entrevista:

A nosotras nos parece muy importante que haya investigaciones sobre nosotras y sobre estos temas, pero también nos interesa estar produciendo, hablando de nosotras mismas, a través de lo nuestro, a través de las mujeres, en todo caso con las investigaciones que hacemos, pero pensando nosotras también sobre eso. Valoramos todo eso que tiene que ver con la producción. Entendemos también otro aspecto de producir es la disputa por los sentidos, quien habla en nombre nuestro, cómo se habla, quien habla en nombre del aborto, dónde está la experiencia de abortar de las mujeres, cuando se habla de aborto, que no están en los protocolos médicos, no están en los congresos médicos, ni de la salud [...]. Así que, bueno, [producimos] un poco por todo eso y después porque, en gran medida, a nosotras nos gusta lo que hacemos y lo queremos contar. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

As grupos pesquisadas também costumam produzir cadernos, adesivos, lenços, camisetas e xícaras com seu nome ou referências feministas. A venda desses objetos, bem como de livros e manuais, serve como fonte para financiar atividades das organizações, além de contribuir para dar visibilidade às suas ações.

### 5.2.3 Registro e produção de dados estatísticos

Outra estratégia comum às organizações analisadas nesta pesquisa é a sistematização e divulgação de dados de chamadas recebidas e das pessoas acompanhadas. As ativistas não registram nome, telefone ou qualquer informação que possa identificar quem entra em contato por meio dos seus canais de comunicação. Cada grupo adota uma lista de perguntas para saber, entre outros dados, idade, ocupação, estado civil, data da última menstruação, se realizou ultrassom, se a pessoa sofreu alguma uma violência (independente se está associada à gestação) e se utilizava algum método contraceptivo no momento da concepção.



As primeiras a realizarem esse tipo de levantamento foram *Lesbianas y Feministas*, na Argentina, como uma forma de legitimar sua atuação, mostrar o volume de mulheres que abortavam e a segurança do procedimento realizado com medicamento, mesmo fora do ambiente hospitalar.

O primeiro informe produzido a partir da coleta de dados, intitulado “Hallazgos y reflexiones a un mes de atención de la Línea ‘Aborto: más información, menos riesgos’” (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2009), mostrou que no primeiro mês em funcionamento, elas receberam 345 chamadas, uma média de 11 por dia, com duração aproximada de 20 minutos cada. O informe ainda indica que 92% das mulheres estavam acompanhadas em sua decisão (pelo parceiro, uma amiga ou familiar), 37% usavam algum método contraceptivo, que falhou no dia em que ficaram grávidas, e tinham em média 7,4 semanas de gestação na data da chamada. O levantamento ainda aponta para a diversidade das que buscavam informação para abortar:

Hemos recibido llamadas de mujeres de todas las edades, de 13 a 47 años. Mujeres en diversas etapas de su vida, de su período de capacidad reproductiva. Todas con dudas, temores, ansiedades, miedos parecidos. Todas unidas por la invisible cadena de tabúes que rodean el cuerpo, la sexualidad, la maternidad, la capacidad de decisión de las mujeres. (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2009, p. 2)

Os dados produzidos a partir dos atendimentos da linha “Aborto: Más información, menos riesgos” serviram de referência para que a Coletiva La Revuelta, também da Argentina, passasse a registrar os acompanhamentos realizados assim que criaram uma linha de atenção ao aborto seguro, em 2010. Nessa época, cada ativista anotava os dados em uma ficha chamada de “protocola”, com perguntas básicas às pessoas que chamavam a linha.

Em 2012, *La Revuelta* impulsionou a criação de uma rede nacional de acompanhamentos de aborto, as *Socorristas en Red*, que em 2014 acordaram o uso de um formulário único. As perguntas básicas foram acordadas na plenária da rede, realizada naquele ano em Córdoba.

Desde 2015, *Socorristas* utilizam uma plataforma criada em parceria com a Faculdade de Informática da Universidade Nacional de Comahue, com sede em Neuquén, para a coleta e sistematização dos dados. A parceria com a universidade, dizem as ativistas (ZURBRIGGEN et al, 2018, p. 39), só foi possível “por los niveles de despenalización social alcanzados con respecto al aborto” na Argentina.

Isso mostra como esse tipo de estratégia se retroalimenta, já que, quanto mais visibilidade, maior é a discussão social em torno ao aborto (tratado por elas como um evento na vida reprodutiva das mulheres, não como um tabu), o que resulta em maior possibilidade de atuação política, alianças estratégicas e financiamento. A informação estatística gerada pelos relatórios também serve para sustentar o argumento de que o aborto com medicamentos é seguro e eficaz, mesmo se realizado em casa, desde que a pessoa esteja informada e acompanhada. Nesse sentido, a sistematização dos atendimentos realizados em 2019 pelas *Socorristas* mostra que em 96,9% dos casos o medicamento teve o efeito esperado e apenas 9,4% das mulheres procuraram o serviço de saúde nas primeiras 72h após o procedimento (SOCORRISTAS, 2020).

Trata-se, portanto, de uma forma de gerar dados a partir do fazer cotidiano para se colocar no espaço público como ator relevante para o debate e, assim, disputar os discursos em torno da experiência do aborto, como dizem as *Socorristas* (2020, p. 6, grifo nosso):

La sistematización de datos nos permite poner en crisis pensamientos estancos sobre el aborto que se asientan en el sentido común y, al mismo tiempo, comprender crítica y complejamente esta experiencia. Para nosotras, **se trata de una apuesta política mediante la cual disputamos y desafiamos las relaciones de poder sobre las que se asienta el conocimiento**. Elaboramos evidencia rigurosa sobre procesos de aborto con medicación y sobre las mujeres y otras personas con capacidad de abortar que nos contactan. De esta manera, aportamos argumentos sólidos al debate legislativo, social y cultural por la despenalización y legalización del aborto.

As informações coletadas durante os acompanhamentos foram utilizadas por Ruth Zurbriggen, uma das fundadoras da rede, em sua apresentação durante a discussão do projeto de legalização do aborto no Senado, em dezembro de 2020. Em sua fala, a ativista destaca o número de pessoas que procuraram as coletivas nos primeiros dez meses do ano, para dar uma dimensão de que a criminalização não impede que mulheres interrompam gestações. Por outro lado, entre tantas informações do formulário, ela decidiu citar o número das que possuem uma crença religiosa, exatamente para se contrapor aos argumentos de alguns grupos antidireitos que discutem publicamente o tema:

Desde *Socorristas en Red*, apostamos a que la experiencia de abortar no sea vivida en el desamparo, ni en la soledad, ni en la intemperie que campea cuando el Estado abandona por la falta de legislación adecuada. Producimos información sobre quienes son las mujeres y las personas con capacidad de gestar a quienes acompañamos. Este año, entre el 1 de enero y el 30 de octubre, acompañamos 13.408 personas en sus abortos para que, habiendo tomado esta decisión, sucedan de manera cuidada, acompañada y segura; 6.652 de esas

personas dijeron ser creyentes en alguna religión o en dios. (ZURBRIGGEN, 2020)

No México, *Fondo MARIA* tem um formulário padrão para registrar dados sobre os atendimentos de casos de aborto. Eles são divulgados no informe anual produzido por *Balance*, organização à qual o fundo está vinculado. Segundo o relatório sobre as atividades realizadas em 2019 (BALANCE, 2020), *Fondo MARIA*<sup>146</sup> apoiou 1.676 mulheres em seus processos de aborto. Dessas, 436 foram acompanhadas e tiveram os custos passagens de ida e volta entre seus lugares de origem e a Cidade do México, medicamentos e o procedimento pagos pela organização; para 329 o apoio foi apenas com hospedagem e alimentação, porque já se encontravam nos serviços de saúde; 511 receberam informação sobre serviços de aborto legal disponíveis na capital federal e outras 400 entraram em contato para saber informações sobre como realizar um aborto seguro com medicamentos.

A divulgação de dados de acompanhamento, no entanto, não são uma estratégia unânime dentro do próprio movimento feminista, como as mexicanas *Las Libres*, que discutiram em coletiva e decidiram por não registrar e sistematizar os dados dos acompanhamentos que realizam. Em entrevista para esta pesquisa, Verónica Cruz Sánchez, diretora da organização, disse que usar um formulário durante o acompanhamento poderia ser uma barreira na relação com as mulheres:

Siempre cuestionamos eso de los números. ¿Para qué sirven los números? ¿Para qué lo haremos? Me parece un bloque preguntar nombres, edades, etc. Tenemos una postura política [de no generar estadísticas], porque creemos que no solo se hace incidencia con los números, hay otras formas. (CRUZ SÁNCHEZ, 2019, informação oral)

### **5.3 “Yo aborté”: narrativa em primeira pessoa sobre a experiência de interrupção da gestação**

Quando se trata de aborto, uma das estratégias utilizadas pelas quatro grupos que fazem parte desta pesquisa é dar visibilidade a narrativas em primeira pessoa sobre a experiência. O objetivo desse tipo de ação é deslocar o debate público do feto —o que normalmente é feito pelos grupos antidireitos, que pautam o assunto pelo “direito à vida desde a concepção— para a mulher, como protagonista da gestação, quem decide seguir ou não com uma gravidez e de

---

<sup>146</sup> O apoio financeiro às mulheres pode ser com transporte, hospedagem e custos com o procedimento, quando feito em clínica privada. A cobertura depende se a pessoa tem condições financeiras de arcar de forma total ou parcial com as despesas envolvidas no processo. É a pessoa acompanhada que informa se pode ou não pagar parte do processo. A organização não condiciona o apoio a qualquer análise socioeconômica.

como vive a experiência de um aborto. Assim, elas mostram a variedade de corpos, histórias, sensações e sentimentos associados à prática, sem julgamentos ou hierarquias.

Contar experiências em primeira pessoa é uma das chaves para mudar o estigma associado ao aborto, como mostrou a historiadora australiana Erica Millar (2017), ao estudar a campanha de 2015 no Twitter #ShoutYourAbortion (“grite seu aborto”, em tradução livre). Segundo a autora, campanhas como essa combatem o silêncio e mostram a interrupção voluntária da gestação não como algo abstrato, mas a partir de histórias reais, como algo comum à vida reprodutiva das mulheres.

Falar e escutar histórias reais sobre aborto pode aumentar a empatia e os sentimentos positivos entre mulheres. Isso foi o que mostrou uma pesquisa realizada por duas pesquisadoras (COCKRILL; BIGGS, 2017), da Universidade da Califórnia, que acompanharam 109 participantes e sugeriram que discutissem em grupos um texto sobre o tema. Em 10 dos 13 encontros promovidos, ao menos uma mulher contou que já havia realizado um aborto. Em suas conclusões (Ibid.), as autoras observaram que, mesmo em grupos relativamente homogêneos, foram diversas as experiências relatadas. Além disso, elas afirmam que ler e discutir histórias de aborto pode reduzir o silêncio e o estigma que normalmente envolvem a prática<sup>147</sup>.

Outra pesquisa, realizada no México com 18 mulheres que realizam um aborto (BELFRAGE; ORTÍZ RAMÍREZ; SORHAINDO, 2020), mostrou que falar sobre a experiência em um ambiente afirmativo e de apoio —ao contrário do contexto de suas vidas diárias, onde o estigma gerava silêncio— fez com que elas se sentissem à vontade para compartilhar suas experiências, criar conexões e transformar sua percepção do aborto de forma afirmativa.

Narrar e discutir experiências entre mulheres faz parte do repertório do movimento feminista, que passou a utilizar essa ferramenta especialmente a partir dos anos 1960 e 1970. Sob o lema “O pessoal é político”, feministas se reuniam em círculos de conscientização em vários países para contar e ouvir como o patriarcado se manifestava na esfera privada. Esses encontros faziam com que percebessem que tinham vivências comuns e que, portanto, lutar contra essas formas de opressão era uma demanda política (BELLUCCI, 2014).

---

<sup>147</sup> Dizem as autoras (COCKRILL; BIGGS, 2017, p. 14): “Our findings have several important implications. First, this study reminds us that abortion is an invisible yet shared experience among many women in the USA. In fact, we found a remarkable diversity of pregnancy experiences in an otherwise homogenous group of women. Our findings also suggest that, under certain conditions, reading and discussing stories about abortion can reduce the silence around abortion and improve attitudes toward women who have abortions”.

Em 1969, as feministas radicais da grupa Redstockings narraram publicamente seus abortos nos Estados Unidos. A estratégia surgiu como resposta a uma audiência legislativa que acompanharam sobre o tema, quando apenas homens e uma monja participaram da discussão. Foi aí que organizaram um evento, onde doze mulheres contaram suas experiências de interrupção da gestação. Como narra a ativista Mabel Bellucci (2014), a iniciativa inspirou campanhas internacionais do “Eu abortei” em outros países e vários idiomas.

Na França, o julgamento de cinco mulheres e uma adolescente em 1971 levou à publicação do “Manifesto das 343” na revista *Le Nouvel Observateur*, em que 343 mulheres declararam já ter abortado, correndo o risco de serem processadas pelo crime (BELLUCCI, 2014). Entre as artistas, intelectuais e cientistas que assinavam o documento, estavam nomes como a filósofa Simone de Beauvoir, a escritora Monique Wittig e a atriz Catherine Deneuve. No documento, elas ainda pediam que o aborto fosse gratuito e livre no país. A prática foi legalizada em 1975 na França.

No Brasil, uma das capas mais emblemáticas da Revista Veja trouxe uma série de fotos de famosas e anônimas sob o título “Eu fiz um aborto”. A reportagem de setembro de 1997, apresentava relatos como o da atriz Cássia Kiss, da cantora Elba Ramalho, da escritora Maria Adelaide Amaral, da cineasta Tata Amaral e da apresentadora Marília Gabriela. Para o cientista político Luis Felipe Miguel (2012), essa edição histórica da Veja foi “uma iniciativa corajosa e importante no sentido de romper o preconceito e colocar o tema em debate”.

Em 2005, foi a vez de ativistas da Argentina lançarem uma campanha na internet para coletar e divulgar histórias de interrupção da gestação. A mobilização ocorreu quando a tradutora e feminista Gabriela Adelstein, então com 42 anos e duas filhas, resolveu contar publicamente sua experiência de aborto, desde o lugar de mulher de classe média, que também havia acompanhado uma amiga em uma clínica. O texto terminava com um convite para que outras mulheres fizessem o mesmo: “¿Quién más?” (RIMA, 2004). Gabriela havia tomado a decisão de narrar o seu processo após participar do Encontro Nacional de Mulheres realizado naquele ano em Mendoza, e da visita ao país da médica Rebecca Gomperts, fundadora da organização Women on Waves. A campanha “Yo Aborté” foi então promovida por RIMA (Red Informativa de Mujeres de Argentina), uma lista de e-mails feminista da qual Gabriela Adelstein fazia parte.

Contar histórias de aborto em primeira pessoa, portanto, faz parte do repertório dos movimentos feministas, que buscam dessa forma mostrar a multiplicidade de experiências, o intempestivo de uma gestação indesejada e a intempérie de interrompê-la em contexto de

ilegalidade, como apontam as pesquisadoras argentinas July Chaneton e Nayla Vacarezza (2011). Esses relatos também têm o objetivo de mostrar o aborto como algo comum à vida das mulheres, tirando-o do silêncio e do estigma associados a ele, visando a descriminalização social da prática.

Entre as organizações estudadas nesta tese, a estratégia é muito utilizada. A diferença das iniciativas acima narradas nos Estados Unidos, na França e no Brasil, as grupos feministas em questão tratam de costurar as histórias das mulheres que interromperam uma gestação às das ativistas que acompanham esses processos.

Assim, *Fondo MARIA* criou a campanha “Yo aborto, Yo acompaño, Yo transformo”. No blog (FONDO MARIA, 2015), a organização separa os relatos com as etiquetas “Yo Aborto”, para as mulheres que passaram por experiências de interrupção da gestação; “Yo acompaño”, com as histórias das que acompanharam esses processos como amigas ou ativistas; e “Yo Transformo”, com comentários de doadores da organização e pessoas que, desde suas áreas profissionais, realizam ações a favor do aborto legal e/ou seguro. O projeto também virou uma série de vídeos com a leitura, por terceiras, dessas narrativas. Segundo a organização, a campanha tinha o objetivo de permitir “un diálogo honesto y abierto a favor del aborto, donde diferentes voces compartan sus experiencias” (FONDO MARIA, 2015).

Ainda no México, *Las Libres* realizaram um projeto fotográfico chamado “se puede / se hace - testimonios visuales sobre aborto”, para contar essas histórias. Segundo a página do projeto, “SE PUEDE y SE HACE porque el aborto no es el problema, sino los prejuicios negativos y la marca social que señala y juzga a las mujeres que deciden responsablemente sobre sus proyectos de vida” (SE PUEDE, 2014). O mesmo foi feito no documentário “El imparable acompañamiento” (2013), com narrativas de mulheres que interromperam uma gestação e ativistas que as acompanharam em suas decisões.

Ao lado de organizações como Red Necesito Abortar e Voces de Mujeres en Acción, também a organização *Las Libres* (2018) lançou uma publicação bilíngue (espanhol/náhuatl), “Aborto, aquí te cuento/Mohuetziltia, nika nimitz pohuilicej”, com relatos de aborto. Segundo as autoras, objetivo é mostrar a interrupção de uma gestação indesejada como “una apuesta a la vida, como una elección de autodeterminación, como una garantía de que existe la vivencia de un derecho en la existencia misma” (LAS LIBRES; RED NECESITO ABORTAR; VOCES

DE MUJERES EN ACCIÓN, 2018, p. 3). A tradução das narrativas para o idioma Náhuatl<sup>148</sup> é uma forma ainda de aproximar a discussão sobre o tema entre mulheres indígenas.

Na Argentina, *Socorristas en Red* registraram narrativas de aborto em vídeo, na série de relatos intitulada “Nosotras abortamos, ahora lo contamos” (2019). Também contam histórias de mulheres e ativistas nos três volumes do livro “Entre ellas y nosotras: los abortos” (COLECTIVA LA REVUELTA, 2015, 2016a, 2016b) e em um projeto interativo online, chamado “Archivo Rosa” (2020). Sobre a iniciativa, a comunicadora feminista Sandra Chaher afirma que fazer visíveis as experiências das que interrompem uma gestação e das que acompanham é uma forma de cobrar a legalização da prática:

Buscamos recuperar reservorios de ternura, erotismo, sensibilidad, riesgo y cuidado para las prácticas militantes, producir aperturas para reconstruir formas de lenguaje capaces de **hacer más audibles las experiencias singulares de quienes abortan y de las activistas que acompañamos** e insistir así con una deuda interna profunda de la democracia para con las mujeres y la sociedad toda: **el derecho al aborto legal, seguro y gratuito.**

Elegimos escribir, elegimos compartir esas escrituras a modo de gesto político, para hacer que las palabras sigan diciendo algo, para **seguir aportando pensamientos y acciones que nos hagan más inteligibles y visibles las prácticas de abortar**, para saber más y mejor acerca de cuál es la ley que instalan las mujeres cuando abortan... para insistir e insistir... (COLECTIVA LA REVUELTA, 2015, grifo nosso)

A poeta e escritora Dahiana Belfiori (2015) publicou o livro “Código Rosa: relatos sobre aborto”, com narrativas criadas a partir de entrevistas com mulheres acompanhadas por ativistas da *Colectiva La Revuelta*, ligada às *Socorristas en Red*. Escritas em primeira e terceira pessoas, as histórias tratam de mostrar o aborto como parte da vida reprodutiva de muitas mulheres. Esse falar sobre suas próprias experiências de interrupção de gestação, diz a autora (BELFIORI, 2015), é uma forma de buscar a despenalização social da prática, para além da sua legalidade.

Com a interrupção das ações presenciais durante a pandemia do coronavírus em 2020, a organização decidiu ainda reunir novos relatos, que formam parte do livro “Estamos Cerca – relatos de abortos en cuarentena”, sobre os cem primeiros dias de isolamento social no país.

Apesar de se utilizarem de diferentes plataformas (vídeos, blogs ou livros), essas iniciativas têm o objetivo de combater o tabu que envolve o tema e de mostrar o aborto como parte da vida reprodutiva das mulheres. Criam espaços onde é possível compartilhar essas

---

<sup>148</sup> Segundo INEGI (2010), Náhuatl é o idioma indígena mais usado no México em números absolutos, 1.544.968 falantes.

experiências de forma anônima e sem julgamentos, e acabam servindo para acolher mulheres com gestações indesejadas. Isso porque, como afirmam as ativistas brasileiras Bárbara Lopes, Jéssika Martin Ribeiro e Tica Moreno (2016)<sup>149</sup>, compartilhar experiências em primeira pessoa é uma forma de autonomia, de assumir as rédeas não só do que acontece no plano íntimo e privado, mas também da nossa história coletiva enquanto mulheres.

Ao analisar depoimentos de usuárias brasileiras na página “Fiz um aborto”, no portal *Women on Web*, a jornalista e pesquisadora Nanda Duarte (2019) identificou uma multiplicidade de experiências de aborto e uma diversidade de tensões em relação às expectativas sociais quanto à maternidade. Para ela, esses relatos provocam uma “implosão polifônica” dos sentidos construídos em relação à experiência de abortar, mas também levam à luz a “reprodução das (e à tensão com as) disputas sociais, morais e políticas em torno dos significados do aborto” (Ibid., p. 117).

Essas publicações mostram como, para as feministas, compartilhar suas histórias sempre foi e ainda é uma forma de ampliar o privado e de incidência política na sociedade.

#### **5.4 Ferramentas de segurança e privacidade: ‘armas’ contra o punitivismo**

Uma das margens mais delicadas das coletivas que acompanham abortos em contexto de criminalização são as estratégias e ferramentas utilizadas para garantir segurança e privacidade tanto às ativistas quanto às mulheres que realizam o aborto. Como se trata de informação sensível, decidimos apresentar as principais discussões que permeiam esse tema, sem, no entanto, identificar quais medidas são usadas por cada grupa e em cada país.

Estratégias de segurança envolvem: cuidados para se certificar da identidade de quem entra em contato com a grupa (e não se trata de um anti-direito ou investigação tentando criminalizá-las, por exemplo); medidas para evitar o registro e o vazamento de dados que possam comprometer as pessoas acompanhadas. Há ainda o uso de ferramentas de segurança, como aplicativos e plataformas consideradas seguras e não vinculadas a empresas multinacionais de comunicação. Esses pontos frequentemente são pauta de grupos, reuniões e encontros que acompanhei com representantes de distintas partes da América Latina.

---

<sup>149</sup> No livro “Somos todas clandestinas: relatos sobre aborto, autonomia e política”, as organizadoras Bárbara Lopes, Jéssika Martins e Tica Moreno (2016) apresentam diversas histórias sobre experiências de aborto. Ao contrário das publicações das grupos aqui estudadas na Argentina e no México, nota-se que a brasileira é centrada nos impactos da criminalização sobre os percursos de interrupção de uma gestação para essas mulheres; como o nome mesmo diz, na clandestinidade que as atravessa.



De modo geral, a medida mais comum entre as coletivas é garantir que no primeiro contato, em geral feito por telefone, as mulheres tenham claro que as grupas atuam dentro da legalidade. Como no México, onde, antes de dar informação sobre como usar o medicamento, as telefonistas dizem às mulheres sobre esse direito:

La información que te voy a dar ahora está basada en estudios sobre aborto con medicamentos que han sido publicadas por organizaciones, como la Organización Mundial de la Salud (OMS) y la Federación Latinoamericana de Sociedades de Obstetricia y ginecología (Flasog). Nosotras podemos entregar esta información en uso de nuestro derecho a la libertad de expresión y tu puedes recibirla porque tienes derecho a acceder a información sobre tu salud. Estos derechos están protegidos constitucionalmente en nuestro país. (Caderno de campo, 18 de out. 2019)

Na Argentina, ativistas também adotavam a estratégia:

Un primer momento de la conversación, en general, nos enfrentaba a las razones por las cuáles la mujer quería abortar, nuestra estrategia era enmarcar la llamada en los derechos que la avalan, mostrando la legalidad: *La información que brindamos es pública y todas las mujeres tienen derecho a conocerla. La decisión de abortar es personal, solamente la mujer que está embarazada sabe si quiere continuar con su embarazo y parir, o abortar. Las mujeres que llaman a la Línea no tienen ningún compromiso con nosotras, ellas cuando cortan deciden qué hacer, acá simplemente reciben información completa sobre cómo se utiliza, cuáles son los riesgos, etc.* (MINES et al., 2013, p. 145, grifo das autoras)

Além disso, para não serem processadas sob o argumento de que tentam induzir a prática, uma estratégia comum à algumas das estudadas é a utilização da terceira pessoa do plural:

Nosotras, algo que hicimos mucho hincapié fue en la preparación en la llamada, porque en esto del derecho a la información, no podríamos hablar en segunda persona. Alguien te decía ‘Hola, estoy embarazada, no sé qué hacer, ¿qué hago?’. No podríamos decir ‘pote las pastillas tal y tal’, hablando en segunda persona porque ahí vos estabas induciendo el aborto. Para quedarnos en esta figura, era muy importante que hablemos siempre en tercera persona del plural. Entonces era ‘si una mujer esté embarazada y quiere hacer un aborto, lo que dice la OMS es tal, tal, tal’. Eso requeriría entrenamiento, sobre todo en el principio, que estábamos super nerviosas y no sabíamos en qué estado de ánimo iba llamar la otra persona. (MINES, 2018, informação verbal)

De modo geral, as grupas se dividem entre as que adotam protocolos e ferramentas de segurança, as que não têm conhecimento sobre a necessidade e/ou existência de tais medidas, e as que conhecem, mas optaram coletivamente por não as adotarem tais protocolos e

plataformas por entender que isso restringiria o acesso das mulheres à informação sobre como realizar um aborto seguro. A seguir, aponto os argumentos do primeiro e do último posicionamentos.

Entre as coletivas que implementaram estratégias e ferramentas de segurança, a principal justificativa é resguardar tanto as mulheres como as ativistas de possíveis perseguições criminais e/ou do registro e da divulgação de dados por empresas multinacionais. Apesar de atuarem na legalidade, o primeiro ponto está relacionado ao contexto de criminalização nos países pesquisados. Entre as grupos pesquisadas, no entanto, não encontrei, registros ou relatos de denúncias contra as mulheres que fazem parte das coletivas ou das que buscam essas iniciativas para realizar um aborto seguro.

O segundo ponto, o registro, o monitoramento e o possível compartilhamento de dados por governos ou multinacionais de tecnologia, é o que mais preocupa as organizações que adotam medidas de segurança. Isso porque, elas acreditam que é preciso tentar reduzir a vulnerabilidade de ativistas e mulheres em busca de um aborto seguro em relação ao risco de exposição de dados e experiência sensíveis.

Um dos primeiros sinais de alerta de que qualquer usuário da rede pode estar sendo monitorado foi a denúncia do ex-funcionário da NSA, Edward Snowden, em 2013. Snowden mostrou como a agência estadunidense possui um sistema global de interceptação de ligações telefônicas e mensagens eletrônicas, que chegou a grampear chefes de Estado, como a Presidente Dilma Rousseff no Brasil (G1, 4 de jul. 2015).

Em 2018, por sua vez, os jornais The New York Times e The Guardian publicaram uma série de denúncias sobre o uso indevido de dados de 87 milhões de usuários do Facebook pela empresa Cambridge Analytica. As informações privadas teriam sido usadas para criar estratégias para a campanha de Donald Trump, vencedor das eleições presidenciais em 2016 (FOLHA DE S. PAULO, 4. abr. 2018).

Alguns grupos ainda se sentem mais vulneráveis pelo fato de que em chats do WhatsApp ou do Facebook, por exemplo, é fácil identificar e registrar as pessoas envolvidas. E quando se trata de aborto, as pessoas ficam ainda mais vulneráveis em contextos restritivos. Há também que se considerar que o próprio Google já admitiu escutar conversas de usuários com seu assistente virtual (EFE, 2019). O próprio CEO da companhia, Sundar Pichai, monitora o que os usuários do Android vêem e até por onde andam (TRINDADE, 2018).

Por esse motivo, é comum que organizações feministas utilizem aplicativos ou sites criptografados<sup>150</sup>, de código aberto<sup>151</sup> e, de preferência, que tenham sido desenvolvidos por iniciativas da sociedade civil e sem fins lucrativos —e não por empresas multinacionais<sup>152</sup>. Esse posicionamento, além de garantir a segurança, também tem o objetivo de ser anticapitalista (CFEMEA, 2017).

Assim, essas organizações feministas utilizam as redes sociais populares, como Instagram, Facebook e Twitter, por exemplo, apenas para divulgar suas iniciativas, sem fazer desses seus canais de comunicação com as mulheres. Dessa forma, uma pessoa que as procura buscando ajuda para interromper uma gestação de forma segura é direcionada para o e-mail, telefone da organização ou para encontros presenciais.

Além disso, algumas não utilizam o WhatsApp porque entendem que, como pertence ao Facebook, dados sensíveis às coletivas podem estar sendo registrados e/ou compartilhados sem autorização. No Brasil, por exemplo, em 2018 uma jornalista se infiltrou em um grupo de WhatsApp de acompanhantes, vendedoras de Misoprostol e mulheres que desejavam realizar um aborto. A repórter passou cinco meses monitorando a troca de mensagens e, ao final, publicou o texto “Exclusivo: Por dentro de uma 'clínica secreta' de aborto no WhatsApp”, no site da BBC. (PASSARINHO, 2018).

O mesmo argumento utilizado para os chats de trocas de mensagens vale para a adoção de plataformas de e-mail e de compartilhamento de documentos, planilhas e dados da organização. Optam por plataformas criptografadas e que não pertençam a multinacionais. Da mesma forma, orientam para o uso de navegadores que permitam que as atividades sejam realizadas de forma anônima e segura, para evitar o registro da localização e das preferências do usuário para a venda dos dados a anunciantes, empresas ou organizações.

Também é comum que, nos encontros presenciais, as ativistas peçam que todas as participantes desliguem os celulares e que os aparelhos sejam retirados do local, como forma

---

<sup>150</sup> A criptografia é uma técnica que permite cifrar conversas em um ambiente eletrônico, tornando-as ininteligíveis para terceiros que não têm autorização para acessar o seu conteúdo.

<sup>151</sup> Softwares com código aberto permitem que pessoas com conhecimentos de programação tenham o direito de estudar, modificar e distribuí-lo de graça. É considerado por especialistas como mais transparentes do que os restritos às empresas de tecnologia que os criaram. Isso porque abrem a possibilidade de execução de auditorias externas e independentes (SOUZA, 2019).

<sup>152</sup> Decidimos não informar quais as plataformas utilizadas por cada organização em respeito às suas medidas de privacidade e segurança.

de aumentar a segurança e a privacidade do contato. O medo é que aplicativos de celulares monitorem as conversas realizadas próximas ao aparelho<sup>153</sup>.

Há, no entanto, grupos que, sim, fazem acompanhamento por chats do Facebook ou Instagram ou pelo WhatsApp. Nesse caso, o argumento mais utilizado é o de que muitas mulheres não têm acesso a um smartphone com capacidade para baixar novos aplicativos e que quanto mais restrito for a plataforma, mais difícil será chegar às que realmente precisam ter acesso a esse tipo de informação. Nesse caso, dizem ainda que restringir o contato a ferramentas desconhecidas cria uma ideia de ilegalidade, o que poderia reforçar o estigma que já envolve o aborto.

Ao adotar medidas de segurança, a preocupação central das grupos feministas é garantir a privacidade das comunicações entre elas e com as mulheres que desejam realizar um aborto. De um lado, esses protocolos evitam o vazamento de experiências sensíveis, que cada uma deve decidir *se e como* quer dar visibilidade à interrupção da gestação. Ao adotar esse tipo de medida, no entanto, elas não estão tentando esconder suas práticas, já que, como dissemos, atuam dentro da legalidade. Buscam, isso sim, evitar que esses dados sejam monitorados por governos e empresas multinacionais, que podem usá-los tanto para criar meios de tentar criminalizar as mulheres, quanto para criar anúncios e campanhas direcionadas.

## 5.5 Articulação em rede

*Qué habría sido de las mujeres en el patriarcado sin el entramado de mujeres alrededor, a un lado, atrás de una, adelante, guiando el camino, aguantando juntas. ¿Qué sería de nosotras sin nuestras amigas? ¿Qué sería de las mujeres sin el amor de las mujeres?* (LAGARDE, 2012, p. 558)

Um das principais estratégias do acompanhamento feminista de abortos é o caráter coletivo de sua ação. Como afirma a antropóloga mexicana Marcela Lagarde, é por meio das redes, que ela chama de encontros políticos ativos, que as mulheres lutam contra o patriarcado, a violência e a misoginia. Nesse sentido, diz a autora:

La agenda concreta el pacto. No es una casualidad que las mujeres hagamos pactos cuando nos encontramos en lo público y ahí están el lenguaje y las maneras de relacionarse para lograr el acuerdo de intervenir, proponer, impulsar o ejecutar tantas cosas. Pacto, agenda y ciudadanía van de la mano.

---

<sup>153</sup> Um estudo realizado com 17 mil aplicativos para celulares Android não encontrou evidências de que eles usavam os microfones dos aparelhos para gravar ou enviar áudios dos usuários (PAN et al., 2018). Os pesquisadores, no entanto, identificaram que 9.000 aplicativos que gravavam vídeos e faziam capturas de tela sem consentimento. O material era enviado a outras plataformas.

Tienen sus antecedentes en el apoyo solidario directo, privado, tantas veces clandestino y subversivo entre una y otra. Pero ha sido en lo público donde hemos debido dialogar con quienes no nos unen lazos familiares o de amistad, sino la voluntad política de género. (LAGARDE, 2012, p. 558)

Trabalhar em coletiva e formar pactos em torno dos temas e ações prioritárias é algo recente para o movimento feminista, afirma Lagarde (Ibid.). Isso porque só na Modernidade as mulheres passaram a participar das discussões no espaço público. Outro ponto destacado pela antropóloga é que atuar em rede não pressupõe que todas sejamos iguais, já que é preciso reconhecer as diferenças (incluindo os traços positivos de identidade cultural) e combater as desigualdades que nos atravessam e resultam em discriminação, violência e exploração.

Atuar em rede, portanto, é uma estratégia política com que nós mulheres conseguimos ser escutadas (ainda que muitas vezes não com o respeito e a atenção que gostaríamos) no espaço público. E quando se trata de acompanhar pessoas que desejaram interromper uma gestação em contexto de criminalização, isso se torna ainda mais importante.

Do ponto de vista de estratégia política, estar em coletiva garante segurança para ativistas e pessoas com capacidade de abortar, o que é importante especialmente em contextos de criminalização, e contribui para o combate ao estigma associado à prática, ao torná-la uma experiência plural e cotidiana. Esse tornar-se visível em coletividade pode ser observado, por exemplo, em seus atos, nas publicações que produzem e nos encontros de acompanhantes, para apoiar-se mutuamente e para discutir e elaborar como melhorar protocolos e procedimentos.

Assim, apesar de muitas acompanhantes de abortos atuarem de forma anônima em várias partes da América Latina, são as grupas (organizações ou coletivas feministas), que pautam outras formas de vivenciar e garantir a segurança de um aborto, combatendo o estigma e pressionando publicamente por mudanças nas leis e políticas. E há vários níveis de organização e formação em rede.

Mesmo as feministas que atuam de forma autônoma e anônima costumam manter relações com outras ativistas, grupas ou redes para obter suporte de informação ou apoio emocional. Há, como tratado nesta tese, as grupas, que podem se estabelecer formalmente perante o Estado como organizações sociais ou não-governamentais, e as autônomas, que na maioria das vezes se intitulam como coletivas feministas. Essas grupas, por sua vez, realizam intercâmbios com outras em seu próprio território, no mesmo país, mas também o fazem de forma transnacional.

Esse intercâmbio se dá na formação, no acompanhamento mútuo, mas também para discutir pautas e estratégias específicas de fortalecimento para atuar na Região. Isso não significa que esses sejam espaços de consenso apenas. Isso porque, como afirma Sonia Alvarez (2014), o campo feminista, que é permeado por relações desiguais de poder, também é constituído por conflitos, lutas interpretativas e disputas político-culturais. Assim, sustenta a autora:

[...] que esses espaços discursivos, em si mesmos, constituem **formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida**, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados. (ALVAREZ, 2014, p. 19, grifo nosso)

É esse movimento que serve para organizar narrativas e articular posicionamentos frente a ataques coletivamente orquestrados por grupos antidireitos. Nesse sentido, é comum, por exemplo que acompanhantes de outros países da América Latina estejam nas plenárias anuais das *Socorristas en Red*, o que também pude observar e me foi narrado sobre reuniões no Equador, Chile e México entre os anos de 2017 e 2019.

Do mesmo modo, mesmo que essa estratégia de atuação não faça parte das mesas oficiais dos Encontros Feministas Latino-Americanos, acompanhantes de abortos aproveitam as reuniões para encontrar e conhecer ativistas de outros países. Isso porque, como afirma Sonia Alvarez, os EFLACs

[...] são lugares de diálogo, negociação, coalizão, conflito e contestação entre mulheres que se proclamam feministas ou que de alguma maneira já se identificam com o feminismo ou buscam se aproximar dele. Isto é, esses Encontros são espaços críticos onde as militantes latino-americanas trocam ideias, discutem estratégias e imaginam utopias entre si, junto com ‘outras’ feministas que –mesmo pertencendo a diferentes países, classes sociais, grupos étnico-raciais, faixas etárias, opções sexuais, etc., com trajetórias político-pessoais das mais diversas e engajadas em práticas políticas das mais distintas –compartilham visões do mundo e declaram compromissos políticos com uma ampla diversidade de lutas feministas e pela justiça social. (ALVAREZ, p. 2003, 534)

Ainda na América Latina, destaca-se a importância dos seminários e conferências realizadas pela *Clacai*, um consórcio regional contra o aborto inseguro, para a articulação das grupos feministas na região. Sua criação data de um encontro do *Consórcio Internacional de Aborto com Medicamentos (ICMA)*, realizado na África do Sul em 2004, quando um grupo de pesquisadores e representantes de organizações da América Latina trocou experiências. *Clacai*,

no entanto, estabeleceu-se formalmente em outra conferência transnacional sobre o tema, a “II Reunión de Investigación sobre Embarazo no Deseado y Aborto Inseguro”, realizada 2005 no México, por *Population Council*. A partir de então, pesquisas e encontros do *Clacai* tornaram-se momento de articulação não só para profissionais de saúde e pesquisadores sobre o tema, mas também para ativistas que compartilham informação sobre como realizar um aborto seguro com medicamentos.

Em 2016, foi estabelecido outro espaço importante de intercâmbio, que foi a realização de uma reunião global de linhas que promovem abortos seguros. Em sua primeira edição, a *Global Hotlines Meeting* reuniu, por exemplo, participantes de Indonésia, Índia, Sri Lanka, Nepal, Filipinas, Tailândia, Líbano, Venezuela, Equador, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Holanda e Estados Unidos.

Tão importante quanto a GHM são os encontros realizados pela rede internacional de combate ao estigma relacionado ao aborto, a *Inroads*. Sua primeira reunião, com especialistas, profissionais e ativistas, ocorreu em 2013 na Itália. Até 2021, a rede já somava representantes de 95 países e 800 organizações para discutir o tema, financiar e promover projetos, pesquisas e ações de *advocacy*.

Esses espaços tornam possível a formação de algumas redes de acompanhamento transnacionais na América Latina e no Caribe, dentre as quais a mais visível e que engloba algumas das grupas citadas nesta pesquisa é a *Rede Companheira*, sobre a qual me debruço a seguir.

A *Rede Companheira - Rede Feminista Latino-americana e Caribenha de Acompanhantes de Abortos* articula organizações e coletivas de 15 países da região para acompanhar “mulheres, meninas e outras pessoas a abortar de maneira segura, cuidada e livre de todas as formas de violências”<sup>154</sup>.

Em seu site<sup>155</sup>, a rede estabelece como marco inicial um encontro entre ativistas realizado no Equador em março de 2017. Em novembro do mesmo ano, essas e outras coletivas se reuniram em um espaço convocado fora do programa oficial durante o 14º EFLAC, realizado em Montevidéu, no Uruguai. Ali, discutiram a realização de uma reunião para convocar grupas de acompanhantes de aborto de toda a região.

---

<sup>154</sup> <https://redcompafeminista.org/index.php/pt/home-portugues/>

<sup>155</sup> *Ibid.*

Em julho de 2018, a segunda reunião global de linhas telefônicas permitiu o encontro de representantes de algumas de coletivas da América Latina e do Caribe. O evento foi organizado por *Samsara, Ibis Reproductive Health* e *Women Help Women*.

O primeiro encontro oficial das ativistas enquanto *Rede Feminista Latino-americana e Caribenha de Acompanhantes de Aborto* foi em setembro de 2018, no Chile. A segunda reunião ocorreu em janeiro de 2020, no Peru. A rede nasce com a missão de “ser um espaço de fortalecimento, intercâmbio e articulação entre as coletivas/redes/organizações de acompanhantes de aborto” para “potencializar e melhorar a maneira como acompanhamos abortos com medicamentos e, ao mesmo tempo, incidir de maneira estratégica nos debates pela despenalização/legalização do aborto em cada um dos nossos territórios”.

No menu “O que fazemos”<sup>156</sup>, a rede cita três eixos de atuação: a) desenvolver estratégias conjuntas e de resposta coletiva enquanto de acompanhantes de abortos; b) gerar espaços de intercâmbio, aprendizagem conjunta e de fortalecimento das capacidades de todas as grupos, a fim de melhorar a maneira como acompanham abortos em seus territórios; e c) gerar conhecimento desde suas práticas para participar dos debates sobre aborto, o que pode ser feito por meio de publicações conjuntas, sistematização de dados regionais sobre aborto, geração de evidências sobre aborto com medicamentos e conhecimentos que contribuam para a descriminalização social do aborto.

## **5.6 A despenalização social do aborto, porque a luta não termina aqui**

Neste capítulo, mostrei como as coletivas feministas de acompanhamento criam estratégias para resistir, desde as margens, à criminalização do aborto, buscando contribuir para que mais pessoas possam realiza-lo de maneira segura e cuidado em seus territórios. Suas ações partem de um marco teórico e ideológico feminista, que vê no trabalho em rede uma forma de combater as violências que atravessam as experiências das pessoas com capacidade de gestar. Atuam desde a coletividade, do respeito às diferenças e combate às desigualdades, porque entendem que só dessa forma podem permitir que as mulheres exerçam de fato o direito a não engravidar quando esse for o seu desejo.

A ação dessas grupos visa a legalização do aborto, mas esse não o seu objetivo principal. Mais importante do que a regulamentação da prática, atuam para o combate ao estigma e visam a descriminalização social do aborto, que pode vir antes ou depois de uma mudança na lei. É

---

<sup>156</sup> <https://redcompafeminista.org/index.php/pt/quem-somos/>



essa descriminalização social, entendem, que permite que mais pessoas vivam a experiência do aborto sem medo, com acesso à informação e com a utilização de métodos seguros. Os efeitos dessa ação, ainda que em forma de microrresistências, já podem ser observados entre as pessoas acompanhadas pelas grupos desta pesquisa, como me disse Verónica Cruz Sánchez (2019, informação verbal, grifo nosso):

Eso ha hecho que se socialice la información, que hay acompañamiento social y la gente también aprende a dejar de culpar a las mujeres. Eso es lo que queremos. **Eso queremos que vuelva a ser el aborto: lo natural que es en la vida de las mujeres.** Por eso luchamos contra el estigma, hay que quitar el estigma para que vuelva a ser natural, como era natural y normal en la vida de las mujeres. Y nadie tiene que meterse. Pues hay que quitar toda la telaraña que se le puso, que se impuso para que las mujeres no cedan, no tengan abortos seguros, para meter miedo. Porque el miedo pues eso lo hace. Creo que el acompañamiento ha evolucionado tantas cosas en relación al aborto: 1) que lleguen muy pronto, 2) que generalmente estén acompañadas por alguien, ya no lo vivan en soledad, 3) que hablen del aborto, y eso ha cambiado drásticamente.

Essa mudança nas narrativas sobre o tema também foi percebida por *Socorristas en Red* na Argentina, especialmente após o debate, em 2018, do projeto de legalização do aborto no Congresso Nacional:

Para mí el cambio mayor en todo este tiempo en Argentina es que hemos conseguido vertiginosamente un cambio en la mentalidad de quienes reclaman el aborto también. Para mí el cambio mayor en todo este tiempo en Argentina es que hemos conseguido vertiginosamente un cambio en la mentalidad de quienes reclaman el aborto también. ¿Qué quiero decir con esto? Lo que se ha ampliado es la sensibilidad despenalizadora y cuando hablo de la sensibilidad estoy diciendo dejar de cuestionar a quienes abortan, buscar argumentos, lo que leímos ayer de esa chica de 13 años que escribía para el trabajo de una materia que es mecanografía, eligió hacer un trabajo sobre aborto, y escribía que ella tiene derecho a decidir sobre su cuerpo.

Apresentá-lo como uma experiência que faz parte da história de muitas mulheres, que pode ser realizado em casa e com medicamentos, é encarado pelas grupos de acompanhamento como uma via também para cobrar do Estado o acesso a serviços de aborto legal nos casos previstos pelo Código Penal. Nesse sentido, me disse em entrevista a ativista de *Las Libres*, Verónica Cruz Sánchez (2019, informação verbal):

Lo que nosotras al inicio lo conceptualizamos y que hoy también nos ha copiado, y esto está muy bien, es hablar de la despenalización social del aborto. Hablar del aborto es eso, es dejar de que sea silencio, obligar a la gente de hablar, que los legisladores les guste o no les guste que tienen que modificar la ley, las mujeres van a seguir abortando, saber que hay alguien que le

acompaña. Eso hace la despenalización social. ‘¿Por qué tenía tanto problema si no es tanto problema?’. Cuando se vive acompañado, con la información, etc.

Trabalhar pela descriminalização social vai, portanto, além do debate legal sobre o tema. Acompanhar abortos desde o feminismo seria, portanto, um ato de desobediência, como afirma a jornalista e ativista argentina Mabel Bellucci (2014), um modo de travar uma batalha cultural no terreno do regime heterocapitalista. Assim, “legitimar el aborto por fuera del marco de la ley es una de las estrategias de resistencia que conlleva la ofensiva de ‘des-sometimiento’ de la voluntad de poder de las mujeres” (BELLUCCI, 2014, p. 96).

As grupas feministas de acompanhamento de abortos atuam, desse modo, em algum nível em relação ao Estado, mas não unicamente para se contrapor a eles. Atuam no terreno das disputas culturais para criar um outro espaço, uma heterotopia. Utilizam-se de um vazio legal, um espaço não normatizado pelo Estado, para criar outras experiências de interrupção da gestação. Para isso, valem-se de ferramentas e instituições criadas e alimentadas pelo Estado (como hospitais, protocolos, bases legais, etc), mas também acionam normativas supranacionais (convenções, tratados, declarações) para tornar possível a sua atuação.

Localizam-se nas margens porque se inserem na legalidade, mas não se trata de uma legalidade óbvia, mas construída pela omissão do Estado. Então preenchem esse espaço com ferramentas para fazer dessa vulnerabilidade compartilhada entre pessoas que podem gestar e abortar, um espaço de resistência. Acionam essa vulnerabilidade compartilhada para mostrar a inércia e até mesmo violência do Estado para com esses corpos.

Enquanto batalha cultural, a ação dessas feministas se faz necessária não só em locais onde o aborto está criminalizado pelas leis em vigor, mas também como uma disputa constante para que esse direito seja cumprido e de combate ao estigma também quando as normas mudam. Mas o que aconteceria com as grupas de acompanhamento se o aborto fosse legalizado em seus territórios? Essas feministas deixariam de atuar? As organizações desapareceriam? Verónica Cruz Sánchez foi enfática ao responder que *Las Libres* continuariam a realizar seu trabalho no México:

No, claramente no [dejaríamos de existir]. Nosotras siempre hemos pensado que la aspiración de cualquier organización debería ser no existir. Desafortunadamente, la realidad lo que nos dice es que cuando sea legal, cuando ya no sea un delito, tendremos que luchar por el acceso como un derecho. Es decir, como en Ciudad de México. Varias mujeres acompañadas por nosotras que han ido a la Ciudad, nos han dicho que hay un mal trato, que

los médicos espero no volverte a verte aquí, una relación entre en aborto y los métodos anticonceptivos. No comprenden que son procesos de vida distintos de las mujeres, por un lado planear, por otro lado desear. Nos parece hace mucho trabajo para que el aborto realmente... **nuestra aspiración es cambiar las normas sociales. Se vuelva ser natural como lo es. El aborto es tan natural en la vida de las mujeres, debería ser una decisión íntima, el Estado solo estar para garantizar** si las mujeres lo deciden, con los más altos estándares en los servicios de salud. Eso ni los países que han cambiado las leyes en los 70 no han llegado ahí. (CRUZ SÁNCHEZ, 2019, grifo nosso)

Na Argentina, entrevistei Ruth Zurbriggen em outubro 2018, apenas dois meses após o Senado do país rejeitar um projeto de lei de legalização do aborto até a 14ª semana de gestação. Na data, ela me disse que, quando lançaram a linha telefônica para acompanhar pessoas em situação de aborto pensavam que o acompanhamento feminista era uma espécie de “plano B” até a prática que fosse legalizada. Esse entendimento, no entanto, mudou ao longo dos anos de atuação da grupa. Assim como Verónica Cruz Sánchez, também Ruth Zurbriggen (2018, informação verbal) me disse que *Socorristas en Red* não deixariam de acompanhar abortos se a prática fosse legal.

Enquanto Cruz Sánchez cita a necessidade de continuar atuando por conta das possíveis restrições de acesso ao procedimento, Ruth Zurbriggen destaca que legalizar pressupõe regulamentar o procedimento, com o estabelecimento de critérios, como idade gestacional para realiza-lo na rede pública. Nesse sentido, quem não consegue ser atendido pela rede, e está fora da margem de atuação do Estado, ainda continuaria precisando do acompanhamento feminista de abortos.

[...] ahora sabemos que no, que no es un plan B, que el socorrismo tiene larga vida, porque los Estados y los gobiernos, cada vez que determinan o cada vez que aprueban una ley ponen fronteras, [...] muchas veces es menos lo que dejan adentro, lo que incluyen con esta ley, que lo que excluyen. Entonces, ante esas fronteras, como pueden ser las 14 semanas, las 12 semanas, nosotras vamos a tener seguir estando. (ZURBRIGGEN, 2018, informação verbal)

Além disso, especialmente a partir das discussões em torno do projeto de legalização do aborto em 2018, elas entenderam que também há que se disputar o reconhecimento do acompanhamento feminista de abortos, e não só o sistema de saúde, como um modo seguro e legal de realizá-lo:

¿A qué aspiramos nosotras? A que una ley reconozca, en su reglamentación, también los modos de acompañamiento. Por eso también la producción de conocimiento en términos de disputar sentidos y mostrar que los abortos acompañados con medicamentos son seguros, que la seguridad no es solo que

no tengas problemas físicos como piensa la salud el tema de la seguridad y cómo piensan muchas feministas que reclaman el aborto legal, seguro y gratuito. [...] Cuando decimos ‘aborto en cualquier lugar’, no estamos diciendo que nos da igual que sea en un descampado, que sea en la escuela, en una casa o en un hospital, estamos diciendo que las variantes de lo quiero hacer en mi casa, lo quiero hacer con mi amiga, lo quiero hacer con las socorristas, lo quiero hacer con el sistema de salud estén planteadas.

De fato, quatro meses depois da legalização do aborto na Argentina, que ocorreu em 30 de dezembro de 2021, quando terminei de escrever este capítulo, *Socorristas en Red* seguem em atuação em meio à pandemia de Covid-19. Isoladas socialmente, criaram novos protocolos para manter o atendimento à distância, já que em alguns Estados os serviços de aborto legal não foram implantados e há casos em que o governo local recorreu à Justiça para tentar impedir o cumprimento da lei.

Da mesma forma, *Fondo MARIA*, que atua na Cidade do México, onde o procedimento pode ser realizado no serviço público ou privado até a 12ª semana de gestação surgiu para tentar garantir o acesso de mulheres não só do Distrito Federal, mas também de todo o país a um aborto seguro.

Esses dois exemplos mostram que, para além da legalização, a atuação das coletivas feministas tratadas nesta pesquisa visam transformações ainda maiores, disputam sentidos culturais, a desconstrução dos estereótipos de gênero e exercício pleno dos direitos sexuais e (não)reprodutivos.

## INQUIETAÇÕES FINAIS

Nesta tese, apresentei quatro grupos feministas de acompanhamento de abortos na Argentina e no México, bem como algumas de suas conexões com movimentos similares em outros países da América Latina. Discuti a janela de oportunidades políticas para o seu surgimento no início dos anos 2000, as referências para a sua atuação a partir da teoria feminista e suas principais estratégias de ação diante da criminalização e do estigma que envolvem o aborto.

A partir do diálogo entre a teoria acadêmica, o conhecimento produzido e registrado pelas próprias grupos e a experiência com as ativistas, sustento que esse fazer feminista é *inovador*, porque associa o cuidado entre mulheres à eficácia científica do Misoprostol, e também *emancipador*, já que garante autonomia para que elas abortem em segurança mesmo que fora do ambiente hospitalar e sem supervisão médica. Constroem simbolicamente espaços de acolhimento para que pessoas interrompam suas gestações seguindo protocolos de saúde e se pautam pela promoção da segurança do aborto e não apenas pela legalização ou descriminalização da prática.

Como mostro no **Capítulo 2**, nas décadas de 1960 e 1970, ativistas chegaram a se organizar em países como França, Itália e Estados Unidos para apoiar mulheres que desejavam abortar, quando a prática ainda era criminalizada nesses países. Nesse momento, elas mantinham uma rede de contatos de profissionais que realizavam o procedimento em clínicas clandestinas, apoiavam com viagens a outros países ou faziam, elas mesmas, a interrupção de forma improvisada em seus apartamentos. É fato, portanto, que historicamente mulheres acompanham outras mulheres em seus abortos, seja pelo compartilhamento de informações sobre métodos, seja no caminho até uma clínica clandestina.

A novidade das grupos estudadas nesta pesquisa é que elas associam o cuidado, vivido e problematizado por ativistas e teóricas do feminismo, à inovação científica simbolizada pelo uso do Misoprostol, que se difundiu a partir dos anos 1990. O aumento da discussão sobre a segurança do aborto em espaços transnacionais, como as Conferências da ONU, e episódios locais que incitaram o debate em torno da legalização da prática constituíram o terreno de oportunidades para que essas grupos entrassem em ação e subvertessem o sistema.

Trata-se de uma micropolítica de resistência, que visa combater discursos hegemônicos dos campos religioso, político e jurídico, que por tanto tempo levaram mulheres a realizarem

abortos solitários e inseguros. Essas feministas lutam contra um movimento *antidireitos* que tem alianças transnacionais, mas também é capaz de adotar estratégias específicas e locais. Ele está baseado em características heteropatriarcais, já que se apoia na manutenção das desigualdades sexuais e de gênero.

Em resposta a eles, as ativistas decidiram combater o silêncio e o estigma de forma pública: “*Nosotras acompañamos abortos*”, escrevem em camisetas, afirmam em entrevistas e falam em espaços legislativos. Ao fazê-lo, mostram às mulheres e outras pessoas com capacidade de gestar que elas “*no están solas*”, que o aborto é prática comum à vida reprodutiva e que não precisa ser vivido sob risco ou com medo. O objetivo delas é, por fim, a descriminalização social da prática, caminho que pode ser observado na luta pela legalização do aborto na Argentina no fim de 2020.

Apesar de não ser o tema central desta pesquisa, parte do êxito pela aprovação da lei se deve à ampliação do debate sobre o tema e à intensa e visível atuação de *Lesbianas y Feministas* e de *Socorristas en Red* no país.

No México, onde também acompanhei a mudança no Código Penal em alguns territórios, a presença de grupos feministas de acompanhamento de abortos é essencial para pressionar as margens do Estado, fazendo-o cumprir as leis em vigor, mesmo quando a única possibilidade legal é a interrupção da gestação em caso de estupro.

São essas ativistas que, articuladas com agentes públicos e outras organizações da sociedade civil, cobram a criação de protocolos de atendimento dos casos previstos em lei, de atenção pós-aborto e que denunciam a criminalização de mulheres. Atuam, dessa forma, forçando as margens das políticas públicas em favor das pessoas com capacidade de gestar, para que, sempre que for seu desejo, possam interromper uma gestação em segurança.

### **Sonhei alto, voei longe, aterrissei onde era possível**

Apesar de todo preparo e dedicação, o tecer de uma pesquisa tem nuances, desafios e pontos finais que nem sempre estavam previstos no início da jornada. Torna-se importante, então, marcar as mudanças durante o trajeto e o que não pude fazer nos anos de doutorado, seja por limitações de tempo, financeiras ou pelas restrições causadas pela pandemia da Covid-19. Neste item, trato de três deles: a análise dos manuais de acompanhamento, a exclusão do Chile dos países pesquisados e o desafio territorial no México.

O primeiro projeto que escrevi para o doutorado, na seleção realizada em 2015, previa uma análise dos manuais de aborto seguro publicados por coletivas feministas na América Latina. Como jornalista e comunicadora, entusiasmava-me a ideia de investigar as publicações das ativistas, entender como construía narrativas para combater os discursos heteropatriarcais que tratavam o aborto como crime e pecado. Em seus textos e imagens, era possível observar como adotavam uma abordagem feminista, interseccional e emancipadora. Por meio deles, podia mapear os intercâmbios transnacionais e, por outro lado, observar como traduziam os protocolos médicos para suas realidades locais.

Em pouco tempo, no entanto, percebi que os manuais eram apenas parte de uma estratégia complexa adotada pelas feministas que acompanhavam abortos na América Latina. Deixei de lado a teoria da comunicação para entender o seu papel no espaço público enquanto movimento social, priorizando a pesquisa transdisciplinar, que navegava pela sociologia, antropolgia e saúde pública.

Analisei os manuais no **Capítulo 5** desta tese, como uma das ferramentas para promover o aborto seguro e a descriminalização social da prática. Reconheço, porém, que essa leitura foi superficial diante do vasto material ainda por ser investigado. Entendo essas publicações como um rico registro de como o movimento feminista é dinâmico, criando seus métodos e formas de resistência; como é capaz de produzir conhecimento a partir do fazer cotidiano, desde a universidade, mas também fora dela.

Outra mudança importante no percurso desta pesquisa foi a exclusão do Chile como um dos países pesquisados. Esse país consta no projeto inicial e no relatório de qualificação apresentados ao PROLAM-USP em 2016 e 2019, respectivamente. O objetivo era analisar, ao lado das iniciativas da Argentina e do México, as estratégias de duas grupos chilenas: *Con las Amigas y en la Casa* e *Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información*.

A escolha se justificava, em primeiro lugar, porque eu havia pesquisado a abordagem da imprensa chilena sobre casos de aborto em minha dissertação de mestrado apresentada ao mesmo programa de pós-graduação da USP (SOUZA, 2017). Depois, porque identifiquei o intenso intercâmbio entre as coletivas feministas de acompanhamento do Chile, da Argentina e do México.

Cita-se, por exemplo, “Línea Aborto Libre”, que foi criada em 2012 por um grupo de ativistas chilenas da coletiva *Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información*, inspirada na linha argentina, fundada em 2009. Também o manual sobre como fazer um aborto com

medicamentos que elas publicaram (LESBIANAS Y FEMINISTAS POR EL DERECHO A LA INFORMACIÓN, 2012) é uma adaptação do texto originalmente produzido na Argentina (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010). No México, outra grupa nominada *Lesbianas Feministas por el Derecho a la Información* mantém desde 2017 a “Línea Aborto Chiapas”, inspirada nas duas primeiras e com intenso intercâmbio com as chilenas de mesmo nome.

Por sua vez, as chilenas de *Con las Amigas y en la Casa*, coletiva formada em 2016 a partir de uma dissidência de *Lesbianas y Feministas*, estão mais próximas de *Sorristas en Red*, da Argentina, e *Fondo MARIA*, do México. As três são parte, por exemplo, do movimento que fundou a *Rede Companheira - Rede Feminista Latino-americana e Caribenha de Acompanhantes de Aborto*, voltada para a formação, pesquisa e incidência política sobre o tema na Região.

Além dessas trocas, mapeadas no início da pesquisa, discutir aborto no Chile em 2017 tornava-se ainda mais interessante. Naquele ano, o mesmo em que iniciei o doutorado, deputados e senadores debateram e aprovaram uma lei sobre aborto, passando a permiti-lo em três situações: inviabilidade fetal, estupro e risco de morte para a gestante. Vale lembrar que, até a promulgação dessa norma, o aborto era crime em qualquer situação no Chile, uma herança da Ditadura Militar de Augusto Pinochet<sup>157</sup>.

Por fim, outro ponto que chamava a atenção no país era a restrita circulação do Misoprostol. Assim como no Brasil, o medicamento não pode ser vendido em farmácias, levando as mulheres a recorrer a redes de tráfico de drogas, onde ficam vulneráveis a golpes e produtos falsificados. O cenário era, portanto, diferente da Argentina e do México, onde o remédio pode ser comprado no mercado formal, com ou sem receita médica, a depender das barreiras impostas pelas autoridades ou pelos próprios comerciantes.

No primeiro ano de pesquisa, cheguei a fazer contatos e, no segundo, a planejar uma viagem para o Chile, nos moldes em que havia realizado na Argentina. A notícia de que havia sido selecionada para duas bolsas de intercâmbio para o México, no entanto, adiou os planos para 2020, quando a pandemia fechou as fronteiras para viagens internacionais.

---

<sup>157</sup> Em 1989, pouco antes de deixar o poder, o ditador Augusto Pinochet alterou o Código Sanitário, que previa o “aborto terapêutico” (quando havia risco de morte para a mulher) e proibiu o aborto em qualquer situação. Com a nova redação, o artigo 119 do Código Penal passou para: “No podrá ejecutarse ninguna acción cuyo fin sea provocar un aborto” (CHILE, 1989). Assim, entre 1989 e 2017, não havia qualquer previsão legal para a interrupção legal da gestação no país, mesmo em caso de saúde ou estupro.



Por fim, entendemos que a eliminação do país não trouxe grandes prejuízos à tese, já que o material colhido e analisado no México e na Argentina eram suficientes para uma análise aprofundada e consistente sobre o tema pesquisado.

No México, o desafio foi entender como as coletivas se relacionavam com a diversidade cultural e os diferentes níveis de criminalização do aborto no país. Assim, o plano de trabalho do doutorado-sanduíche previa uma viagem ao estado de Baja Califórnia, considerado um dos mais restritivos (GIRE, 2018), para acompanhar a atuação de coletivas que atuavam nas cidades de Mexicali e Tijuana; e a Oaxaca, para entender como o aborto havia sido legalizado no país. Por conta do início da pandemia, no entanto, as viagens foram canceladas.

Como já havia feito pesquisa de campo na Cidade do México e em Guanajuato, avaliei que tinha entrevistas e material suficiente para fazer um estudo de caso desses dois estados. Apesar de representativos, entendo que essas duas realidades não dão conta da complexidade que é discutir a legalização e a descriminalização social do aborto no México.

### **Uma contribuição para um terreno fértil de pesquisa**

Além de registrar a genealogia e aprofundar a discussão sobre um saber-fazer do feminismo latino-americano, esta tese pretende contribuir para futuras investigações no campo de intersecção entre direitos reprodutivos e movimentos de mulheres. Nesse momento, podemos mapear caminhos em ao menos três direções.

Em primeiro lugar, em um contexto de avanço do conservadorismo na América Latina, é emergente aprofundar os estudos sobre as redes nacionais e internacionais que tentam impedir o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos na Região. A revisão bibliográfica e o trabalho de campo apresentados no **Capítulo 3** mostram como esses grupos conhecem as estratégias feministas e como se utilizam de estratégias discursivas semelhantes para tentar barrar o aborto legal, seguro e gratuito.

Historicamente isso foi visto, por exemplo, no *giro genético* da narrativa conservadora a partir da década de 1970, quando o argumento religioso já não tinha o mesmo peso no espaço público. Nesse momento, o foco deixou de ser a ideia da presença de alma no feto para se utilizar de ferramentas tecnológicas (como as imagens de ultrassom e microscópio) e argumentos científicos como forma de defender a ideia “de vida desde a concepção”.

Durante a votação do projeto de lei de legalização do aborto na Argentina nos anos de 2018 e 2020, os grupos antidireitos responderam ao crescente aumento do movimento feminista, que coloca a mulher na centralidade da discussão, com o lema “*Salvemos las dos vidas*”. Essa referência ao feto e à gestante é um exemplo de como esses grupos possuem capacidade de criar novas narrativas para se adequar à disputa no espaço público.

Outro indício de que os conservadores estão atentos às estratégias utilizadas pelas feministas é o que eu chamo de *falso acompanhamento*, que são anúncios em espaços públicos oferecendo apoio em caso de gestação não desejadas. Com a intenção de enganar as mulheres que precisam de ajuda, atraem-nas para ultrassons desnecessários, sessões de vídeo e apresentam informações incorretas ou distorcidas sobre o aborto. Ao final, prometem suporte psicológico e até financeiro para que mantenham a gestação.

Dito isto, novas investigações poderiam mergulhar ainda mais nessas estratégias e nas alianças, como forma de mostrar à sociedade como os grupos *antidireitos* agem e quais ferramentas utilizam.

Parece-nos interessante ainda questionar: como devem se articular os grupos conservadores na América Latina após a legalização do aborto na Argentina? Qual será a força da reação e como ele se expressará na América latina? O tema torna-se ainda mais importante diante do avanço do ultraconservadorismo liberal no Brasil, associado a grupos evangélicos declaradamente contrários ao exercício de direitos sexuais e reprodutivos.

Um segundo desdobramento desta tese pode ser a realização de investigações sobre grupos feministas de acompanhamento de aborto no Brasil. Nesse sentido, seria importante entender melhor como elas agem em um contexto de perseguição política, do aumento do conservadorismo e das tentativas de restringir ainda o aborto nas poucas possibilidades ainda legais<sup>158</sup> neste país. Ao contrário das feministas argentinas e mexicanas, analisadas neste trabalho, cabe investigar como, no Brasil, a necessidade de segurança é inversamente proporcional à visibilidade. Elas se utilizam de ferramentas distintas? Em um país tão grande e diverso como o Brasil, como se articulam para o acompanhamento? Qual é o peso das restrições de circulação do Misoprostol sobre a garantia da segurança do aborto no país?

Por fim, a legalização do aborto na Argentina é terreno fértil para pesquisas sobre como se transforma a atuação das feministas que acompanham abortos, quando ele passa a ser

---

<sup>158</sup> No Brasil, o aborto não é crime em caso de estupro, de risco de vida para a gestante e se o feto for anencéfalo (BRASIL, 1940).

permitido e oferecido de forma gratuita pela rede pública. Assim, nos perguntamos: Qual é o papel que essas grupos passam a ocupar nesse novo contexto de legalidade? O que muda nas ferramentas e nas estratégias que utilizam? Como se relacionam com o Estado na oferta do aborto legal? Continuam acompanhando abortos? Quem são as pessoas que as demandam? Como fica a criminalização das pessoas que abortam em contextos não previstos pela lei (ex.: fora do ambiente hospitalar ou no segundo trimestre de gestação)?

As feministas ouvidas durante a realizada desta pesquisa já diziam que, mesmo em um contexto legal, previam a necessidade de continuarem existindo.

Nos primeiros meses de legalização, pude observar que *Socorristas en Red* passaram a realizar, por exemplo, campanhas para tirar dúvidas sobre a nova lei. Para tanto, utilizam materiais informativos em seu site e redes sociais a fim de explicar quem pode solicitar o procedimento, onde ele pode ser realizado e quais são as exigências legais. A ideia é que pessoas informadas exijam seus direitos e façam com que os governos de estados cumpram seu dever.

Se o trabalho feito nos últimos anos impulsiona a discussão de que o aborto é um procedimento que faz e pode fazer parte da vida reprodutiva de muitas mulheres, a legalização precisa ser reafirmada diariamente, em um processo de reatualização constante de combate ao tabu.

Por fim, desde o Brasil, faço minhas mais as palavras de Mariana Carbajal (2018) “*No fue ayer. Será mañana*”. A luta continua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

33º ENCUENTRO NACIONAL DE MUJERES. *Conclusiones*. Chubut, 2018.

ABORTO FORA DO ARMÁRIO. *Como fazer um aborto seguro com medicamentos até 12 semanas?* Brasil, set. 2020. Disponível em <<https://abortoforadoarmario.noblogs.org/>> Acesso em 15 de fev. 2021.

ACOSTA RAINIS, Federico. Apostasía colectiva: cientos de bautizados renuncian a la Iglesia Católica. *La Nación*, 18 de ago. 2018. Disponível em <<https://www.lanacion.com.ar/sociedad/apostasias-colectiva-iglesia-nid2163705>>

AGUIRRE-ARMENDÁRIZ, E., GIL-JUÁREZ, A. *Cuando contar la tesis es hacer la tesis: Investigación y escritura autoetnográfica*. México: Centro Latinoamericano de Pensamiento Crítico, 2015.

ALARCÓN PUENTES, Eluney Azul. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Neuquén, Argentina, 10 de out. 2018.

ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latinoamericanos. In: *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, 1998.

ALVAREZ, Sonia. Um outro mundo (também feminista...) É possível: Construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 11, v. 2, jul./dez. 2003.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Cadernos Pagu*, n. 43. Campinas, jul./dec. 2014

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: la nueva mestiza*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Ley Nº 24.430. *Convención Nacional Constituyente*. Santa Fé, 1994. Disponível em <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>>

ARGENTINA. Ley nº 21.950. *Otórgase a la Jerarquía Eclesiástica una asignación mensual equivalente a un porcentaje de la percibida por el Juez Nacional de Primera Instancia*. Buenos Aires, 7 de marzo de 1979. Disponível em <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/196543/norma.htm>> Acesso em 23 ago. 2021.

ARGENTINA. Corte Suprema de Justicia de la Nación. *F., A. L. s/ medida autosatisfactiva*. Buenos Aires, 13 de marzo de 2012.

ARGENTINA. Senado de la Nación. *Proyecto de Ley Interrupción Voluntaria del Embarazo*. Buenos Aires, 13 de jun. 2018.

ARGENTINA. Ministerio de Salud de la Nación. *Protocolo para la atención integral de las personas con derecho a la interrupción legal del embarazo*. 2ª edição, 2019. Disponível em <<http://www.msal.gov.ar/images/stories/bes/graficos/0000001792cnt-protocolo-ILE-2019-2edicion.pdf>>

ARCHIVO Rosa. *Direção e produção: Victoria Gagliardi e Tomás Bergero*. Colagens: María Reboredo. Desenho e programação: Romina Gómez, Ignacio Guerra y Tobías Irigoyen. Produção audiovisual: Rodrigo Bonilla. Argentina: maio de 2020. Disponível em <<https://archivorosa.socorristasenred.org/>>. Acesso em 1 de jan. 2021.

ÁVILA, Antonio Ortega. Guanajuato aprueba una ley que castiga el aborto con prisión. *El País*. México, 19 de ago. 2000.

BÁEZ SILVA, Carlos. Partido Revolucionário Institucional. In: ALCÁNTARA, Manuel, FREIDENBERG, Flavia (coord.). *Partidos Políticos de América Latina – Centro América, México y República Dominicana*. México D.F.: Instituto Fededral Electoral e Fondo de Cultura Económica, 2003.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALANCE. *Ella decide, yo respaldo y estoy presente*. Cidade do México, 2014. Disponível em <<https://www.fondomaria.org/recursos/ella-decide-yo-respaldo-y-estoy-presente>> Acesso em 1 de jan. 2021.

BALANCE. *Acompañar para empoderar*. Guía de apoyo para la formación de acompañantes a mujeres en situación de aborto. Cidade do México, 2016. Disponível em <<https://balancemx.org/es/publicaciones/acompanar-para-empoderar>> Acess em 4 de fev. 2021.

BALANCE. *Guía para hablar orgullosamente de aborto*. Cidade do México, 2019. Disponível em <<https://www.fondomaria.org/recursos/guia-hablar-orgullosamente-del-aborto>> Acesso em 1 de jan. 2021.

BALANCE. *Informe anual 2019*. Cidade do México, 2020. Disponível em <<https://www.balancemx.org/sites/default/files/resources/files/%5Bnode%3Anid%5D/BALANCE%20NFORME%202019.pdf>> Acesso em 2 de fev. 2020.

BARBOSA, Regina Maria; ARILHA, Margareth. A experiência brasileira com o Cytotec. *Revista Estudos Feministas*, a. 1, v. 2, 1993.

BARNARD JR., Thomas H. An Analysis and Criticism of the Model Penal Code Provisions on the Law of Abortion. In: *Case Western Rserve Law*, v. 18, n.2, 1967. Disponível em <<https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4469&context=caselre>>

BARRANCOS, Dora, ARCHENTI, Nélica. Feminismos e direitos das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva, AVELAR, Lúcia (orgs.). *50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. São Paulo: Edusp, 2017.

BARROS, Alerrandre. Inflação acelera para 1,16% em setembro, maior para o mês desde 1994. *Agência IBGE de Notícias*, 8 de out. 2021a. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31848-inflacao-acelera-para-1-16-em-setembro-maior-para-o-mes-desde-1994>> Acesso em 17 de outubro de 2021.

BARROS, Alerrandre. Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012. *Agência IBGE de Notícias*, 27 de mai. 2021b. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793-desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-de-pessoas>> Acesso em 17 de out. 2021.

BBC BRASIL. *Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarecidos' e leva OAB a pedir sua cassação*. São Paulo e Basileia, 19 abr. 2016. Disponível <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb)> Acesso em 9 de set. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Editora Nova Fronteira, 2009.

BELFIORI, Dahiana. *Código Rosa: relatos sobre abortos*. Ediciones Buenos Aires: La Parte Maldita, 2015.

BELFRAGE, Madeleine, ORTÍZ RAMÍREZ Olivia, SORHAINDO, Annik. Story Circles and abortion stigma in Mexico: a mixed-methods evaluation of a new intervention for reducing individual level abortion stigma. In: *Culture, Health & Sexuality*, v. 22, 2020.

BELLUCCI, Mabel. *Historia de Una Desobediencia: Aborto y Feminismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

BERTHO, Helena. Aborto seguro: médica cria manual e é processada. In: *Revista AzMina*, 6 de ago. 2018. Disponível em <<https://azmina.com.br/reportagens/aborto-seguro-medica/>> Acesso em 14 de fev. 2019.

BLANCARTE, Roberto. La construcción de la República laica en México. In: SALAZAR UGARTE, Pedro, CAPDEVIELLE, Pauline (coord.). *Para entender y pensar la Laicidad*. Ciudad de México: UNAM, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 5069, de 2013. *Acréscimo ao art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>> Acesso em 11 de jan. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54*. Brasília, 12 de abr. 2012. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>> Acesso em 30 de dez. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2017). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442*. Número único: 0002062-31.2017.1.00.0000. Relatora: ministra Rosa

Weber. Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>> Acesso em 30 de dez. 2019.

BRAVO, Romina. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Neuquén, Argentina. 11 de out. 2018.

BROSS, Christopher. Inroads: Una red para reimaginar el aborto a nivel mundial. *Apresentação durante a IV Conferência Regional do Clacai*. Lima, Peru, 21 e 22 de ago. 2014.

BURTON, Julia. De la Comisión al Socorro: trazos de militancia feminista por el derecho al aborto en Argentina. In: *Descentrada*. Revista interdisciplinaria de feminismos y género, vol. 1, n. 2., 2017a. Disponível em <<https://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe020>> Acesso em 16 de fev. 2022.

BURTON, Julia. Prácticas feministas en torno al derecho al aborto en Argentina: aproximaciones a las acciones colectivas de Socorristas en Red. In: *Revista Punto Género*, n. 7, 2017b.

BURTON, Julia. Redes que socorren. Algunas reflexiones sobre los acompañamientos a mujeres que deciden abortar con medicación en Neuquén. *Seminario Internacional Fazendo Gênero 11 & 12 Mundos de Mulheres*. Transformações, Conexões, Deslocamentos. Florianópolis, 2017c.

BURTON, Julia. A la neuquina. Un estudio sobre la militancia feminista no metropolitana por el derecho al aborto. Doctorado (Sociología). Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales - IDAES/ *Universidad Nacional General San Martín - UNSAM*, San Martín, Buenos Aires, Argentina, 2018.

BURTON, Julia. Prácticas feministas em torno do direito ao aborto na Argentina: aproximações às ações coletivas das Socorristas en Red. In: *Teoria e Cultura: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF*, v. 16 n. 1, jul. 2021.

BURTON, Julia; PERALTA, Guillermina. Redes en torno al aborto clandestino: vínculos de socorristas y sistema de salud en Neuquén, Argentina. *Clivajes Revista de Ciencias Sociales* (6), 2016.

BURTON, Julia, TRINIDAD PERALTA, Guillermina. Un aborto feminista es un aborto cuidado. Prácticas de cuidado en el socorristismo patagónico”. In: *Revista Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, e70809, 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Resistencias*. Repensar la vulnerabilidad y repetición. México: Paradiso Editores, 2018.

CABALLER, Florencia; DÍAS, Morena. Las lesbianas también abortamos. In: *Vº Jornadas CINIG de Estudios de Género y Feminismos y IIIº Congreso Internacional de Identidades*. Buenos Aires: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2018.

CAMPAÑA NACIONAL POR EL DERECHO AL ABORTO LEGAL, SEGURO Y GRATUITO, CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS), CENTRO UNIVERSITARIO SAN MARTÍN (CUSAM), CARRERA, María Lina, SARALEGUI FERRANTE, Natalia, ORREGO-HOYOS, Gloria. *La criminalización por aborto y otros eventos obstétricos en la Argentina. (Informe)*. Buenos Aires, 2020. Disponível em <<http://www.abortolegal.com.ar/wp-content/uploads/2021/01/La-criminalizacion-por-aborto-y-otros-eventos-obstetricos-en-la-Argentina20201228.pdf-actualizado.pdf>> Acesso em 25 de jul. 2021.

CANO, Gabriela. Una perspectiva del aborto en los años treinta: la propuesta marxista. In: *Debate Feminista*, v. 2, sep. 1990. Disponível em <[http://debatefeminista.cieg.unam.mx/df\\_ojs/index.php/debate\\_feminista/issue/view/62](http://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php/debate_feminista/issue/view/62)> Acesso em 17 de set. 2020.

CARBAJAL, Mariana. Ganamos. In: *Página 12*, El País, Opinión, 9 de ago. de 2018.

CARBAJAL, Mariana. *El aborto en debate: aportes para una discusión pendiente*. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia. La antropología feminista hoy: algunos énfasis claves. In: *Revista mexicana de ciencias políticas e sociales*, v. 48, n.197. Cidade do México, mai/ago. 2006.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patricia: Antropologías feministas en contexto: Tránsitos y recorridos en tres países latinoamericanos. In: Deborah Daich (comp.): *1º Coloquio Latinoamericano de Antropología Feminista*. Buenos Aires: Colectiva de Antropólogas Feministas. Librería de Mujeres Editoras, 2014.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. *Guia Prática de Estratégias e Táticas para a Segurança Digital Feminista*. Brasília, 2017. Disponível em <<https://feminismo.org.br/guia/guia-pratica-seguranca-cfemea.pdf>> Acesso em 25 de dez. 2020.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. *The World Abortion Laws*, 2021. Disponível em <<http://worldabortionlaws.com>> Acesso em 16 de mar. 2019.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE). Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe. *Poder legislativo: porcentagem de mulheres no órgão legislativo nacional: Câmara baixa ou única (2019)*. Disponível em <<https://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou>> Acesso em 24 de jan. 2021.

CERVANTES PÉREZ, María Lucely. *Entrevista Marcelle Cristine de Souza*. Guanajuato, México, 26 de nov. 2019.

CHANETON, July, VACAREZZA. *La interperie y lo intempestivo: experiencias del aborto voluntario en el relato de mujeres y varones*. Buenos Aires: Marea, 2011.



CHILE. Ley num. 18.826. Sustituye artículo 119 del Código Sanitario. Santiago, 24 de ago. 1989. Disponível em <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30202>> Acesso em 4 de nov. 2016.

CITELI, Maria Teresa, ROSADO NUNES, Maria José F. *Violência simbólica: a outra face das religiões*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, abr. 2010.

CLACLAI (CONSORCIO LATINOAMERICANO CONTRA EL ABORTO INSEGURO). *Entre la indolencia y el sesgo: el derecho de las mujeres a beneficiarse de los avances científicos en materia reproductiva*. Feb., 2017.

CLADEM (COMITÉ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER). *Niñas Madres*. Embarazo y maternidad infantil forzada en América Latina y el Caribe. Balance Regional, 2016. Disponível em <<https://cladem.org/publicaciones/balance-regional-ninas-madres/>> Acesso em 30 de dez. 2019.

CLARIN. *Banderas argentinas y pañuelos celestes*. Las fotos de la marcha al Congreso para oponerse a la legalización del aborto. Foto Fernando de la Orden. Buenos Aires, 28 de nov. 2020. Disponível em <[https://www.clarin.com/fotogalerias/fotos-marcha-congreso-oponerse-legalizacion-aborto\\_5\\_kUv\\_vwnV4.html](https://www.clarin.com/fotogalerias/fotos-marcha-congreso-oponerse-legalizacion-aborto_5_kUv_vwnV4.html)> Acesso em 23 de ago. 2021.

CLARKE, Cheryl. El lesbianismo: Un acto de resistencia. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. *Esta puente, mi espalda*. Voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. São Francisco: Ism Press, 1988.

COHEN, Susan. Abortion and Mental Health: Myths and Realities. In: *Guttmacher Policy Review*, Summer 2006, v. 9, n. 3. Disponível em <[https://www.guttmacher.org/sites/default/files/article\\_files/gpr090308.pdf](https://www.guttmacher.org/sites/default/files/article_files/gpr090308.pdf)> Acesso em 22 de set. 2021.

COCKRILL, Kate; BIGGS, Antonia Biggs (2017). Can stories reduce abortion stigma? findings from a longitudinal cohort study. In: *Culture, Health & Sexuality*, 14 de jul. 2017.

COLECTIVA DE LESBIANAS Y FEMINISTAS LÍNEA ABORTO LIBRE. *Desmitificando el uso del misoprostol para el aborto autoinducido*. Documento dirigido a personal de salud. Santiago, 2017.

COLECTIVA DE LESBIANAS Y FEMINISTAS LÍNEA ABORTO LIBRE. *Guía de cómo las mujeres pueden hacerse un aborto con pastillas de forma segura*. Santiago, 2018.

COLECTIVA FEMINISTA LA REVUELTA. *Entre ellas y nosotras: los abortos*. (Relatos de acti vistas feministas socorristas aborteras). Neuquén, Argentina, 2015.

COLECTIVA FEMINISTA LA REVUELTA. *Entre ellas y nosotras: los abortos II*. (Relatos de acti vistas feministas socorristas aborteras). Neuquén, Argentina, 2016a.

COLECTIVA FEMINISTA LA REVUELTA. *Entre ellas y nosotras: los abortos III*. (Relatos de acti vistas feministas socorristas aborteras). Neuquén, Argentina, 2016b.

COLECTIVA POR LA LIBRE INFORMACIÓN PARA LAS MUJERES. *Hablemos de Aborto y Misoprostol*. Información segura y experiencias sobre su uso. Lima, jul. 2014

COLECTIVA SALUD MUJERES. *Aborto con medicamentos, información segura para decidir*. Quito, 2014.

COMANDANTA ESTHER. *Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión*. México, 28 de mar. de 2001. Disponible em <<https://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/>> Acceso em 20 de jul. 2021.

COMISSÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Informe de país - Cuba. *Capítulo VII - Derecho a la libertad religiosa y de culto*. Organización dos Estados Americanos, 1983. Disponible em <<http://www.cidh.org/countryrep/Cuba83sp/capitulo7.htm>>

COMISSION INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Informe n. 21/07. Petición 161-02. *Solución amistosa: Paulina del Carmen Ramírez Jacinto vs. México*. 9 de mar. 2007. Disponible em <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Mexico161.02sp.htm>>

CIDH (CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS). *Ficha Técnica: Artavia Murillo y otros (Fertilización in Vitro) Vs. Costa Rica*. Sentencia de 28 de nov. de 2012.

CONTRERA, Malena Segura. *O mito na mídia: a presença de conteúdos arcaicos nos meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 1996.

CORRÊA, Sonia. Direitos sexuais e reprodutivos: Pauta global e percursos brasileiros. In: *Sexo & Vida – Panorama da Saúde Reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

CORRÊA, Sonia. Aborto na Cena Política Global: Fios de História, Desafios do Momento. *IPAS, Revista de salud sexual y reproductiva*, n.18, 2004, pp.1-15.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. In: *Cadernos Pagu*, n. 53, jun. 2018. Disponible em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> Acceso em 31 de mar. 2019.

CORRÊA, Sônia. El caso de la niña de Espírito Santo: ¿Es este un nuevo momento decisivo en el largo camino por el derecho al aborto en Brasil? *La Mala Fe*, out. 2020. Disponible em <<https://www.lamalafe.lat/el-caso-de-la-nina-de-espirito-santo/>> Acceso em 1. de out. 2020.

CORRÊA, Sonia, ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Sexuais e Reprodutivos – Pauta Global e percursos brasileiros. In: BERQUÓ, Elza (org.). *Sexo & Vida: Panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

CORRÊA, Sonia (Editado por). Políticas Antigênero na América Latina. Estudo de Caso. Versões Condensadas. Rio de Janeiro, RJ: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021.

CORTÉS, Dora Elena. Oferece Paulina apoyo contra ley antiaborto. *El Universal*. Mexicali, Baja California, 9 de ago. 2000b. Disponible em <<https://archivo.eluniversal.com.mx/nacion/29122.html>>

CORTÉS, Dora Elena. Prevenir excomulgar a activista. *El Universal*. Mexicali, Baja California, 29 de abril de 2000a. Disponível em <<https://archivo.eluniversal.com.mx/estados/10039.html>>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*. [Online]. 2002, v.10, n.1, pp.171-188.

CRUZ SÁNCHEZ, Rosalia. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Guanajuato, México, 26 de nov. 2019.

CRUZ SÁNCHEZ, Verónica. Fin a una década de criminalización por aborto contra mujeres pobres en Guanajuato. In: *Debate Feminista*, n. 43, abril. 2011. Disponível em <[https://debatefeminista.cieg.unam.mx/df\\_ojs/index.php/debate\\_feminista/article/view/852](https://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php/debate_feminista/article/view/852)> Acesso em 2 de fev. 2021.

CRUZ SÁNCHEZ, Verónica. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Guanajuato, México, 26 de nov. 2019.

CURIEL, Ochy. El régimen heterosexual y la nación. Aportes del lesbianismo feminista a la antropología. In: *La manzana de la discordia*, 2011, v. 6, n. 1.

DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent Into the Ordinary*. University of Berkeley, Califórnia: California Press, 2006.

DAS, Veena, POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, 2008.

DAVIS, Angela. Column: Angela Y. Davis on what's radical in the 21st century. Entrevista a Patt Morrison. *Los Angeles Times*, 6 de mai. 2014. Disponível em <<https://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-morrison-davis-20140507-column.html>>

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEIS (DIRECCIÓN de Estadísticas e Información de la Salud). *Estadísticas vitales*. Información básica, año 2017. Dirección de Estadísticas e Información en Salud, Ministerio de Salud de la Nación, 2018. Disponível em <<http://www.deis.msal.gov.ar/wp-content/uploads/2019/01/Serie5Nro61.pdf>> Acesso em 30 de dez. 2019.

DIAP (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR). Congresso mais conservador; renovação será pequena. *Agência DIAP*, 9 de fev. 2018. Disponível em <<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/88266-diap-congresso-sera-mais-conservador-e-renovacao-pequena>> Acesso em 1 de out. 2020.

DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, n.15, p. 959-966, 2010.

DINIZ, Debora, MEDEIROS, Marcelo, MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, 2017.

DONATH, Orna. *Mães Arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

DROVETTA, Raquel Irene. Líneas telefónicas de información sobre aborto seguro: una estrategia efectiva para incrementar el acceso de las mujeres a los abortos seguros en América Latina. In: *Temas de Salud Reproductiva*, n. 9, 2016.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência. In: RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DUARTE, Nanda Isele Gallas. O dispositivo da maternidade em tensão: A polifonia das narrativas sobre aborto provocado em uma comunidade online. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pósgraduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca*, na Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.

DZUBA, Ilana G., WINIKOFF, Beverly, PEÑA, Melanie. Medical abortion: A path to safe, high-quality abortion care in Latin America and the Caribbean. In: *The European Journal of Contraception & Reproductive Health Care*, v. 18, n. 6, 2013.

EFE. Google admite escutar 0,2% das conversas de usuários com seu assistente virtual. *El País*. São Francisco, 12 de jul. 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/12/tecnologia/1562914719\\_220640.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/12/tecnologia/1562914719_220640.html)> Acesso em 25 de dez. 2020.

EHRENREICH, Barbara, ENGLISH, Deirdre (1981). *Brujas, Parteras y Enfermeras – Una historia de sanadoras*. Barcelona, Editorial La Sal.

EL IMPARABLE acompanhamento. Guanajuato México. *Direção e edição: Gustavo Montaña*. Produção: Debbie Billings, Verónica Cruz e Gustavo Montaña. Produção executiva: Centro Las Libres, Ipas e Debbie Billings. Guanajuato, México: 2013 (27 min).

ELA – Equipo Latinoamericano de Justicia y Género. *El derecho a la salud sexual y reproductiva en Argentina en época de COVI D-19*. Monitoreo de políticas de salud reproductiva. Buenos Aires: La Salud Reproductiva es Vital, oct. 2020. Disponível em <<https://saludreproductivavital.info/resultados/resultado-argentina/>> Acesso em 23 de jun. 2021.

ELLERTSON, Charlotte, ELUL, Batya, WINIKOFF, Beverly. Can women use medical abortion without medical supervision? In: *Reproductive Health Matters*, n. 9, mai. 1997.

FALQUET, Jules. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

FAÚNDES, A., SANTOS, L.C., CARVALHO, M., GRAS, C. Post-abortion complications after interruption of pregnancy with misoprostol. In: *Advances in Contraception*, n. 12, v. 1, mar. 1996, p. 1-9.

FAÚNDES, Aníbal, SHAH, Iqbal H. Evidencia que apoya un mayor acceso al aborto legal y seguro. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, n. 131, 2015.

FERNÁNDEZ LOZANO, Paola. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Guanajuato, 26 de nov. 2019.

FERREIRA, Letícia, SILVA, Vitória Régia da. Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia. *AzMina*, 2 de jun. 2020. Disponível em <<https://azmina.com.br/reportagens/so-55-dos-hospitais-que-faziam-aborto-legal-seguem-atendendo-na-pandemia/>> Acesso em 14 de set. 2021.

FOLHA DE S.PAULO. *Informações de até 87 milhões de pessoas vazaram, diz Facebook*. São Paulo, 4. de abr. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/informacoes-de-ate-87-milhoes-de-pessoas-vazaram-diz-facebook.shtml>> Acesso em 24 de dez. 2020.

FONDO MARIA. *Yo Aborto, Yo Acompaño, Yo Transformo*. Cidade do México, 28 de set. 2015. Disponível em <<http://fondomaria.org/blog>> Acesso em 01 de jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. In: DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar ou Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, Petrópolis, 2014.

FPNU (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD). *Plano de Ação*. Cairo, 1994. Disponível em <<http://unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>> Acesso em 16 de mar. 2019.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)> Acesso em 16 de mar. 2019.

FONDO DE POBLACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Informe del Estado de la Poblacion Mundial 2013, Maternidad en la niñez: Afrontar el desafio de un embarazo adolescente*. Nova York, 2013. Disponível em <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/ES-SWOP2013.pdf>> Acesso em 18 de jul. 2016.

FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar NICOLESCU, Basarab. *Carta da Transdisciplinaridade. (Adotada no Primeiro Congresso Mundial de Transdisciplinaridade)*. Convento de Arrábida, Portugal, 2-6 nov. 1994.

G1. *EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks*. Brasília, 4 de jul. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html>> Acesso em 25 de dez. 2020.

GANATRA, Bela, GERDTS, Caitlin, ROSSIER, Clémentine, JOHNSON JR., Brooke Ronald, TUNÇALP, Özge, ASSIFI, Anisa, SEDGH, Gilda, SINGH, Susheela, BANKOLE, Akinrinola, POPINCHALK, Anna, BEARAK, Jonathan, KANG, Zhenning Kang, ALKEMA, Leontine. Global, regional, and subregional classification of abortions by safety, 2010–14: estimates from a Bayesian hierarchical model. In: *The Lancet* (online), 27 de set. 2017.

GIRE (GRUPO DE INFORMACIÓN EN REPRODUCCIÓN ELEGIDA). *Paulina: cinco años después*. 2004.

GIRE. *El proceso de despenalización del aborto en la Ciudad de México*. Ciudad de México, 2008.

GIRE. *Maternidad o castigo*. La criminalización del aborto en México. Ciudad de México, 2018.

GOBIERNO DE LA CIUDAD DE MÉXICO. *Sistema de Información de Interrupción Legal del Embarazo (ILE)*. Estadísticas Abril 2007 – 31 de Marzo 2021. Disponível em <<http://ile.salud.cdmx.gob.mx/wp-content/uploads/ILE-WEB-Mayo-2021.pdf>> Acesso em 20 de jun. 2021.

GOES, Emanuelle. Justiça Reprodutiva ou Direitos Reprodutivos, o que as mulheres negras querem? In: *Observatório de Análise Política em Saúde*, 31 de jan. 2017. Disponível em <<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/a16e887adbd3dd56432ac001f76730b0/10/>> Acesso em 29 de jul. 2021.

GOES, Emanuelle Freitas, MENEZES, Greice M. S., ALMEIDA, Maria da Conceição, C., ARAÚJO, Thália Velho Barreto de, ALVES, Sandra Valongueiro; ALVES, Maria Teresa Seabra Soares Britto E., AQUINO, Estela M. L. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. In: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. 1-13, 2020. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020001305006&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001305006&tlng=pt)> Acesso em 30 de dez. 2020.

GONZÁLEZ RUIZ, Edgar. *Cruces y Sombras*. Perfiles de Conservadurismo en América Latina. Ciudad de México: Asociación Colectiva por el Derecho a Decidir, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n.1. Batalha de Ideias, 2011.

GOZZO, Gaia. *El caso Provida: cuentas pendientes con la transparencia y la justicia*. México: Fundar, Centro de Análisis e Investigación, A.C., 2006.

GROSGOUEL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicídios del largo siglo XVI. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, n. 19, julio-diciembre 2011.

GROSSO, Belén, TRPIN, María, ZURBRIGGEN, Ruth. La gesta del aborto propio. In: BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: aborto y feminismo*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.

GUANAJUATO. *Constitución Política para el Estado de Guanajuato*. Ciudad de Guanajuato, México, 3 de sep. 1917.

GUDIÑO BESSONE, Pablo. La Iglesia Católica en tiempos de dictadura y transición democrática (1976-1989): Discursos sobre familia, sexualidad y aborto. In: *Revista Pilquen*. Sección Ciencias Sociales, v. 20, n. 1, 2017.

GUTTMACHER INSTITUTE. *Hoja informativa: Aborto en América Latina y Caribe*. 2016. Disponible em <<https://www.guttmacher.org/sites/default/files/factsheet/fs-aww-lac-es.pdf>> Acceso em 30 de dez. 2019.

GYNUITY HEALTH PROJECTS. *List of Mifepristone Approvals*, 2017. Disponible em <<https://gynuity.org/resources/list-of-mifepristone-approvals>> Acceso em 18 de jul. 2021.

HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HANISCH, Carol. The Personal Is Political. In: *Notes from the Second Year: Women's Liberation*. Nova York, 1970.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and SocialistFeminism in the Late Twentieth Century. In: *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature* Routledge: New York, 1991.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

HARDING, Sandra (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Revista Estudos Feministas*, n. 1, Florianópolis, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza, CABRAL, Cristiane da Silva, BRANDÃO, Elaine Reis, FARO, Livi, CORDEIRO, Fabíola, AZIZE, Rogério Lopes. Itinerários abortivos em contexto de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro – Brasil. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n.7, p. 1699-1708, 2012.

HERMANN, Nadja. A questão do outro e o diálogo. In: *Revista Brasileira de Educação*, vol. 19, n. 57, abril-jun, 2014.

HERNÁNDEZ VICENCIO, Tania. El Partido Acción Nacional en la lucha por la no despenalización del aborto en el Distrito Federal. In: *Andamios*, v. 8, n. 15, enero-abril, 2011.

HOOKS, bell. *El feminismo es para todo el mundo*. Madri: Traficantes de Sueños, 2017.

HTUN, Mala. *Sexo y Estado: aborto, divorcio y familia bajo dictaduras y democracias en America Latina*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Víctimas por partida doble: Obstrucciones al aborto legal por violación en México*, v. 18, n. 1(B). México, mar. 2006.

INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía). *Censos y Conteos de Población y Vivienda*. México, 2010. Disponible em <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/>>. Acceso em 14 de fev. 2021.

INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía). *Censos y Conteos de Población y Vivienda*. México, 2020. Disponible em <<https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2020/>>. Acceso em 14 de fev. 2021.

INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina). *Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas*. Argentina, 2010.

IPAS. Elementos clave para la atención a mujeres en situación de aborto. México, 2019

IRIGARAY, Luce. *Yo, tú, nosotras*. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 1992.

JIMÉNEZ BADILLO, Margarita. Partido Acción Nacional. In: ALCÁNTARA, Manuel, FREIDENBERG, Flavia (coord.). *Partidos Políticos de América Latina – Centro América, México y República Dominicana*. México D.F.: Instituto Fedederal Electoral e Fondo de Cultura Económica, 2003.

JUÁREZ, Fatima, SING, Susheela, MADDOW-ZIMET, Isaac, WULF, Deirdre. *Embarazo no planeado y aborto inducido en México: causas y consecuencias*. Nova York, Guttmacher Institute, 2013.

KAPLAN, Laura. 1995. *The History of Jane: The Legendary Underground. Feminist Abortion Service*. New York: Pantheon, 1995.

KULIER, R., GÜLMEZOGLU, A.M., HOFMEYR, G.J., CHENG, L.N., CAMPANA, A. Medical methods for first trimester abortion. In: *Cochrane Database Syst. Rev.*, n. 9, 2011.

KUMAR, Anuradha, HESSINI, Leila, MITCHELL, Ellen. Conceptualising abortion stigma. In: *Culture, Health & Sexuality*, v.11, n. 6, 2009.

LAGARDE, Marcela. Claves feministas para la autoestima de las mujeres. Madri: Horas y Horas La Editorial, 2000, (Cuadernos Inacabados, 39).

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios do las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LAGARDE, Marcela. *El feminismo en mi vida*. Hitos, claves y topías. Ciudad de México: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LAMAS, Marta. *Política y Reproducción*. Aborto: La Frontera del derecho a decidir. México: Plaza Janés, 2001.



LAMAS, Marta. El aborto en la agenda del desarrollo en América Latina. In: *Perfiles latinoamericanos*, v. 16, n. 31, México, ene./jun.2008.

LAMAS, Marta. *El largo camino hacia la ILE: mi versión de los hechos*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

LAMAS, Marta. *La interrupción legal del embarazo: El Caso De La Ciudad De México*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*. Petróolis: Vozes, 1978.

LAS LIBRES. *Modelo Integral de Acompañamiento para un Aborto Seguro (MIAAS)*. Guanajuato, México, 2014.

LAS LIBRES. *Resumen ejecutivo: Encuestas con acompañantes*. Entendiendo el desarrollo y uso de las redes de acompañamiento para el aborto en Estados de México con restricciones legales: Un estudio longitudinal. Ibis Reproductive Health: Guanajuato, 2018.

LAS LIBRES, RED NECESITO ABORTAR, VOCES DE MUJERES EN ACCIÓN. *Aborto, aquí te cuento*. Mohuetziltia, nika nimitz pohuilicej (Náhuatl). Guanajuato, 2018.

LATINOBARÓMETRO. *Las religiones en tempos del Papa Francisco*. Santiago de Chile, 16 de abr. 2014. Disponible em <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp?Idioma=724&ID=135>

LAURA (Acompañante del Fondo MARIA). ¿Por qué acompañó? *Fondo MARIA*, 28 de set. 2015. Disponible em <https://www.fondomaria.org/blog/que-acompano> Acceso em 15 de fev. 2021.

LAUTERBACH, Gabriela. “*Abortar é um ato político. Acompanhar Também.*”: Redes feministas de acompañamiento. Às mulheres que abortam. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

LEÓN, Magdalena. Algunos aspectos metodológicos de la investigación sobre experiencias de aborto inducido. In: *Encuentro de investigadores sobre aborto inducido en América Latina y el Caribe*. Aspectos metodológicos. Universidad Externado de Colombia. Bogotá, nov. 1994.

LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género*. La Venta, n. 13, 2001.

LESSA, Alfonso. Por qué Uruguay es el país más laico de América. *El País*, 24 de jun. 2013. Disponible em [https://elpais.com/internacional/2013/06/24/actualidad/1372102813\\_597752.html](https://elpais.com/internacional/2013/06/24/actualidad/1372102813_597752.html)

LESBIANAS Y FEMINISTAS POR LA DESCRIMINALIZACIÓN DEL ABORTO. *Hallagos y reflexiones a un mes de atención de la Línea “Aborto: más información, menos riesgos”*. Informe. Buenos Aires, 2009.

LESBIANAS Y FEMINISTAS POR LA DESCRIMINALIZACIÓN DEL ABORTO (Comp.). *Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas*. Buenos Aires: El Colectivo, 2010.

LESBIANAS Y FEMINISTAS POR LA DESCRIMINALIZACIÓN DEL ABORTO (Comp.). *Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas*. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2012.

LESBIANAS Y FEMINISTAS POR LA DESCRIMINALIZACIÓN DEL ABORTO. *Información Aborto*, Argentina, 2021. Disponível em <<https://informacionaborto.blogspot.com/>> Acesso em 26 de jul. 2021.

LESBIANAS Y FEMINISTAS POR EL DERECHO A LA INFORMACIÓN. *Línea Aborto Chile: El Manual ¿Cómo las mujeres pueden hacerse un aborto con pastillas?* Santiago de Chile, nov. 2012.

LESBICAS E FEMINSITAS PELO DIREITO À INFORMAÇÃO. *Útero Livre*. Zine Feminista Latino-americana, n. 1. Brasil, jul. 2017. Disponível em <<https://uterolivres.milharal.org/edicao-1-julho-2017/>> Acesso em 15 de fev. 2021.

LE MASSON, Yann. *Regarde, elle a les yeux grands ouverts*. França, 1980, 77m.

LINHARES BARSTED, Leila. O campo político-legislativo dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: BERQUÓ, Elza. *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LO PRETE, Renata. O Assunto #255: Aborto - por que a lei não é cumprida. *GI*: São Paulo, 18 de ago. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/08/18/o-assunto-254-aborto-por-que-a-lei-nao-e-cumprida.ghtml>> Acesso em 14 de fev. 2021.

LOPES, Bárbara, MARTINS, Jéssika, MORENO, Tica (orgs.). *Somos todas clandestinas: relatos sobre aborto, autonomia e política*. São Paulo: SOF, 2016.

LUGONES, María. Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. In: *Hypatia*, v. 22, n. 1, 2007.

MACHADO, Cecilia, PINHO NETO, V. The Labor Market Consequences of Maternity Leave. Policies: Evidence from Brazil. *FGV*, dez. 2016. Disponível em <[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17859/The\\_Labor\\_Market\\_Consequences\\_of\\_Maternity\\_Leave\\_Policies\\_Evidence\\_from\\_Brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17859/The_Labor_Market_Consequences_of_Maternity_Leave_Policies_Evidence_from_Brazil.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 10 de jul. 2021.

MÁRQUEZ MURRIETA, Alicia. *El aborto en el México del siglo XXI*. Acontecimiento y problema público en el Caso Paulina: de víctima a protagonista. México: Instituto Mora, 2013.

MCDAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. In: *Lua Nova*, n. 76, 2009.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MEDINA, Cremilda. *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. Novas manifestações, velhos paradigmas. In: *Matrizes*, ano 7, n. 2. São Paulo, jul./dez. 2013.

MÉXICO. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Distrito Federal, México, 5 de febrero de 1917. Disponível em <[http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf\\_mov/Constitucion\\_Politica.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf_mov/Constitucion_Politica.pdf)> Acesso em 18 de fev. 2021.

MÉXICO. *Código Penal Federal*. Distrito Federal, México, 1931. Disponível em <<https://mexico.justia.com/federales/codigos/codigo-penal-federal/gdoc/>> Acesso em 18 de fev. 2021.

MÉXICO. Secretaría de Salud. *Norma Oficial Mexicana NOM-046-SSA2-2005*. Violencia familiar, sexual y contra las mujeres. Criterios para la prevención y atención. EL DIARIO OFICIAL DE LA FEDERACIÓN, 16 de abril de 2009.

MIGALHAS. *Por ordem judicial, Bolsonaro publica pedido de desculpas a Maria Rosário: "Calor do momento"*. São Paulo, 14 de junho de 2019. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/quentes/304434/por-ordem-judicial--bolsonaro-publica-pedido-de-desculpas-a-maria-rosario---calor-do-momento>> Acesso em 10 de set. 2021.

MIGNONE, Emilio. *Iglesia y Dictadura*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1986.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e Democracia. In: *Revista Estudos Feministas*, vol 20, nº 3. Florianópolis: set./dez. 2012.

MILLAR, Erica. *Happy Abortions: Our Bodies in the Era of Choice*. London: Zed Books, 2017.

MINES, Ana. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Buenos Aires, 5 de out. 2018.

MINES, Ana, DÍAS VILLA, Gabi, RUEDA, Roxana, MARZANO, Verónica. “El aborto lesbiano que se hace con la mano”. Continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012). In: *Bagoas*, n. 9, 2013.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel. El desarrollo del activismo autodenominado “Pro-Vida” en Argentina, 1980-2014. In: *Revista Mexicana de Sociología* 77, n. 3, jul./sep., 2015.

MORÁN FAÚNDES, José Manuel, PEÑAS DEFAGO, María Angélica. ¿Defensores de la vida? ¿De cuál “vida”? Un análisis genealógico de la noción de “vida” sostenida por la jerarquía católica contra el aborto. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.15, 2013.

MORI, Letícia. A organização americana por trás dos protestos contra o aborto em frente a hospital de São Paulo. *BBC*, 1 de nov. 2019. Disponível <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50267577>> Acesso em 18 de out. 2021.

MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. *Linguagem da Cultura de Massas: Televisão e Canção*. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

MORRIS, J. L., WINIKOFF, B., DABASH, R., WEEKS, A., FAUNDES, A., GEMZELL-DANIELSSON, K., KAPP, N., CASTLEMAN, L., KIM, C., HO, P. G., VISSER, G. H. A. FIGO's updated recommendations for misoprostol used alone in gynecology and obstetrics. In: *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, v. 138, sep. 2017, p. 363–366.

NAVARRO, Marysa. El primer encuentro feminista de Latinoamérica y el Caribe, 1982. In: GARGALLO, Francesca. *Antología del pensamiento feminista nuestroamericano - Tomo II movimiento de liberación de las mujeres*, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/Z0lkZ0>> Acesso em 21 de 2020.

NO NOS dejen solas: I. *Mujeres zapatistas em el 94*. Comandanta Ramona, Mayor Ana María, Capitana Elisa, Capitana Irma, Compañera Hortensia. Papel Negro Ediciones: México, 2018.

NORIS, Alison, BESSETT, Danielle, STEINBERG, Julia R., KAVANAUGH, Megan L., DE ZORDO, Silvia, BECKER, Davida. Abortion Stigma: A Reconceptualization of Constituents, Causes, and Consequences. In: *Women's Health Issues*, n. 21, 2011.

NOSOTRAS abortamos, ahora lo contamos. *Direção e produção: Socorristas en Red* (feministas que abortamos). Argentina, dezembro de 2018. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=UgssZGitxFc&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=UgssZGitxFc&feature=emb_title)> Acesso em 1 de jan. 2021.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). *Abortamento seguro: Orientação Técnica e de Políticas para Sistemas de Saúde*. Genebra, 2013. Disponível em <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70914/7/9789248548437\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70914/7/9789248548437_por.pdf)> Acesso em 16 de abr. 2019.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE). *Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para os sistemas de saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2004.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). Convenção americana de direitos humanos. Pacto de San José da Costa Rica. *Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos*, San José de Costa Rica, 22 de nov. 1969.

ORTIZ ORTEGA, Adriana (editora). *Razones y pasiones en torno al aborto: Una contribución al debate*. México: EDAMEX, 1994.

PAN, Elleen, REN, Jingjing, LINDORFER, Martina, WILSON, Christo, CHOFFNES, David. Panoptispy: Characterizing Audio and Video Exfiltration from Android Applications. *Proceedings on Privacy Enhancing Technologies*, 2018, n. 18, v. 4. Disponível em <<https://recon.meddle.mobi/papers/panoptispy18pets.pdf>> Acesso em 25 de dez. 2020.

PARVEEN, Sabina, RAHMAN, Mahmudur, SHIRIN, Begum Shamsun Naher, Rahman, Mahbubur. Rupture Ectopic Pregnancy in Early Gestation Due to Mifepristone & Misoprostol Abuse. In: *International Journal of Medical Research Professionals (IJMRP)*, mar. 2019, v. 5, n. 2.

PASSARINHO, Nathalia. Exclusivo: Por dentro de uma 'clínica secreta' de aborto no WhatsApp. *BBC*. Londres, 6 de jun. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43155634>> Acesso em 25 de dez. 2020.

PASSETTI, Edson. Heterotopia, anarquismo e pirataria. In: RAGO, Margareth, VEIGANETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. In: *Urban and Social Change Review*, 1978, p.28-36

PFISTER, Josefina. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Neuquén, Argentina, 10 de out, 2018.

PRIORI, Mary Del. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

POR LA VIDA DE LAS MUJERES. *Manual por Nuestras Vidas*. La Paz, 2014. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0Bx4V8zIEIG1FdFNkbU1fbldkdzg/view>> Acesso em 15 de fev. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, CLACSO, 2005.

RACANICCI, Jamile. Bolsonaro sanciona lei que retira mais de R\$ 600 milhões de verbas para ciência e pesquisa. *TV Globo*. Brasília, 15 de out. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/15/bolsonaro-sanciona-lei-que-retira-mais-de-r-600-milhoes-de-verbos-para-ciencia-e-pesquisa.ghtml>> Acesso em 17 de out. 2021.

RAGO, Margareth. Foucault, a subjetividade e as heterotopias feministas. In: SCAVONE, Lucila, ALVAREZ, Marcos César, MISKOLCI, Richard (orgs.). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

REDAAS (RED DE ACCESO AL ABORTO SEGURO), CEDES (CENTRO DE ESTUDIO DE ESTADO Y SOCIEDAD), ELA (EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO). *Argumentos para el debate sobre aborto en Argentina*. Buenos Aires, 2018. Disponível em <<http://www.redaas.org.ar/nuestro-trabajo-documento.php?a=67>> Acesso em 18 de fev. 2021.

RESTREPO, Alejandra. Tras los rastros del proyecto sociopolítico feminista: Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe 1981-2014. *Tese (Doctorado en Estudios Latinoamericanos)*. Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos. Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 2016.

RILEY, Taylor, SULLY, Elizabeth, AHMED, Zara, BIDDLECOM, Ann. Estimates of the Potential Impact of the COVID-19 Pandemic on Sexual and Reproductive Health In Low- and Middle-Income Countries. In: *International Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, v. 46, 2020. Disponível em <[https://www.guttmacher.org/sites/default/files/article\\_files/4607320.pdf](https://www.guttmacher.org/sites/default/files/article_files/4607320.pdf)> Acesso em 17 de out. 2021.

RIMA (RED INFORMATIVA DE MUJERES DE ARGENTINA). *Lanzamiento de la Campaña "Yo aborté"*. Rosario de Santa Fe, Argentina, dez. 2004. Disponível <<http://www.rimaweb.com.ar/articulos/aborto/campana-yo-aborte/>> Acesso em 11 de jan. 2021.

RONAN, Gabriel. Grupo tenta invadir hospital onde menina de 10 anos passará por aborto e chama médico de 'assassino'. *Estado de Minas*. Recife, 16 de ago. 2020. Disponível <[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/08/16/interna\\_nacional,1176632/aborto-de-menina-de-10-anos-e-alvo-de-protestos-no-recife.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/08/16/interna_nacional,1176632/aborto-de-menina-de-10-anos-e-alvo-de-protestos-no-recife.shtml)>

ROSS, Loretta J., SOLINGER, Rickie. *Reproductive Justice: An Introduction*. Oakland: University of California Press, 2017.

ROSSO, Laura. *Estamos para nosotras: experiencias de socorrismo feminista en el siglo XXI*. Buenos Aires: Chirimbote, Cooperativa de Trabajo Ltda., 2019.

RT. *Una diputada provoca polémica en México al plantear la sustitución de las penas por aborto con trabajo comunitario*. 2 de mar. 2020. Disponível em <<https://actualidad.rt.com/actualidad/344728-diputada-provoca-polemica-mexico-plantear-aborto>>

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DE FÉ. *Declaração sobre o Aborto Provocado*. Cidade do Vaticano, 1974. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19741118\\_declaration-abortion\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19741118_declaration-abortion_po.html)>

SAPRIZA, Graciela (1997). Entre o desejo e a norma: A despenalização do Aborto no Uruguai, 1934-1938. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: PRODIR/FCC.

SE PUEDE / se hace. testimonios visuales sobre aborto. *Fotografías e edición: Laura Delmonte*. Entrevistas e produção: Deborah Billings e Verónica Cruz Sánchez. Guanajuato, México, 2014. Disponível em <<https://sepuedesehace.wordpress.com/>>

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações sociais de gênero. In: *Interface\_ Comunicação, Saúde, Educação*, v. 5, n. 8, 2001a.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Dossiê: Feminismo em Questão, Questões do Feminismo. *Cadernos Pagu*, n.16, 2001b.

SCIORTINO, María Silvana. Antropología y feminismos en América Latina: hacia una práctica descolonial. In: *Teoría feminista y Antropología: Claves analíticas*. Madrid: Ramón Areces, 2012.

SCNJ (SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACIÓN). Suprema Corte declara inconstitucional la criminalización total del aborto. *Comunicado de prensa n. 271/2021*. Ciudad de México, 7 de sep. de 2021a. Disponível em <<https://www.internet2.scjn.gob.mx/red2/comunicados/noticia.asp?id=6579>> Acesso em 14 de set. 2021a.

SCNJ. Invalida disposición de la constitución de sinaloa que tutelaba el derecho a la vida desde la concepción y limitaba el derecho de las mujeres a la autonomía reproductiva. *Comunicado de prensa n. 273/2021*. Ciudad de México, 9 de sep. de 2021b. Disponível em <<https://www.internet2.scjn.gob.mx/red2/comunicados/comunicado.asp?id=6581>> Acesso em 14 de set. 2021b.

SENTIIDO; COMUNICACIÓN PARA LA IGUALDAD. *Ser periodista en Twitter: una investigación sobre violencia de género digital*. Bogotá: Fundación Sentiido; Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones; Paris: UNESCO, 2020.

SILVA, Vitória Régia da, FERREIRA, Letícia, LARA, Bruna de. Pandemia dificulta acesso a contraceptivos no sistema de saúde. *Gênero e Número*, 20 de abr. 2020. Disponível em <<https://www.generonumero.media/pandemia-dificulta-acesso-contraceptivos-no-sistema-de-saude/>> Acesso em 14 de set. 2021.

SILVEIRA, Paloma; MCCALLUM, Cecília; MENEZES, Greice. Experiências de abortos provocados em clínicas privadas no Nordeste brasileiro. In: *Cad. Saúde Pública* [online], Rio de Janeiro, vol. 32, n. 2, 2016.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Câmara tem 83% mais projetos sobre aborto em 2020; maioria tenta restringir. *UOL*: São Paulo, 14 de set. 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/14/projetos-de-lei-aborto-camara-dos-deputados.htm>> Acesso em 14 de set. 2021.

SOCORRISTAS EN RED. *Declaración de la 8va. Plenaria Nacional de Socorristas en Red - feministas que abortamos-* en Argentina. Córdoba, jun. 2019. Disponível em <<https://socorristasenred.org/declaracion-de-la-8va-plenaria-nacional-de-socorristas-en-red-feministas-que-abortamos-en-argentina/>> Acesso em 17 de set. 2020.

SOCORRISTAS EN RED. *Sistematización de acompañamientos a abortar realizados en el año 2019 por Socorristas en Red (feministas que abortamos)*. Argentina, abril de 2020.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Alex Sandro Rolland, AMORIM, Melania Maria Ramos, COSTA, Aurélio Antônio Ribeiro, NORONHA NETO, Carlos. Farmacocinética e farmacodinâmica do misoprostol em Obstetrícia. In: *Femina*, dez. 2009, v. 37, n. 12.

SOUZA, Marcelle Cristine de. O silêncio da menina-mãe: Uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile. 2017. (*Mestrado*

em Ciências). *Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina*, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marcelle. WhatsApp, Signal ou Telegram: qual é o aplicativo mais seguro? *UOL Tilt*. São Paulo, 29 de mai. 2019. Disponível em <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/05/29/whatsapp-signal-ou-telegram-qual-e-o-aplicativo-mais-seguro.htm>> Acesso em 25 de dez. 2020.

SOUZA, Marcelle Cristine de. Mulheres sem rosto, fetos protagonistas: enquadramento e hierarquia dos corpos em publicações sobre aborto no twitter. In: *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto*. BACELLAR, Paula Rita. GONÇALVES, Letícia, MAYORGA, Claudia (org.) Belo Horizonte: Conselho Regional de Medicina, 2019.

SOUZA, Marcelle. Conhecer lei é essencial para exigir aborto legal, dizem ativistas da AL. *UOL Ecoa*. São Paulo, 26 de ago. 2020. Disponível em <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/08/26/conhecer-lei-e-essencial-para-exigir-aborto-legal-dizem-ativistas-da-al.html>> Acesso em 27 de dez. 2020.

SOUZA, Marcelle. “Detesto ser mãe e ajudo outras mulheres a lidar com esse sentimento”. *UOL Universa*. São Paulo, 7 de mai. 2021a. Disponível em <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/07/sou-uma-mae-arrependida-desde-o-parto-da-minha-filha-diz-atriz.htm>> Acesso em 23 de ago. 2021.

SOUZA, Marcelle. Que seja lei aqui também! As lições que podemos aprender com a legalização do aborto na Argentina. *AzMina*. São Paulo, 9 de fev. 2021b. Disponível em <<https://azmina.com.br/reportagens/que-seja-lei-aqui-tambem-as-licoes-que-podemos-aprender-com-a-legalizacao-do-aborto-na-argentina/>> Acesso em 23 de ago. 2021.

STF (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). *Fundadora das ONGs Women on Waves e Women on Web pede a descriminalização do aborto no Brasil*. 3 de ago. 2018. Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=385764>> Acesso em 16 de jul. 2021.

SUTTON, Barbara, VACAREZZA, Nayla. Abortion Rights in Images: Visual Interventions by Activist Organizations in Argentina. In: *Journal of Women in Culture and Society*, v. 45, n. 3, 2020.

SUTTON, Barbara; VACAREZZA, Nayla. *Abortion and Democracy: Contentious Body Politics in Argentina, Chile, and Uruguay*. New York: Routledge, 2021.

TAALAS, Petteri. Matanza de Tlatelolco. *Comisión Nacional de los Derechos Humanos*, 2018. Disponível em <[https://www.cndh.org.mx/noticia/matanza-de-tlatelolco#\\_ftn%206](https://www.cndh.org.mx/noticia/matanza-de-tlatelolco#_ftn%206)> Acesso em 1 de set. 2021.

TARDUCCI, Mónica. “Poner el cuerpo” en las calles: los enfrentamientos de las activistas feministas y los grupos anti-derechos. In: Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

TARROW, Sidney. *El poder en movimiento: Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madri: Alianza Editorial, 1997.



TELLES, Vera. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. IN: BIRMAN, P; LEITE, M; MACHADO, C. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

TREJOS CORREIA, Leda. Grupos de conscientización de mujeres: Aportes metodológicos para el trabajo con mujeres. In: Nilsa M. Burgos Ortiz, Sata Sharrat, Leda Trejos Correia. *Las mujeres en Latinoamérica: perspectivas sociales y psicológicas*. Buenos Aires: Humanitas, 1988.

TRINDADE, Rodrigo. "Google monitora e seleciona o que você vê, mas porque você deixa", diz CEO. *UOL*. São Paulo, 11 de dez. 2018. Disponível em <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/12/11/audiencia-de-sundar-pichai-no-congresso-dos-estados-unidos.htm>> Acesso em 25 de dez. 2020.

UNESCO (THE UNITED NATIONS EDUCATIONAL SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANISATION); ICFJ (INTERNATIONAL CENTER FOR JOURNALISTS). *Online violence Against Women Journalists: A Global Snapshot of Incidence and Impacts*. 2020. Disponível em <<https://www.icfj.org/sites/default/files/2020-12/UNESCO%20Online%20Violence%20Against%20Women%20Journalists%20-%20A%20Global%20Snapshot%20Dec9pm.pdf>> Acesso em 24 de ago. 2021.

VACAREZZA, Nayla. Política de los afectos, tecnologías de visualización y usos del terror en los discursos de los grupos contrarios a la legalización del aborto. In: ANZORENA, Claudia y ZURBRIGGEN, Ruth (comps.) *El aborto como derecho de las mujeres: otra historia es posible*. Buenos Aires: Herramienta. 2013a, pp. 209-226.

VACAREZZA, Nayla, CHANETON, July. Aborto, justicia, derechos. In: *Mora*, n. 19, pp. 149-170, 2013b.

VACAREZZA, Nayla. Aborto, experiencia, afectos. In: BELFIORI, Dahiana. *Código Rosa: relatos sobre abortos*. Buenos Aires: La parte maldita. 2015, pp. 137-141.

VACAREZZA, Nayla. Los fetos de otra manera. Reflexiones sobre afectos, aborto y políticas reproductivas a partir de obras de Zaida González y Felipe Rivas San Martín. In: LOSIGGIO, Daniela y MACÓN, Cecilia (eds.) *Afectos políticos*. Ensayos sobre actualidad. Buenos Aires: Miño y Dávila. 2017, pp. 71-91.

VACAREZZA, Nayla. Perejil, agujas y pastillas. Objetos y afectos en la producción visual a favor de la legalización del aborto en la Argentina. In: BUSDYGAN, Daniel (coord.) *Aborto. Aspectos normativos, jurídicos y discursivos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos. 2018, pp. 195-212.

VESSEL. *Direção: Diana Whitten*. Produção: Sovereignty Productions em associação com Fork Films, Impact Partners, Chicken e Egg Pictures. Distribuição: Filmbuff, 97 min, cor, 2014.

VILLAFUERTE, Elia Avendaño. Afromexicanas, invisibles y racializadas. In: *Geopauta*, v. 4, n. 3, 2020. Disponível em <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/7487/5185>> Acesso em 18 de fev. 2021.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report 2017*. Genebra. Disponível em <[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf)> Acesso em 30 de dez. 2019.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v.7, n.2, 2021.

ZURBRIGGEN, Ruth. Videoconferencia Interrupción Voluntária del Embarazo. Banca de la Mujer, Justicia y Salud. *Senado de la Republica*. Buenos Aires, 16 de dez. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lpL7CdQj1tY>>

ZURBRIGGEN, Ruth. *Entrevista a Marcelle Cristine de Souza*. Neuquén, Argentina, 13 de out. 2018.

ZURBRIGGEN, Ruth; VACAREZZA, Nayla Luz; ALONSO, Graciela; GROSSO, Belén; TRPIN, María. *El aborto con medicamentos en el segundo trimestre de embarazo*. Una investigación socorrista feminista. Buenos Aires: La Parte Maldita, 2018.

ZURBRIGGEN, Ruth, ANZORENA, Claudia (comps.) 2013. *El aborto como derecho de las mujeres*. Otra historia es posible. 1ª. ed. Buenos Aires: Herramienta. 351 p

### Sites de referência

**Balance:** Disponível em <<https://balancemx.org/es>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**CAMs (Centros de Ayuda para la Mujer):** Disponível em <<https://www.camslatinoamerica.com/nosotros.html>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Campaña Nacional por el Derecho al Aborto legal, Seguro y Gratuito:** Disponível em <<http://www.abortolegal.com.ar/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Comité Nacional Pro-Vida México:** Disponível em <<http://provida.org.mx/quienes-somos/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Cómo hacerse un aborto seguro.** Disponível em <<http://comohacerseunaborto.com/>> Acesso em 3 de nov. 2021.

**Irma (Instituto para la Rehabilitación de la Mujer y la Familia):** Disponível em <<https://www.irma.org.mx/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Fondo MARIA:** Disponível em <<https://www.fondomaria.org/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**La Revuelta – Colectiva Feminista:** Disponível em <<http://larevuelta.com.ar/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Las Libres:** Disponível em <<http://www.laslibres.org.mx/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Partido Celeste (Argentina):** Disponível em <<https://www.partidoceleste.org/partido-celeste/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Ni Una Menos:** Disponível em <<http://niunamenos.org.ar/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Red Compañera:** Disponível em <<https://redcompafeminista.org/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Socorristas en Red:** Disponível em <<https://socorristasenred.org/>> Acesso em 2 de nov. 2021.

**Women on Web:** <<https://www.womenonweb.org/pt/>> Acesso em 2 de nov. 2021.



Fonte: (CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, 2021).

ANEXO B - O aborto nos Códigos Penais do México (por UF)

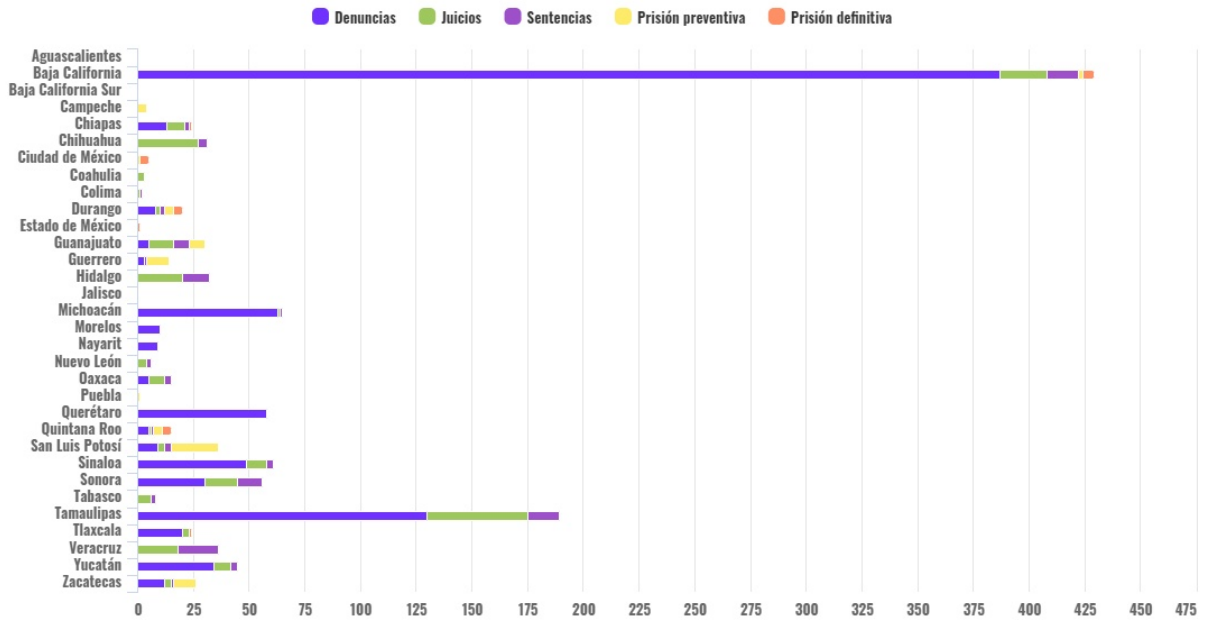
■ Excluyente de responsabilidad ▶ No punibilidad

2018

A-Z ↑↓	Violación (33) ↑↓	Imprudencial o culposo (30) ↑↓	Peligro de muerte (24) ↑↓	Alteraciones graves en el producto (16) ↑↓	Salud (16) ↑↓	Inseminación artificial no consentida (15) ↑↓	Causas económicas (2) ↑↓	Voluntad de la mujer (hasta 12 sdg) (2) ↑↓
Federal ▶				X	X	X	X	X
Aguascalientes ■				X	X	X	X	X
Baja California ▶				X	X		X	X
Baja California Sur ■							X	X
Campeche ■			X	X		X	X	X
Chiapas ▶		X			X	X	X	X
Chihuahua ■			X	X			X	X
Ciudad de México ■			X				X	
Coahuila ▶			X				X	X
Colima ■							X	X
Durango ■				X	X	X	X	X
Guamajuato ■			X	X	X	X	X	X
Guerrero ■			X				X	X
Hidalgo ▶			X				X	X
Jalisco ▶				X		X	X	X
Estado de México ▶					X	X	X	X
Michoacán ■			X					X
Morelos ▶					X		X	X
Nayarit ▶				X		X	X	X
Nuevo León ▶		X		X		X	X	X
Oaxaca ▶						X	X	
Puebla ▶					X	X	X	X
Querétaro ▶			X	X	X	X	X	X
Quintana Roo ▶					X	X	X	X
San Luis Potosí ■				X	X		X	X
Sinaloa ▶				X	X	X	X	X
Sonora ▶				X	X	X	X	X
Tabasco ▶		X		X	X		X	X
Tamaulipas ▶				X		X	X	X
Tlaxcala ■							X	X
Veracruz ▶					X		X	X
Yucatán ▶					X			X
Zacatecas ▶				X		X	X	X

Fonte: GIRE (2018b)

ANEXO C – A criminalização do aborto no México (por UF)



Fonte: GIRE, 2018a.

## ANEXO D – A criminalização do aborto na Argentina por jurisdição (2012-2020)

	Total aborto (1)	art. 85 con consentimiento (inc 2 1ª parte)	Art. 85 con consentimiento y muerte (inc 2 2ª parte)	Art. 85 sin consentimiento (inc 1 1ª parte)	Art. 85 sin consentimiento y muerte (inc 1 2ª parte)	art. 86 (aborto profesional)	art. 87 (preterint.)	art. 88 (aborto propio)	Posibles eventos obstétricos*
Buenos Aires	539	342 (art. 85 - sin especificar)				39	53	105	s/d
Catamarca	6							2	3
Chaco	6								2
Chubut	23	21	1				1		s/d
CABA (2)	187	52	1	38	3	2	22	69	s/d
Córdoba	42	24		20					s/d
Corrientes	65	17	2	5				41	9
Entre Ríos	s/r								
Formosa	7								14
Jujuy	1								0
La Pampa	8								0
La Rioja	s/r								
Mendoza	34	11 (en 6 no especifica inciso ni parte)	1	8	4		3	7	1
Misiones	s/r								
Neuquén	22	18 (no especifica inciso ni parte)				2	1	1	3
Río Negro	8								3
Salta	156								s/d
San Juan	s/r								
San Luis	3								s/d
Santa Cruz	s/r								
Santa Fe	23					3			s/d
Santiago del Estero	s/r								
Tierra del Fuego	s/r								
Tucumán	402				1				2 (condenas)
TOTAL	1532	485	5	71	7	46	80	225	37

(1) Las causas sobre aborto en las que no se especificó el artículo se sumaron en el total.

(2) Son causas de la Justicia Nacional y de la Justicia Federal.

\*Preguntamos por hechos calificados como homicidio agravado por el vínculo, abandono de persona y homicidio culposo, cuando la víctima fuera un niño o niña recién nacido y la acusada fuera su progenitora.

Las provincias de Córdoba (2012-2019), Neuquén (2014-2020), Río Negro (2017-2020), Santa Fe (2014-2020), Formosa (2015-2019) entregaron información sobre el período aclarado entre paréntesis. San Luis entregó información parcial, de dos juzgados.

Fonte: (CAMPAÑA NACIONAL et al., 2020)

ANEXO E – Folder “ILE: Medicamento y quirúrgico”, distribuido por grupos antiderechos no México

(PARTE 1)

Si presentas alguno de los efectos secundarios, deberás acudir inmediatamente al Médico u Hospital.

**Recuerda que tienes derecho a recibir información precisa y clara, como:**

Asesoría sobre programas de apoyo para mujeres embarazadas y distintas opciones a considerar.

**Ten presente que si estás en edad fértil, te puedes volver a embarazar y los anticonceptivos tienen efectos adversos en tu organismo y NO son 100% efectivos.**

**REFERENCIAS:**

- 1 Secretaría de Salud de la Ciudad de México, 06-04-2016, Oficio #SSCDMX/SCAOIP/2016, p. 4.
- 2 CONSENTIMIENTOS INFORMADOS, Secretaría de Salud de la Ciudad de México, 2017 y 2019.

Para mayor información, contáctanos...

**decide**  
ile

Bahía Magdalena 161,  
Verónica Anzures, Miguel Hidalgo  
☎ 555260-1824  
☎ 557322-5425  
Línea GRATUITA. 800-62486-32

**decide-ILE**  
[www.decide-ile.com](http://www.decide-ile.com)

**SI TOMASTE LA MIFEPISTRONA, Y CAMBIAS DE DECISIÓN, LLAMA AL 800-58537-77**

Ultrasonido GRATUITO!!!

**ILE**  
Medicamento y quirúrgico  
¿Sabes cómo funcionan?

Fonte: A autora.



(PARTE 2)

**Farmacos:**

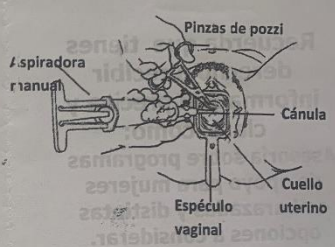
- Mifepristona**  
 Este fármaco (anteriormente llamado RU-486) es utilizado para **bloquear la hormona progesterona**, ésta hormona la genera tu organismo para continuar con el embarazo.
- Misoprostol**  
 Fármaco utilizado para tratar úlceras en el estómago y duodeno (parte del intestino de gado). Su uso principal en el aborto es **causar contracciones para vaciar el útero y expulsar al embrión**. El Misoprostol es un fármaco tipo prostaglandinas que puede causar un estado grave en la salud de la mujer.

**NO DEBES TOMAR LOS FÁRMACOS CUANDO:**

- Sufres de alergias
- Padeces de: epilepsia, diabetes, anemia, insuficiencia renal o hepática crónicas y trastornos hemorrágicos.
- Trastornos hormonales
- Enfermedades cardiovasculares
- Enfermedades endocrinas
- Cáncer
- Coagulopatías (baja capacidad de la sangre para coagularse)
- Transfusiones recientes
- Cirugías previas
- Tienes colocado el DIJ
- Si tienes una Enfermedad de Transmisión sexual.

**AMEU o AEEU Aspiración Manual o Eléctrica Endouterina**

El cuello uterino es dilatado y por medio de una cánula conectada a la aspiradora manual o eléctrica, **se desprende el feto y la placenta mediante vacío.**



**Posibles EFECTOS SECUNDARIOS**

- Contracciones, fuerte dolor pélvico
- Mareo, desmayo
- Vómito, náuseas
- Diarrea
- Dolor de cabeza
- Inflamación pélvica
- Perforación uterina
- Desgarre del cuello del útero
- Incapacidad del útero para contraerse
- Hemorragia vaginal severa
- Anemia
- Histerectomía (extirpación del útero)
- Aborto incompleto
- Fiebre por infección
- Esterilidad
- Riesgo de muerte

**RECUERDA QUE POR NINGÚN MOTIVO DEBES AUTOMEDICARTE**

Fonte: A autora.



ANEXO F – Folder “Síndrome Post Aborto”, distribuído por grupos antidireitos no México

(PARTE 1)

¿Qué es el Síndrome Post Aborto?

Aborto?

El S.P.A. es un desorden de estrés post- traumático que muchas mujeres experimentan después de un aborto provocado.

¿Quién sufre del Síndrome Post Aborto?

- Los hombres y mujeres que han perdido a un hijo debido a un aborto provocado.
- Familiares o personas externas que de alguna manera participaron en el aborto.

1. SEDESA, Oficio No. SSCDMX/ SCAOIP/3263/2016/, p. 6.

Si usted conoce a alguien que este pasando por este proceso tan difícil.... es importante comentarle que necesita ayuda.

Atención personalizada.


Contáctanos.

Tel: 52600731

WhatsApp:

55 3247 7550

Síndrome Post Aborto



Fonte: A autora.

## (PARTE 2)

○

**Síntomas**

- ◆ Incapacidad para procesar el duelo del hijo que perdió.
- ◆ Aislamiento.
- ◆ Ánimo entristecido, sentimiento de vacío, llantos repentinos e incontrolables.
- ◆ Abuso de alcohol u otras sustancias.
- ◆ Violencia intrafamiliar.
- ◆ Incapacidad de perdonarse a uno mismo o a otros.
- ◆ Pesadillas del bebé abortado.
- ◆ Pérdida del interés en las fuentes normales de placer.
- ◆ Dolores de cabeza, mareos, palpitaciones fuertes del corazón, dolores de estómago, tensión muscular.
- ◆ Un aumento de los síntomas alrededor de la fecha del aborto.
  - ◆ Deseos de tener a otro bebé que sustituya al abortado.
  - ◆ Promiscuidad.

**La Secretaría de Salud de la Ciudad de México, enlista las posibles consecuencias psicológicas que puede tener una mujer que ha abortado (1).**

- Sentimiento de culpa.
- Ansiedad.
- Angustia.
- Depresión.
- Baja Autoestima
- Insomnio, Hipersomnio.
- Rabia, dolor, remordimiento.
- Diversos tipos de neurosis y de enfermedades psicopáticas.
- Pesadillas.
- Recuerdos dolorosos en la fecha en la que hubiera nacido.

Las mujeres, sean jóvenes o adultas, temen hablar sobre su experiencia con el aborto, por el temor de ser criticadas, o sienten que nadie valora su problema y, por lo tanto, no tiene sentido exponer su intimidad.

"PERO EL DOLOR CONTINÚA"

El Síndrome Post Aborto (S.A.P.) por si mismo cuando no se le trata, tiene una evolución natural (como cualquier otra enfermedad) de acuerdo con su propia dinámica: Los síntomas, no son una señal de debilidad personal o un estado de ánimo que uno pudiera alejar con la propia voluntad.

Fonte: A autora.